



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTO CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

**A DESCOLONIZAÇÃO DA QUESTÃO NEGRA E A FUNDAÇÃO
FORD: UMA NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA?**

LUCIANO DA SILVA BARBOZA

*Sob a Orientação do Professor
Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa*

Tese submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Doutor em Educação, no Programa
de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares. Área de
Concentração em Educação,
Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Maio de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B238 d Barboza, Luciano da Silva, 1981-
A descolonização da questão negra e a Fundação Ford:
uma nova pedagogia da hegemonia? / Luciano da Silva
Barboza. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2025.
215 f.: il.

Orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2025.

1. Fundação Ford. 2. Multiculturalismo. 3. Nova
Pedagogia da Hegemonia. 4. Racismo Estrutural. 5.
Social Liberalismo. I. Lamosa, Rodrigo de Azevedo
Cruz, 1981-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.



TERMO N° 420 / 2025 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.029183/2025-34

Seropédica-RJ, 05 de junho de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

LUCIANO DA SILVA BARBOZA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 14/05/2025

Membros da banca:

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

SÔNIA LÚCIO RODRIGUES DE LIMA. Dra. UFF (Examinadora Externa à Instituição).

GILBERTO GRASSI CALIL. Dr. UNIOESTE (Examinador Externo à Instituição).

MARCELO BADARÓ MATTOS. Dr. UFF (Examinador Externo à Instituição).

VIRGÍNIA MARIA GOMES DE MATTOS FONTES. Dra. UFF (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 05/06/2025 18:08)
RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1941477

(Assinado digitalmente em 05/06/2025 19:24)
SONIA LUCIO RODRIGUES DE LIMA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 352.672.837-20

(Assinado digitalmente em 05/06/2025 18:29)
GILBERTO GRASSI CALIL
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 748.042.190-72

(Assinado digitalmente em 05/06/2025 21:21)
VIRGÍNIA MARIA GOMES DE MATTOS FONTES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 270.389.397-34

(Assinado digitalmente em 06/06/2025 10:22)
MARCELO BADARÓ MATTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 874.692.867-72

AGRADECIMENTOS

Eles querem que alguém
Que vem de onde nós vem
Seja mais humilde, baixe a cabeça
Nunca revide,
Finja que esqueceu a coisa toda
Eu quero é que eles se
Nunca deu nada para nós
Nunca lembrou de nós
(Mandume – Emicida)

A conclusão desta tese é um sonho realizado com muitas dificuldades e, por isso, é fundamental demonstrar minha gratidão às pessoas que me acompanharam nessa trajetória. Eu nada seria sem o apoio da minha mãe, Marinéia, que por sua dedicação incansável, sempre demonstrou um amor e carinho incalculável por toda minha vida. Eu também não teria vencido essa etapa sem o apoio e amor da minha irmã Ana Beatriz, que abriu as portas dos estudos na minha família, sendo a primeira a estudar na Universidade Federal Fluminense. Ela sempre me inspirou e aconselhou durante toda a minha vida.

Agradecer ao amor da minha vida, Maria Paula, que sempre me ajudou intelectualmente nessa caminhada estudando comigo e aguentando as dificuldades da falta de tempo para o lazer no dia a dia do nosso casamento nesses quatro anos de pesquisa e escrita desta tese, sem nunca reclamar. Escrever uma tese sem bolsa de estudos e trabalhando como professor de História na educação básica em três empregos distintos, trabalhando e estudando em cidades diferentes foi um dos maiores desafios da minha vida.

Eu quero agradecer aos meus camaradas e amigos de militância política (Alice, Carol, Davi, Fred, Gabriel, Hosana, João, Jonathan, Liliane, Lucas, Luíza, Mestre Mistério, Mika, Nathalia e Raylane) que lutam ombro a ombro do meu lado contra as desigualdades sociais que o capitalismo nos impõe. Agradeço aos membros do LIEPE e aos membros da banca examinadora: Gilberto Calil, Marcelo Badaró Mattos, Sônia Lúcio de Lima, Virginia Fontes, que com muita paciência e notável saber teórico me deram sugestões preciosas para a tese.

Por último agradeço ao meu amigo e orientador, Rodrigo Lamosa, que me incentivou a voltar a estudar para fazer esta tese, e demonstrou todo o companheirismo nas orientações. Muito obrigado por acreditar em mim. Para todos que fizeram parte desta história quero dizer que amo muito vocês e que não teria conseguido sem essa ajuda.

BARBOZA, Luciano da Silva. **A descolonização da questão negra e a Fundação Ford: uma nova pedagogia da hegemonia?** 2025. 215p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

RESUMO

A pesquisa desenvolvida é sobre a classe dominante, a educação e a descolonização da questão negra no Brasil e tem como objeto a atuação da Fundação Ford no Brasil entre 1985-2025, destacando sua concepção e atuação na hegemonia dominante. A educação como política pública possui disputas no interior do Estado Ampliado, pretendemos compreender a atuação das frações da burguesia e o processo de atualização de suas estratégias de dominação, para o controle dos ideais da classe trabalhadora para a manutenção do modo de produção capitalista em sua fase neoliberal. O capitalismo contemporâneo é marcado por atividades desenvolvidas pelos inúmeros Aparelhos Privados de Hegemonia que fazem a difusão da Nova Pedagogia da Hegemonia, dentre estes selecionamos a Fundação Ford estadunidense. Essa escolha foi feita de acordo com sua centralidade no financiamento de ações educacionais relacionadas à questão racial no Brasil nos últimos cinquenta anos. Nesta pesquisa nos interessa particularmente focar na interpretação da elaboração teórica social-liberal da Fundação Ford sobre a questão negra, suas concepções e visão de mundo através das falas e escritos dos seus intelectuais orgânicos.

Palavras-Chave: Fundação Ford, Multiculturalismo, Nova Pedagogia da Hegemonia, Racismo Estrutural, Social Liberalismo.

BARBOZA, Luciano da Silva. **The decolonization of the black issue and the Ford Foundation: a new pedagogy of hegemony?** 2025. 215p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

ABSTRACT

The research developed is about the ruling class, education and the decolonization of the black issue in Brazil and has as its object the actions of the Ford Foundation in Brazil between 1985-2025, highlighting its conception and action in the dominant hegemony. Education as a public policy has disputes within the Expanded State, we intend to understand the actions of fractions of the bourgeoisie and the process of updating their domination strategies, to control the ideals of the working class for the maintenance of the capitalist mode of production in its neoliberal phase. Contemporary capitalism is marked by activities developed by numerous Private Hegemony Apparatuses that disseminate the New Pedagogy of Hegemony, among which we selected the American Ford Foundation. This choice was made in accordance with its centrality in financing educational actions related to racial issues in Brazil over the last fifty years. In this research we are particularly interested in focusing on the interpretation of the Ford Foundation's social-liberal theoretical elaboration on the black issue, its conceptions and worldview through the speeches and writings of its organic intellectuals.

Keywords: Ford Foundation, Multiculturalism, New Pedagogy of Hegemony, Structural Racism, Social Liberalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre a violência contra pessoas negras no Brasil em 2021120

Figura 2: A inserção da população negra no mercado de trabalho no Brasil122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais autores de livros e teses sobre a Fundação Ford	21
Tabela 2: Os principais intelectuais orgânicos da Fundação Ford sobre a questão negra.....	154
Tabela 3: Átila Roque colunista Jornal Nexo.....	164
Tabela 4: Darren Walker colunista The New York Times.....	185

LISTA DE SIGLAS

ABC – paulista - Santo André, São Bernardo e São Caetano

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APH – Aparelho Privado de Hegemonia

BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Cerrrt – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

CIA – Agência Central de Inteligência

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

EUA – Estados Unidos da América

FASE – Federação de Órgãos para assistência social e educacional

FIFA – Federação Internacional de Futebol Associação

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião

LGBTQIA+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MNU – Movimento Negro Unificado

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONGs – Organizações Não Governamentais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

PRI – Program-Related Investments

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

Sepe-RJ – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UNE – União Nacional dos Estudantes universitários

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPP – Unidades de Polícia Pacificadora

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Um diário desta pesquisa de campo.....	12
INTRODUÇÃO	16
1. A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA: PARA ALÉM DA APARÊNCIA....	30
1.1 Pressupostos teóricos de uma análise sócio histórica	31
1.2 A recomposição burguesa e a direita para o social	42
1.3 Uma esquerda para o capital	59
2. A DESCOLONIZAÇÃO NEGRA E A FUNDAÇÃO FORD	88
2.1 Movimentos Negros contemporâneos e a desconstrução de análises colonizadoras	89
2.2 Racismo Estrutural: da escravidão negra à abolição inacabada	101
2.3 Henry Ford, Fundação Ford, Guerra Fria, Redemocratização brasileira	125
3. A FUNDAÇÃO FORD, SEUS INTELECTUAIS ORGÂNICOS E A QUESTÃO NEGRA	140
3.1 A Fundação Ford e a produção do seu pensamento na universidade brasileira.....	141
3.2 Os intelectuais orgânicos da Fundação Ford e o antirracismo	152
3.3 A Pedagogia da Hegemonia da Fundação Ford: investimento, pesquisa e articulação internacional	178
CONCLUSÃO.....	196
REFERÊNCIAS.....	200

Um diário desta pesquisa de campo

Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai
Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história
(Identidade – Jorge Aragão)

No dia 7 de julho de 2022, cheguei às 10 horas à sede do Brasil da Fundação Ford, de frente para a praia do Flamengo, na zona sul do Rio de Janeiro. A pesquisa de fontes primárias foi encarada neste trabalho como algo muito importante, e gostaríamos de ter acesso aos documentos da Fundação Ford sobre sua política de combate ao racismo no Brasil e como ela se relaciona com as Organizações Não Governamentais (ONGs) de educação ou com os Movimentos Negros que seleciona para financiar.

Nesse dia da pesquisa de campo, eu não havia conseguido agendar um atendimento com a secretaria da Fundação Ford porque o atendimento pelo telefone não funciona, já que uma secretária eletrônica “derruba” a ligação logo em seguida, não sendo possível falar com alguém para fazer um agendamento prévio. Na gravação da secretária eletrônica pede-se para digitar o número do ramal, que não está disponível, ou seja, só quem já conhece os funcionários da Fundação Ford tem esse acesso, o que tornou impossível meu agendamento prévio. Vale ressaltar que a secretaria eletrônica atende em inglês, mesmo operando em um país onde a maior parte da população não domina esse idioma.

Após dirigir três horas para chegar à sede, ao entrar na fila para entregar meu documento de identidade e fazer um cadastro com foto para entrar no prédio comercial de luxo, fui impedido de subir porque é preciso que a secretaria da Fundação Ford autorize a subida, porém, após insistentes ligações pelo interfone, ninguém da Fundação Ford atendia. Mesmo os funcionários da portaria me avisando que tinham subido pelo menos quatro pessoas da Fundação Ford para trabalhar nesse dia, eles me informaram também que eles não tinham secretaria e que era muito difícil falar com eles. Sendo assim, fui barrado com os documentos comprobatórios da pesquisa em minhas mãos, com a carta do orientador solicitando o meu recebimento para coletar fontes primárias e com a declaração de matrícula na UFRRJ, além do meu histórico escolar na universidade.

Após uma hora em pé esperando na portaria do prédio, com toda gentileza possível fui até os funcionários da portaria e perguntei se o motivo de não poder subir era porque sou

negro, com cabelo *Black* e vestindo camisa de estilo africano. Falei que talvez pudesse ser encarado como um perigo de assalto devido ao racismo estrutural nas instituições brasileiras, e eles, com muita educação, disseram-me que não, que só pode subir com autorização e que entendia que o ideal era eu subir para tocar a campainha para ser atendido, porém, que não poderiam me deixar fazer isso. Disseram também que não são racistas e chamaram o chefe de segurança pelo interfone falando que tinha um rapaz há uma hora esperando, mas que ninguém da Fundação Ford atendia.

Novamente não foi autorizada a subida, mas por solidariedade de classe a mim, após saberem que eu sou um professor de escola pública através de novos documentos que apresentei, solicitaram ao chefe da segurança que enviassem um outro segurança para pegar meus documentos comprobatórios do doutoramento na portaria e levasssem até o oitavo andar, exclusivo da Fundação Ford. Sendo assim, o segurança subiu com meus documentos e teve como resposta da fundação que eles não têm secretaria e que não seria autorizada a subida do pesquisador, que estavam entrando em uma reunião e que me dissessem que eu não seria atendido na Fundação Ford, que quando eles tivessem algum tempo disponível, após a reunião, eles mandariam a responsável por agendamentos descer para me atender na portaria.

Agradeci o favor e esforço do segurança em levar meus documentos e decidi continuar esperando na portaria. Nesse momento, chegou um sujeito estrangeiro com “roupas de rico” e pele muito branca, falando espanhol de forma acelerada com muito sotaque ele queria subir no décimo andar para uma reunião empresarial com Eike Batista. Os porteiros, sem entenderem o que o sujeito falou, ficaram nervosos. Eu fiz a tradução para eles, que autorizam a entrada do indivíduo e me agradeceram pela ajuda. Um dos secretários da portaria, um rapaz negro, disse-me que faz faculdade de Letras/espanhol, que fala espanhol, mas que não entendeu nada da fala do sujeito com postura arrogante e impaciente.

Eu disse para ele que o espanhol que aprendemos em cursos no Brasil é oriundo da Espanha, e que pelo sotaque muito forte, ele falava um espanhol marcadamente sul-americano e com característica de falar mais rápido, por isso era difícil de entender, e que por isso parecia outro idioma mesmo, ou seja, fiquei amigo dos recepcionistas que já haviam ficado com pena de mim por tanta espera na portaria, que já completava duas horas. Eu comentei com os recepcionistas e seguranças que havia dirigido três horas para me deslocar de Rio das Ostras para o Rio de Janeiro naquele que era o único dia da semana em que eu não dou aulas; após essas explicações, ganhei a solidariedade de classe desses trabalhadores, que passaram a tentar me ajudar mais ainda.

Em agradecimento, eles me disseram que avisariam quando qualquer outro funcionário da Fundação Ford subisse e assim foi feito. Por volta das 12h30, três horas e meia após minha chegada, uma funcionária da Fundação Ford ia subindo, fui avisado pelos funcionários do prédio, e educadamente a abordei explicando minha situação. Ela, uma mulher branca com “roupas de rica”, atendeu-me incomodada pela abordagem dizendo que não era o setor dela, que eu entrasse no site e agendasse. Respondi que não estava funcionando o site e que já havia tentado, e ela me disse que me ajudaria passando o *e-mail* da responsável pelo setor de agendamento e que a avisaria que eu mandaria um *e-mail* que estava na portaria esperando.

Eu continuei esperando sem desistir, porém, naquele momento, já muito aflito e me sentindo desrespeitado com aquela sensação de ser pobre e negro e por isso sempre ter que esperar e implorar atendimento, rapidamente escrevi no *e-mail* que enviei pelo celular, que aguardaria na portaria nem que fosse o dia todo para ser atendido. Por volta das 13 horas, ou seja, após três horas na portaria, uma funcionária da Fundação Ford, Luanda Nascimento, assistente especial do diretor regional do escritório brasileiro da Fundação Ford, Átila Roque, desceu para a portaria. Uma mulher negra muito bem vestida e muito educada que conversou comigo por cinco minutos em pé. Eu perguntei sobre a necessidade do meu acesso aos arquivos da Fundação Ford para a pesquisa de doutoramento, ela me disse que os arquivos da Fundação Ford ficavam em Nova Iorque, na sede mundial, e que como filial brasileira eles não guardavam arquivos naquela sede na praia do Flamengo.

Disse também que não tinham secretaria na fundação e por isso não fui atendido. Afirmei que não consegui o contato pelo telefone e nem pelo site, ela confirmou que pelo telefone cai na secretaria eletrônica, e que infelizmente ninguém estava ouvindo as mensagens da caixa de mensagem. Eu perguntei se havia um programa dos ideais da Fundação Ford sobre a questão do negro no Brasil ou um programa da fundação com seus pilares antirracistas que orientava o financiamento das escolhas de ONGs que eles selecionavam; ela afirmou que a Fundação Ford não disponibiliza o seu programa de forma pública, que não tinha isso escrito, e que eles não tinham nada disso ali na sede, que ali era uma sede gerencial de trabalhos da Fundação Ford, sem arquivos, e que a melhor forma que eu teria para conseguir entender as posições da Fundação Ford era interpretar os textos e falas públicas do chefe responsável pela filial Fundação Ford Brasil, Átila Roque.

Eu expliquei o meu recorte de pesquisa após a Ditadura Civil-Militar, quando houve uma virada nas políticas de financiamento da fundação para financiar ONGs, Institutos

Privados e Fundações Privadas e diminuir o financiamento de pesquisas universitárias, e ela me respondeu que pelo meu recorte entre 1985-2025, eu teria que procurar cada um desses líderes do escritório no Brasil, o que na opinião dela, daria muito trabalho porque alguns não moram mais aqui no Brasil. Tentei pedir e marcar uma entrevista com Átila Roque. Ela disse que não conseguiria marcar uma entrevista para mim, mesmo com o pedido sendo feito com muita antecedência. Agradeci à funcionária por me atender e saí da fundação frustrado por não conseguir a entrevista e nem fontes primárias, mas decidido em manter a pesquisa me debruçando em cima de seus intelectuais orgânicos que representam a ideologia Fundação Ford, através de seus textos públicos na mídia. Essa experiência foi muito importante, pois queria entender essa dificuldade de acesso a um intelectual orgânico de uma organização internacional que atua no Brasil.

INTRODUÇÃO

Brasil, meu nego
 Deixa eu te contar
 A história que a história não conta
 O avesso do mesmo lugar
 Na luta é que a gente se encontra
 (...)
 Brasil, o teu nome é Dandara
 E a tua cara é de Cariri
 Não veio do céu
 Nem das mãos de Isabel
 A liberdade é um dragão no mar de Aracati
 (Histórias Para Ninar Gente Grande-G.R.E.S. Mangueira, 2019)

A pesquisa desenvolvida é sobre a classe dominante, a educação e a descolonização da questão negra no Brasil e tem como objeto a atuação da Fundação Ford no Brasil entre 1985-2025, destacando sua concepção e atuação na hegemonia dominante. Esta pesquisa se insere no Laboratório de Investigações em Estado, Poder e Educação nos estudos realizados sobre a frente social-liberal. “As pesquisas produzidas pelo LIEPE vêm identificando a existência de duas frentes de ação da classe dominante na educação brasileira: a frente social-liberal (Lamosa, 2017) e a frente liberal ultraconservadora (Colombo, 2018)”. (Lamosa. 2020. p.12) A educação como política pública possui disputas no interior do Estado Ampliado, e pretendemos compreender a atuação da classe dominante e o processo de atualização das estratégias de dominação utilizadas pela burguesia, que tem na educação pública o principal sustentáculo para a difusão do seu projeto de poder, para o controle dos ideais da classe trabalhadora e para a manutenção do atual modo de produção capitalista em sua fase neoliberal.

O capitalismo contemporâneo é marcado por atividades desenvolvidas pelos inúmeros Aparelhos Privados de Hegemonia que fazem a difusão da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil – dentre estes selecionamos para esta pesquisa a Fundação Ford estadunidense. Essa escolha foi feita de acordo com sua centralidade no financiamento de ações educacionais relacionadas à questão racial no Brasil nos últimos cinquenta anos. Nesta pesquisa nos interessa particularmente focar na interpretação da elaboração teórica social-liberal da Fundação Ford através do multiculturalismo sobre a questão negra, suas concepções e visão de mundo através das falas e escritos dos seus intelectuais orgânicos.

A hipótese desta pesquisa é que a Fundação Ford tenha tido papel relevante no debate sobre a questão negra influenciando políticas antirracistas, atuando enquanto um intelectual coletivo, ou um Aparelho Privado de Hegemonia, e assumindo na divisão intelectual do

trabalho pedagógico de hegemonia da classe dominante, a função de operar em áreas, temas e lutas de forma destacada na questão racial.

A Fundação Ford como investimento social privado teve como início de seu processo de fundação o ano de 1934, em Detroit. A fundação e seus intelectuais orgânicos afirmam ter como objetivo a “filantropia”, porém concluímos nesta pesquisa se tratar de investimento social privado que tem objetivo de influenciar a sociedade para adesão ao social-liberalismo e ao multiculturalismo. Para a Fundação Ford a “filantropia” pode ser entendida como ações realizadas em favor do próximo ou do bem público através de doações de empresas milionárias. Por um lado, a pretensão da “filantropia” é tentar ajudar a resolver o problema que está causando o sofrimento na população mais vulnerável socialmente; por outro, compensa economicamente para as empresas, porque geralmente garante isenção de impostos.

Além disso, a “filantropia” melhora a imagem da empresa diante dos consumidores por causa da divulgação da lista das empresas socialmente conscientes e com compromisso social. Na prática, a divulgação de ações sociais gera o aumento das vendas para esse tipo de empresa, principalmente entre consumidores que buscam e valorizam esse diferencial social para a escolha de produtos para consumir. No caso específico estudado nesta tese, a Fundação Ford, o investimento social privado gerou redução de impostos para a empresa *Ford Motors Company*, proporcionando recompensas financeiras pelo código fiscal dos Estados Unidos da América (EUA).

A Fundação Ford atuou junto às estratégias estadunidenses de agendamento intelectual feito pelo Departamento de Estado e pela Agência Central de Inteligência (CIA) nos seus vários objetivos durante a Guerra Fria. Em 1976, Henry Ford II renunciou ao conselho de administração da Fundação Ford, com divergências sobre os gastos desta instituição, porém não reveladas publicamente às especificidades deste processo de ruptura devido a um acordo feito por ambas às partes. Isso deu início a uma ruptura de 43 anos na relação entre a família Ford e a Fundação Ford. Somente em 2019, sob a presidência de Darren Walker, o conselho da fundação nomeou novamente um membro da família Ford como administrador: Henry Ford III, filho de Edsel Ford II, porém os motivos anteriores da ruptura continuaram secretos.

Atualmente, a Fundação Ford não possui relação direta com a *Ford Motors Company* porque suas ações na bolsa de valores foram desvinculadas. Sendo assim, o seu investimento social privado segue princípios de mercado na aplicação e reprodução dos ativos financeiros que compõem os recursos dessa fundação, que servem para custear seus investimentos em programas sociais, financiando ONGs. A Fundação Ford é uma entidade sediada na cidade de

Nova Iorque e financia diversos tipos de iniciativas de investimento social privado para fortalecer a democracia burguesa capitalista no mundo. Por ser uma das fundações mais ricas do mundo, diferencia-se da maioria das ONGs, dos Institutos Privados e de outras Fundações Privadas, que geralmente são dependentes da captação de recursos através de financiamentos de governos ou de empresas privadas. A Fundação Ford faz investimento social privado com os recursos oriundos de seus ativos financeiros na bolsa de valores, sendo uma das maiores financiadoras de ONGs do mundo.

Percebemos nos programas de promoção da democracia burguesa capitalista, financiados pela Fundação Ford, a ousada perspectiva do fim do racismo e também da pobreza, o que nos chamou muita atenção para o desenvolvimento desta pesquisa. A seguir citaremos a própria definição feita pela Fundação Ford, contando sua história no Brasil relacionada aos principais desafios de sua atuação:

“Nosso escritório no Rio de Janeiro tem apoiado iniciativas para levar mudanças positivas aos sistemas e instituições públicos que perpetuam a desigualdade, a discriminação e a exclusão. Nos primeiros anos do nosso escritório brasileiro, quando o país ainda estava sob uma ditadura, fizemos doações para pesquisa e treinamento em áreas como educação, desenvolvimento, saúde e ciências sociais.”
(Fundação Ford, 2024)

Notamos na definição acima que, por um lado, a Fundação Ford teve um papel protagonista financiando as Ciências Sociais através de pesquisas de pós-graduação e promovendo os valores da Fundação Ford de cooperação internacional que certamente foram alcançados nesse período devido ao enorme impacto de seus aportes financeiros nas universidades brasileiras. Por outro lado, os ideais de fortalecer a democracia esperaram 21 anos no Brasil, pois a Fundação Ford não financiou ações pela redemocratização e os valores democráticos foram colocados em prática pela Fundação Ford após a Ditadura Empresarial-Militar brasileira entre 1964-1985, quando a entidade se debruçou sobre o tema da injustiça social financiando ONGs, Institutos Privados e Fundações Privadas com iniciativas contra a discriminação racial e contra as desigualdades sociais perpetuadas.

A Fundação Ford abriu seu escritório no Rio de Janeiro em outubro 1962, ou seja, quarenta e três anos depois que a *Ford Motors Company* abriu sua primeira fábrica no Brasil na Rua Florêncio de Abreu, no centro histórico de São Paulo, em 1919, para fabricar seu carro mais vendido, Modelo T. A empresa montou também uma fábrica na Amazônia, às margens do rio Tapajós, após ganhar terras do governo do Estado do Pará. Inaugurou a fábrica em 25 de dezembro de 1927, tentando utilizar o látex das seringueiras da floresta para baratear o preço dos pneus dos seus carros com intenção de torná-los mais competitivos economicamente.

Porém, Henry Ford não contratou um botânico para a plantação de milhares de seringueiras, não compreendendo que na Amazônia não se poderia plantar seringueiras muito próximas umas das outras e por isso houve a proliferação de pragas que inviabilizaram o projeto. Posteriormente a esse fracasso, o governo brasileiro, liderado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra 1946-1951, aliado dos EUA na Guerra Fria, comprou no dia 24 de dezembro de 1947 o terreno da *Ford Motors Company* na Amazônia, apelidado “Fordlândia”, que continha dois hospitais, uma estação de captação de água, duas mil casas, 70 quilômetros de estradas e um milhão e setecentos mil pés de seringueiras com pragas.

Apesar da experiência fracassada na Amazônia, a *Ford Motors Company* tornou-se uma das maiores fabricantes de carros vendidos no Brasil no último século. Entretanto, em agosto de 2018, informações da agência *Bloomberg* revelaram prejuízos de 178 milhões de dólares nas operações da *Ford Motors Company* na América do Sul. Em outubro de 2019, a empresa anunciou o fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo (SP) e no dia 11 de janeiro de 2021 anunciou o fim das atividades nas fábricas de Taubaté (SP) e Camaçari (BA), encerrando a produção de veículos no Brasil.

A história da *Ford Motors Company* se confunde com a história da família Ford, que cria sua fundação de investimento social privado em 15 de janeiro de 1936 e por isso obteve isenções de pagamentos fiscais de impostos junto ao governo estadunidense. Edsel Ford foi o primeiro presidente da Fundação Ford e foi também presidente da *Ford Motors Company*, criada por seu pai Henry Ford. Mas foi Henry Ford II que desenvolveu o trabalho da Fundação Ford junto à política externa dos EUA no contexto do final da II Guerra Mundial e do lançamento da Doutrina Truman estadunidense de combate aos ideais comunistas da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS).

A Fundação Ford abriu seu escritório no Brasil através do seu advogado Price Waterhouse, mediante a assinatura de um acordo com o governo brasileiro em 1962. Esse acordo é válido legalmente ainda hoje e é ele que dá a liberdade necessária para o desenvolvimento do trabalho de investimento social privado no Brasil da Fundação Ford. Nos últimos cinquenta anos de atuação da Fundação Ford no Brasil, existiu uma centralidade no financiamento de ações educacionais e nesta pesquisa nos interessa particularmente o financiamento de ações educacionais relacionadas à questão racial. Analisamos o papel que a fundação exerce no tocante à promoção do discurso educacional de combate às desigualdades raciais no Brasil, o que concluímos estar conformado aos ideais do multiculturalismo da própria instituição.

Como referencial de pesquisa empírica, pretendemos identificar, mapear e analisar a Fundação Ford no atual contexto em que se verifica uma nova sociabilidade do capital na sociedade brasileira. A questão central desta pesquisa encontra-se na compreensão das relações entre o Estado e a sociedade civil na contemporaneidade. Sendo assim, o objetivo geral proposto foi analisar como a Fundação Ford se inseriu na Nova Pedagogia da Hegemonia (Martins; Neves; 2010) da classe dominante, compreendida como o complexo movimento concomitante de criação de novos sujeitos políticos coletivos, de reconversão dos antigos sujeitos políticos coletivos e de desorganização da visão crítica estrutural ao capitalismo. Relacionamos o projeto da Fundação Ford e sua formulação ideológica de atuação com a questão educacional, com especial atenção na questão racial entre os anos de 1985 e 2025. Diante do exposto, listamos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as concepções de Estado, de sociedade civil, da questão racial e de educação elaboradas pela Fundação Ford atualmente;
- Compreender o papel da questão racial no projeto político de sociedade elaborado pela Fundação Ford;
- Compreender as estratégias ideológicas utilizadas pela Fundação Ford na sua atuação no Brasil;
- Identificar o nível de aderência da Fundação Ford ao pensamento social-liberal e ao multiculturalismo ou se a própria Fundação Ford produz uma releitura do referido pensamento político e social.

A pesquisa bibliográfica realizada para a construção desta tese foi baseada no levantamento e na análise da literatura disponível sobre a Fundação Ford, por meio de consultas a catálogos de bibliotecas; por meio a base de dados nacionais como o banco de teses e dissertações da CAPES; por meio de artigos científicos disponíveis em *websites*; por meio de livros, revistas acadêmicas de relevância, jornais eletrônicos e impressos de circulação nacional e internacional.

Selecionamos nesta pesquisa o conteúdo relacionando à questão negra e à educação, e analisamos, de acordo com a temática, a forma de atuação da classe dominante burguesa (Fundação Ford) na educação com relação à questão negra. Sendo assim, selecionamos os seguintes autores que consideramos os principais para esta pesquisa, que escreveram teses, dissertações e livros relevantes sobre a Fundação Ford.

Tabela 1 – Principais autores de livros de teses sobre a Fundação Ford

AUTOR (A)	LIVROS E TESES	ANO DE PUBLICAÇÃO
CHAVES, Wanderson.	A questão negra: A Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970).	2019
ROCHA, Ednéia Silva Santos.	A Fundação Ford e o fomento para instituições estratégicas e lideranças acadêmicas no Brasil: Análise sobre a parceria com a Fundação Getúlio Vargas.	2015
BROOKE, Nigel. WITOSHYNISKY, Mary.	Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social.	2002
MOUTINHO, Laura.	Negociando discursos: Análise das relações entre a Fundação Ford, os movimentos negros e a academia na década de 1980.	1996
MICELI, Sérgio.	A Fundação Ford no Brasil.	1993

Fonte: elaborado pelo próprio autor

O livro de referência no debate bibliográfico de construção desta tese foi produzido por Chaves (2019): “A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria” (1950-1970). Em seu trabalho, o autor fez detalhada pesquisa, colaborando de forma decisiva para a análise das relações políticas institucionais entre a Fundação Ford e o governo estadunidense, e dando um grande passo para compreendermos a atuação da Fundação Ford na periferia do capitalismo contemporâneo. Esse trabalho foi muito importante, já que pela primeira vez nos defrontamos com uma análise de olhar mais crítico e complexo sobre a Fundação Ford e suas diversas relações institucionais nos EUA e no mundo. As conclusões de Chaves apontam para uma relação orgânica entre a Fundação Ford e sua atuação no mundo e o governo estadunidense.

A análise feita por Chaves nos gerou forte inquietação que nos levou nesta pesquisa até o livro intitulado “A Fundação Ford no Brasil”, organizado por Miceli (1993), em comemoração aos 30 anos da Fundação Ford no Brasil. Miceli colaborou com a construção da história desta instituição no Brasil, e tentou contextualizar esse processo. Ele aponta o anticomunismo como um aspecto central para o início do trabalho da Fundação Ford na América Latina e na África no contexto da Guerra Fria na década de 1960. O autor afirma que a Fundação Ford defendia a manutenção de governos democráticos e colaborava com a Aliança para o Progresso para combater à expansão comunista.

A Aliança para o Progresso foi um projeto político executado pelo governo dos EUA durante a presidência de John Fitzgerald Kennedy 1961-1963. O objetivo era integrar os países das Américas do Norte, Central e do Sul nos aspectos político, econômico, social e cultural frente à ameaça socialista da URSS. A *Ford Motor Company* participou do comitê de empresas para a implantação da Aliança para o Progresso na América Latina e o objetivo era

de impedir a expansão dos ideais comunistas, através de uma política cultural da Fundação Ford, como a expansão da capacidade institucional dos sistemas de produção intelectual, científica e acadêmica dos países atendidos. Esse processo coloca a Fundação Ford diretamente relacionada com a política externa dos EUA durante a Guerra Fria, entretanto, no mesmo livro, Miceli conclui contraditoriamente:

“Os interesses externos norte-americanos e a diplomacia responsável por gerenciá-los não constituem de modo algum um denominador explicativo ao qual se possa atribuir quer a direção quer o teor substantivo dos principais investimentos efetuados pela Fundação Ford na América Latina.” (Miceli, 1993, p.37)

Miceli afirma que a fundação privada estava instada a operar numa direção doutrinária idêntica à da política externa estadunidense, mas, contraditoriamente, conclui na citação que nesse processo, a Fundação Ford possuía independência política e a relação com o governo estadunidense não constitui um denominador explicativo para seus investimentos na América Latina. Percebemos no livro organizado por Miceli e encomendado pela Fundação Ford essa contradição (a Fundação Ford possuía relações orgânicas com o governo estadunidense na forma de sua atuação na América Latina ou não?), que se tornou uma importante questão para elaboração da nossa investigação ainda na fase do projeto de pesquisa, persistindo ainda como elemento importante desta pesquisa, como ponto importante que foi desvelado.

Fontes (2010), no seu livro “O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história”, serviu-nos como inspiração quando afirma a necessidade de compreendermos a complexidade do atual processo histórico, e que isso nos exige desvendar as relações entre as fundações privadas estadunidenses e seus interesses particulares, o modo de agir com flexibilidade na defesa de certos interesses específicos e a atuação na coordenação de atividades de caráter muito diversificado cujo padrão internacional seria pautado pela atuação das fundações estadunidenses e que estão relacionadas aos interesses das políticas internacionais do governo estadunidense. A autora explica a ampliação seletiva do Estado e a conversão mercantil “filantrópica”, onde algumas entidades de capital privado respondiam diretamente às agências estratégicas de seus países de origem, como as fundações estadunidenses.

A recomposição burguesa, através das políticas econômicas aprovadas no Consenso de Washington, gerou a expansão da influência de empresas multinacionais, que por atuarem em diferentes países, acabam influenciando as políticas nacionais porque os diversos países tentam atrair, através de isenções fiscais, essas empresas multinacionais para gerar empregos. Porém, as Fundações Privadas, as ONGs e os Institutos Privados, se comparados às multinacionais, possuem uma maior liberdade de atuação nesses diferentes países, chamando

menos atenção internacional para a grande influência política que também operam, mas mantendo as conexões políticas com seus países imperialistas de origem, embora chamando menos atenção para este fato.

Dreifuss (1986), em seu livro “A internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986” contextualiza a atuação ideológica das elites orgânicas originárias dos países de capitalismo avançado que se relacionam com suas filiais latino-americanas formando uma internacional dos empresários. Dreifuss orienta a necessidade de aprofundarmos em nossas pesquisas empíricas os dados necessários para compreendermos a atuação de organizações e elites orgânicas internacionais.

O debate sobre a capacidade de ação política independente de organizações internacionais é fundamental para compreendermos a gênese desse processo, e ao pesquisarmos a Fundação Ford, empreendemos esse esforço. As teses de independência política da Fundação Ford em relação às políticas do governo estadunidense, defendidas por Miceli (1993), foram contestadas por Chaves (2019), que concluiu que existiu um dispositivo institucional costurado entre a Fundação Ford e o Departamento de Estado que cuida da política externa do governo estadunidense junto à CIA, processo denominado de “Guerra Fria Cultural”.

“Guerra Fria Cultural, uma aguda intervenção nos meios intelectuais desenvolvidas como estratégia de agendamento político para estabelecer fidelidades e predominância internacional para os EUA. (...) A Fundação Ford participava intensamente em um segmento dessa rede de investimento na ‘guerra psicológica’, característico da Guerra Fria Cultural levada pelo governo norte-americano: o da construção da denominada ‘esquerda não-comunista’ ou ‘socialismo democrático’. O sentido dessa intervenção era estabelecer ou promover adesão ao ideal do chamado ‘Centro Vital’: a postulação de que o fim dos totalitarismos viria da extinção dos polos políticos de direita e esquerda, através de soluções que favorecessem, convergissem ou se aproximassem das propostas vinculadas pelo ‘centro liberal’, o principal proponente dessa visão que pretendeu conciliar esforços democratizantes, lutas antitotalitárias e anticomunismo.” (Chaves, 2019, p.18)

Como o autor escreveu, a Fundação Ford estabeleceu fidelidades nas relações com alguns países na América Latina durante a Guerra Fria para predominância internacional dos ideais capitalistas dos EUA. Nesse contexto histórico, político e econômico internacional de Guerra Fria e de polarização entre EUA e URSS, a Fundação Ford opera em parceria com o Departamento de Estado dos EUA e com a CIA. Essa aguda intervenção nos meios intelectuais, descrita por Chaves, teve a colaboração da Fundação Ford como estratégia de agendamento político. O governo estadunidense, como descrito pelo autor, desejava fortalecer o centro vital liberal e combater os ideais comunistas.

Essa importante discussão sobre a independência política da Fundação Ford durante a Guerra Fria se relaciona diretamente aos investimentos financeiros feitos pela fundação. Analisamos e concluímos que a Fundação Ford se destacou por financiar e fazer os debates sobre as questões raciais nesse período histórico através da utilização do conceito de multiculturalismo relacionando ao centro vital liberal. Taylor (1994a) explica em seu livro o conceito de multiculturalismo, onde a singularidade tem sido ignorada e assimilada a uma identidade dominante ou de maioria. Defende, ainda, que todos os seres humanos devem ser reconhecidos pelas suas identidades únicas e que esse potencial único das pessoas deve ser respeitado igualmente em todas as pessoas.

O multiculturalismo comprehende a existência de muitas culturas em um país e defende a heterogeneidade dos povos enquanto conceito, por exemplo, do Brasil e dos EUA, onde existem culturas predominantes, mas defende que as diversas e diferentes culturas devem conviver em harmonia. O multiculturalismo é um conceito amplo, utilizado de diferentes formas por diversos autores, como McLaren e Hall, que escreveram sobre a possibilidade de um multiculturalismo revolucionário ou crítico, porém a maioria escreve atualmente sobre o tema dentro do marco teórico liberal.

Nesta pesquisa, concordamos com a perspectiva desenvolvida por Haider (2019), que critica a ineficácia do multiculturalismo liberal e contextualiza sua crítica através da experiência de conflitos dos Movimentos Negros dos EUA com o governo do negro Barack Hussein Obama II, adepto do multiculturalismo liberal, afirmando que a violência policial contra a comunidade negra não parou. Os levantes negros demonstravam querer mais que apenas espaço para os negros no sonho americano de mobilidade social, desembocando no movimento conhecido como *Black Lives Matter*.

A Fundação Ford defende um multiculturalismo social liberal que mantenha o modo de produção capitalista. No texto “A Reafirmação de uma Política da Fundação contida em Carta da Fundação Ford”, afirma:

“Em seu trabalho pelo mundo inteiro, a Fundação Ford busca promover o pluralismo e iguais oportunidades e acabar com a discriminação baseada em raça, etnicidade ou gênero. Este esforço provém da convicção de que todos os segmentos da sociedade se beneficiam do pluralismo e de oportunidades iguais de que a diversidade não somente é compatível com a excelência, mas na verdade a promove. (...) esforços para alcançar o pluralismo e iguais oportunidades requerem uma atenção continuada e firme, tanto nos Estados Unidos como em outros países.” (Fundação Ford, 1987, p.1)

Financia atividades que promovem o pluralismo e a diversidade racial e de gênero em busca de gerar oportunidades para garantir a diversidade nos mais diversos países. Essa

percepção da relação entre o multiculturalismo e a Fundação Ford foi aprofundada pelas pesquisas de Chaves (2019b) no seu livro “Guerra Fria e Brasil para a agenda de integração do negro na sociedade de classes”. Chaves analisa que a posição da Fundação Ford era de incentivo às mudanças no tratamento dado à raça e visava transformar especialmente a esfera dos comportamentos, combatendo o racismo. Nesse sentido, compreendemos nesta tese que os ideais sociais liberais de tolerância racial foram desenvolvidos como princípios centrais do que deveria ser a gestão dos conflitos grupais através do multiculturalismo e do respeito aos direitos humanos.

“A Fundação Ford, nos debates de questões raciais estabelecidos nos anos 1970, promoveu uma verdadeira guinada para o multiculturalismo. Esta nova proposta de ordem assumiu uma crescente relevância, na medida em que sua afirmação se dava em associação à ideia de que representaria a realização da integralidade e indivisibilidade dos direitos civis, sociais e políticos, previstas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou seja, porque propunha-se como a meta societária fundamental a ser alcançada com a afirmação dos direitos humanos, (re) tomados, desde os anos 1970, como aspiração política global. Nessa guinada, a Fundação Ford manteve-se, particularmente em relação aos negros, ativa como um dos mais importantes focos de agendamento intelectual e político. Como nas décadas anteriores, essa incidência vem sendo decisiva, entre outras formas de impacto, na modelagem de ideias e programas do chamado “campo progressista” e das esquerdas e, por suposto, em quais devem ser os sentidos éticos e as atividades subjacentes às políticas raciais.” (Chaves, 2019b, p.260)

A mudança de financiamento da Fundação Ford de pesquisas nas Ciências Sociais destacadamente entre as décadas de 1960 e 1980 para financiamento de ONGs nas décadas seguintes passou a ocupar um papel relevante na elaboração do problema de investigação da tese aqui desenvolvida. Esta tese é sobre a atuação da Fundação Ford, suas estratégias, ações, parcerias e redes associativas burguesas produzidas em um contexto de reorganização da sociabilidade burguesa iniciada nos últimos anos do século XX. Pretendemos analisar as iniciativas da Fundação Ford relacionando educação e a questão racial no Brasil contemporâneo.

Os esforços de pesquisa passaram a buscar compreender como a Fundação Ford se inseriu e o impacto desta inserção naquilo que Neves (2005) e Martins (2010) denominaram como Nova Pedagogia da Hegemonia, a partir de um movimento da “direita para o social” no qual a emergência de bandeiras de lutas e resistências, empenhadas historicamente pelos trabalhadores dos Movimentos Negros, passou a ser portadas por grupos, associações privadas e organizações da classe dominante. As questões desta pesquisa é compreender como a Fundação Ford assimila e incentiva as mudanças na educação relacionada à questão negra. Qual a relação entre a contribuição financeira e teórica da Fundação Ford? Quais tensões, conflitos e divergências podem ter sido estabelecidos em seu interior nesse processo? Em que

aspectos suas estratégias e táticas se aproximam ou se distanciam do movimento geral das organizações do capital no período estudado?

Para respondermos essas perguntas ao longo desta pesquisa, utilizamos a contribuição teórica de Neves, que inspirada por Gramsci (que possibilita o arcabouço teórico para compreendermos o projeto de sociabilidade da classe dominante) através dos seus conceitos de Estado Integral (compreendido nesta tese como Estado Ampliado) e Hegemonia. A partir desta perspectiva teórica do materialismo histórico e dialético, Neves (2005) desenvolveu o conceito de uma Pedagogia da Hegemonia do Estado capitalista como educador, para interpretarmos o processo histórico contemporâneo. A categoria Nova Pedagogia da Hegemonia é um instrumental teórico precioso para relacionarmos as políticas educacionais do Estado com as políticas feitas pela burguesia no interior do Estado capitalista. Martins e Neves explicam concretamente a relação entre a Nova Pedagogia da Hegemonia e a difusão pedagógica dos novos consensos dos sujeitos políticos coletivos que não criticam estruturalmente o sistema do capital, conectando com as características do bloco histórico que estão relacionadas à estrutura e à superestrutura, inseparáveis na compreensão feita por Gramsci.

Para Gramsci, a transição de um bloco histórico para outro se inicia com a crise econômica orgânica internacional em 1871 e com as progressivas alternativas construídas nas relações de capital-trabalho, marcadas pelo trabalho assalariado. Concomitante com esse longo processo de mudanças, que vai adentrar o século XX, houve novas formas de produção através, por exemplo, do fordismo. No Norte Global, essas características do “emprego padrão” com direitos só foram dominantes para homens, brancos, nascidos no próprio país entre 1945-1975. No Sul Global, Brasil incluído, isso não ocorreu, manteve-se a superexploração da força de trabalho como instrumento central da reprodução do capital.

Esse processo mais amplo de transformações sociais muda com a ruptura dessas relações de capital-trabalho da forma assalariada. Foi durante a Terceira Revolução Industrial relacionada à crise econômica orgânica do capital na década de 1970 que se inicia a implantação dos ideais neoliberais da supremacia das relações de trabalho precarizadas sem a carteira de trabalho assinada e sem seus direitos sociais inerentes, como férias remuneradas, décimo terceiro salário e direito à aposentadoria paga pela empresa contratante. Esses aspectos foram uma premissa do mundo do trabalho capitalista na maior parte do século XX nos países centrais, oriundas de décadas de lutas da classe trabalhadora para conquistá-las através de greves trabalhistas, mas esta experiência é diferente da experiência da classe trabalhadora nos países periféricos, onde houve as mesmas lutas por direitos trabalhistas,

porém, apesar dos avanços pontuais, esses direitos nunca alcançaram o patamar dos países centrais.

As relações trabalhistas mudaram com as novas relações precárias entre capital-trabalho com o advento do toyotismo e sua acumulação flexível na produção, inaugurando a reconfiguração de um novo bloco histórico. O atual traz muitos elementos do bloco histórico anterior, mas o que mudou foi à força de trabalho ser hegemonicamente sem carteira de trabalho assinada e as dificuldades geradas por isso para a mobilização dos trabalhadores em busca de direitos sociais. Além disso, mudou também a sociabilidade burguesa e a difusão de uma nova pedagogia do capital, onde a retirada dos direitos trabalhistas é a base econômica gradualmente implantada pela burguesia do bloco histórico atual, e essa nova característica econômica se sobrepõe às mudanças políticas porque não houve uma mudança estrutural no modo de produção capitalista, pois não mudou o fundamental, ou seja, a extração de mais-valia na propriedade privada dos meios de produção.

Os EUA venceram a Guerra Fria, representados emblematicamente na queda do muro de Berlim em 1989 e na reunificação da Alemanha sob o regime capitalista. A dissolução da URSS em 1991 foi encarada pelos EUA como uma vitória neoliberal, que a partir desse momento tenta a criação de novos sujeitos políticos que se afastem da polarização esquerda versus direita, tentando converter a anterior esquerda marxista e a esquerda social democrata ao suposto novo consenso social liberal. Acerca da recomposição burguesa verificada, a partir dos anos 1990, esta tese irá trabalhar com a formulação produzida por Castelo (2011) na definição do social-liberalismo. A formulação desse autor em sua tese de doutorado intitulada “O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a questão social no século XXI” nos ajudou decisivamente a compreender conceitualmente o social-liberalismo que se relaciona ao neoliberalismo no contexto social de sua implantação.

Compreendemos que não são dois projetos distintos, social-liberalismo e neoliberalismo; trata-se do mesmo programa operado por forças políticas diferentes do ponto de vista das suas bases sociais, mas que articulou um bloco social capaz de aglutinar grupos até então adversários. A união de forças políticas diferentes do ponto de vista de sua história e de suas bases sociais é um dos objetivos da Fundação Ford. O programa político possui explicitamente elementos fundamentalmente liberais que demonstram a supremacia liberal nos tempos atuais, através de um programa reformista-restaurador que não deve ser compreendido como uma síntese entre os projetos da esquerda marxista ou social democrata e da direita liberal, mas sim um programa fundamentalmente e hegemonicamente liberal com aspectos sociais. Na organização da estrutura explicativa desta tese, iniciamos com esta

pequena introdução com a problemática, objetivos, temática, objeto de investigação, questão central desta pesquisa e com a pequena explicação resumida dos capítulos a seguir.

O capítulo 1 – “A Nova Pedagogia da Hegemonia: para além da aparência” – contém três subcapítulos: o 1.1 – “Pressupostos teóricos de uma análise sócio histórica” – conterá o referencial teórico através do materialismo histórico e dialético, e sua relação com o conceito de Estado Ampliado. Apresentamos também alguns importantes eixos analíticos utilizados nesta pesquisa como: Luta de Classes; Consciência de Classe; Hegemonia; Imperialismo; Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado e Autocracia Burguesa. O subcapítulo 1.2 – “A recomposição burguesa e a direita para o social” – possui uma pequena contextualização do processo de redemocratização brasileiro na década de 1980 e da implantação das políticas neoliberais na década de 1990. Apresentamos a recomposição burguesa e a direita para o social, exemplificada pela atuação da Fundação Ford na questão racial durante os governos do PSDB (1994-2002) e o processo de transição para o social liberalismo, analisando a nova sociabilidade do capital. No subcapítulo 1.3 – “Uma esquerda para o capital” – possui uma contextualização dos governos sociais liberais do PT, da situação educacional no Brasil, e das reivindicações dos Movimentos Negros contemporâneos relacionando a atuação da Fundação Ford.

O capítulo 2 – “A Descolonização da Questão Negra e a Fundação Ford” – conterá o referencial teórico desta pesquisa sobre a questão negra, com uma pequena contextualização histórica dos Movimentos Negros e sua relação com a Fundação Ford. No subcapítulo 2.1 – “Movimentos Negros contemporâneos e a desconstrução de análises colonizadoras” – conterá a contribuição teórica de autores marxistas negros como: Gonzalez, James, Césaire, Fanon, Almeida, dentre outros, sobre o racismo como elemento cultural e a necessidade de desconstrução de análises colonizadoras eurocêntricas, para aprofundar especificidades, sócio históricas, da condição dos negros na sociedade atual. No subcapítulo 2.2 – “Racismo Estrutural: da escravidão negra à abolição inacabada” – analisaremos a história do negro no Brasil e o conceito de Racismo Estrutural de Almeida que está presente de forma transversal em toda nossa análise, juntamente à contribuição teórica de Gonzalez e Moura dentre outros autores que explicam a não integração do negro na sociedade capitalista. No subcapítulo 2.3 – “Henry Ford, Fundação Ford e a Guerra Fria, Redemocratização brasileira” – destaque para a história de Henry Ford e da Fundação Ford e sua política internacional neste período.

No capítulo 3 – “A Fundação Ford, seus intelectuais orgânicos e a questão negra” fizemos uma análise da bibliografia acadêmica disponível sobre a Fundação Ford e uma análise da sua atuação atualmente. O subcapítulo 3.1 – “A Fundação Ford e a produção do seu

pensamento na universidade brasileira” – possui uma análise da relação entre a Fundação Ford e os intelectuais orgânicos das universidades no Brasil, além da atuação e financiamento da Fundação Ford na educação brasileira. A importância da questão racial na educação é destacada. No subcapítulo 3.2 – “Os intelectuais orgânicos da Fundação Ford e o antirracismo” – conterá uma contextualização política da relação da Fundação Ford com a temática negra no Brasil através de seus principais intelectuais orgânicos: Brooke, Freire, Telles e Roque. É destacado o protagonismo no financiamento feito pela Fundação Ford aos Movimentos Negros e sua ampla influência política ideológica. No subcapítulo 3.3 – “A Pedagogia da Hegemonia da Fundação Ford: investimento, pesquisa e articulação internacional” – A análise privilegia a identificação, a caracterização política e a compreensão do pensamento dos principais líderes internacionais antirracistas da Fundação Ford destacadamente Walker, e a ação desses agentes da fundação que fizeram a história desta instituição, como diretores da Fundação Ford, com ênfase nos seus intelectuais orgânicos que deram destaque a questão racial.

A conclusão retomará as principais questões desta tese, relacionando a Nova Pedagogia da Hegemonia e a Fundação Ford, apresentando sua atual visão sobre o Estado e sociedade civil. Concluímos que o antirracismo é um elemento central para a Fundação Ford que deseja acabar com o racismo por dentro do sistema capitalista de produção. Nesta visão de mundo, o ideal é evitar que as revoltas antirracistas dos negros abracem a perspectiva revolucionária de ruptura com o modo de produção capitalista defendida pelos militantes socialistas que utilizam o materialismo histórico e dialético.

1 A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA: PARA ALÉM DA APARÊNCIA

Se os poderosos senhores,
impõem-nos à força bruta,
silêncio pras nossas dores
e dor pra nossa labuta.
Não calam os educadores.
Só educa quem reluta!
Quanto mais a gente luta,
mais a luta nos educa!
Aprendi em movimento,
que quem para se amputa.
E é vão o conhecimento,
que não espelha a conduta.
Educa-se o pensamento,
sendo parte na disputa.
Quanto mais a gente luta,
mais a luta nos educa.
Se a luta é educadora,
então que ela repercuta.
Contra a mão opressora,
que a educação refuta.
Que a classe trabalhadora,
una-se toda em luta!
E quanto mais a gente luta,
mais a luta nos educa.
(Mendonça, 2023, p.53)

Neste capítulo, a proposta foi apresentar de forma sucinta o referencial teórico da pesquisa. Tomamos, assim como Mendonça (2012), o conceito “Estado Ampliado”, inspirado por Gramsci (2002), como um itinerário de investigação. Nesse sentido, o trabalho investigativo teve início, após o levantamento bibliográfico e reflexões acerca das questões motivadoras do projeto, partindo da “sociedade civil”, instância de atuação dos “Aparelhos Privados de Hegemonia” e seus “intelectuais orgânicos” em busca da hegemonia da sua classe social. Ao partirmos da hipótese de que a Fundação Ford se constituiu ainda no período da Guerra Fria, em um fundamental Aparelho Privado de Hegemonia da classe dominante com sede nos EUA e ramificações em outros países, incluindo o Brasil, decidimos por trabalhar com o referencial teórico marxista por compreender que, a partir do materialismo histórico e dialético, será possível apreender o objeto de investigação em seu movimento.

No primeiro subcapítulo, apresentamos nossos pressupostos teóricos para o desenvolvimento de uma análise sócio histórica, baseada no materialismo histórico e dialético. A intenção é apresentar este instrumental teórico que utilizamos para compreender a conjuntura internacional no período entre 1985-2025 enfatizando as especificidades da

sociedade brasileira. No segundo subcapítulo, apresentamos a recomposição burguesa e a direita para o social (Martins, 2009), exemplificada pela atuação da Fundação Ford. Fazemos uma breve análise histórica através dos governos do PSDB (1994-2002), após o fim da Ditadura Empresarial-Militar, sobre a implantação tardia do neoliberalismo no Brasil e o processo de transição para a implantação do social liberalismo, analisando a direita para o social e a nova sociabilidade do capital. No terceiro subcapítulo, analisamos os governos sociais liberais no Brasil, através da experiência governamental petista, à esquerda para o capital, analisando também o conflito capital versus trabalho na educação. As posições da Fundação Ford nesse contexto são analisadas de forma transversal.

1.1 Pressupostos teóricos de uma análise sócio histórica

“Se aparência fosse igual à essência não seria necessária à ciência.”
(Karl Marx)

Nesta investigação, tomamos em termos gerais o materialismo histórico e dialético como marco teórico nesta pesquisa. Sendo assim, no que importa aqui dessa visão de mundo, destacamos uma concepção histórica que enfatiza a produção material da vida cotidiana através da análise do Estado e da consciência de classe no modo de produção capitalista, como escreveram Engels e Marx.

“Essa concepção de história se baseia no processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e concebe a forma de troca conectada a esse modo de produção e por ele gerada (isto é, a sociedade civil em suas várias fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência e seguindo seu processo de nascimento a partir dessas produções; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade.” (Marx; Engels. 2004. p.65)

Eles explicam as formações ideológicas, a partir da práxis material, prática das relações reais como a força motriz da história que se transforma através da revolução social. Marx faz a análise do modo de produção capitalista pela análise da mercadoria. Para Marx, a mercadoria é a célula da sociedade burguesa e a riqueza das sociedades configura-se em uma imensa acumulação de mercadorias.

O modo de produção capitalista é o conceito que explica a forma como os seres humanos, em cada época histórica, relacionam-se com a natureza e com outros seres humanos para a produção e reprodução dos bens necessários à sua existência, incluindo a forma pela qual os homens tomam consciência deste processo, sendo composto por economia, política e ideologia que formam a totalidade da sociedade. A economia constitui a base econômica ou infraestrutura da sociedade com suas forças produtivas, compostas pela força de trabalho e

pelos meios de produção. A política e a ideologia constituem a superestrutura da sociedade. As relações de produção são que, em cada época histórica, estabelecem-se entre os indivíduos e as classes sociais no processo de produção da existência humana. São compostas pelas relações de propriedades sobre as forças produtivas e pelas relações de distribuição da riqueza social.

O materialismo histórico e dialético possui três pilares fundamentais: a dialética, a teoria do valor e a perspectiva da revolução do proletariado. A base econômica da sociedade é onde os seres humanos organizam a produção e distribuição, com a determinação da vida humana em última instância pelo econômico, entre vários aspectos distintos (todos importantíssimos) de análise da sociedade. A análise do modo de produção capitalista, através da luta de classes sociais no Estado burguês e de sua relação com a sociedade civil, é o fundamento da história contemporânea.

A compreensão que a filosofia da práxis proporciona é fundamental, pois parte da análise da sociedade a partir da participação concreta dos trabalhadores e seus intelectuais orgânicos na luta de classes. Sendo assim, não é possível a compreensão plena deste pensamento sem a atuação militante através da práxis revolucionária coletiva nos movimentos de lutas dos trabalhadores. Marx e Engels, além de analisarem a sociedade capitalista, lutaram por seus ideais, participaram da Liga Comunista e da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864, com diversas correntes do movimento operário. Marx, ao longo do livro “o Capital”, faz referências à centralidade da escravidão para a acumulação primitiva do capital – inclusive redigiu os estatutos da AIT.

Mattos (2022), no prefácio do livro “A guerra civil nos Estados Unidos”, apresenta o antirracismo e o abolicionismo defendido pela AIT e por Marx e Engels, e a importância da abolição da escravatura para a luta da classe trabalhadora internacional como parte de um processo maior de emancipação da humanidade sem distinção de cor, credo ou nacionalidade. Nessa época, após se libertar da escravidão, o escritor líder negro abolicionista estadunidense Frederick Douglass, durante o período da Guerra de Secessão, lutava pela abolição da escravatura e pressionava o então presidente dos EUA, Abraham Lincoln, por cidadania para pessoas negras. Nesse contexto da luta de classes, a AIT enviou uma carta felicitando o presidente Abraham Lincoln por ocasião de sua reeleição, em novembro de 1864. Segundo a carta, “se a resistência ao poder escravagista foi a reservada palavra de ordem de sua primeira eleição, o grito de guerra triunfante de sua reeleição é morte à escravidão” (Marx, 2022, p.353).

Em que pesem as diferenças teóricas e práticas entre a Associação Internacional dos Trabalhadores com marxistas, anarquistas e o presidente estadunidense liberal Abraham Lincoln, a carta expressa que as divergências não eram suficientes para evitar essa congratulação com relação à necessidade do fim da escravidão. Essa carta foi entregue ao embaixador dos EUA na Inglaterra, e respondida com agradecimentos por Abraham Lincoln. Nesta tese categorias e conceitos do materialismo histórico e dialético como modo de produção capitalista, sociedade civil, classe social, luta de classes, totalidade, consciência de classe e dialética estarão presentes na análise aqui produzida. Todavia, no conjunto dessas categorias e conceitos entendemos que a compreensão do Estado Ampliado inspirada em Gramsci nos será de central relevância.

“Por enquanto, podem-se fixar dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de sociedade civil (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como privados) e o da sociedade política ou Estado, planos que correspondem, respectivamente, a função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico.” (Gramsci, 2001b, v.2, p.20)

Utilizamos nesta pesquisa a compreensão de Estado Ampliado enquanto ferramenta teórico-metodológica que possibilita compreender a atuação das classes sociais, tanto na sociedade política – onde a burguesia exerce sua função hegemônica no modo de produção capitalista e insere seus projetos e interesses nas agências estatais –, quanto na sociedade civil, onde as classes sociais burguesia e proletariado em disputa de ideais organizam seus Aparelhos Privados de Hegemonia. Os intelectuais orgânicos são importantes na análise de Gramsci para o entendimento da hegemonia, pois os intelectuais orgânicos da burguesia tentam, através da construção de consensos, imprimir a hegemonia dos ideais da burguesia. Além disso, caso existam dificuldades em exercer a hegemonia, a burguesia utiliza mais frequentemente o aparelho de repressão estatal (forças armadas), que assegura legalmente no Estado burguês a disciplina da classe social proletariado que não consente.

Nesta pesquisa, compreendemos que o Estado Ampliado extrapola os limites da teoria, como Mendonça (2014) enfatizou, transmutando-se numa ferramenta metodológica para as pesquisas acerca de diversos temas que envolvam a compreensão do funcionamento do Estado na sociedade contemporânea. A correlação de forças estabelecidas entre esses atores coletivos que representam os ideais de diferentes classes sociais se expressa através dos respectivos Aparelhos Privados de Hegemonia por eles representados. A dominação política de classe na sociedade capitalista se expressa nas políticas estatais demonstrando as relações entre classe burguesa dominante, a classe trabalhadora dominada e suas diferentes ideologias em conflito. Por isso, destacamos especialmente a compreensão do Estado Ampliado para

tentar explicar as formações ideológicas do tempo presente a partir da práxis material. Fontes e Mendonça explicam de forma resumida suas interpretações sobre parte dessa valiosa contribuição teórica de Gramsci sobre Estado, através da compreensão do Estado Ampliado:

“De uma forma ou de outra, é o Estado Ampliado a principal contribuição de Gramsci no âmbito da renovação do marxismo, superando as dicotomias vontade versus imposição, sujeito versus sociedade e base versus superestrutura, através de uma análise cuja ênfase é histórica. O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). Gramsci supera o dualismo das análises que separavam e contrapunham a base à superestrutura, integrando sociedade política e sociedade civil numa só totalidade, em constante interação, no âmbito do que ele considerava as superestruturas.” (Fontes; Mendonça, 2012, p.62)

No Estado Ampliado a socialização da política é um elemento fundamental de análise de desenvolvimento da sociedade civil e o debate sobre qual o lugar da escola no interior do Estado Ampliado é importantíssimo. A escola pode ser uma instituição privada dentro da sociedade civil ou a escola pode ser pública e servir para moldar a classe trabalhadora para o mundo do trabalho. O professor é um intelectual que cumpre uma função social muito específica dentro da sociedade capitalista devido ao papel social da escola, especialmente o papel da escola pública. O professor pode atuar em um Aparelho Privado de Hegemonia (APH) ou como funcionário estatal, que tenta transformar o professor em um intelectual orgânico subalterno. O professor não produz um novo saber científico nas suas aulas; sua especificidade está em mediar o processo de aprendizagem da teoria científica através de um método pedagógico que seja comprehensível para os estudantes. O APH ou o Estado produz o material didático e solicita ao professor sua reprodução em sala de aula, que feita pelo professor, torna seu saber alienado. Nesse sentido, o seu saber profissional é expropriado.

A escola atualmente é majoritariamente uma instituição pública que constrói o consentimento, porém, não necessariamente é um Aparelho Privado de Hegemonia da classe dominante. O professor pode ser um intelectual de um APH, como a Fundação Ford, ou não, pois de forma oposta pode ser um ativista antirracista que ministra aulas com conteúdos revolucionários contra o sistema capitalista na escola pública ou mesmo em um pré-vestibular social vinculado a um sindicato, sendo assim, um intelectual orgânico da classe trabalhadora. Para Gramsci, o intelectual orgânico também pode ser compreendido como um organizador da vontade coletiva, pois o intelectual para o autor possui uma compreensão mais ampla, não é intelectual somente pelo saber acadêmico, mas pela capacidade de organizar a vontade coletiva.

Na compreensão teórica social liberal, a sociedade civil não é parte do Estado, mas para Gramsci, a sociedade civil tem relação com a sociedade política e se relaciona dialeticamente. A compreensão de Estado Ampliado é que a sociedade civil é parte do Estado assim como a sociedade política. Para ele, é fundamental a sociedade civil, pois é lá que os intelectuais orgânicos fazem a hegemonia. A sociedade civil se organiza pelo conjunto de organismos privados e expressa o momento da persuasão e do consenso que, conjuntamente com o momento da violência e da repressão (sociedade política), asseguram a manutenção da estrutura de poder (Estado). Gramsci entende hegemonia como:

“(...) combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública jornais e associações.” (Gramsci, 2001b, p.95)

Os conceitos de hegemonia e de sociedade civil permitem pensar dialeticamente o problema da educação na sociedade burguesa capitalista, bem como no funcionamento da escola e sua função social nas engrenagens desse modo de produção. Para Gramsci, a obtenção do consenso nas sociedades ocidentais torna-se fundamental para que um projeto de sociedade se torne hegemônico. Este ocorre quando a classe dominante no poder estatal consegue diminuir a circulação e importância de outras ideologias contrárias, perspectiva hegemônica da classe trabalhadora. Em uma vertente tendo Gramsci como referência, compreendemos a organização do poder das classes dominantes como bloco histórico, que aspira hegemonizar o processo político considerando a construção de um imaginário social. Quando o imaginário social está construído à imagem e semelhança do bloco dominante, o processo de dominação é muito mais consenso e menos força.

Através desse referencial teórico apresentado acima, selecionamos os principais eixos analíticos (domínios reflexivos) desta pesquisa: Luta entre Classes Sociais; Estado Ampliado; Aparelho Privado de Hegemonia; Intelectuais Orgânicos; Nova Pedagogia da Hegemonia; Social-Liberalismo; Racismo Estrutural e Análise de Conjuntura Social, Política e Econômica entre 1985-2025. No âmbito dessa fundamentação geral, utilizaremos particularmente a concepção de sujeito histórico desenvolvida por Thompson. Esse autor parte da consideração de que a visão estruturalista (da leitura da obra intelectual de Althusser) do materialismo histórico elimina a agência humana da história, que em termos práticos, torna-se uma história sem sujeito, onde a estrutura determina todas as condições humanas da sociedade, expulsando assim o processo de escolhas do ser humano na história.

Contrariamente, para Thompson (1981), a estrutura, embora delimita os planos da ação humana através da economia com a determinação da vida humana em última instância

pelo econômico entre vários aspectos distintos (todos importantíssimos) de análise da sociedade não elimina a ação do homem, que deve ser compreendida no processo histórico indeterminado. Sua preocupação com análises mecanicistas e economicistas abre perspectivas fundamentais para a necessidade de compreender a história como um processo de rupturas e continuidades, onde os homens aparecem como agentes históricos ativos que sempre fazem escolhas dentro de um campo determinado de possibilidades através da experiência.

“(...) é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida.” (Thompson, 1981, p.112)

Inspirado nessa perspectiva de Thompson, podemos compreender que, por exemplo, a realidade de uma escravizada no modo de produção escravista foi limitada pela estrutura econômica da sociedade, contudo, mesmo assim existiu agência humana do sujeito histórico pois a suposta escravizada poderia, como estratégia de sobrevivência, tentar se adequar tornando-se uma mama de leite e vivendo dentro da casa grande como escravizada com pequenos privilégios. Também poderia se revoltar tentando fugir para os Quilombos, correndo o risco de ser assassinada na fuga, ou seja, mesmo com condições econômicas estruturais determinadas no caso de ser uma escravizada, existiam pequenas possibilidades de fazer escolhas como sujeito histórico.

Essa formulação de Thompson nos servirá como referencial teórico a fim de, ao longo desta pesquisa, não recairmos nessas análises mecanicistas e economicistas. Com esse original e criativo pensamento, o autor tornou-se um dos principais expoentes da renovação do materialismo histórico e dialético na Inglaterra. Thompson (1981) enfatiza a necessidade na análise das sociedades da experiência, necessária entre o ser social e a consciência social, relacionando ao conceito de classe social e ao processo de construção da consciência da classe trabalhadora. Essa compreensão teórica faz parte do nosso referencial, em conjunto com a perspectiva teórica de Gramsci e sua compreensão do conceito de Estado.

A complementariedade desse instrumental teórico utilizando Thompson e Gramsci nos revelou Mattos (2012), pois a contribuição teórico-metodológica de Thompson e Gramsci podem se relacionar e servir como fonte de inspiração, com a qual a identificação da correlação de forças entre burguesia e proletariado no modo de produção capitalista é fundamental para uma análise política mais profunda. Analisar a conjuntura vivida pela classe trabalhadora e pela burguesia em determinado recorte de período histórico, englobando a compreensão do conceito de Bloco Histórico de Gramsci ao conceito de Consciência da

Classe trabalhadora desenvolvida por Thompson nos parece o mais profícuo. Por um lado, ocorre a identificação da oposição de interesses contra outra classe social, e de outro, a identificação de interesses econômicos comuns entre as mais variadas categorias profissionais.

Como exemplo metodológico do tipo de análise que empreendemos através do marxismo, Gramsci (2023) escreve sobre a revolta no mundo colonial, a luta de classes de negros contra os exploradores brancos. Ou seja, um intelectual orgânico branco e europeu da classe trabalhadora defende os mesmos interesses sociais da classe trabalhadora negra e seus intelectuais orgânicos que lutaram por autonomia e independência nas colônias africanas, exploradas pelas metrópoles europeias comandadas pela burguesia branca europeia. Para compreendermos melhor a realidade histórica latino-americana sob as lentes do materialismo histórico e dialético, compreendemos o pensamento do peruano Mariátegui (2011) como o mais original.

O autor influenciou positivamente nosso olhar para escrevermos esta tese, pois fez na década 1920 a aplicação das categorias marxistas em uma análise latino-americana que resgata as tradições históricas coletivistas indígenas, chamada por Mariátegui de comunismo inca, que seria um comunismo agrário (o ayllu era um conjunto de famílias que detinha a propriedade coletiva da terra nas civilizações indígenas pré-colombianas) que valoriza a história e organização social indígena associando esses processos com a perspectiva de luta por um socialismo indo-americano. Mariátegui comprehende que a questão da concentração de terras feita pelos colonizadores europeus é inseparável da questão racial indígena e de sua causa pela terra em seu país, e que essa só seria possível através de uma revolução socialista. O autor faz uma análise histórica do Peru rompendo com a transposição artificial de análises europeias, como as orientações estratégicas da III Internacional Comunista, para uma etapa democrático-burguesa nacional e antifeudal, que impunha uma posição mecânica dos estágios históricos com conceitos inapropriados para a América Latina como feudalismo. O desenvolvimento distinto do Peru em relação à Europa era à base do seu pensamento, que enfatiza as particularidades da questão racial indígena na luta de classes.

Sendo assim, o pensamento inovador de Mariátegui fortaleceu uma perspectiva de ruptura com o stalinismo etapista que defendia a tática dos partidos comunistas, na década de 1930, de fazerem a etapa democrática burguesa primeiro, para depois almejar a segunda etapa socialista, tática essa que deu errado na América Latina. Mariátegui fortaleceu análises mais dialéticas através do materialismo histórico, buscando múltiplas determinações históricas

específicas para análise concreta da realidade latino-americana, planejando as possibilidades de um socialismo indo-americano. Entendemos a atual sociedade brasileira nesta tese a partir da compreensão de uma sociedade de capitalismo dependente, como escreveu Francisco Oliveira.

Para compreendermos as conclusões dos estudos realizados por Oliveira, é necessário antes retomarmos a Lei do Desenvolvimento Desigual de Lênin no livro “Imperialismo, estágio superior do Capitalismo” escrito em 1917, no qual o autor afirma que há desigualdade no ritmo de desenvolvimento do capitalismo no plano internacional. As grandes disparidades entre as capacidades industriais das nações na corrida imperialista seriam determinantes no século XX. Para Lênin (2012) o imperialismo é resultado da expansão do capitalismo do processo de centralização, de concentração de capitais e das novas modalidades de organização das burguesias no formato do capital financeiro. Para o autor, o capitalismo da livre concorrência morreu, porém não acaba a concorrência; na verdade, existe um deslocamento dessa concorrência para patamares superiores de centralização e concentração do capital que se expressam nos novos monopólios.

Segundo Lênin (2012), a formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas estaria dividindo o mundo partilhando todo o território mundial, e isso estava levando à conclusão da partilha territorial do globo terrestre entre as potências capitalistas. Dessa forma, situa-se a exploração imperialista das nações desenvolvidas industrialmente, que possuíam neocolônias africanas e asiáticas fontes de matérias-primas (imperialismo formal com domínio militar e econômico) e também sobre as semicolônias, nações subdesenvolvidas (imperialismo informal domínio econômico). As teorias da dependência são oriundas do desenvolvimento desigual das forças produtivas em cada país em uma escala internacional.

No livro “A História da Revolução Russa”, Trotsky apresenta de forma mais acabada sua Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado para compreender as desigualdades econômicas internacionais entre as nações capitalistas e também para compreender as desigualdades regionais da Rússia, podendo essa teoria ser aplicada a outros países como o Brasil, por exemplo. Para Trotsky, haveria uma assimilação dos elementos mais modernos das nações tidas como avançadas e sua adaptação a condições materiais e culturais pré-industriais. Essa superposição entre diferentes estágios de desenvolvimento, do ponto de vista capitalista, constituiria para o autor como a marca do elemento desigual e combinado do desenvolvimento capitalista.

Para Trotsky (2007), esses diferentes estágios de desenvolvimento econômico em diferentes regiões em um mesmo país não estão simplesmente um ao lado do outro de forma aleatória, mas se articulam e se combinam, ou seja, o processo do desenvolvimento capitalista cria a união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas). A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado compreende a ocorrência simultânea em um processo de desenvolvimento econômico, de aspectos avançados e atrasados nos países, especialmente nos países periféricos do sistema capitalista mundial, nos quais um setor extremamente moderno da economia pode conviver de forma combinada com o mais atrasado, resultando numa formação social particular.

A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado é à base da teoria da revolução permanente de Trotsky (2011), que afirma que especificamente em alguns países dependentes a burguesia não fará a revolução democrática burguesa. Nesses casos, Trotsky argumentava que os trabalhadores deveriam jogar um papel decisivo na transformação social, mas que não poderiam parar somente nas tarefas de uma revolução democrático-burguesa. Para obter uma reforma agrária verdadeira, resolver a questão nacional (independência) e desenvolver a economia através da revolução industrial, a revolução terá de proceder a essas tarefas que desembocam na revolução socialista e a expandir internacionalmente.

Para Trotsky (2011), a revolução socialista não pode realizar-se nos quadros nacionais somente; ela começa no terreno nacional e se desenvolve internacionalmente. Por isso, a revolução socialista se converte em revolução permanente, ou seja, só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o mundo. Trotsky argumenta que para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da revolução socialista. Essa estratégia política trotskista gerou a reação do stalinismo à teoria da revolução permanente, que foi a proposta do socialismo em um só país de Stálin e a teoria das duas etapas: primeiro a revolução democrática burguesa e depois a revolução socialista.

Trotsky (2017) contrapõe essa proposta do stalinismo com o conceito de programa de transição, que é a aplicação programática no partido revolucionário da estratégia da revolução permanente. Trotsky defendeu que é necessário o partido revolucionário ajudar os trabalhadores no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações imediatas e o programa da revolução socialista. Essa ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias que parta das condições e da consciência da classe trabalhadora e conduza a conquista do poder pelo proletariado. Para ele, o programa de

transição são as propostas que, se forem implantadas, colocam em xeque o próprio sistema capitalista. Esse programa de transição possui propostas como expropriação de grupos capitalistas; expropriação dos bancos privados e a estatização do sistema de crédito; reforma agrária; estatização das fábricas sob o controle dos trabalhadores e democracia direta através dos *soviets* e conselhos de trabalhadores.

Francisco Oliveira vai aplicar essa teoria dialética de Trotsky, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, à realidade brasileira. O autor rompe com esquematismos das interpretações errôneas stalinistas da realidade brasileira no século XX, majoritárias entre os marxistas brasileiros representados pelo Partido Comunista Brasileiro, que afirmava existir um modo de produção feudal no Brasil e por isso defendia ser necessária uma revolução democrático-burguesa antes da revolução socialista. Essa estratégia política ficou conhecida como etapismo stalinista, ou seja, uma interpretação da realidade social e política nos países semicoloniais, oriunda de teses importadas das análises errôneas da III Internacional Comunista na segunda metade dos anos 1920.

Na formulação crítica da teoria marxista da dependência, a economia brasileira já seria plenamente capitalista na segunda metade do século XX, mesmo perpetuando relações não capitalistas na agricultura. Oliveira (2003) defende que o Brasil como país de capitalismo dependente na divisão internacional do trabalho cumpre o papel de produtor de matérias-primas e de produtos agrícolas para exportação, exportador de *commodities*, onde a expansão de sua economia capitalista não reproduz o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos industrialmente e tende, por razões em primeiro lugar históricas, que se transformam em razões estruturais, a perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura, nas quais predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção.

A burguesia brasileira implantou no Estado nacional um capitalismo associado, uma aliança da burguesia nacional agroexportadora com a burguesia internacional industrial, mas com a burguesia brasileira sendo sócia minoritária dos lucros (porque os maiores lucros, oriundos dos valores agregados das mercadorias industrializadas, ficam com os países de capitalismo industrial desenvolvido nestas trocas comerciais) dessas relações comerciais internacionais, entretanto, assumindo um papel protagonista internacionalmente na exportação de *commodities* feita com desenvolvimento tecnológico na produção de produtos primários. A posição protagonista garante à burguesia brasileira uma enorme riqueza material, mesmo que o Brasil, enquanto Estado nacional, não obtenha nessas relações comerciais lucros internacionais similares.

Historicamente, a burguesia agrária brasileira tem esse protagonismo no domínio do Estado brasileiro para interesses particularistas há muitas décadas. Por exemplo, no governo do presidente Afonso Pena, em 1906, ocorreu o que ficou conhecido como ‘Convênio de Taubaté’, onde os Estados pegavam empréstimos para valorizar o preço do café retirando do mercado seu excesso, aguardando melhores condições para a comercialização e mantendo o lucro dos latifundiários, que vendiam toda a sua mercadoria para o Estado nacional brasileiro. O resultado dessa política de redução artificial da exportação de café gerou novos investimentos dos latifundiários na produção porque eles sabiam que os diferentes governos de cafeicultores da República Velha Oligárquica iriam comprar o excesso da produção, piorando a situação econômica do país através de um grande déficit econômico do Estado nacional.

Para Oliveira (2003), o sistema de produção continua tendo por base a realização de lucros, por isso é capitalista, com vendedores da força de trabalho e compradores, ou seja, não mudou as relações de não proprietários dos meios de produção e proprietários agrários. Apresenta a perpetuação de relações não capitalistas também em vários setores da economia brasileira, chamando a atenção para a reprodução capitalista de forma particular e específica na periferia do sistema internacional do capital, de forma desigual e combinada com o capitalismo internacional. Segundo Oliveira (2003), no Brasil, ao contrário do modelo clássico das nações altamente industrializadas, a progressão do modelo capitalista não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação. Sendo assim, os países centrais de capitalismo industrial altamente desenvolvido se relacionam com países como o Brasil, onde predominam padrões não capitalistas formais de relações de produção (atualmente a maioria dos trabalhadores trabalham de maneira informal, sem carteira assinada) confirmado ainda a validade da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. O preço baixíssimo da força de trabalho no Brasil contribui para a acumulação de capital e para a circulação de mercadorias altamente industrializadas.

Para finalizar esta introdução da nossa compreensão teórica do processo sócio-histórico, recorremos a Fernandes (2006), que explica o modelo autocrático-oligárquico de transformação capitalista que ocorreu no Brasil em seu livro “A revolução burguesa no Brasil”, no qual explica como se concretizou histórica e socialmente a relação entre a transformação capitalista e a dominação burguesa, nas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a se salvar mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe.

Para Fernandes (2006), a burguesia brasileira é profundamente reacionária e autocrática em sua forma de dominação burguesa. Para o autor, onde há superexploração do trabalho existe também autoritarismo da autocracia (ou democracia seletiva). Essa burguesia defende historicamente uma democracia restrita (democracia entre os poderosos oligarcas que dominam a sociedade civil), pois detém em nível nacional um forte poder político, econômico e social expressos no controle da máquina do Estado brasileiro, administrado de cima para baixo tendo como característica fundamental a burguesia brasileira recorrer a quaisquer meios para prevalecer seus interesses especificamente de classe, como a intensificação da exploração capitalista através da superexploração da força de trabalho em busca de mais-valia e da opressão de classe através. Como exemplo, o racismo estrutural, com a mediação do Estado, transformando seus interesses particulares em interesses da nação como um todo.

Segundo Fernandes (2006), a burguesia brasileira torna-se estruturalmente em pró-imperialista, contentando-se com a posição de domínio nacional através do domínio da estrutura do Estado que se tornou o centro da evolução recente do capitalismo brasileiro, pois a burguesia brasileira não pode apoiar-se exclusivamente nos meios privados de dominação de classe devido à sua fragilidade econômica oriunda de um capitalismo subdesenvolvido e dependente, que se articula com as empresas multinacionais dos países hegemônicos do capitalismo mundial. Atualmente, devido à conjuntura política adversa para os marxistas após o fim da URSS, ocorre um esvaziamento da questão da revolução socialista como questão central nos livros de análise política da sociedade brasileira, porém, a questão da revolução socialista estava na pauta central durante os debates acadêmicos durante a Guerra Fria. Sendo assim, autores desse período, como Fernandes, escreviam na perspectiva da possibilidade da revolução.

Nesta tese, defendemos a ideia de que o fim do racismo e a revolução socialista são condições intrínsecas uma à outra, pois compreendemos ser o inicio do caminho para acabar com o racismo estrutural da sociedade brasileira.

1.2 A recomposição burguesa e a direita para o social

O processo histórico da sociedade brasileira, em toda sua complexidade, pode ser compreendido através da reflexão teórica e diálogo com o conceito de revolução passiva desenvolvida por Gramsci e aplicado à realidade histórica italiana, respeitando as especificidades históricas que marcam a sociedade brasileira de capitalismo dependente e periférico se comparada à sociedade imperialista italiana. Apesar das especificidades que

distinguem essas duas sociedades, compreendemos que o conceito de revoluções passivas é uma chave reflexiva que nos ajuda a compreender a complexa realidade histórica brasileira através de diferentes recortes históricos de longa duração como forma histórica da hegemonia conservadora.

“O fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de ‘restaurações’ que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’, ou ‘revoluções-restaurações’, ou ainda ‘revoluções passivas.’” (Gramsci, 1999, p.393)

Através do conceito de revoluções passivas compreendemos o processo de fim da escravidão no Brasil (e o medo dos latifundiários de uma revolução com iniciativa popular unitária, como a analisada por James (2010) Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos); ou em outros momentos históricos importantes como a proclamação da república feita por militares que deixaram marcas autoritárias em nossa tradição política; ou a dita revolução de 1930 que não foi revolução jacobina, mas uma reorganização do poder político através de um golpe de Estado feito por frações da burguesia derrotadas na eleição presidencial federal, que dá continuidade a esse longo processo histórico brasileiro de revolução passiva. Mantêm-se também as marcas históricas autoritárias no golpe empresarial-militar de 1964, compreendido por Fernandes como uma oligarquia coletiva das classes possuidoras, contrarrevolução permanente e preventiva diante da necessidade de ampliar a superexploração sobre a força de trabalho, pois o Estado burguês na periferia capitalista dependente nunca foi realmente democrático, sendo no caso brasileiro, uma autocracia burguesa.

“As aparências da ordem teriam de ruir, para que se iniciasse outro processo, pelo qual a dominação burguesa e o poder burguês assumiriam sua verdadeira identidade, consagrando-se em nome do controle absoluto das relações de produção, das superestruturas correspondentes e do aparato ideológico.” (Fernandes, 2006, p.386)

Fernandes escreveu sobre nossa autocracia burguesa dissimulada formada em um capitalismo dependente, e que manteve suas características mesmo após o fim da Ditadura Empresarial-Militar brasileira em 1985, ou seja, manteve esse modelo autocrático-burguês de transformação capitalista e suas características individualistas, particularistas e autoritárias que vão se agudizar no governo neofascista Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018 no Brasil, com intenção de intensificar a exploração capitalista e a opressão sobre a classe trabalhadora. Destaca-se sobre o período de Ditadura-Empresarial Militar entre 1964-1985 a análise de Dreifuss (1981), que fez um importante livro com a discussão sobre o caráter do golpe de Estado de 1964 demonstrando as formulações das frações burguesas (empresários e militares)

através de seu estudo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que reafirmam o caráter empresarial-militar da ditadura.

Dreifuss (1981) dissecou em seu livro a organização da burguesia brasileira na sociedade civil, que elaborou o plano de golpe de Estado acirrando a luta de classes. Para o autor, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais atuando na sociedade civil junto ao bloco multinacional instaurou o período da Ditadura Empresarial-Militar, demonstrando o poder de organização da direita que deu um golpe militar para garantir o poder financeiro-industrial multinacional associado ao comando do bloco de poder vigente no Brasil. Apesar disso, mesmo a classe trabalhadora não sendo a dirigente desses diferentes processos históricos brasileiros, em todos eles ocorreram lutas sociais para conquistar novos direitos sociais.

O processo histórico brasileiro de redemocratização conservador feito pela burguesia em 1985 reafirma esse processo mais longo de revolução passiva, que expressa o par dialético renovação com restauração, onde a classe trabalhadora não teve o protagonismo dirigente principal, explicitado na derrota do Movimento das “Diretas Já”. Nesta década de 1980, foi mantido o poder da autocracia burguesa e a transferência de dinheiro público para o lucro privado, assim como a redução do custo dos salários via elevação brutal da superexploração da força de trabalho. Porém, mesmo assim, esse foi um período histórico marcado pelas grandes mobilizações dos trabalhadores que exigiam o direito de votar para escolher o presidente da república; poder fazer greves legais; ter direito à saúde e educação públicas de qualidade; ter direito à habitação digna; combater o racismo através de novas leis, assim como muitas outras demandas sociais.

Ainda nessa década de 1980, fruto da conjuntura favorável às mobilizações de trabalhadores, surgiu estimulado pelas pastorais da terra da Igreja Católica (Comunidades Eclesiais de Base: órgãos populares de trabalho social da Igreja influenciado pela Teologia da Libertação) o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), reconhecido como o maior movimento popular do Brasil. Da luta dos operários do ABC paulista, lideradas por Luís Inácio Lula da Silva, surgiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT), atualmente a maior central sindical do Brasil, presente em todos os ramos de atividade econômica, ou seja, as duas principais representações quantitativas dos trabalhadores atualmente surgiram das mobilizações da década de 1980, o que demonstra a força e importância histórica destas mobilizações. Outros movimentos sociais importantes também surgiram na década de 1980 e lutaram em busca de adquirir seus direitos específicos na Constituição Federal de 1988, como os diversos movimentos dos sem tetos, indígenas, negros, mulheres, estudantes principalmente através da União Nacional dos Estudantes universitários (UNE), mas também

pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), ambientalistas, e movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais (LGBTQIA+).

Com toda essa pressão do Movimento Negro Unificado e dos outros movimentos sociais sobre o Estado, algumas exigências importantes desses agentes foram incorporadas à nova Constituição Federal brasileira, aprovada em outubro de 1988. Essa nova Constituição Federal obteve alguns avanços sociais importantes, como voto direto secreto incluindo analfabetos, direitos trabalhistas (férias remuneradas, licença maternidade, indenização por demissão sem justa causa, direito de greve e liberdade sindical entre outros), liberdade partidária e de expressão. Houve também nesta Constituição, reparações históricas, como no artigo constitucional número 231, que reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União Federal demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Esses avanços sociais na Constituição foram fruto de grande pressão popular oriunda das manifestações populares de rua na década de 1980, culminando nesse processo de construção da Constituição de 1988, que assegurou como direitos fundamentais o direito à moradia em condições dignas, o direito à associação para representação de interesses, além da participação da população na definição de políticas públicas, ou seja, algumas concepções do programa histórico social democrata no Brasil foram incorporadas à Constituição Federal de 1988 como o Sistema Único de Saúde, o direito à Reforma Agrária e à Reforma Urbana, e outras pautas dos movimentos sociais.

O MNU liderado por intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, como Lélia Gonzalez, através do protesto negro, ensinou sua lição nas ruas, construindo na sua trajetória uma forte referência de luta para eliminar o preconceito, a discriminação e o racismo. Essa luta do MNU ajudou a desconstruir o mito da democracia racial e criticou a abolição inacabada. Além disso, no MNU havia forte participação das mulheres negras lutando por seus direitos, exigindo compromisso do Estado brasileiro em prover a igualdade racial. A nova Constituição Federal assegurou a proposta do deputado constituinte Carlos Alberto Oliveira, do Partido Democrático Trabalhista, de tornar a prática do racismo crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. Essa proposta tornou-se o artigo 5º da Constituição Federal e orientou a Lei do Crime Racial nº 7.716/89 (Lei Caó) sobre os

crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

A Constituição garantiu, também, a proteção das diversas manifestações culturais e o respeito à diversidade religiosa, e no artigo 231 salvaguarda as terras quilombolas. A demarcação de terras quilombolas é uma importante política afirmativa constitucional, entretanto, entre o reconhecimento federal dos territórios quilombolas e a concessão dos títulos de posse ocorre uma imensa distância na prática cotidiana dos diversos governos brasileiros. Os Movimentos Negros reivindicam a concessão de títulos de posse para combater a pobreza nos territórios quilombolas, mas também pela simbologia da resistência negra, pois os moradores desses territórios são descendentes diretos dos quilombolas que conseguiram fugir das senzalas no período escravocrata. Os argumentos jurídicos utilizados pelos defensores da causa negra foram a necessidade de reparação histórica da abolição da escravatura que não indenizou os alforriados, além da necessidade da promoção da diversidade e da pluralidade étnica no Brasil.

Apesar dos pontuais avanços sociais constitucionais, esse processo de redemocratização, de forma geral, deve ser caracterizado como conservador, porque os diferentes movimentos sociais influenciaram, através da pressão das ruas, todo o processo, mas não dirigiram com seus representantes as mudanças no Estado que foram operadas pela burguesia e seus representantes majoritários no Congresso Nacional. Além disso, diferente da redemocratização da Argentina, onde os ditadores militares e torturadores foram julgados e condenados, no Brasil os militares não foram julgados e condenados por causa da Lei de Anistia, escondendo os crimes de agentes do Estado. Sendo assim, o aparato de repressão do Estado foi mantido, e para os Movimentos Negros essa é uma questão central, pois o genocídio da população negra se mantém através da atuação das Polícias Militares.

O neoliberalismo foi formulado entre 1930 e 1970 por intelectuais orgânicos do capital como Hayek, Becker, Friedman e Von Mises. A implantação do neoliberalismo como política orientadora de um governo se concretizou primeiramente no Chile e sua Ditadura Militar de Augusto Pinochet. As políticas neoliberais iniciaram a partir de 1973, após o governo socialista de Salvador Allende ser derrubado violentamente com ataques feitos pelas forças áreas militares ao Palácio La Moneda. Influenciados pelos ideais de direita da Universidade de Chicago, formaram-se os chamados *Chicago Boys*, atuais economistas chilenos neoliberais. O mais importante desses intelectuais é José Piñera, irmão do ex-presidente do Chile, Sebastián Piñera, que governou o país entre 2010–2014 e depois entre 2018–2022.

Também na década de 1980, os governos do presidente Ronald Wilson Reagan (EUA), entre 1981–1989, e da primeira ministra Margaret Hilda Thatcher (Inglaterra), entre 1979–1990 começaram a implantar as políticas econômicas neoliberais de não intervenção do Estado na economia. Acreditando que os mercados consumidores funcionam melhor através do livre comércio entre as empresas, esses governos defenderam a privatização de empresas estatais como uma nova meta para o Estado, que deveria se tornar menor em suas funções. As medidas de austeridade como redução de gastos públicos, retirada de direitos trabalhistas e a flexibilização dos contratos de trabalho (para baratear o custo da mão de obra) fazem parte desta concepção econômica. No Brasil o neoliberalismo se inicia de forma tardia, na década de 1990, devido à especificidade do processo histórico brasileiro de redemocratização ao longo da década de 1980.

O processo mundial de baixo crescimento econômico e a crise fiscal do Estado nos países nas décadas de 1980–1990 proporcionaram a reestruturação do Estado, que em sua fase neoliberal derruba a autonomia decisória das agências públicas e promove a ascendência das instituições centralizadas de controle financeiro estatal como os bancos centrais com autonomia, ao mesmo tempo em que aumentou a dependência deles em relação às agências internacionais financeiras. Na prática, o Brasil passa a obedecer à agenda de intervenção pública sugerida pelo Banco Mundial (para alcançar empréstimos) com o objetivo de seguir as orientações do Consenso de Washington. Sendo assim, o Estado Brasileiro tem privilegiado uma política de ajuste fiscal, altos superávits primários para pagar a dívida pública, juros altos e avanço nas reformas neoliberais.

Safatle (2022) relativiza a forma como o neoliberalismo foi aplicado na prática se comparado aos ideais liberais clássicos de não intervenção do Estado na economia, e destaca a engenharia social que envolve a implantação do neoliberalismo, que envolve a resolução de conflitos sociais entre as classes sociais e a estrutura psíquica dos indivíduos, ou seja, o neoliberalismo é um modo de vida articulado ao capital e não somente políticas econômicas. Para o autor, essa engenharia social neoliberal gera o sofrimento psíquico e, de forma inovadora, propõe gerir esse sofrimento. Essa forma de vida articula economia, psicologia, direito, educação, política e moral, e foi pensada para extrair mais produção da classe trabalhadora. Além disso, pensa também em como gerir o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho através da individualização das relações sociais. Dardot e Laval (2016) criticam o medo social gerado por esse modelo neoliberal de retirada de direitos sociais, que gera a necessidade do indivíduo de lutar desesperadamente pela sua sobrevivência.

Para esses autores, as técnicas de gestão neoliberal avaliam a adesão do indivíduo à norma de conduta que se espera dele, que transforma o trabalhador em uma “empresa-governo de si” que pode ser entendida como entidade psicológica e social em competição com outros trabalhadores “empresas”. Essas “empresas” maximizam os resultados através do excesso de trabalho, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. Para Dardot e Laval (2016), o mundo é uma espécie de fábrica do sujeito neoliberal onde ocorre a modelagem da sociedade pela empresa. Essa cultura da empresa gera uma nova subjetividade neoliberal, sendo o sujeito a “empresa de si mesmo” como *ethos* da autovalorização através do desempenho.

Essa etapa neoliberal com trabalho precário gerou trabalhadores adoecidos devido ao excesso de trabalho para alcançar a meta de produção, ficando doentes porque sofrem. Sofrer é uma condição historicamente definida, mas nessa etapa neoliberal o sofrimento do trabalhador tem graus de especificidades grandes em relação a outras etapas anteriores do capitalismo. O sofrimento passa a ser um catalisador do processo produtivo porque aumenta a produção capitalista neoliberal, ou seja, é na dor do trabalhador por mais produção que aumenta os níveis de produtividade da empresa e aumenta a extração de mais-valia.

A superexploração da força de trabalho na fase neoliberal do capital, com o aumento da precarização do trabalho e sua exploração sem limites, abreviando o tempo de uso da classe trabalhadora como resultado do adoecimento. Antunes (2020) reflete sobre a nova morfologia do trabalho (flexibilização, precarização do trabalho, gestão por metas, terceirização) que gerou um tipo novo de sofrimento psíquico no capitalismo dependente em sua fase neoliberal a partir da recomposição burguesa, na década de 1980, frente à crise estrutural do capital que para o autor, demonstra o limite sócio metabólico do capital. Antunes escreve sobre a sociedade dos adoecimentos no trabalho, pois a implantação do neoliberalismo nas últimas quatro décadas gerou um crescimento do adoecimento profissional dos trabalhadores devido à superexploração do trabalho que gerou doenças psicológicas e físicas. É necessário compreender que o sofrimento dos trabalhadores em geral está sendo gerido pelo mundo do trabalho atualmente, visando apenas maximizar as taxas de mais-valia, ou seja, não é depressão descolada do contexto sócio histórico, mas a depressão gerada pelo capitalismo em sua fase neoliberal.

Fernando Henrique Cardoso tornou-se doutor em Ciências Sociais em 1961 com sua tese intitulada “Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul”, e teve como orientador o sociólogo Florestan Fernandes. Ele foi professor de Ciência Política na Universidade de São Paulo e um dos criadores do

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) em 1969, com apoio financeiro da Fundação Ford. O Cebrap é uma instituição de pesquisa e estudos sociais (sociologia, direito, história, filosofia, economia, ciência política e antropologia) sediado em São Paulo, promovendo cursos e concedendo bolsas de pesquisa nas suas áreas de atuação. Atualmente conta com 160 pesquisadores, organizado em 17 núcleos de pesquisa. Segundo Leoni:

“Numa noite de inverno do ano de 1969, nos escritórios da Fundação Ford, no Rio, Fernando Henrique teve uma conversa com Peter Bell, o representante da fundação no Brasil. Peter Bell se entusiasma e lhe oferece uma ajuda financeira de 145 mil dólares. Nasce o Cebrap.” (Leoni, 1997, p.154)

Fernando Henrique Cardoso foi um pesquisador da questão negra antes de ser presidente da República, e foi pesquisador financiado pela Fundação Ford, o que gerou expectativas positivas, entretanto esse otimismo foi contido pela realidade das práticas de seu governo. Segundo o intelectual orgânico da Fundação Ford, “o início do primeiro mandato do Presidente Cardoso foi um momento de otimismo contido para alguns ativistas do movimento negro, que viram suas reservas acabarem se concretizando” (Telles, 2003, p. 78).

A III Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância ficou conhecida como Conferência de Durban, realizada de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, ocorrendo durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e o colocou a prova. Destaca-se o protagonismo dos movimentos de mulheres negras brasileiras nos debates de preparação dessa conferência, que gerou a escolha como relatora-geral, a pesquisadora brasileira Edna Roland, militante e diretora da organização Fala Preta. O governo, através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, produziu dados sobre o impacto da discriminação racial na desigualdade social brasileira.

A escritora e ativista Cida Bento foi psicóloga organizacional de empresas e fundou uma Organização Não Governamental brasileira pelo fim das desigualdades étnico-raciais e de gênero no ambiente de trabalho, o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Cerrt), que promoveu o debate da equidade racial em instituições. Bento escreveu sobre a importância da Conferência de Durban: “(...) participamos ativamente, já que o Ceert recebeu e fez a gestão dos recursos que vieram da Fundação Ford e que deveriam contribuir para a preparação e participação das organizações negras na Conferência” (Bento, 2022, p.97). O Brasil teve debate de organizações negras nas regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. A partir desses encontros, o país teve na conferência a maior delegação do mundo. A preparação para participação e a influência dessa conferência levou o governo

brasileiro a estabelecer ações afirmativas mais amplas nos ministérios. Segundo o ex-diretor regional da Fundação Ford no Brasil:

“Preocupados com o fato de que as comunidades negras na América Latina não haviam obtido sua parcela correspondente de fundos de desenvolvimento, líderes do movimento negro também começaram a participar de reuniões com expoentes do capitalismo global, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Talvez como resultado de uma crescente presença do movimento negro, essas instituições têm se tornado cada vez mais preocupadas com questões sociais no seu trabalho na América Latina e têm colocado o auxílio às vítimas de racismo entre suas prioridades desde fins dos anos 90. A primeira vez que um líder do movimento negro brasileiro participou de uma dessas reuniões foi em janeiro de 1998, em Nova Iorque, quando um representante do Brasil junto ao BID considerou a proposta de Ivanir dos Santos de investir nos afro-brasileiros como ridícula, fazendo ousadamente a seguinte recomendação: ‘Eu acho que você não deveria levantar essa questão. Esse é um problema dos Estados Unidos, que não existe no Brasil’. No entanto, o presidente do BID foi sensível à questão do racismo, repelindo a posição do representante brasileiro e iniciando um diálogo entre o BID e o movimento negro brasileiro. Essas reuniões representam um grande desafio para a ideologia da democracia racial brasileira porque as decisões tomadas por essas instituições condicionariam a tão necessária ajuda ao desenvolvimento social brasileiro a questões sensíveis à questão racial.” (Telles, 2003, p.86)

Os conflitos de ideais entre os diversos Movimentos Negros brasileiros, que reafirmam o racismo estrutural na sociedade brasileira, e o representante do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que defendeu o Brasil ser uma democracia racial em reuniões internacionais, gerou mudanças de postura desse governo devido aos condicionantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para os investimentos internacionais no desenvolvimento social brasileiro, relacionadas a questões sensíveis como à questão racial, como descrito por Telles. No final deste, foi promulgada a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que criou o Programa Diversidade na Universidade. Esse programa tinha como objetivo implantar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente os afrodescendentes e os indígenas. O Programa teve um convênio com o BID, que investiu US\$ 5 milhões, e o governo investiu US\$ 4 milhões. Apesar disso, o Ministro da Educação Paulo Renato Costa Souza tinha posição contrária à política de cotas raciais nas universidades públicas, que coaduna com a posição expressa pelos representantes do governo em reuniões internacionais, como na reunião descrita por Telles com o BID.

“O Ministro da Educação do Governo FHC, Paulo Renato Souza, foi o principal porta-voz dos programas universalistas, rejeitando as políticas baseadas em consciência racial. Durante a Conferência de Durban de 2001, ele declarou que, quando se faz um esforço para melhorar a vida dos pobres, isso significa também, em termos gerais, uma melhoria ou a tentativa de debater temas importantes para a população negra. Concordo, mas ainda acredito que a reforma educacional e outros programas universalistas devem incluir mecanismos que assegurem à população preta e parda benefícios, pelo menos, no mesmo grau que a branca, pois, caso contrário, podem resultar em ainda maior desigualdade racial. De fato, nos últimos quarenta anos, foi exatamente o que ocorreu. Os brancos se beneficiaram de forma desproporcional do aumento de vagas para ingresso nas universidades, o que deu aos

brancos recém-formados maior acesso à classe média e aumentou, ainda mais, a desigualdade racial.” (Telles, 2003, p.275)

Neste embate de posições políticas sobre a questão racial, entre Telles e a Fundação Ford e o governo brasileiro, concluímos que Telles e a Fundação Ford tem uma posição sobre as questões raciais multiculturalista, enquanto o governo Fernando Henrique Cardoso possuía posições mais conservadoras inicialmente rejeitando as políticas baseadas em consciência racial. Pelé era Ministro dos Esportes deste governo e historicamente representou o Brasil como ninguém antes, sendo considerado o maior jogador de futebol de todos os tempos. Pelé criou internacionalmente a imagem de um negro brasileiro vitorioso, ajudando os brasileiros a superarem o “complexo de vira lata” expressão cunhada por Nelson Rodrigues para expressar o sentimento de inferioridade na subjetividade dos brasileiros perante outros países. Essa expressão foi estimulada pela derrota do Brasil frente ao Uruguai na final da Copa do Mundo de Futebol de 1950, realizada no estádio Maracanã. Pelé conquistou, em 1958, a Copa do Mundo do Futebol e teria acabado com o então “complexo de vira-lata”, tornando o Brasil o país do futebol. Para Filho (2010, p.17), “Nenhum preto, no mundo, tem contribuído mais para varrer barreiras raciais do que Pelé”.

A própria existência de Pelé já valorizou o negro, independentemente de sua ausência na militância política negra. Por um lado, Pelé recebeu muitas críticas dos Movimentos Negros por não criticar a Ditadura Empresarial-Militar brasileira. Por outro lado, Pelé apoiou o movimento pelas eleições Diretas Já durante o processo de redemocratização brasileira. Além disso, como Ministro dos Esportes, no dia 15 de novembro de 1995, recebeu os militantes dos Movimentos Negros antirracistas que organizavam a Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo pela igualdade e a vida, uma marcha à Brasília no dia 20 de novembro de 1995 em memória dos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares. Essa marcha com cerca de 30 mil militantes dos Movimentos Negros apresentou denúncias ao racismo e propostas antirracistas e forçou o governo brasileiro a reconhecer oficialmente a existência do racismo no país. Nesse encontro, Pelé afirmou que o sinônimo de ser político no Brasil é ser corrupto e o negro não carrega essa marca; segundo ele negro deveria votar em negro, porque os negros não têm representatividade no Congresso Nacional. Por essas afirmações, Pelé sofreu duras críticas dos deputados, mas se manteve como Ministro dos Esportes até o final do primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

Após oito anos de governos do PSDB, devido principalmente à recessão econômica pela qual passava o país, nas eleições presidenciais de 2002, pela primeira vez o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu as eleições com Luiz Inácio Lula da Silva, com o slogan de

campanha eleitoral “a esperança vai vencer o medo”. Luiz Inácio Lula da Silva havia escrito a “carta ao povo brasileiro” demonstrando compromisso com a burguesia nacional e internacional, comprometendo-se a pagar a dívida externa (nas eleições de 1989 o PT e Luiz Inácio Lula da Silva eram contrários programaticamente ao pagamento dessa dívida pública) e fez aliança com o Partido Liberal, tendo como vice-presidente José Alencar Gomes da Silva, um importante empresário da indústria brasileira.

Para compreendermos essa aliança entre o Partido Liberal e o PT, precisamos aprofundar a análise sobre as mudanças programáticas do PT e suas conexões com as propostas do social liberalismo. Compreendermos que a ideia central foi à conciliação de classes sociais antagônicas. Coelho (2005) intitulou “Uma Esquerda para o Capital” sua tese de doutorado, que se tornou uma interpretação emblemática para compreensão do Brasil contemporâneo. No subcapítulo desta tese, 1.3 – “Uma esquerda para o capital” – aprofundaremos essa temática. Para esta pesquisa, compreender a aliança feita entre os polos políticos opostos, esquerda e direita, as consequências e impactos dessa aliança na política educacional brasileira é fundamental, principalmente por se tratar de uma sociedade historicamente marcada pelo poder da autocracia burguesa.

Para Gramsci (2011), as classes dominantes no capitalismo possuem necessidades de desenvolvimento das forças produtivas, o que coloca a educação com uma função social positiva central na sociedade de classes, assim como os tribunais, como uma função educativa repressiva e negativa, sendo as atividades estatais mais importantes. Além disso, na sociedade existe uma multiplicidade de outras iniciativas que se relacionam com o Estado como os Aparelhos Privados de Hegemonia como a Fundação Ford. Dreifuss (1986) explica a consolidação das elites orgânicas através de sua atuação política em ação planejada na gestão e na atuação na educação. Para o autor as elites orgânicas visam o Estado e os partidos burgueses visam o governo.

Dreifuss (1986) comprehende que as empresas multinacionais, com sua presença político-cultural nas diversas sociedades, passaram a corporificar no campo da política um sistema nervoso central com enorme capacidade política de influenciar, quando não determinar, as diretrizes macroeconômicas e políticas, para além de suas fronteiras. Martins delimita que há uma fração da classe empresarial que pode ser denominada de “direita para o social” pela especificidade político-ideológica de defesa da participação social da sociedade civil na resolução das questões sociais nos marcos do capitalismo, criando uma nova sociabilidade para coesão social. Martins lista os objetivos da responsabilidade social empresarial:

“(a) diluir as formas de identificação do trabalhador com sua classe através do estímulo ao chamado *individualismo como valor moral radical*, fortalecendo a ideia de *cidadania ativa* circunscrita à noção de voluntariado, através de incentivos a criação de demanda cada vez mais específicas e desconectadas do mundo do trabalho; (b) reordenar o papel das organizações da sociedade civil pré-existentes para torná-las instrumentos de difusão da nova sociabilidade, fortalecendo a noção de *sociedade civil ativa*; (c) incentivar o surgimento de organizações de novo tipo em condições de atuar na execução das políticas sociais, fortalecendo o *capital social* das comunidades e os modelos de *descentralização participativa* rumo à formação da chamada *sociedade de bem-estar*.” (Martins, 2009, p.141)

Percebemos a relação intrínseca desses valores com os ideais do social-liberalismo e compreendemos que a Fundação Ford faz parte dessa direita para o social. A reorganização política de frações da burguesia, sua nova e engajada valorização da participação da sociedade civil em parceria com o Estado criou uma nova sociabilidade social-liberal. Trata-se de uma perspectiva nova da atuação educativa da classe dominante. A responsabilidade social transformou-se em algo orgânico à parte significativa da classe burguesa, operacionalizando seu projeto de sociabilidade. A responsabilidade social empresarial é um projeto de sociedade tocado a partir de 1995 pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) do qual a Fundação Ford faz parte tendo cargo na sua diretoria executiva, e a partir de 1998 pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, onde os empresários aumentam seus lucros com investimento social privado através de isenção de impostos das suas empresas agora com responsabilidade social.

Em 2001, o Instituto Ethos (que recebeu apoio da Fundação Ford em vários projetos) em parceria com um órgão do governo Fernando Henrique Cardoso, lançou uma cartilha no ano internacional do voluntariado intitulada “Como as empresas podem implantar programas de voluntariado”. Essa publicação tornou-se referência indispensável para ONGs, Institutos, Fundações e Empresas Sociais brasileiras. Para Martins (2009), o voluntariado na concepção burguesa é uma expressão importante da nova sociabilidade do capital e se relacionado com esta concepção. O presidente criou o programa federal Comunidade Solidária no Decreto n. 1.366 de 12 de janeiro de 1995, que afirmava no seu primeiro artigo a necessidade “do atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza.” (Brasil, 1996d).

Além disso, os efeitos do compromisso “Educação para Todos” foram sentidos no Brasil ainda na década de 1990, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou o programa “Acorda Brasil!” que conclamava a participação empresarial na expansão da educação básica brasileira. A gestão das políticas públicas estatais é essencial para esse projeto societário porque nessa concepção social-liberal de sociedade, o Estado financia essas parcerias público-privadas, aumentando os lucros das empresas com

responsabilidade social. Esses ideais reforçam que o Estado não é capaz de se responsabilizar sozinho por saúde e educação, e cabe à sociedade civil fazer uma rede de parcerias com o Estado, construindo o consenso na sociedade em torno de um projeto de sociabilidade que favorece as frações da classe burguesa com seu ideal social-liberal. Segundo Neves:

“A batalha pelo convencimento e a busca do consenso contribuirão diretamente para que os homens adquiram ou não o desejo de transformação ou de conservação da ordem. As associações de defesa de interesses corporativos distintos, dentre outras, articulam-se as classes dominantes, constituindo-se num bloco histórico responsável pela dupla e complexa tarefa de, preservando suas maneiras específicas e próprias de atuação nas questões sociais, harmonizar os interesses das classes e frações de classes em nome das quais atuam, como também organizar e organicizar as proposições mais afeitas a esses interesses particulares, constituindo-os como gerais.” (Neves, 2005, p.33)

Essa nova sociabilidade do capital que compreendemos como social-liberal tem como objetivo transformar os membros da sociedade civil em colaboradores do Estado para coesão social, anulando a perspectiva de um pensamento político crítico que defende a ruptura sistêmica estrutural da sociedade de classes capitalista. A conversão mercantil “filantrópica” de militantes da classe trabalhadora em prestadores de serviços nos projetos das ONGs, Organizações Sociais, Fundações, Institutos e toda organização “sem fins lucrativos” com serviços sociais proporcionados pela iniciativa privada, e não pelo Estado, transforma a classe trabalhadora em colaboradores dos mecanismos de consenso.

Essa nova sociabilidade social-liberal não aceita críticas aos interesses particulares da burguesia na gestão das políticas públicas. A burguesia deseja aprovar seus interesses particulares ligados à lógica do lucro nas políticas estatais, sem oposição e sem críticas, sem que os movimentos sociais reivindicativos denunciem que os interesses gerais proclamados pela burguesia através do social-liberalismo são, na verdade, interesses particulares ligados aos lucros das empresas. Por isso o discurso da coesão social é tão importante para a classe proprietária dos meios de produção, e por essa razão, esse projeto é central para essa classe social.

A reforma da educação no Brasil gestada durante as duas primeiras décadas do século XXI ocorre no contexto do movimento de recomposição burguesa no bloco histórico. A infraestrutura é marcada pelo padrão flexível de acumulação (toyotismo) dependente. Na superestrutura ocorre à reorganização do Estado Ampliado através das políticas neoliberais e na sociedade civil, novos Aparelhos Privados de Hegemonia que fazem as disputas ideológicas. Na sociedade política, novos modelos de gestão pública alteraram o trabalho docente na educação escolar e alteraram a formação para um tipo novo de trabalhador. A reforma da educação neoliberal tem como objetivo transformar a educação em um serviço público não necessariamente estatal, gerido por ONGs.

Nesse contexto, a burguesia que controla o Estado brasileiro através de seus representantes nos governos deixa de investir mais decisivamente em educação como política pública exclusivamente estatal e passa a dizer que o problema da educação pública não é de falta de investimentos, mas de gerenciamento, justificada ideologicamente pelos sociais-liberais para gerenciar escolas públicas e receber verbas públicas através das parcerias público-privadas ou para financiar projetos pontuais de ONGs nas escolas. Neves (2005) desenvolveu o conceito de uma Nova Pedagogia da Hegemonia do Estado capitalista para interpretarmos a importância da escola na difusão da pedagogia da hegemonia no processo histórico do século XXI.

O conceito de Pedagogia da Hegemonia, sua vinculação aos Aparelhos Privados de Hegemonia e seus intelectuais orgânicos da classe dominante são chaves explicativas fundamentais em nossa pesquisa, aproximando-nos de uma análise mais aprofundada da grande política em busca da compreensão da totalidade através da análise da dinâmica conflitiva das classes sociais, suas relações sociais e educacionais nas escolas. O projeto social-liberal orienta a pedagogia da hegemonia burguesa no mundo contemporâneo através da proposta de difusão pedagógica de novos consensos por meio de diretrizes formuladas nos organismos internacionais. Os mecanismos utilizados por organismos internacionais na propagação desse projeto em nível mundial foram possíveis com mais facilidade por causa da falta de um contraponto ideológico ao modo de produção capitalista com a consolidação da conjuntura de derrota histórica da experiência soviética em 1991.

Esse contexto histórico de derrota ideológica do stalinismo, foi interpretado por Fukuyama (1992) como o fim da história – o que se demonstrou equivocado nas décadas seguintes –, abriu brechas para a construção de uma nova aliança de diferentes setores sociais: liberais e sociais democratas, que nas décadas anteriores estavam em disputa nas sociedades capitalistas devido, respectivamente, à contrariedade e à defesa do Estado de Bem-Estar Social e sua intervenção do Estado na economia. Nessa nova e complexa conjuntura da década de 1990, houve uma aproximação ideológica entre a esquerda social democrata e a direita liberal – com predominância nessa dinâmica, resultando no ideal social-liberal e posteriormente, em governos que defendem essa concepção e a conciliação de classes sociais antagônicas (burguesia e proletariado).

Nesse processo, os novos sujeitos políticos coletivos são para esse projeto societário social-liberal as ONGs, Institutos e Fundações, onde esquerda social democrata e direita liberal se encontram para propor a resolução de problemas pontuais na educação e nos

diversos setores da sociedade. A ideia central de tal projeto de pedagogia da hegemonia é de que os trabalhadores se tornem colaboradores de mecanismos de consenso que favorecem os interesses econômicos da burguesia. A relação entre as políticas educacionais promovidas pelos organismos internacionais e os governos sociais liberais do Brasil geraram uma nova subjetividade coletiva que resultou em uma nova sociabilidade social-liberal presente em todo o processo de escolarização, formando intelectuais orgânicos nas ONGs, Institutos e Fundações novos Aparelhos Privados de Hegemonia, preocupados em fazer melhorias pontuais no sistema educacional e na sociedade capitalista.

Esse projeto societário social-liberal foi implantado nas últimas décadas no Brasil em todos os níveis de escolarização, formando um novo tipo de educador que não faz críticas estruturais ao modo de produção capitalista porque aderiu à ideia de colaboração de classes feita pelo PT no governo federal para alcançar a coesão social. Laval (2019) acredita que o gerencialismo neoliberal aplicado às escolas vem tomando o lugar do humanismo como sistema de inteligibilidade da atividade educacional que vem sendo substituído por mensuração de desempenho e cálculos de competência.

A “dita” eficiência da educação neoliberal foi substituindo gradativamente o ideal da emancipação pelo saber, agora desvalorizado. Para o autor, essa concepção neoliberal de eficiência é indissociável da burocratização da pedagogia, que através de avaliações e quantificações do aprendizado dos estudantes que não levam em consideração a complexidade da educação relacionada às desigualdades sociais das diferentes escolas em diferentes regiões centrais e periféricas, dificulta uma análise de valores adquiridos pelos estudantes, que não podem ser expressos em provas padronizadas nacionalmente. A lógica neoliberal quer promover escolas de mercado com competição entre estudantes e famílias pela educação. Laval (2019) descreve a escola neoliberal e os seus efeitos negativos no sistema de ensino, afirmindo que não são as técnicas de gestão e a concorrência que determinam a eficácia da escola, mas a transmissão de saber e os valores da cultura, pois a escola é a única capaz de transmitir um patrimônio de conhecimento da humanidade nos propósitos emancipadores do conhecimento e de inserir os estudantes na cultura acadêmica escrita.

Laval (2019) explica que os organismos internacionais que formulam as políticas educacionais para o mundo atualmente, não colocam mais o saber como o centro da atividade educacional, que é substituído por ensinamentos práticos profissionais em função do meio em que vivem; daí a predominância dos “projetos”, das “atividades” e dos “temas transversais” buscando um valor prático dos conhecimentos para competências operacionais profissionais no mercado de trabalho. Nessa concepção, a educação não é entendida com a função social da

necessidade de inserção dos filhos da classe trabalhadora no universo do saber socialmente construídos. Essa nova escola neoliberal é uma escola a serviço da economia para a produção do “capital humano”, ou seja, é a escola como modelo comportamental para o mercado de trabalho com novos valores voltados para mão de obra servir às necessidades das empresas capitalistas.

Aparecida Santos (2012) desenvolveu no seu livro “Pedagogia do Mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI” o conceito de Pedagogia do Mercado que prepara os trabalhadores para o trabalho produtor de morte. A autora enfatiza também o sequestro da escola pública através de uma privatização endógena de novo tipo. A escola pública (agora nova) define o próprio processo educacional gerido de forma privada devido à falência da escola pública. Para a implantação do gerencialismo no sistema escolar brasileiro, retirou-se a autonomia pedagógica dos professores e implantou-se um sistema de execução do trabalho docente centrado no alcance de metas e na redução dos gastos públicos. Esse processo de privatização endógena é muito diferente do que seria uma privatização tradicional exógena, que seria transformar a escola pública em uma escola privada (venda da educação como mercadoria).

O movimento Todos pela Educação de inspiração social-liberal pode ser compreendido pelo conceito de Pedagogia do Mercado construído por Santos (2012). Para esse movimento, o conflito de classes sociais deve desaparecer e o sucateamento das escolas públicas abriu possibilidades para o discurso social-liberal da necessidade das parcerias público-privadas, defendendo colocar os Institutos e Organizações Sociais dentro da escola pública para gerir de forma privada os recursos financeiros públicos. As ONGs da sociedade civil, como os institutos citados por Santos (2012), cresceram exponencialmente no Brasil nos últimos 20 anos, e parte dessas organizações desejam abocanhar os recursos públicos da educação brasileira. A meta destas organizações são os recursos das políticas públicas educacionais financiarem ONGs ligadas a empresas privadas, com o discurso de gerenciamento escolar.

Essa Pedagogia do Mercado é a fábrica neoliberal para difusão de valores da nova racionalidade para formação desse sujeito empresa de si mesmo. Essa lógica empresarial de ampliação da compreensão de educação para além dos investimentos formais nas escolas públicas abre a disputa de alocação de recursos públicos em empresas privadas e ONGs, rompendo com a lógica anterior da Constituição Federal brasileira de 1988 e suas leis complementares, como a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996, de alocar recursos públicos

educacionais exclusivamente nas escolas públicas. Esse é o grande embate ideológico educacional atualmente nos governos sociais-liberais. De um lado, sindicatos educacionais defendendo recurso público em instituição pública e, do outro, ONGs empresariais defendendo dinheiro público em instituições privadas.

A análise de Fontes (2010) sobre a atitude dos empresários no Estado brasileiro fortalece a compreensão do que foi feito no interior das estruturas estatais brasileiras nas últimas décadas. Os Aparelhos Privados de Hegemonia dos setores dominantes atribuíam todas as dificuldades de funcionamento do setor público a causas de incompetência genérica do Estado brasileiro, como ressaltou Fontes, com objetivo de substituir e gerenciar de maneira privada e lucrativa as políticas públicas educacionais. Porém, esconde-se a competência do Estado brasileiro na gestão da principal empresa do país, a Petrobrás, esconde-se a competência nas pesquisas e na produção de conhecimento e tecnologia feita pelas universidades federais e esconde-se, também, a competência na gestão do SUS, um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo.

Segundo Pronko (2019), o Banco Mundial como intelectual orgânico coletivo da burguesia internacional tem tido papel protagonista na sugestão de políticas educacionais internacionais (condicionantes para conseguir empréstimos) para implantação nos países de capitalismo dependente como o Brasil. O atual foco das sugestões do Banco Mundial nas políticas educacionais é nas aprendizagens para adequação ao mercado de trabalho através de uma educação não institucional a partir das escolas, ou seja, muda-se completamente a importância da escola, descaracteriza-se a compreensão de educação escolar e valoriza as aprendizagens fora da escola.

O problema dessa escolha pedagógica é não proporcionar aos estudantes as possibilidades de aprenderem as competências das ciências de forma geral, como é organizado o atual ensino no Brasil, que proporcionam o acesso às universidades. Essa proposta do Banco Mundial separa na prática quem estuda para trabalhar com ensino médio e quem estuda para fazer faculdades e pesquisas científicas, criando dois tipos de estudantes: os estudantes que têm acesso a todo conhecimento científico produzido pela humanidade e os que têm acesso à parte restrita do conhecimento e que terão oportunidades específicas e restritas ao ensino técnico que obtiveram para ingressar no mercado de trabalho. Além disso, esse alargamento da compreensão do que é educação tem como objetivo a maior modelagem de comportamentos dos estudantes e trabalhadores para formação ao mercado de trabalho.

As políticas educacionais orientadas pelo Banco Mundial incentivam parcerias público-privadas com ONGs, Fundações e Institutos com objetivo de dinheiro das políticas públicas educacionais irem para a iniciativa privada. Sendo assim, concluímos que ao longo das últimas décadas, o capitalismo brasileiro produziu uma reconfiguração entre as fronteiras do público e do privado, influenciado pelas políticas do Banco Mundial. Houve uma readequação da escola pública para servir aos interesses privados da classe dominante e suas empresas relacionadas à educação, que fazem formação dos professores e a gestão do seu processo de trabalho para que estes modelem as condutas da população para adequação ao mercado de trabalho.

Accioly e Lamosa (2021) afirmam que atualmente, o capital quer disciplinar os trabalhadores e evitar o excesso de qualificação que geraria lutas por direitos sociais e transformações societárias. De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ocorre em alguns países periféricos de capitalismo dependente o excesso de qualificação da força de trabalho, e por isso a necessidade de alterar o currículo escolar para um currículo de competências. O excesso de qualificação da força de trabalho é encarado pela OCDE como negativo em relação ao que é demandado pelos empregadores. Os trabalhadores menos qualificados são considerados ideais para obedecer e evitar convulsões sociais por mais direitos trabalhistas. Novamente, a ideia de consenso e coesão social foi apresentada como solução pela política educacional social-liberal.

Por tudo isso, concluímos que a direita para o social foi essa guinada da direita liberal para a política social-liberal, que tenta conciliar os lucros da burguesia internacional e nacional através de políticas neoliberais, com as políticas sociais de diminuição da pobreza através do combate à fome e à pobreza extrema.

1.3 Uma esquerda para o capital

Para Coelho (2005), que inspirou este subtítulo de capítulo, a esquerda fez um movimento para o capital com intelectuais da classe trabalhadora indo para a zona de hegemonia da classe burguesa, tornando-se uma nova ala esquerda abandonando o marxismo. A real possibilidade de alternância partidária no governo federal representou novas possibilidades para a classe burguesa dominante perante o baixo crescimento econômico e o crescimento dos protestos da classe trabalhadora no final do governo Fernando Henrique Cardoso.

Fundamentalmente, esses protestos colocavam em questionamento a continuidade das políticas neoliberais e seus nefastos efeitos sociais. Nesse processo de transição entre o governo do PSDB e o governo do PT, o bloco histórico comandado por sua fração social-liberal influenciou decisivamente as políticas dos governos petistas, consolidando seu movimento para o capital. Esse processo de mudanças políticas no Brasil está conectado a mudanças na política global. William Jefferson “Bill” Clinton, do Partido Democrata, foi presidente dos EUA entre 1993–2001, e iniciou ajustes sociais nas políticas neoliberais começando uma nova fase dentro do neoliberalismo, que compreendemos como início da implantação do social-liberalismo estadunidense. Esse pensamento social-liberal é fruto de um processo de pequenas mudanças nas políticas econômicas, mas fundamentalmente de grandes mudanças nas políticas sociais no Partido Democrata e em seus governos.

A exemplo, William Jefferson “Bill” Clinton lançou uma iniciativa de combate ao racismo *One America*, que tratava de questões étnico-culturais propondo, através da educação, conseguir a reconciliação racial para um EUA justo e unido. Esses ideais se mantiveram presentes posteriormente na gestão do presidente estadunidense Barack Hussein Obama II, 2009–2017, eleito com forte apoio dos negros, das mulheres e dos imigrantes, tentando reconciliar e unir todos os setores da sociedade estadunidense através do seu slogan de campanha “Sim, nós podemos”. Barack Hussein Obama II, em sua autobiografia, escreve que sua mãe:

“Horrorizada com o racismo, casou-se não uma, mas duas vezes com homens de outra raça, sempre dedicando ao casal de filhos mestiços um amor que parecia inesgotável. (...) Se perguntassem à minha mãe, talvez ela imaginasse que eu acabaria dirigindo uma instituição filantrópica como a Fundação Ford.” (Obama, 2020, p.21)

A admiração de Stanley Ann Dunham mãe de Barack Hussein Obama II pela Fundação Ford e por sua posição de combate ao racismo através das tentativas de reconciliar brancos e negros nos EUA e no resto do mundo, fizeram parte da construção de seu ideal social-liberal. Nos EUA foi implantado pelo presidente Barack Hussein Obama II, entre 2009–2017, políticas como estimular uma cidadania ativa e engajada; capacitar às pessoas para que elas mesmas promovessem as mudanças de que precisavam; defender a necessidade de superar a velha divisão partidária em Washington (Democratas versus Republicanos) construindo consensos com cooperação bipartidária; fazer novas políticas de defesa do meio ambiente para combater as alterações climáticas com cooperação multilateral; fazer uma política de assistência universal à saúde porque os EUA não possuem hospitais públicos e nem uma política universalista na saúde como o Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil.

Ainda houve propostas como diminuir isenções fiscais para grandes indústrias que estavam levando suas empresas para explorar mão de obra mais barata em outros países; aumentar impostos para os ricos a fim de financiar investimentos na educação, pesquisa e infraestrutura; tornar mais acessível o ensino superior; reformar as leis de imigração; defesa firme e constante da democracia, do desenvolvimento econômico e dos direitos humanos em todo o mundo atendendo aos interesses de segurança nacional ao longo prazo. Todas essas propostas políticas feitas durante as campanhas eleitorais serviram para a manutenção da hegemonia burguesa através dos ideais do social-liberalismo do Partido Democrata, porém essas propostas não foram executadas nos governos Barack Hussein Obama II, o que gerou a vitória do republicano neofascista Donald John Trump na disputa eleitoral pela presidência da República dos EUA com Hillary Diane Rodham Clinton, dos democratas, em 2016.

Organismos internacionais como o Banco Mundial, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o Fundo Monetário Internacional apresentaram propostas sociais-liberais de mudanças no projeto neoliberal internacional construído no Consenso de Washington. Esses ajustes foram frutos de críticas ao pensamento neoliberal, entretanto sem romper com os aspectos centrais dessa doutrina. Esses organismos internacionais começaram a propor em seus documentos ações de redução da pobreza, aproximando-se dos ideais do social-liberalismo que vinham sendo debatidos por intelectuais orgânicos do capital junto à burguesia internacionalmente. Entre os anos de 1997 e 1998, o Banco Mundial afirma explicitamente a necessidade de manter a macropolítica econômica neoliberal, mas com ajustes, como inserir as políticas sociais compensatórias de matriz social-liberal, o que coincide com a formalização da ideia de Terceira Via feita por Anthony Giddens, David Milliband e Tony Blair, em que essa visão de mundo foi apresentada aos partidos trabalhistas dos países da Europa Ocidental.

O processo de expansão dessa ideologia é encampado pelo presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, mas seu social liberalismo é muito limitado em seu governo. Será com Luís Inácio Lula da Silva que essa política avança significativamente através de um projeto de conciliação de classes, consolidando uma nova sociabilidade social-liberal na década de 2000 nos governos do PT no Brasil. Para os petistas, esse era o limite possível para os governos de conciliação de classe no capitalismo do século XXI (muito diferente da experiência de governos de conciliação de classes anteriores em outros países com políticas reformistas clássicas; o PT nem tentou essas políticas reformistas por dentro do sistema do capital), segundo os petistas, tentando se justificar, argumentam que estão enfrentando maior

instabilidade política com uma oposição de extrema-direita e não somente da direita tradicional.

Castelo (2011) nos ajuda decisivamente ao definir conceitualmente o social-liberalismo como uma ala esquerda dentro do neoliberalismo. No Brasil, essa ala esquerda é fruto do transformismo do PT e de sua adesão ao ideal neoliberal que incorpora uma agenda social. Por consequência, os governos do PT abandonam o ideal social-democrata que defendem maior intervenção estatal na economia através do keynesianismo. A ala esquerda PT possui métodos diferentes da ala direita PSDB, porém ambos estão juntos dentro do modo neoliberal de governar. O PSDB e o PT são forças políticas diferentes do ponto de vista da sua história e das suas bases sociais historicamente construídas. O PT possui uma forte base sindical-popular e o PSDB possui uma forte base empresarial.

O bloco histórico conseguiu hegemonizar a aliança governamental PSDB-PMDB nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Conseguiram articular um bloco social comandado pelas frações da burguesia social-liberal capaz de aglutinar grupos até então adversários como PT-PMDB nos governos do PT, ou seja, foi à prática social-liberal de conciliação de classes sociais e de coesão social que foi posta em prática nos governos petistas, mantendo e desenvolvendo a sociabilidade social-liberal que havia sido iniciada a partir dos governos do PSDB. Sendo assim, o período comandado pelo PT no governo federal brasileiro 2003-2016 consolidou e aprofundou essa política social-liberal de conciliação de classes sociais antagônicas, ou seja, conciliação entre a burguesia e o proletariado comandados pelos dirigentes petistas e sua nova ideologia oriunda da burguesia.

Para Castelo o social-liberalismo é uma segunda variante ideológica do neoliberalismo, ou seja, uma segunda fase do mesmo projeto, mas com alterações importantes:

“1) tecendo críticas contra o liberalismo extremado da globalização, que, sem maiores critérios, teria desregulamentado mercados comerciais e financeiros de países frágeis do ponto de vista econômico e institucional, o que acabou por aumentar drasticamente as taxas de desemprego e, consequentemente, a tensão social; 2) discordando da tese do Estado mínimo, afirmindo que a nova configuração global do capitalismo exigiria um Estado ágil e eficiente, capaz de fazer intervenções pontuais nas falhas de mercado e nas expressões mais agudas da “questão social”; e 3) dando destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial as de alívio à pobreza via transferência de renda e empoderamento dos indivíduos.” (Castelo, 2013, p.263)

O autor listou três modos de questionamento onde os intelectuais do social-liberalismo tentaram se diferenciar da primeira variante ideológica do neoliberalismo colocado em prática pelos diferentes Estados nacionais nas décadas de 1980 e 1990. O social-liberalismo defende

uma relação orgânica entre o Estado, o mercado e a sociedade civil organizada em instituições como Organizações Sociais e ONGs, ou seja, Aparelhos Privados de Hegemonia dirigidos pela burguesia e seus intelectuais orgânicos com discurso de instaurar a justiça social no capitalismo.

Esse projeto captura uma retórica de esquerda de justiça social, mas não defende a igualdade econômica e nem de direitos sociais, pois é favorável à flexibilização das leis trabalhistas pela qual os trabalhadores historicamente lutaram ao longo do século XX, através de sindicatos e partidos de esquerda independentes de governos que historicamente questionaram o modo de produção capitalista. Oliveira, tentando compreender o caráter do governo Luiz Inácio Lula da Silva, escreveu uma tentativa de rascunho conceitual que chamou de hegemonia às avessas, como algo típico da era neoliberal. Oliveira explicita que para compreendermos a realidade social contemporânea é preciso retomar Gramsci como inspiração para pensarmos uma revolução epistemológica no seu próprio conceito de hegemonia. A novidade é o PT, um partido nascido do movimento reivindicativo da classe trabalhadora, dirigir o Estado brasileiro com o programa da burguesia social-liberal. Oliveira utiliza o termo “hegemonia às avessas”, denunciando a exploração da classe trabalhadora nesse contexto sócio político.

“Estamos em face de uma nova dominação: os dominados realizam a ‘revolução moral’ – derrota do apartheid na África do Sul e eleição de Lula e Bolsa Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada. Nos termos de Marx e Engels, da equação ‘força + consentimento’ que forma a hegemonia desaparece o elemento ‘força’. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, expõe-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma da exploração capitalista.” (Oliveira, 2010, p.266)

A hegemonia neoliberal no mundo contemporâneo é expressão do esvaziamento da grande política, expresso principalmente com a derrocada da URSS e com a supremacia dos EUA, que saiu vitorioso na Guerra Fria. A burguesia não teme mais a ameaça socialista e se sente à vontade para aumentar a exploração da classe trabalhadora, tentando aumentar a extração de mais-valia em níveis anteriores ao keynesianismo e seu Estado de Bem-Estar Social na Europa Ocidental. Entendemos grande e pequena política a partir do referencial teórico de Gramsci.

“A grande política comprehende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política comprehende as questões parciais e cotidianas, que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas).

Portanto, é grande política tentar excluir a grande política no âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política.” (Gramsci, 1999, p.21)

O neoliberalismo atualmente é a hegemonia da burguesia mundial através da tentativa de naturalização do debate somente da pequena política e da ocultação do debate da grande política. Os governos do PT no Brasil não romperam com essa lógica. O PT foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo, no contexto de anos finais da Ditadura Empresarial-Militar, e das lutas pela redemocratização, que tiveram seu ápice no Movimento pelas Diretas Já para presidente.

Nessa década de 1980, o PT unificou em seu interior, como partido político, as lutas sociais de vários movimentos sociais diferentes, como o Movimento Negro Unificado (fundação 1978), O Movimento Sem Terra (fundação 1984) e principalmente o Movimento Sindical através da Central Única dos Trabalhadores (fundação 1983) sob a liderança operária de Luiz Inácio Lula da Silva. O PT condensou essas lutas no maior partido de trabalhadores da América Latina, e continha em seu interior partidário uma enorme diversidade ideológica de esquerda através de correntes políticas internas que possuíam diferentes ideologias como stalinistas, trotskistas, maoístas, sociais democratas, e sindicalistas que foram maioria partidária através da liderança de Luiz Inácio Lula da Silva.

A crítica à prática autoritária da militância de esquerda feita pelo PT nos anos 1990 faz alusão aos métodos do stalinismo, entendidos como corrente política e ideológica que disputou a direção da classe trabalhadora ao longo do século XX, e que defende modelos burocráticos e ditoriais de sistemas políticos que ficaram conhecidos como socialismo real ou stalinismo, como a ex-URSS, baseados no partido único, igualdade econômica através de um planejamento estatal e na supressão de alguns direitos democráticos dos trabalhadores com perseguição a oposição. A influência relativa das correntes minoritárias trotskistas, que historicamente criticam ideologicamente a experiência de autoritarismo que permeou as relações sociais geridas pelo Partido Comunista da URSS, e que defendem no lugar dessa prática autoritária novas práticas mais democráticas no PT como: o direito político às diferenças de análises nas políticas conjunturais e até diferenças de análises estratégicas sobre a tomada do poder pelos trabalhadores no Brasil, com o direito à formação de tendências internas permanentes no partido.

O PT também defendeu historicamente uma nova prática política libertadora e uma nova sociabilidade humana com combate aos diferentes tipos de opressão porque em seu interior existem setoriais de mulheres, LGBTQIA+ e de negros, e por isso o combate ao machismo, à homofobia e ao racismo fazem parte do programa de reivindicações partidário

petista. Na campanha eleitoral de 2002, o presidenciável Luís Inácio Lula da Silva apresentou, em junho, a Carta ao Povo Brasileiro comprometendo-se em pagar todos os credores que possuíam contratos com o governo brasileiro. Essa carta foi fundamental para o PT sinalizar que havia rompido com a crítica social democrata que até então fazia as políticas neoliberais. O primeiro governo federal do PT que assume em 2003 o Brasil adere ao ideal social-liberal desde seu primeiro dia, o que expressa à decadência política e ideológica da social democracia. O PT no governo federal incorporou uma agenda social ao neoliberalismo, se transformando na prática na terceira via defendida teoricamente por intelectuais como Giddens.

Giddens (2001b) naturaliza a política da terceira via após o fim da URSS e após a consolidação do neoliberalismo. O autor comprehende a luta de classes como um marco já superado. Para ele é um erro contrapor o Estado aos mercados, priorizando o debate sobre o desenvolvimento social, ancorado em uma sociabilidade com base na economia de mercado e na democracia burguesa capitalista, ou seja, na conciliação de classes sociais antagônicas através de interesses de grupos plurais na sociedade civil. Para Giddens, o protagonismo da sociedade civil se faz através de ONGs, tornando a sociedade civil a principal preocupação da política da terceira via. A focalização das políticas sociais foi materializada através da relação dos governos com o setor público não estatal, concretizando os ideais da terceira via.

Os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff deram continuidade às políticas de privatização de empresas estatais, mesmo a forma dessa privatização sendo um pouco diferente dos governos anteriores, pois na maioria das vezes foi mascarada nas formas de Parcerias Público Privadas, nas quais o dinheiro público é transferido para as mãos do setor privado, como exemplos: Programa Universidade para Todos; Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior; Minha Casa Minha Vida, Parcerias com Organizações Sociais e ONGs e concessões e leilões para privatização de portos, aeroportos, rodovias, retomada de leilões do petróleo, entre outros.

Mészáros (2005) escreveu sua contribuição na atualização dos aspectos econômicos para compreendermos a sociedade capitalista contemporânea, destacamos sua capacidade de articulação entre economia, Estado e educação, especialmente sua contribuição no livro “A educação para além do capital”, no qual o autor afirma que a educação transmite valores que legitimam os interesses da classe dominante, compreendendo esses valores para a defesa do sistema do capital. Mészáros explicita a intenção da burguesia em evitar que a classe trabalhadora questione o modo de produção capitalista.

Para o autor, a própria história foi muitas vezes escrita para camuflar os conflitos ideológicos entre o projeto da burguesia de manutenção do status quo, e o projeto revolucionário do proletariado de superação do capitalismo pelo modo de produção socialista. Mészáros no livro “A crise estrutural do capital” explicita como a crise econômica estrutural, que se acentuou em 2008, está relacionada ao sistema sócio metabólico do capital, núcleo central formado pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado. Segundo o autor, o limite do capital é o próprio capital na sua impossibilidade de se expandir continuamente, essa é a falha sócio metabólica do capital. Esse processo de crise econômica está relacionado diretamente ao desemprego estrutural contemporâneo acentuado através da mudança na forma de produção da terceira revolução industrial, com a tecnologia e a robótica substituindo a mão de obra não qualificada nas fábricas.

“A imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas três ou quatro décadas – é naturalmente inseparável do aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria assim como das resultantes perturbações que surgem com a absolutamente letárgica acumulação de capital (na verdade, acumulação fracassada) no campo produtivo da atividade econômica.” (Mészáros, 2011, p.25)

Para Mészáros o capital especulativo é inseparável da crise da indústria e do fracasso da acumulação de capital que gerou o crescimento do desemprego. A burguesia industrial quer atender às suas necessidades de acumulação de capital e não às necessidades de consumo da população. As operações de resgate do Estado capitalista, através da intervenção do Estado na economia para salvar grandes empresas burguesas na crise econômica de 2008, não solucionaram a crise estrutural do capital que é fruto do próprio modo de produção capitalista sempre em busca da extração de mais-valia. A superexploração da mão de obra no neoliberalismo reduz o emprego e o mercado consumidor e coloca o sistema de produção em crise pela dificuldade de consumo da classe trabalhadora em uma sociedade que possui cada vez mais produtos para vender.

O autor reflete a solução da crise estrutural do capital, pensando para além do capital, que deve ser superado pelo modo de produção socialista, que segundo o autor, deve reinventar um novo modo de vida que deve se preocupar em acabar definitivamente com o metabolismo do capital e não somente superar o modo de produção capitalista. No período anterior à crise econômica internacional de 2008, quando o sistema se aproximava de uma crise de superprodução nas décadas de 1980–1990, os governos responderam com mais crédito na economia através de empréstimos às empresas privadas, de certa forma adiando a crise econômica, estimulando também os consumidores a consumir cada vez mais, comprando a prazo através de empréstimos com juros altos além da capacidade de pagar.

Além disso, a burguesia, durante as décadas neoliberais, diminuía empregos, os direitos trabalhistas e a piora das condições financeiras dos trabalhadores, limitando o poder de consumo, pois com essas medidas, os governos e empresários capitalistas acabaram reduzindo ainda mais o mercado consumidor, aprofundando o processo que vai gerar a crise econômica de 2008. Nesse cenário, o lucro dos capitalistas não foi investido em mais produção, mas em mera especulação financeira, abrindo bolhas especulativas nos mercados de ações imobiliárias estadunidenses, que estouraram no mercado imobiliário dos EUA em 2008, onde os trabalhadores não conseguiram mais pagar as parcelas das compras a crédito. Com o alto grau de integração da economia globalizada neoliberal, a crise econômica se espalhou do imperialismo estadunidense para todo o mundo.

A vitória do presidente operário Luís Inácio Lula da Silva, do PT, fortaleceu a crença de que a luta agora era interna ao Estado e se configurava de forma propulsiva, tendo no comando do aparato de Estado a burocracia sindical petista oriunda do novo sindicalismo da década de 1980. Sendo assim, houve uma proliferação de ONGs e Institutos que atuam de forma independente e paralela às lutas dos movimentos sociais, estimuladas pela parceria com o governo federal petista social-liberal e por Aparelhos Privados de Hegemonia, como a Fundação Ford. Com o novo presidente da República em seu primeiro mandato, foi possível criar uma nova estabilidade, baseada na política social-liberal, com o tripé do governo anterior mantido intacto: superávit primário, câmbio flutuante e regime de metas de inflação. Além disso, a manutenção das privatizações anteriores e sua ampliação, junto à reforma da previdência que retirou direitos dos trabalhadores e junto às políticas assistenciais (Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Programa Universidade para Todos) tiveram um grande impacto econômico.

O aumento anual do salário mínimo junto com um aumento da possibilidade de conseguir mais créditos e o pequeno rebaixamento da taxa de juros (apesar de ainda ser a mais alta taxa de juros do mundo) em uma situação de redução da taxa de desemprego levou a uma cidadania pelo consumo e ao surgimento segundo o discurso oficial desse governo da chamada nova classe C. A economia brasileira passou por um período de crescimento entre 2003–2008 que contribuiu para o fortalecimento do governo petista. Esse crescimento foi baseado em uma demanda alta pelas commodities brasileiras e pelo aumento de preço destas no mercado internacional. Os governos petistas com sua política social-liberal trouxeram como uma de suas características centrais o aprofundamento do modelo econômico baseado na prioridade dada à exportação de produtos primários (minério de ferro, soja, petróleo e celulose) para um mercado asiático em expansão, pois havia alta nos preços de *commodities*

devido à alta demanda principalmente da China, que se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, superando as relações comerciais historicamente construídas com os EUA.

Esse processo garantiu um crescimento econômico que ficou acima da média do período governado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, ajudando a combater os efeitos mais nocivos da crise econômica de 2008 para a população. Os governos petistas deram todo o apoio ao agronegócio e abandonaram a perspectiva social democrata de reforma agrária. Esse modelo econômico baseado na prioridade dada à exportação de produtos primários não é novidade para os latifundiários brasileiros, que fazem essa política como prioritária desde o período colonial. Contudo, foi uma novidade para a história do PT que na década de 1980, defendia como uma prioridade a reforma agrária nas terras improdutivas dos latifundiários para ampliação do mercado consumidor interno e para o aumento na produção de alimentos de subsistência que no Brasil, são produzidos por pequenos proprietários agrícolas como os membros do MST assentados, ou seja, a reforma agrária como ideal da social democracia foi abandonada pela conciliação de classes feita pelo PT com os latifundiários organizados no MDB.

Por um lado, os governos do PT, para compensar as poucas desapropriações para fins de reforma agrária feitas em seus governos, aumentaram a distribuição de auxílio econômico como Bolsa Família nos assentamentos do MST para manter o apoio do movimento e evitar conflitos com essa sua histórica base social. Por outro lado, o governo Luiz Inácio Lula da Silva adotou um conjunto de medidas que favoreceram o agronegócio e que ampliaram a devastação ambiental no país com a expansão da fronteira agrícola para plantação de soja. O presidente divulgou internacionalmente o etanol como energia limpa produzida no Brasil, camuflando a devastação ambiental e a superexploração do boia-fria para o aumento da produção através da monocultura açucareira.

Nesse governo, podemos listar como ataques ao meio ambiente: a liberação dos transgênicos com sementes geneticamente modificadas; o licenciamento ambiental para transposição do rio São Francisco e para a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia. Os governos federais petistas não foram o melhor modelo de construção de uma sociedade autossustentável ecologicamente. O PT da década de 1980 defendia em seu programa de governo uma reforma agrária que iria às raízes dos problemas fundiários estruturais do Brasil, que remontam das capitâncias hereditárias e da formação dos latifúndios, que historicamente não foram comprados, pois estas terras foram roubadas dos indígenas pelos portugueses em sua invasão territorial para produzir cana de açúcar a partir de 1532.

O PT apresentou a reforma agrária, como pauta histórica de reivindicações dos trabalhadores rurais nas eleições presidenciais de 1989, nas quais o PT e Luiz Inácio Lula da Silva foram derrotados por Fernando Affonso Collor de Melo no segundo turno. O governo federal social-liberal do PT, a partir de 2002, não fez uma significativa reforma agrária, abandonando esta pauta de reivindicação dos trabalhadores rurais. A manutenção desse modelo primário exportador de commodities, além de ser historicamente vinculado à extrema exploração da força de trabalho e ao aumento da desigualdade social, provoca uma tendência em direção à desindustrialização do país e uma maior dependência das variações da demanda do mercado externo. Atualmente, o Brasil mantém uma relação econômica internacional nesse modelo de *plantation* exportando principalmente para a China, que importa minério de ferro, soja e outras matérias primas e exporta produtos industrializados para o Brasil.

Apesar do abandono da política de reforma agrária, a política social-liberal dos governos petistas, se comparada à dos governos anteriores do PSDB, gerou uma melhora da situação de vida de setores da classe trabalhadora com renda mais baixa na década de 2000. O aumento do salário mínimo acima da inflação elevou a renda daqueles trabalhadores com salários mais baixos, e as políticas compensatórias como a Bolsa Família também tiveram um efeito positivo no aumento da renda da população mais pobre. A título de exemplo, o desemprego estava num patamar baixo historicamente para o Brasil – 5,8% em maio de 2012 nas seis grandes regiões metropolitanas, segundo o levantamento do IBGE.

Os efeitos da crise econômica de 2008 começaram a atingir o Brasil mais decisivamente nos anos seguintes como efeito da desaceleração da economia europeia e principalmente da desaceleração da economia chinesa, nosso principal parceiro comercial, e por consequência da redução das importações de *commodities* brasileiras, por isso a crise econômica se instalou no Brasil. Analisando os dados do IBGE, percebemos que após um ano de retomada da economia com o crescimento de 7,5% do PIB em 2010, os efeitos das medidas do governo começaram a se esgotar e o crescimento caiu para 2,7% em 2011 e os míseros 0,9% em 2012. O setor mais fraco da economia brasileira foi justamente a indústria, reforçando a tendência de desindustrialização. O crescimento da China estava também dando sinais de esgotamento, reduzindo a demanda por matérias-primas, e isso vai afetar decisivamente a economia brasileira naquele período histórico. Os problemas estruturais da economia brasileira se mostraram naquele período com o retorno da inflação, que atingiu diretamente o bolso dos trabalhadores reduzindo seu poder de compra.

O modelo prioritário de *plantation* para exportação – baseado na grande propriedade rural, na monocultura e nos agrotóxicos poluentes –, mantido nos governos do PT, não foram suficientes para evitar a interrupção do segundo mandato do governo Dilma Vana Rousseff, que passava por profunda crise econômica relacionada à diminuição da demanda de *commodities*, fruto da crise de 2008. O governo foi interrompido pelo golpe parlamentar institucional da câmara de deputados federais, que provocou um *impeachment* por pedaladas fiscais. Em governos anteriores, havia as mesmas pedaladas fiscais, o que certamente não é um motivo plausível para o *impeachment*.

O golpe parlamentar institucional demonstrou a força da direita tradicional liderada pelo MDB como maioria da câmara de deputados federais e dos neofascistas contra o social-liberalismo dos governos petistas. Durante esses governos, houve também importantes megaeventos esportivos no Brasil, como os Jogos Pan-Americanos, realizados em julho de 2007 na cidade do Rio de Janeiro, a Copa das Confederações da FIFA de 2013, a Copa do Mundo FIFA de 2014 e as Olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro de 2016.

Pensar como se refletiu na vida dos trabalhadores brasileiros todas essas políticas vinculadas aos megaeventos é tarefa fundamental, pois essas políticas deveriam garantir a paz e a confraternização dos brasileiros com os turistas de outros países, promessas propagandeadas por esses governos petistas, mas fortaleceram a segregação social dos trabalhadores pobres, moradores de favelas e a luta de classes sociais antagônicas, expressa em grandes manifestações sociais durante esses eventos, reivindicando mais investimentos em políticas públicas como saúde e educação. Harvey afirma que a infraestrutura, equipamentos de lazer e acesso a transportes são todos aspectos de disputas na sociedade. Por isso é necessário desvendar a aparência superficial dos conflitos em torno da habitação e ter a clareza teórica e metodológica para perceber que o verdadeiro conflito que se esconde é entre o capital e o trabalho.

“Para começar, a pesquisa deveria focalizar o contraste entre o vigor superficial de muitos projetos de revitalização de economias urbanas enfraquecidas e as tendências subjacentes da condição urbana. Deveria também reconhecer que, atrás da máscara de muitos projetos bem-sucedidos, se encontram sérios problemas sociais e econômicos, os quais, em muitas cidades, estão assumindo a forma geográfica de uma cidade dual: de um centro renovado cercado por um mar de pobreza crescente.”
(Harvey, 1996, p.62)

Para Harvey (1980), a distribuição de renda na sociedade capitalista é estruturalmente determinada, podemos ver os padrões geográficos na estrutura residencial urbana como uma expressão geográfica tangível de uma condição estrutural na economia capitalista. O autor acredita que existem contradições e conflitos intercapitalistas, pois aquilo que é necessário

para as condições gerais do capital, como manter a reprodução da força de trabalho (da qual o acesso à moradia é um exemplo), pode não ser rentável para uma fração específica do capital (imobiliário) em determinado território, porque cada fração do capital tem interesses próprios nos efeitos de aglomeração urbana, ou seja, no valor de uso da cidade.

Esse intelectual do planejamento urbano argumenta que os agentes envolvidos direta e indiretamente na produção do espaço urbano que se apropriam dos investimentos em infraestrutura nas cidades são os construtores, loteadores, especuladores. A disputa por investimentos em infraestrutura pode ocorrer entre a burguesia para privilegiar empresas diferentes, ou entre burguesia e proletariado, beneficiando áreas diferentes de moradia. Ele conclui que os conflitos no local de vida são meros reflexos de tensões subjacentes da luta entre o capital e o trabalho. Segundo o autor marxista, o contexto da transição para o socialismo envolve uma redefinição do conceito de excedente. Essa redefinição elimina a forma de renda, juros e lucro e centra-se no que é trabalho socialmente necessário para a produção de valores de uso benéficos socialmente no lugar de valores de troca.

A luta de classes nas cidades brasileiras se expressa na estreita ligação entre especulação imobiliária e investimentos públicos em infraestrutura e equipamentos urbanos. Percebemos nas cidades uma disputa entre burguesia e proletariado por saneamento básico, asfalto, água e por territórios melhor localizados. O Estado pode gerar infraestrutura em locais de interesses da burguesia, na sua maioria branca, gerando valorização fundiária na área ou o Estado pode gerar infraestrutura nas favelas beneficiando os proletários na sua maioria negros. A utilização de verbas públicas em projetos que não são prioritários para a melhoria de vida dos trabalhadores pode ser percebida, por exemplo, na construção do Estádio Olímpico João Havelange (Engenhão) para o Pan-americano Rio 2007. Inicialmente orçado em R\$ 60 milhões, teve um custo final mais de seis vezes maior do que o esperado, R\$ 380 milhões (dados públicos oriundos do próprio governo no site de transparência). Esses dados geraram acusações de superfaturamento e de irregularidades no gasto de dinheiro público.

Concluímos que o empresariamento urbano aplicado na cidade do Rio de Janeiro nos Jogos Pan-americanos de 2007 não trouxe benefícios diretos no local de moradia do proletariado, e sim para a burguesia e suas grandes imobiliárias e construtoras, sendo um gasto de dinheiro público que poderia ser utilizado para serviços essenciais como saneamento básico e transportes públicos para melhoria de vida dos trabalhadores. Analisando historicamente a construção por parte dos governos (federal, estadual e municipal) de infraestrutura no Rio de Janeiro, percebemos que os investimentos em água e esgoto se caracterizaram por uma profunda segregação espacial e econômica, pois a burguesia foi

privilegiada em seu território de habitação em detrimento dos locais de moradia do proletariado que receberam menores investimentos nas áreas onde vivem. Segundo dados do Censo do IBGE, 71,78% da população no Rio de Janeiro tinham acesso à rede de esgotos no início dos anos 2000, mas na Zona Oeste e na Baixada Fluminense, locais de renda mais baixa, essa rede alcançava apenas 11,07% e 20,31% respectivamente.

As obras para os jogos Olímpicos Rio 2016 aprofundaram a segregação urbana porque houve investimentos massivos dos governos na Barra da Tijuca, onde ocorre uma forte especulação imobiliária em detrimento de investimentos nas favelas, que viram construir um muro acrílico que as isolava durante todo o percurso do principal aeroporto da cidade (Galeão) até o local dos eventos esportivos. As favelas abrigam um terço da população total da capital carioca, e a Polícia Militar do Rio de Janeiro é a que mais mata no mundo, jovens negros favelados, oficializando a criminalização da pobreza. Com as Olimpíadas de 2016, a violência policial aumentou. Isso porque o governo contratou mais de 31 mil policiais para garantir a segurança do evento e a insegurança dos moradores das favelas, pois a política de ocupações policiais nos morros gerou a reclamação de vários moradores de favelas que tiveram suas casas destruídas e invadidas, tanto pelos traficantes em guerra entre si, como pelos policiais sem mandatos de justiça para adentrar essas casas.

Os trabalhadores sofreram as consequências dos megaeventos Copa do Mundo e das Olimpíadas com remoções de comunidades pobres para dar lugar as grandes avenidas; com o enorme número de pessoas desapropriadas de suas casas, muitas sem indenização e outras recebendo o valor da desapropriação abaixo do valor de mercado; com o destino incerto com relação ao local de moradia dessas famílias; com os impactos ambientais e urbanísticos que os megaeventos geraram na cidade. Parafraseando Harvey (1996), percebemos nesse processo que atrás da aparência de megaeventos urbanos bem-sucedido no Brasil, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, encontram-se na essência sérios problemas sociais e econômicos como o aumento da desigualdade urbana, que assumiu a forma geográfica de uma cidade dual: de um centro renovado cercado por pobreza crescente. A concentração no espetáculo, mais do que no conteúdo dos problemas sociais, pode se revelar inútil para a melhoria da vida dos trabalhadores.

O crescimento da segregação dos espaços da cidade é percebido no individualismo crescente da sociabilidade neoliberal, que só visa à maximização dos lucros de uma minoria privilegiada. Esse processo gerou um enfraquecimento da ideia de cidade como local de encontro, e houve o crescimento dos enclaves fortificados (condomínios privados, shoppings).

Em uma lógica que opera a afirmação da diferença, principalmente entre ricos e pobres e a homogeneização do modo de viver de grande parte dos mais ricos através, por exemplo, dos condomínios privados – por vezes apropriados como estratégia de resistência à violência urbana em suas formas mais evidentes –, não escapa ao interesse da valorização mercadológica de imobiliárias de estabelecer pela escala de consumo, segundo suas ofertas, as necessidades e desejos de uma parcela privilegiada da população.

O fortalecimento do individualismo neoliberal pode ser compreendido como uma ideologia que privilegia o indivíduo em detrimento de suas formas coletivas de existir. Sendo assim, o ideal de esquerda da cidade como local de encontro e da confraternização, como espaços públicos de convivência das diferenças e de coexistência, foram substituídos pelos espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho que tendem a ser ambientes socialmente homogêneos formado para burguesia. Nesse processo, esgarçam-se o sentido do espaço urbano, o laço social e as formas de construção de convivência. Essa segregação gera um aprofundamento dos conflitos entre as classes sociais, pois a falta de convivência pode gerar a intolerância, o medo e mais violência.

O rolezinho de jovens pobres, na sua maioria negros, visitando shoppings frequentados pelos mais ricos, na sua maioria brancos, causou um grande estranhamento. A burguesia encarou negativamente aqueles jovens pobres que buscavam lazer, ou seja, a luta pelo direito à cidade e à diversão. A exclusão causada pelo capitalismo social-liberal pode ser representada de diversas formas: estranhamento no olhar das pessoas ricas com relação aos jovens através da percepção de suas roupas pobres, o racismo estrutural expresso no olhar de repulsa da burguesia branca à pele negra dos jovens pobres; na desconfiança dos seguranças tentando proibir a entrada dos jovens no shopping.

Todo esse estranhamento reflete uma burguesia que não quer conviver com a diferença; que não concebe a ideia de cidade como local de encontro; que prefere a segregação espacial e social; que prefere fortalecer ideais cada vez mais individualistas; burguesia que se assusta com os ideais igualitários que os movimentos sociais trazem dentro de si; que procura o shopping para se afastar da pobreza e dos conflitos presentes na cidade e por isso se sentiu afrontada com a cena urbana protagonizada pelos jovens negros das periferias urbanas. Porém, a busca por enclaves fortificados ao invés de garantir a paz, fortalece a segregação social e a discriminação racial.

A luta antirracista no Brasil feita pelos jovens negros no rolezinho segue sendo fundamental e a execução a tiros no dia 14 de março de 2018 da vereadora carioca negra do

Partido Socialismo e Liberdade, Marielle Franco, em um feminicídio político através de um crime brutal, tinha como objetivo atingir os símbolos de lutas antirracistas por direitos humanos, antiLGBTfóbicas e feministas. Marielle Franco representante da Favela da Maré foi morta a mando do ex-deputado estadual e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Domingos Brazão, que queria aprovar um projeto de lei sobre grilagem de terras na Zona Oeste. Marielle Franco foi assassinada no dia da aprovação do projeto que ela se opunha, tornando-se o atual grande símbolo da luta antirracista.

Marielle Franco, em sua dissertação de mestrado intitulada “UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro” explica que as Unidades de Polícia Pacificadora implantadas pelo governador Sergio Cabral Filho (MDB) nas favelas do Rio de Janeiro, no período de 2008–2013 com apoio dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff (PT) permite identificar um Estado penal que aplica uma política voltada para repressão e controle dos pobres na sua maioria negros. Os grandes eventos esportivos, Copa do Mundo de Futebol 2014 e Jogos Olímpicos de 2016, geraram na burguesia nacional a necessidade de um projeto de segurança pública, como as Unidades de Polícia Pacificadora, que para Franco serviam para assegurar algum nível de controle nesses territórios populares.

“Os elementos centrais dessa constatação estão nas bases da ação militarizada da polícia, na repressão dos moradores, na inexistência da constituição de direitos e nas remoções para territórios periféricos da cidade (o que acontece em vários casos). Ou seja, a continuidade de uma lógica racista de ocupação dos presídios por negros e pobres, adicionada do elemento de descartar uma parte da população ao direito da cidade, continua marcando a segurança pública com o advento das UPPs. Elementos esses que são centrais para a relação entre Estado Penal e a polícia de segurança em curso no Rio de Janeiro.” (Franco, 2014, p.126)

A lógica racista de ocupação e repressão dos pobres junto à maioria de negros presos nos presídios se insere no conjunto de insatisfações dos Movimentos Negros com esses governos sociais liberais que não alteraram essa realidade. O ano de 2013, mais especificamente o mês de junho, ficou marcado na história brasileira pelas grandes manifestações nas ruas, que levaram milhões de pessoas a protestarem contra o governo Dilma Vana Rousseff. A juventude e os trabalhadores mostraram à burguesia e ao governo que queriam que as suas reivindicações fossem atendidas. As manifestações de junho, tendo como principal bandeira a redução da tarifa do transporte coletivo, provocaram atos de massa por essa e outras reivindicações como investir na saúde e educação públicas. A faísca para o início dessa explosão de lutas foi à realização da Copa das Confederações de Futebol no Brasil em 2013.

Para a classe trabalhadora ficou evidente a contradição do discurso do governo, pois enquanto o governo social-liberal afirmava não ter capital para investir na saúde e educação devido à crise econômica oriunda de 2008, o mesmo governo gastou bilhões de reais com as obras nos estádios de futebol. Essa percepção da realidade foi explicitada nos cartazes (cada ativista levava um cartaz para os atos) exibidos nas manifestações que exigiam “saúde e educação padrão FIFA” e diziam que “o professor vale mais que o Neymar”. Posterior a essas manifestações de junho, incorporaram-se também as reivindicações do sindicalismo presente principalmente nas paralisações nacionais de trabalhadores sindicalizados que ocorreram nos dias 11 de julho e 30 de agosto.

A nova situação aberta com essas manifestações contribuiu para que algumas greves fossem mais fortes, como foi o caso dos bancários, petroleiros, trabalhadores dos correios e metalúrgicos. Entretanto, um destaque deve ser dado para a greve unificada na educação municipal e estadual no Rio de Janeiro, que mobilizou durante cerca de dois meses milhares de educadores que denunciaram a política educacional neoliberal de bonificação por meritocracia, feitas pelo governador Sérgio Cabral Filho e pelo prefeito Eduardo Paes. O Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe-RJ) assumiu o protagonismo dessa greve para resgatar uma das principais pautas das jornadas de junho, que era a defesa da educação pública de qualidade. Nessa greve, ocorreram também ações diretas como a ocupação da Secretaria de Educação Estadual e o acampamento de educadores que passaram a viver acampados em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, demonstrando a força de métodos de ação direta.

Houve também nas grandes cidades do país diversas ocupações de câmaras municipais, exigindo o passe livre para estudantes e desempregados, ocupações de reitorias das universidades públicas e a ocupação de terrenos abandonados feita pelo Movimento de Trabalhadores Sem Teto que adquiriu grande protagonismo urbano exigindo o direito à moradia. Entretanto, todas essas lutas ocorreram de forma fragmentada. As entidades que dirigem os principais movimentos sociais do país – CUT, Força Sindical, UNE e o MST – por terem ligações orgânicas com o governo Dilma Vana Rousseff, não jogaram peso na unificação dessas lutas. Esse ano de 2013 ficou marcado, também, pelo aumento da criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, simbolicamente expresso pela morte do ajudante de pedreiro negro Amarildo, que gerou a campanha “Quem matou o Amarildo?”. Posteriormente foi provado pelas investigações que foi a Polícia Militar do Rio de Janeiro que matou Amarildo.

Nesse contexto, houve também mais de 200 estudantes e trabalhadores que foram “fichados” pelas Polícias Militares dos governos estaduais Geraldo Alckmin, em São Paulo, e Sergio Cabral Filho, no Rio de Janeiro por participar de manifestações. Esse processo de lutas manteve a pauta de reivindicações de mais direitos sociais dos trabalhadores, e por isso discordamos da análise feita por alguns dirigentes petistas de que junho foi fundamentalmente um movimento feito e liderado pela nova extrema direita que nascia naquele momento. Esse setor de extrema direita prosperou a partir de junho de 2013, contudo a análise é mais complexa e contraditória porque as pautas majoritárias eram de esquerda, ou seja, não é possível traçar uma linha direta e contínua entre junho de 2013 e as manifestações da extrema direita pelo *impeachment* da presidente Dilma Vana Rousseff em 2015 e 2016. Compreendemos que as mobilizações pelo *impeachment* da Dilma Vana Rousseff estão mais relacionadas à crise econômica que abalou o país. Neste cenário a burguesia e a chamada “classe média conservadora” se tornaram as principais bases de sustentação da insurgente extrema direita neofascista brasileira.

Em 2016, os estudantes, nacionalmente, começaram o movimento Ocupa Tudo em defesa de mais investimentos na educação pública. Foram mais de 80 escolas ocupadas no Rio de Janeiro, além da própria Secretaria de Educação Estadual, que foi ocupada pelo movimento estudantil secundarista, realizando uma jornada de lutas dos estudantes. Tais ocupações estudantis se somaram à luta dos trabalhadores da educação em greve durante 120 dias no Rio de Janeiro, devido ao fato do governo ter priorizado os Jogos Olímpicos de 2016 em detrimento dos serviços públicos essenciais, chegando ao fim do mês de junho com mais de 310 mil servidores (da ativa, aposentados e pensionistas) sem receber a maior parte do salário do mês de maio.

No dia 17 de junho, o governador interino Francisco Dornelles (MDB) decretou situação de calamidade pública no estado do Rio de Janeiro. Em meio a uma grave crise econômica, o decreto teve um objetivo principal: honrar os compromissos para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 através de verba extra do governo federal. O Tribunal de Contas do Estado divulgou em março de 2016 que o Estado abriu mão de arrecadar, através de benefícios fiscais, mais de R\$138 bilhões de recursos do ICMS. No dia 6 de julho, o movimento de servidores públicos realizou um novo dia de greve geral estadual em defesa de direitos trabalhistas. Nesse contexto, a palavra de ordem foi “A nossa luta unificou, é estudante, funcionário e professor” em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Os educadores ocuparam a Secretaria de Fazenda do Estado em resposta ao não pagamento

das aposentadorias e pensões, e ocuparam também as escadarias da ALERJ, além de ocuparem as escolas junto aos estudantes, morando nelas ao longo da greve.

As ocupações geraram experiências de práxis pedagógicas revolucionárias, como foi vivenciado pelo autor, por exemplo, na Ocupação do Colégio Estadual Cinamomo em Rio das Ostras. A escola ocupada teve forte participação de estudantes negros que são maioria nas escolas públicas, e significou um espaço físico acolhedor e cheio de companheirismo entre os estudantes que aprenderam a lidar com os conflitos e contradições de morarem na escola. Houve aulas com temas escolhidos pelos estudantes, oficinas de instrumentos musicais, competição de jogos eletrônicos, esportivos e de tabuleiros, batalhas de rap, roda de samba e debates sobre a importância do movimento estudantil no Brasil. Nesses espaços de ocupação se construiu uma nova sociabilidade humana de respeito e cooperação, onde os estudantes praticaram a democracia direta através das assembleias diárias da ocupação, onde sua voz foi respeitada. Eles construíram coletivamente as próprias regras de convivência, a partir das necessidades que perceberam, e por isso instalaram as comissões de segurança, limpeza e alimentos que precisavam funcionar para manutenção da ocupação.

Essa experiência, junto à eleição direta para direções das escolas conquistada pela greve junto ao governo, foram as principais vitórias desse movimento, em uma conjuntura neoliberal onde as desejadas conquistas econômicas para os educadores sindicalizados não foram conquistadas. Os governos petistas 2002–2016 apoiavam-se em uma forma de hegemonia que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais que os apoiavam ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos sociais – aparente porque não era real a realização dessas reivindicações históricas, muitas propostas realizadas não eram propostas estruturais como, por exemplo, a reforma agrária que não foi feita. Para Gohn (2005), essas mudanças conjunturais fizeram com que muitas lideranças dos movimentos sociais abandonassem a atuação no movimento social reivindicativo independente e passassem a se dedicar à atuação nas ONGs que recebiam apoio de Aparelhos Privados de Hegemonia como a Fundação Ford e do governo federal petista, através de políticas públicas de auxílio à população carente.

“A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática na qual a ideia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais.” (Gohn, 2005, p.82)

O social-liberalismo dos governos petistas priorizaram parcerias com ONGs, gerando um crescimento de compromissos genéricos de combate à exclusão social e com discurso

diluidor dos conflitos sociais entre as classes, preocupadas apenas com inclusão social em termos de integração social ao *status quo* vigente, sem questionar as bases do modelo de desenvolvimento destes governos no modo de produção capitalista. Essa forma social-liberal de organização das políticas sociais alterou também a organização dos movimentos sociais, pois suas várias lideranças foram cooptadas pelos governos para atuarem nas ONGs. Na prática, essas lideranças tornaram-se reféns do Estado, o qual, em grande medida, financia as próprias ONGs (que também são financiadas por fundações como a Fundação Ford). Sendo assim, essas lideranças abandonaram o caráter reivindicativo e emancipador dos movimentos sociais oriundos das lutas na década de 1980.

Nas gestões do PT de Luiz Inácio Lula da Silva 2003-2010 e de Dilma Vana Rousseff 2011–2016 como presidentes do Brasil com essa política social-liberal, essa situação de transformismo do PT, da CUT e de lideranças populares se agravou. Para Gramsci, o conceito de transformismo é o instrumento característico da construção de hegemonia na revolução passiva, no qual grupos sociais inteiros são anexados ao projeto da burguesia dirigente, ou seja, é a capacidade de um grupo dirigente incorporar de forma subalterna outros grupos, mesmo fazendo concessões aos grupos minoritários. Os movimentos sociais com lideranças petistas que faziam oposição às gestões do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso PSDB 1995–2002 acabaram aderindo ao governo social-liberal petista de forma acrítica e acabaram criando ONGs a fim de captarem recursos financeiros para a área social.

O PT assumiu a liderança da maioria dos sindicatos e movimentos sociais fundados por petistas na década de 1980 desde a redemocratização do Brasil, permanecendo com essa influência sobre as massas trabalhadoras até os dias atuais. O governo petista, em 2003, criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social composto por maioria de empresários. Oded Grajew foi presidente do Instituto Ethos e foi assessor especial da presidência da república no governo Luiz Inácio Lula da Silva, sendo interlocutor do PT junto a esses empresários. Sendo assim, nos governos do PT o investimento social privado permaneceu sendo feito pelos empresários, por exemplo, através da ONG Comunitas criada no ano 2000 por Ruth Cardoso (esposa de Fernando Henrique Cardoso), que assumiu a direção política das iniciativas e organismos criados pela Comunidade Solidária que se extinguiu no final do governo Fernando Henrique Cardoso, sendo substituído pelo programa petista Fome Zero.

O programa de governo Fome Zero visava promover a distribuição de alimentos para combater a fome, porém não possuía políticas públicas complementares para combater as causas estruturais que geram a fome. No governo Luiz Inácio Lula da Silva, em parceria com empresários, destaca-se dentro da política do Comunitas a Rede de Informações para o

Terceiro Setor (RITS), uma importante Organização Não Governamental. Além disso, o GIFE da qual a Fundação Ford faz parte e o Instituto Ethos que recebeu vários financiamentos da Fundação Ford, que consolidaram, a partir de 2003, sua intervenção política investindo na nova sociabilidade do capital através de investimento social privado.

O GIFE é uma associação que afirma no seu site não ter fins lucrativos, feito por investidores sociais privados no Brasil como Institutos, Fundações ou Empresas. Legalizado em 1995, funciona como uma plataforma de investimento social privado no Brasil que produz conhecimento a partir de pesquisas, análises e debates, contando com uma rede de mais de 160 associados que, somados, aportaram R\$ 5.3 bilhões em investimento social privado no ano de 2020, segundo dados do Censo GIFE, viabilizando projetos de terceiros ou operando projetos próprios. A Fundação Ford participa através do conselho de governança da GIFE através de Átila Roque representante da fundação no Brasil. O GIFE possui um projeto chamado “O que o Investimento Social Privado pode fazer?”, que busca conseguir investidores em assuntos ainda pouco explorados como equidade racial.

O GIFE produziu um guia com essa temática com curadoria e financiamento do Instituto Unibanco, do Fundo Baobá e do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) que recebe apoio financeiro da Fundação Ford. O guia produzido em 2019 possui 39 páginas e foi intitulado “Equidade Racial”, um guia para investidores sociais privados iniciarem estratégias de apoio à equidade racial. O capítulo 1 do Guia, intitulado “Equidade racial: do que estamos falando”, explica que a questão racial é uma questão fundamental de ser enfrentada para combater as profundas desigualdades sociais. Destaque nesse capítulo para a citação de uma Pesquisa Datafolha de 2018, que afirma que apenas (3%) da população se declara racista, porém 91% reconhece que existe racismo no Brasil (Folha de São Paulo, 2008), o que reflete respectivamente a omissão do racismo e o racismo estrutural.

O Guia orienta para empresas atuarem para enfrentar essa realidade, adaptando-se às alterações da legislação de combate ao racismo no Brasil e seguindo os objetivos de desenvolvimento sustentável, uma agenda mundial adotada em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, que devem ser atingidos até 2030. O tema equidade racial tem destaque no guia no objetivo 10 – Redução das desigualdades, e no objetivo 5 – Igualdade de gênero, devido às piores condições sociais das mulheres negras. O capítulo 2 do guia foi intitulado “Desvendando o problema: quais são os principais desafios envolvidos?”, e aborda os desafios como a compreensão conceitual, questões simbólicas e

identitárias, dinâmicas institucionais, sistema educacional, juventude periférica negra, violência, mundo do trabalho e cenário político.

O capítulo 3 foi intitulado “Caminhos de atuação: como o investimento social privado pode contribuir?”, e aborda as possibilidades de atuação em diferentes frentes: equidade racial como linha temática de investimento ou desenvolvimento de estratégias internas voltadas às suas próprias práticas institucionais, além do apoio financeiro a iniciativas negras e o apoio à produção de conhecimento. Essas frentes foram tabeladas assim: A – Fortalecimento de iniciativas promovidas por organizações negras ou lideradas por pessoas negras; B – Fortalecimento de lideranças negras; C – Fomento ao empreendedorismo negro; D – Equidade racial no campo Educacional; E – Equidade racial no mundo corporativo; F – Produção de conhecimento e posicionamento público.

O capítulo 4 do guia foi intitulado “Recomendações finais para atuação do Investimento Social Privado” e orienta as empresas de modo transversal da seguinte forma: I. Definir como a equidade racial pode ser inserida na agenda estratégica da fundação, instituto ou empresa; II. Traçar ações afirmativas com o recorte racial para os projetos apoiados; III. Estudar linhas de atuação voltadas às questões raciais e, caso opte-se por este caminho, definir subtemas de interesse e relevância – como enfrentamento da violência policial ou encarceramento em massa, oportunidades para iniciativas criativas e culturais da juventude negra, empoderamento da mulher negra, combate ao racismo institucional no sistema de justiça ou no sistema de saúde, dentre tantos outros exemplos; IV. Rever as formas de seleção, apoio, desenvolvimento de projetos próprios, abordagens teóricas e metodológicas e formas de comunicação de suas iniciativas, identificando e solucionando possíveis vieses racistas e incorporando práticas mais equitativas e afirmativas.

A guia expressa orientações gerais para empresas, institutos e fundações com relação à importância da equidade racial, e expressa às concepções do multiculturalismo, que caracterizamos nesta tese como ideais que se relacionam com o social liberalismo defendido pelo GIFE e pela Fundação Ford. Por um lado, o ideal social-liberal de conciliação de classes sociais antagônicas (burguesia e proletariado), implantado na gestão petista, fortaleceu a adesão de ONGs oriundas de antigos movimentos sociais nas parcerias público-privadas. Por outro lado, os empresários defensores do investimento social privado, também se fortaleceram e se beneficiaram das parcerias público-privadas dos governos petistas.

O PT historicamente manteve relações orgânicas com os Movimentos Negros desde a redemocratização do Brasil, em 1988, assimilando propostas para serem apresentadas na

assembleia constituinte. O PT é um partido antirracista e para compreendermos esses ideais e suas pautas de reivindicações, selecionamos o discurso mais emblemático realizado por Luís Inácio Lula da Silva sobre o dia 20 de novembro de 2020, dia da consciência negra no Brasil. Nesse discurso, ele reafirma seus ideais antirracistas e cita o racismo estrutural na sociedade brasileira oriundo de seu passado escravista, e reafirma que o fim da escravidão não representou a libertação completa do povo negro, que ainda hoje sofre com a discriminação racial e com a exclusão social. Esse discurso é emblemático para demonstrar a íntima relação entre parte significativa dos Movimentos Negros e o PT. O discurso reconhece o racismo estrutural através de uma interpretação social-liberal que propõe a conciliação de classes ao final, citando Mandela e centrando a questão nos sentimentos de ódio e de amor, sugerindo que um mundo sem ódio pode ser construído. Dennis de Oliveira compreendeu ao entrevistar Luís Inácio Lula da Silva, que ele ainda trata o racismo como um conflito entre comportamentos inadequados versus comportamentos adequados.

“O que observo é que o ex-presidente Lula situa o problema do racismo em uma ‘deformação comportamental’, produto de um desconhecimento do assunto (daí a importância da lei 10639 que trata da educação para as relações etnicoraciais), que se necessitaria de uma mudança de atitude e vai por aí.” (Oliveira, 2021, p.63)

Essa ideia de educar a sociedade para melhorar seus comportamentos é criticada por Dennis de Oliveira, que comprehende que não se pode reduzir o racismo à falta de conhecimento, pois o autor comprehende o racismo no Brasil de forma estrutural através de uma interpretação marxista. Os sociais-liberais usam racismo estrutural em suas falas, entretanto não se trata do conceito marxista escrito por Almeida. Percebemos que quando um marxista e um social-liberal se referem ao racismo estrutural, eles os utilizam de diferentes formas: racismo estrutural como conceito marxista formulado por Almeida ou racismo estrutural como palavras descoladas desse conceito que na interpretação marxista seria racismo institucional. Aprofundaremos essas diferenças no capítulo 2 desta tese, apresentando o conceito de racismo estrutural de Almeida, e no capítulo 3, analisando como os intelectuais orgânicos sociais liberais da Fundação Ford em seus textos utilizam o termo “racismo estrutural” diferente do conceito marxista.

Analisamos que a questão negra durante os governos do PT adquiriu destaque, em consonância com os ideais antirracistas do social-liberalismo. Os Movimentos Negros alcançaram propostas de inclusão via representatividade nos governos petistas, mas seu antirracismo se limitou a propostas políticas paliativas no interior da ordem capitalista, sem conseguir atingir decisivamente alterações no racismo brasileiro. Por exemplo, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi criada em 21 de março de 2003, data

do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas em memória de 69 pessoas negras que foram assassinadas durante manifestação pacífica na África do Sul em 1960, que ficou conhecido como Massacre de Sharpeville.

A SEPPIR foi criada tendo como principal desafio fortalecer a implantação de ações afirmativas no país. O destaque à questão negra ocorreu principalmente através da aprovação da Lei nº 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, inclui no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e determina que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como data comemorativa do “Dia da Consciência Negra”.

O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/10, foi também uma medida que respondeu à necessidade de atualização das leis antirracistas reivindicadas pelos Movimentos Negros. Neste estatuto, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades através da defesa dos direitos e do combate à discriminação, também foram consideradas vitórias das reivindicações. Contudo, essa lei foi também criticada pelos Movimentos Negros por ser mais simbólica do que prática – para os críticos, boa intenção não é suficiente para combater o racismo, pois na prática o estatuto não representa qualquer garantia objetiva de combate ao racismo. Por exemplo, como garantir o fim das discriminações e as punições a quem discrimina? Como garantir a proteção da juventude negra que sofre um genocídio oriundo da violência policial?

As respostas não são encontradas no Estatuto da Igualdade Racial, pois não caracteriza o racismo como crime de lesa humanidade que é um termo jurídico que se refere a atos criminosos que violam os direitos humanos de uma população civil. A questão da titulação dos territórios quilombolas, a questão da baixa representação dos negros nos meios de comunicação, do atendimento especial à saúde da população negra, nada disso está contemplado no Estatuto como obrigações legais a serem cumpridas como determinações legais com seus respectivos responsáveis e punições cabíveis em caso de descumprimento. Os Movimentos Negros lutam pelos desdobramentos práticos dessa lei para evitar que se torne, na prática, uma carta de boas intenções com sugestões ao Estado. Houve também nos

governos federal do PT as políticas públicas de ações afirmativas para promoção da igualdade racial nos setores público e privado (fortemente apoiada pela Fundação Ford), que visam fazer reparações históricas à população negra discriminada.

Após uma década de discussões sobre a necessidade de inclusão da população negra no ensino público superior brasileiro, em 29 de agosto de 2012, a presidente Dilma Vana Rousseff sancionou a Lei nº 12.711/12, de Cotas Raciais, para ingresso nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia, junto à Lei de Cotas Raciais no serviço público federal, Lei nº 12.990/14 que reserva 20% das vagas para aqueles que se autodeclararem negros. Essas leis formam grandes avanços, importantíssimos para o desenvolvimento da luta antirracista no Brasil.

O Movimento Negro Unificado, desde a década de 1980, atribuiu à educação um papel prioritário para a superação do racismo. Em sua convenção em 1982, ocorrida em Belo Horizonte, foi aprovado o Programa de Ação do MNU, que propunha a alteração dos currículos escolares com objetivo de eliminar da formação dos professores os estereótipos negativos relativos à cultura afro-brasileira, religiões de matriz africana e os preconceitos oriundos desses estereótipos. Além disso, os intelectuais orgânicos dos Movimentos Negros financiados pela Fundação Ford fizeram novas pesquisas sobre o acesso e a escolarização da população negra, concluindo a situação gravíssima de baixa escolaridade dos negros devido a sua não integração na sociedade de classes brasileira e à desigualdade de oportunidades oriunda do racismo estrutural no Brasil. Todo esse processo de décadas de lutas por suas reivindicações no Brasil fez os Movimentos Negros considerarem a Lei nº 10.639/03 uma vitória histórica importante.

Passados mais de 20 anos da aprovação dessa lei, percebemos que atividades como as Semanas de Consciência Negra, que culminam no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra no Brasil, dia da morte de Zumbi dos Palmares em 1695, dia do herói negro abolicionista, Lei nº 12.519/11, que versa sobre racismo e antirracismo no calendário escolar, são geralmente encabeçadas por intelectuais orgânicos dos Movimentos Negros que são educadores nas escolas. Infelizmente, sem a presença desses militantes, não ocorrem tais eventos, o que demonstra que a lei ainda não foi incorporada de forma satisfatória pelo conjunto de professores que trabalham nas escolas. Essa situação no Brasil é semelhante ao que ocorreu nas escolas multiculturais nos EUA, que segundo Hooks “precisam mudar suas práticas de aprendizado para uma experiência de inclusão de grupos não brancos, refletindo em seu processo pedagógico (Hooks, 2017, p.51).

As lutas para desconstruir o padrão educacional eurocêntrico não são exclusivas dos negros brasileiros. O historiador negro estadunidense Woodson (2021) foi um dos primeiros a estudar a história da diáspora africana, incluindo a história afro-americana, publicando em 1933 o clássico livro “A deseducação do negro”. Essa perspectiva libertadora para o estudo da história do negro foi inspiradora para a luta empreendida por décadas pelos Movimentos Negros.

A educação é um campo de atuação estratégico para a comunidade negra, que historicamente tem se apropriado da educação para combater as narrativas que inferiorizam os afrodescendentes. Essa prática dos Movimentos Negros compreende a educação como um caminho rumo à transgressão e à liberdade. O antirracismo na educação não deve ser tarefa somente dos negros educadores, mas de todos os educadores, incluindo os brancos. A importância pedagógica da temática racial nas escolas é fundamental porque envolve medos, preconceitos, traumas e sentimentos de inferioridade que aparecem cotidianamente nas escolas nos estudantes negros. Por isso, o conjunto dos educadores deve verdadeiramente adotar uma prática antirracista em seu fazer pedagógico cotidiano nas escolas.

O discurso social-liberal dos governos petistas na década de 2000 defendia a união de todos (sindicatos, governos, empresas, institutos, ONGs) em busca do consenso, evitando os conflitos entre as classes sociais. Esse discurso conciliador marca a fundação do movimento empresarial Todos pela Educação no Brasil, e seus princípios na política educacional foram implantados em um governo liderado pelo PT, reforçando a conciliação de classes sociais antagônicas. O movimento Todos pela Educação representa a hegemonia empresarial social-liberal a partir da segunda metade da década de 2000. O PDE Todos pela Educação (2006) foi o maior exemplo disso, tendo assumido em sua apresentação a palavra de ordem do movimento organizado pelo empresariado. Esse movimento defende mudar a ideia constitucional de educação pública (exigência de que verbas públicas se destinem exclusivamente às escolas públicas) nos documentos do PNE, permitindo que recursos públicos cada vez mais sejam direcionados para entidades privadas da educação.

Além disso, o PDE lançado no governo Luiz Inácio Lula da Silva, e o plano de metas Compromisso Todos Pela Educação, Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, tem no grande empresariado sua principal parceria (Fundação Itaú Social, Fundação Vitor Civita, Fundação Roberto Marinho, entre outras). Por um lado, no Plano Nacional de Educação, diretrizes como a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais, melhoria da qualidade do ensino, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática, entre outras propostas dos sindicatos de educação ficaram

distantes de serem priorizadas e alcançadas no social-liberalismo dos governos petistas na década de 2000. Por outro lado, o movimento Todos pela Educação defende seus ideais sociais liberais como as políticas de avaliações externas relacionadas ou não a estímulos financeiros como adoção de metas que devem ser atingidas pelas redes de ensino e que devem ser perseguidas pelos educadores, sob a promessa de prêmios, gratificações e bônus salariais; exames nacionais padronizados que visam aferir o nível de qualidade da educação oferecida, nos estados e municípios, assim como o grau de aproveitamento dos alunos nos diversos segmentos de ensino.

Na prática, a educação formal oferecida pelo Estado através das escolas públicas sofre com intensas disputas entre interesses públicos e interesses privados dos empresários da educação, e essas disputas refletem a própria luta de diferentes projetos de classes nas escolas. O empresariado tem entendido a educação como importante via para a subtração dos recursos públicos, porém sofre com o contraponto dos educadores organizados em sindicatos que entendem a educação a partir de um ponto de vista emancipatório, inspirado nos ideais do educador Paulo Freire, que deseja a mudança da educação domesticada alienada e alienante, para uma educação que seja força de transformação e de libertação. Apesar das tentativas de conciliação de classes sociais antagônicas por parte dos governos de social-liberalismo do PT, segundo Leher (2018), houve um grande conflito entre os sindicatos autônomos e as políticas neoliberais na educação do governo Luiz Inácio Lula da Silva. A CUT fez parceria com o movimento empresarial Todos pela Educação em apoio ao governo, todavia, em função de distintas perspectivas de autonomia frente a esse governo, houve alguns sindicatos de educadores, como o Sepe-RJ e o ANDES-SN, que romperam em distintos momentos com a CUT.

Por um lado, as grandes empresas privadas da educação estão interessadas no fornecimento desses serviços educacionais através da venda de material didático-pedagógico com as competências básicas, parcerias para treinamento, avaliação de professores, consultorias, assessorias para o governo federal e para os governos estaduais e municipais. Além disso, as grandes empresas privadas da educação também querem como meta gerenciar as escolas públicas através de parcerias público-privadas para gestão escolar pública. Por outro lado, alguns sindicatos da educação estão lutando contra as parcerias público-privadas, mas também por melhores salários para os profissionais da educação, por melhorias no plano de carreira, por melhores condições de trabalho, pela defesa da autonomia pedagógica, pela garantia da implantação efetiva da lei de 1/3 da carga horária para planejamento de aulas, pela diminuição do número de estudantes por turma, pelo fim das avaliações externas alheias às

realidades específicas e aos interesses das comunidades escolares e, por fim, contra a precarização e sobrecarga de trabalho imposta aos educadores.

Seguindo a racionalidade da nova morfologia do trabalho explicada por Antunes (2020), as grandes empresas privadas da educação defendem a desregulamentação do trabalho e a ampliação da terceirização. Essas empresas defendem principalmente o gerenciamento como concepção de gestão de empresas públicas e privadas, pois querem se apropriar de recursos da educação pública através das parcerias público-privadas. Elas querem que empresas privadas gerenciem escolas públicas como já ocorre atualmente em algumas escolas em Goiás e na Paraíba, como alertou Silva (2018). O compromisso social historicamente construído pelos educadores se reflete na lógica social pública instalada nas práticas das escolas públicas desde a redemocratização do Brasil. Essa lógica social pública consolidada na Constituição Federal de 1988 entra em conflito com a lógica empresarial neoliberal que vem sendo incorporada às práticas administrativas do serviço público de forma a fazer com que ele funcione em torno de metas e eficiência.

Além disso, houve um aumento significativo da precarização do trabalho, incluindo o trabalho docente, Silva (2020) faz uma análise das formas de contratação temporária de professores, assim como das tendências de terceirização, pejotização e uberização. Silva forja o conceito de precariado professoral para diferentes formas de subcontratação com condições degradantes de trabalho, baixos salários e ausência de direitos. Essa situação se conecta com os ideais da política social-liberal sobre flexibilização das relações trabalhistas. As relações precárias de trabalho enfraquecem a capacidade de luta política coletiva porque esses trabalhadores, pela falta de estabilidade trabalhista, dificilmente aderem às greves por direitos trabalhistas e como são em grande quantidade, esses precarizados dificultam as greves dos trabalhadores concursados também porque as escolas acabam não fechando completamente nas greves, gerando conflitos dentro da mesma categoria profissional.

Leher (2010) apresenta uma perspectiva de luta para os profissionais da educação comprometidos com a melhoria da escola pública. Para o autor, os educadores devem fazer a defesa da educação pública como parte da estratégia dos trabalhadores para a luta contra o sistema do capital. Por isso, concordando com Leher, se por um lado os sociais liberais convergiram na defesa da educação minimalista para os trabalhadores aprenderem competências básicas voltadas para o trabalho, por outro os trabalhadores devem reagir convergindo na defesa de escolas públicas integrais com conteúdos de formação científica, com crítica social e artística contextualizando a realidade vivida pelos estudantes nas escolas

públicas. A disputa da escola pública para garantir uma educação de qualidade para os filhos da classe trabalhadora está em aberto conflito com a Nova Pedagogia da Hegemonia ou Pedagogia do Mercado. De um lado está à classe trabalhadora e do outro, a classe burguesa dominante. Por tudo isso, concluímos que a esquerda para o capital é essa guinada da maioria da esquerda petista, que antes era social democrata, para a política social liberal, que tenta conciliar as classes sociais antagônicas, burguesia e proletariado. A conciliação se apresenta através de políticas sociais de diminuição da pobreza ou através do combate à fome, mas mantendo a extração de mais-valia e os lucros da burguesia internacional e nacional através de políticas sociais liberais que retiram cada vez mais direitos trabalhistas.

2 A DESCOLONIZAÇÃO DA QUESTÃO NEGRA E A FUNDAÇÃO FORD

Sou Negro
 meus avós foram queimados
 pelo sol da África
 minha alma recebeu o batismo
 dos tambores atabaques, gonguês e agogôs
 Contaram-me que meus avós
 vieram de Luanda como mercadoria
 de baixo preço plantaram cana
 pro senhor do engenho novo
 e fundaram o primeiro Maracatu.
 Depois meu avô brigou como um danado
 nas terras de Zumbi
 Era valente como quê
 Na capoeira ou na faca
 escreveu não leu
 o pau comeu
 Não foi um pai João
 humilde e manso
 Mesmo vovó não foi de brincadeira
 Na guerra dos Malês
 ela se destacou
 Na minha alma ficou
 o samba
 o batuque
 o bamboleio
 e o desejo de libertação...
 (Sou Negro, Solano Trindade)

No primeiro subcapítulo – “Movimentos Negros contemporâneos e a desconstrução de análises colonizadoras” – apresentamos nossa compreensão da importância histórica da luta dos Movimentos Negros e seu papel educador no combate ao racismo na sociedade brasileira nos séculos XX e XXI. Além disso, abordamos a importante contribuição teórica de negros latino-americanos, com destaque para Césaire e Fanon, utilizando a compreensão desses autores sobre o colonialismo e sobre a construção do racismo supostamente científico ao longo dos últimos três séculos. A batalha ideológica atualmente empreendida por intelectuais orgânicos negros do terceiro mundo através de críticas às narrativas históricas eurocêntricas também é destacada, assim como a contribuição de importantes autores negros como: Gonzalez, James, Almeida, dentre outros que através das lentes do materialismo histórico e dialético nos ajudaram através de seus conceitos e teorias a compreender e apresentar a especificidade da escrita do marxismo negro.

No segundo subcapítulo – “Racismo Estrutural: da escravidão negra à abolição inacabada”, apresentamos a importante compreensão de Almeida sobre o racismo estrutural que nos ajudou a compreender as especificidades do racismo na sociedade brasileira. Além

disso, abordamos a questão negra resgatando elementos centrais do Brasil desde os tempos de colônia de Portugal, passando pelo Império do Brasil, na tentativa de reconstrução dos elementos estruturais que determinaram a atual condição histórica de exclusão do negro na sociedade capitalista republicana, analisando desde o início deste processo. Para isso, apresentamos a importância do processo de fim da escravidão no Brasil e a não integração do negro na sociedade capitalista de classes sociais opostas e antagônicas.

No terceiro subcapítulo – “Henry Ford, Fundação Ford, Guerra Fria, Redemocratização brasileira” – tratamos de localizar política e historicamente a participação de Henry Ford na Segunda Guerra Mundial, devido à necessidade de compreensão desse protagonista da história da *Ford Motors Company* para uma comparação entre seus ideais e os da Fundação Ford. Além disso, importa-nos analisar principalmente as políticas da Fundação Ford com relação à questão racial negra, na transição entre o fim da Guerra Fria e o processo de redemocratização da sociedade brasileira a partir de 1985.

2.1 Movimentos Negros Contemporâneos e a desconstrução de análises colonizadoras

Compreendemos a relevância dos movimentos sociais na sociedade brasileira contemporânea como focos privilegiados de análise da dinâmica social do país. A estruturação e a ação desses movimentos são baseadas em valores que operam como fundamentos identitários ao coletivo. O movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Compartilhamos da definição de Gohn (2008) sobre os movimentos sociais que são modelos de sociabilidade, e sua análise implica compreender o sentido de suas práticas e seus projetos. Analisar essa nova sociabilidade dos movimentos sociais contemporâneos é fundamental para compreendermos as propostas de alternativas societárias em processo de gestação atualmente.

A Fundação Ford em 2020 doou US\$ 100 milhões ao *Black Lives Matter*, que é um movimento internacional (de origem nos EUA e com atuação no Brasil, África do Sul e Austrália) que se dedica à luta contra a violência sofrida pela população negra. O movimento organiza protestos em resposta a casos de violência policial e injustiças raciais. Em 2013, destacou-se por criticar a absolvição de George Zimmerman, acusado pela morte a tiros do adolescente negro Trayvon Martin. No ano seguinte, liderou manifestações significativas após os assassinatos de Michael Brown, em Ferguson, e Eric Garner, em Nova York. Outros casos, como os de Tamir Rice, Eric Harris, Walter Scott, Jonathan Ferrell, Sandra Bland, Samuel DuBose e Freddie Gray, também contaram com o apoio ativo do movimento. Destaca-se o

caso de George Floyd, um negro estadunidense assassinado no dia 25 de maio de 2020, em Minneapolis, estrangulado pelo policial branco Derek Chauvin, que após prendê-lo, ajoelhou em seu pescoço. Após sua morte, as imagens do brutal assassinato se espalharam pelas redes sociais, gerando protestos contra o racismo que começaram nos EUA e se espalharam pelo mundo através do movimento *Black Lives Matter*.

No Brasil a brutal morte de George Floyd influenciou as manifestações contra o racismo, sendo um fator decisivo para diversas organizações de esquerda colocar pela primeira vez como pauta principal as reivindicações antirracistas. Neste período de protagonismo da explosão mundial da luta negra, a Fundação Ford financia a Coalizão Negra por Direitos, movimento negro brasileiro fundado em 2019, que denuncia crimes contra a população negra. É formada por mais de 200 associações, ONGs, coletivos, grupos e instituições (como Geledés) e obtém subsídios de institutos e fundações filantrópicas como *Open Society Foundations*, do bilionário George Soros; Fundação Tide Setubal, da família Setúbal, que controla o banco Itaú; Fundação Itaú Social; Instituto Unibanco; Fundação Roberto Marinho e o Fundo Social Elas. Destaca-se a convocação de manifestações feita pela Coalizão Negra por Direitos durante a pandemia de Covid-19 com *slogan* Fora Bolsonaro Genocida, no dia 13 de maio de 2021, em todo o país, exigindo justiça para as vítimas do massacre na Favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, e em todas as operações policiais que resultaram em mortes nas favelas. Sendo assim, a Coalizão Negra por Direitos denuncia a violência policial racista e faz campanhas como a que exige que a mídia fale do genocídio negro.

Compreendemos os Movimentos Negros como uma forma histórica de auto-organização da população negra na luta por direitos sociais. São compostos por movimentos por direitos nas favelas e periferias como algumas associações de moradores e grupos de mães contra violência. A luta por direitos no campo e por uma identidade negra quilombola também fazem parte dos Movimentos Negros. Além disso, os Movimentos Negros atuam em ambientes de sociabilidade negra como bailes, feiras, encontros culturais, saraus, escolas de samba, blocos de carnaval, *hip hop*, *slams*, batalha de rap, rádios comunitárias e ações de solidariedade. Eles têm sua identidade revelada na história de sua constituição, nos seus fundamentos de valor acumulados e nas suas ações políticas.

A origem da vida humana iniciou na África com os primeiros Homo Sapiens e os seres humanos são descendentes de negros africanos como explica a ciência e suas pesquisas genéticas. Sendo assim, o conceito de raça negra não é um conceito biológico, mas uma

identidade cultural construída historicamente por uma parte específica da população (negros) que foi oprimida e explorada, e que construiu uma identidade coletiva na resistência contra o racismo. A ancestralidade negra está diretamente relacionada à história oral, e historicamente o griô é o sábio contador de histórias que transmite os costumes, mitos e conhecimentos acumulados por seu povo. Essa ancestralidade negra é resistência cultural, pois se manteve mesmo com a perseguição das religiões de matriz africana como o candomblé durante o período escravocrata no Brasil. Entendemos que a luta histórica por direitos sociais dos Movimentos Negros o tornou educador da sociedade brasileira como afirma Gomes (2017).

Nilma Lino Gomes foi à primeira mulher negra do Brasil a se tornar reitora de uma universidade pública federal, ao ser nomeada reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, em 2013. No dia 2 de outubro de 2015 foi nomeada pela presidente Dilma Vana Rousseff para ocupar o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A sistematização teórica da autora em seu livro “O Movimento Negro educador” atualiza as perspectivas do conjunto dos Movimentos Negros brasileiros localizando-o historicamente. Reconhecemos a importância dessa contribuição da autora para o aprofundamento do debate da negritude atualmente, mesmo com as diferenças teóricas da escrita da autora inspirada em Boaventura de Sousa Santos em diálogo com a perspectiva decolonial, e a diferente escrita desta tese, desenvolvida com a perspectiva do marxismo negro.

Gomes (2017), em sua pesquisa de pós-doutorado, valoriza os saberes construídos nas lutas por emancipação, dando uma contribuição emblemática para compreendermos a trajetória dos Movimentos Negros no Brasil contemporâneo. Ela analisa com uma perspectiva de luta emancipatória e de luta pela democracia aspectos que são fundamentais para o aprofundamento do debate de perspectivas no interior dos Movimentos Negros brasileiros. Concordamos com a autora que a desconstrução de análises colonizadoras do poder na América Latina e a valorização da intelectualidade negra demonstram a força dos movimentos sociais nas lutas emancipatórias e pela democracia. Concordamos também que há necessidade de novas produções latino-americanas para valorizar novas análises que levem em consideração as especificidades históricas latino-americanas. Esta demanda é extremamente atual e necessária.

Nesse sentido, acreditando que esse processo de reinterpretação é fundamental, essa preocupação perpassa centralmente nossa análise nesta pesquisa. Porém, foi através da influência da contribuição teórica do marxista peruano Mariátegui que trilhamos nossa

análise. Em nossa compreensão a análise marxista é incompatível em alguns aspectos com a perspectiva decolonial, especificamente é divergente da maioria dos autores decoloniais com relação à defesa do projeto estratégico de construção de uma nova sociedade socialista sem meios de produção privados. Através do olhar diferenciado desse autor latino americano, Mariátegui, junto à realidade da população indígena é que compreendemos mais profundamente a realidade histórica específica indígena na América Latina. Sendo assim, Mariátegui foi uma influência fundamental para a escrita desta pesquisa sobre a questão negra, porque foi através dessa referência de aplicação do instrumental teórico do materialismo histórico e dialético à realidade latino-americana que concluímos a necessidade de seguir este olhar diferenciado que valoriza a especificidade, no caso da nossa pesquisa com relação à questão negra sem perder a noção do todo.

Gonzalez escreveu posteriormente a Mariátegui, e também utilizou do materialismo histórico e dialético, mas para compreender a questão negra na América Latina e por isso foi também uma grandiosa influência para a escrita desta tese. A fundamental produção teórica de Gonzalez nas décadas de 1970 e 1980 não teve grande valorização nas universidades brasileiras devido às consequências do racismo estrutural, e somente nas duas primeiras décadas do século XXI seu conhecimento produzido foi devidamente valorizado e publicado em diversos livros. Entendemos a partir da obra de Gonzalez que as interpretações do marxismo negro se fazem através da realidade sócio histórica das negras e dos negros.

Pico (2024), em seu livro “Marxismo Negro: pensamento descolonizador do Caribe Anglófono”, afirma que o marxismo negro é uma recepção e reinvenção crítica dos postulados marxistas dentro das tradições históricas das lutas dos Movimentos Negros. Esse olhar específico pode estar integrado à perspectiva de uma análise a partir de autores latino-americanos. Acreditamos que a integração de análises com perspectivas específicas nacionais com análises regionais e mundiais é um arsenal poderoso do materialismo histórico e dialético para compreensão dos diferentes processos históricos em busca do todo. Esse método de análise marxista sofre críticas do campo decolonial que acusa essa perspectiva de reproduzir análises eurocêntricas. Porém, influenciado especialmente por autores marxistas negros e latino-americanos, discordamos desta crítica feita por alguns autores decoloniais. Mariátegui e Gonzalez ensinaram com suas produções intelectuais exatamente o contrário dessa crítica decolonial, pois eles não fazem análises marxistas eurocêntricas, ou seja, nos ensinaram que é possível a utilização do instrumental teórico do materialismo histórico e dialético para uma profunda análise das realidades históricas específicas latino-americanas conectadas com uma análise mais global.

Também existem importantes colaborações teóricas feitas por alguns autores estadunidenses e europeus marxistas. Entendemos que uma restrição bibliográfica por motivos de usar somente literatura latino-americana seria um grave erro, porque compreendemos que os conceitos do materialismo histórico e dialético são parte de uma teoria social com perspectiva internacional que não possui fronteiras geográficas, podendo ser utilizado garantindo as especificidades da história política e econômica dos diferentes países e continentes. Por exemplo, escrevendo sobre a condição que os negros e pobres vivenciam na realidade de opressão racial nos EUA, destacamos o marxista negro Du Bois (2021) e seu clássico livro “As almas do povo negro”, publicado em 1903, que influenciou o pensamento dos Movimentos Negros internacionalmente.

Du Bois foi o primeiro afro-americano a receber o título de P.H.D. pela universidade de Harvard e colocou a questão negra no centro da análise histórica ainda no início do século XX, e por isso influenciou decisivamente o pensamento de importantes lideranças negras como o jamaicano Marcus Garvey; os membros do partido estadunidense Panteras Negras Huey Newton, Bobby Seale, Elaine Brown, Stokely Carmichael, Cutelo Eldridge, Fred Hampton e Ângela Davis; os pastores Jesse Jackson e Martin Luther King Jr e o líder revolucionário negro muçulmano Malcom X, militante da causa negra nos EUA que morreu assassinado no dia 21 de fevereiro de 1965. Para Malcom X, a imagem construída da África pelo Ocidente branco foi uma visão enviesada, uma visão fundamentalmente racista, que não coloca os negros na condição de iguais. Ele nos ajuda nesse esforço do despir de análises colonizadoras e explica o domínio das informações sobre a África, como domínio para a manipulação, para oprimir, para fazer os negros subjetivamente se odiarem por terem relações raciais com a África, que é rotulada como inferior pelo pensamento ocidental branco colonizador.

James (2019) apresenta a história revolucionária dos negros e sua disposição histórica de luta e denúncia à ocultação dessa trajetória de lutas feita pelos historiadores defensores do modo de produção capitalista. Nesta tese, compreendemos que fazer uma análise da situação do negro no Brasil, não tem como se deslocar de uma análise integrada no mundo contemporâneo da situação do negro na América Latina, nos EUA e no continente africano. Isso ocorre devido à integração da identidade negra no mundo atual, fruto da história do tráfico negreiro e das diferentes colonizações nos continentes. Por isso, a definição do que compreendemos como colonização é fundamental, e a contribuição de Césaire, um intelectual orgânico negro da classe trabalhadora, natural da Martinica (pequenas Antilhas caribenhas francesas) nos foi fundamental. O autor, que foi um dos maiores poetas da língua francesa no

século XX, lutou para desconstruir as falsas narrativas sobre colonialismo construídas pelos colonizadores europeus. Ele foi o pioneiro na utilização do termo “negritude” em seus escritos e participou ativamente do processo de descolonização da África. Além disso, Césaire foi prefeito do *Fort-de-France* capital da Martinica e deputado da Assembleia Francesa. No seu clássico livro “Discurso sobre o colonialismo”, o autor definiu o que, em princípio, é a colonização.

“É concordar que não é nem evangelização, nem empreendimento filantrópico, nem vontade de empurrar para trás as fronteiras da ignorância, da doença e da tirania, nem expansão de Deus, nem extensão do Direito, é admitir de uma vez por todas, sem recuar antes as consequências, que o gesto decisivo aqui é do aventureiro e do pirata, dos mercceiros em geral, do armador, do garimpeiro e do comerciante, do apetite e da força, com a sombra maléfica, por trás, de uma forma de civilização que, em um momento da sua história, se vê obrigada internamente a estender à escala mundial a concorrência de suas economias antagônicas.” (Césaire, 2020, p.10).

A partir da definição de colonização de Césaire, compreendemos que a partilha da África gerou uma corrida imperialista com a descoberta de ouro, cobre e diamantes. A Conferência de Berlim (1885–1887) consolidou esse processo da partilha da África entre países imperialistas europeus, que traçaram as áreas dos atuais países africanos com uma régua em cima do mapa. O continente africano em seu conjunto apresenta 44% de suas fronteiras apoiadas em meridianos e paralelos; 30% por linhas retas e arqueadas, e apenas 26% se referem a limites naturais que geralmente coincidem com os de locais de habitação dos grupos étnicos. A África é o único continente que possui linhas geográficas retas, o colonizador europeu não respeitou nem os limites de demarcações tradicionais da cartografia, como rios e mares.

Os colonizadores dividiram as colônias entre os países imperialistas europeus para evitar conflitos entre as grandes potências industriais, o que não ocorreu, pois Itália e Alemanha ficaram insatisfeitas, com os territórios africanos recebidos na partilha da África, o que se tornou um entre os diversos motivos para o início da Primeira Guerra Mundial, que foi fundamentalmente uma guerra imperialista principalmente entre nações europeias. Os países europeus imperialistas na África colocaram etnias rivais no mesmo território criando atritos, sendo os responsáveis pelos conflitos e a pobreza no continente africano tanto no período do colonialismo quanto após a independência dos países africanos, chegando aos problemas dos dias atuais oriundos desse processo de colonização e descolonização. Os europeus justificavam o colonialismo afirmado que estavam levando a civilização europeia para a pacificação dessas áreas na África, porém, após a descolonização do continente africano, um dos maiores problemas a serem resolvidos atualmente são exatamente os conflitos étnicos aprofundados pelo imperialismo europeu na partilha da África.

Após a Segunda Guerra Mundial houve um enfraquecimento do poder geopolítico das potências europeias colonialistas e a ascensão no mundo da bipolarização entre URSS e EUA na Guerra Fria. Essa nova situação internacional foi fundamental no processo de descolonização do continente africano porque as superpotências URSS e EUA defendiam o princípio da autodeterminação dos povos, ou seja, a independência dos países africanos e asiáticos para expansão dos seus respectivos regimes políticos ideológicos. Além disso, havia uma grande contradição dos países colonialistas europeus que defendiam como programa político a liberdade e a democracia como direitos humanos, e usaram essas bandeiras de luta como campanha durante a Segunda Guerra Mundial contra o nazi-fascismo. A contradição por parte dos europeus está no fato de que utilizavam tropas militares com população oriunda de suas colônias africanas, mas excluíam dessa proposta democrática de direitos humanos os mesmos africanos que lutaram ao seu lado durante essa guerra contra os fascistas.

A eugenia dos brancos europeus justificava a exploração dos negros com pensamento até de extermínio do que consideravam raças inferiores. A ideia da eugenia é intervir na reprodução das populações, ou seja, essa teoria está em diálogo com o darwinismo social no qual só as espécies mais fortes deveriam sobreviver como na seleção natural. Eugenia traduzido para o português significa “boa geração”, e foi primeiramente utilizado por Francis Galton no livro “Hereditary genius”, escrito em 1869. A ideia era um aprimoramento genético sem misturas raciais de casamentos inter-raciais, ou seja, o desejo do supremacismo da raça branca “pura”. A fragilidade científica dessa perspectiva pode ser refutada através da ciência e da genética, que confirma que os Homo Sapiens vieram da África e se espalharam pelos continentes, ou seja, a impossibilidade desta ideia de raça branca “pura”.

Essa luta dos africanos contra o nazismo e a ideia de “raça germânica pura” durante a Segunda Guerra Mundial ao lado de seus colonizadores europeus, fortaleceu seus ideais contra qualquer tipo de opressão nacional, como era o colonialismo, e por isso ocorreu à luta pela independência dos países africanos nas décadas seguintes até alcançar a vitória de sua causa. Sendo assim, a independência foi reflexo indireto desta participação na Segunda Guerra Mundial, pois os militantes africanos passaram a defender de forma mais ativa os projetos de emancipação nacional no continente africano.

Nesse contexto após a Segunda Guerra Mundial, nas colônias inglesas houve uma libertação nacional acordada e controlada, pois a Grã-Bretanha permitiu a emancipação gradual de suas colônias para preservar seus interesses econômicos, evitando estatizações de suas empresas e mantendo seu domínio econômico sobre os novos países africanos e asiáticos

independentes. Porém, as colônias francesas e portuguesas, que eram grandes núcleos de povoamento europeu, não aceitaram esse processo de independência, o que gerou guerras sangrentas de libertação nacional contra a ocupação colonialista, como a histórica guerra de independência da Argélia, na África, contra a colonização francesa entre (1954–1962), retratada de forma emblemática no filme ítalo-argelino “A Batalha de Argel”, de 1966, do diretor Gillo Pontecorvo.

Para Fanon (2022), uma nova sociabilidade humana dos colonizados surge na luta no processo de libertação colonial, formando uma nova humanidade. A construção ideológica da imagem caricata do colonizado como rústico, emocionalmente instável e bruto em contraposição ao colonizador europeu, que teria capacidades sóbrias de administrar a colônia, é refutada pela práxis dos colonizados na luta pela independência nacional. A racialização da sociedade feita pelos europeus durante a colonização faz parte da dominação capitalista, que utiliza a violência e o racismo para manter o funcionamento do seu modo de produção capitalista. A contribuição teórica do latino americano Fanon nos foi essencial para compreensão a partir de uma interpretação sociológica negra da sociedade de classes que se relaciona com o colonialismo.

O importante filósofo marxista Fanon foi influenciado pela obra de Césaire, que também é um autor natural da Martinica, no Caribe (que até hoje é uma colônia francesa). Fanon se formou médico psiquiatra na França na década de 1950 e tornou-se um intelectual orgânico da classe trabalhadora lutando no processo de descolonização da Argélia. Fanon morreu no dia 6 de dezembro de 1961, três meses antes do Acordo de Évian, firmado entre o governo francês e a Frente de Libertação Nacional Argelina que proclamava o fim da guerra de descolonização e a independência da Argélia no dia 18 de março de 1962. A divisão arbitrária do continente africano feita na partilha da África aprofundou as diferenças étnicas e culturais dos povos africanos, gerando guerras civis por disputa do melhor território no país do ponto de vista de produtividade da terra ou da quantidade de minérios encontradas, principalmente após a conquista da independência.

É nesse contexto que o militante pan-africanista, o jamaicano Bob Marley, fez um show histórico de reggae na África no dia da independência do Zimbábue, 18 de abril de 1980, tocando algumas músicas militantes pela causa dos africanos como a sua música intitulada “Zimbábue”. Bob Marley defende que todo homem tem o direito de decidir seu próprio destino, todos os povos têm o direito de decidir seu próprio destino, têm direito a sua autodeterminação, que para o compositor só seria alcançada através da luta por direitos dos

povos africanos, naquele período histórico. Para Bob Marley dividir e comandar era a estratégia colonizadora dos europeus que separaria os povos africanos, e por isso a necessidade da unificação dos povos africanos contra o colonialismo. Para defender os ideais pan-africanistas, o cantor escreveu também a música África Unida, que defendia a unificação dos povos da África, porém essa unificação do continente africano não ocorreu e as guerras após a descolonização da África causadas pela divisão arbitrária feita anteriormente pelos colonizadores europeus, prejudicaram historicamente o desenvolvimento econômico dos países africanos gerando consequências até os dias atuais.

Césaire (2020) enfatiza o processo de desumanização do homem em seu livro, que explica que o colonialismo utilizou o racismo para exploração capitalista, para manter seus interesses de exploração econômica. O autor também explica esse processo de desumanização do europeu durante a colonização que gerou uma sociedade extremamente violenta que naturalizou a barbárie. Césaire relaciona essa histórica violência do colonialismo com o surgimento do nazismo. O autor afirma que antes dos europeus serem vítimas do nazismo, foram cúmplices das mesmas práticas violentas nas neocolônias africanas e asiáticas. Ele escreveu que Hitler vive em cada burguês, que essas violências foram aplicadas aos não europeus e essas populações oprimidas foram tratadas como inferiores durante o processo de colonialismo. O autor enfatiza esse processo de desumanização do opressor europeu colonialista demonstrando que os aspectos práticos opressivos e psicológicos da ação dos colonizadores não podem ser ocultados das análises históricas sobre o colonialismo europeu na África.

O historiador marxista negro Rodney, que nasceu na Guiana, afirmou em seu livro intitulado “Como a Europa subdesenvolveu a África” que existe forte relação entre as práticas violentas do colonialismo na África e o surgimento do fascismo na Europa, assim como Césaire havia afirmado. Além disso, o autor apresenta em seu livro a incoerência da Grã-Bretanha na Segunda Guerra Mundial, lutando contra o fascismo junto às suas colônias, porém não tratando os colonos como seres humanos iguais. Rodney explica como o colonialismo funcionou a favor dos interesses financeiros das metrópoles europeias e critica a ideia de que os benefícios que os europeus levaram até a África na colonização são superiores a espoliação feita. Rodney explica que o colonialismo não gerou desenvolvimento histórico humano na África, falhando na formação de uma sociedade capitalista africana. Além disso, em algumas regiões de colonização na África a substituição de técnicas agrícolas itinerantes dos africanos pela agricultura intensiva dos europeus gerou atraso tecnológico e lixiviação com retirada dos nutrientes do solo e desertificação para o continente africano explorado.

Fanon escreveu “Pele Negra e máscaras brancas”, que foi recusada, de forma racista, na universidade francesa como monografia de conclusão de curso. Por isso, Fanon teve que escrever outro texto mais simples e conseguiu se formar. Posteriormente, publicou a monografia rejeitada “Pele Negra e máscaras brancas” no formato de livro, que se tornou um clássico sobre negritude, tornando-se livro referência atualmente para os diversos Movimentos Negros brasileiros. A leitura desse livro teve um enorme impacto teórico e psicológico para o desenvolvimento desta pesquisa por se tratar do primeiro autor lido que fala especificamente da subjetividade negra e das neuroses desenvolvidas pelo colonialismo no conjunto da população negra.

Fanon (2008) faz uma análise estrutural ao afirmar que uma sociedade é racista ou não o é, afirmando ser problemático deixar de lado esse aspecto na análise das sociedades. Ele afirma que comparações do tipo qual região é mais ou menos racista ou comparar quem são mais ou menos racistas, é um erro profundo de olhar sobre essa problemática da questão negra. As formas de exploração do homem pelo homem devem ser analisadas profundamente para não desviar o foco principal que é repor o homem que sofre preconceito racial ao seu lugar como homem igual, como homem capaz racionalmente, e por isso o racismo colonial não difere dos outros racismos. Através do materialismo histórico e dialético, comprehende o colonialismo como uma estrutura de exploração e dominação com dimensões tanto objetivas econômicas quanto subjetivas ideológicas, desprezando análises sobre o racismo como uma patologia, ou algo do espírito ou tara psicológica e desprezando também análises simplistas que não levam em consideração aspectos econômicos junto a aspectos psicológicos das pessoas.

Para o autor, o racismo, colonialismo e capitalismo se relacionam e se conectam aos aspectos subjetivos, formando um todo que é um sistema estrutural da sociedade. Compreendemos nesta tese que o racismo e a cultura se relacionam de forma recíproca, e que racismo é um elemento cultural, e como afirmou Fanon há culturas com racismo e há culturas sem racismo.

“O racismo vulgar, primitivo, simplista, pretendia encontrar na biologia – uma vez que as escrituras se provaram insuficientes – a base material da doutrina. Seria tedioso relembrar os esforços então empreendidos: a forma comparativa do crânio, a quantidade e a configuração dos sulcos do cérebro, as características das camadas celulares do córtex, as dimensões das vértebras, os aspectos microscópicos da epiderme e etc. O primitivismo intelectual e emocional aparecia como uma consequência banal, um reconhecimento de existência.” (Fanon, 2019, p.68).

A história da humanidade é muito mais complexa em experiências humanas do que a história do colonialismo europeu, e por isso podemos encontrar na história antiga de vários

continentes, inclusive na África, diversas experiências de sociedades humanas sem racismo, pois o racismo não fazia parte da cultura das pessoas nesses diferentes períodos históricos. O Iluminismo, através do antropocentrismo de seus intelectuais, volta-se para o conceito de homem e para racionalidade científica, e daí se constroem as bases iniciais filosóficas eurocêntricas que posteriormente se desenvolveram no racismo erroneamente dito científico (segundo Fanon vulgar, primitivo, simplista) do século XIX, com características etnocêntricas e evolucionistas, onde o outro não europeu é estigmatizado e inferiorizado. Esse racismo europeu supostamente científico ignora a origem da vida humana (*Homo Sapiens*) no continente africano como origem da espécie humana, ignora que somos todos da mesma espécie humana, ignora a racionalidade de quem não é europeu, ignora e inferioriza a racionalidade negra devido ao seu racismo intrínseco.

As teorias raciais antiquadas que tentaram justificar a superioridade do branco de modo racional, individual, genotípico e fenotípico sobre o negro, a partir da segunda metade do século XIX na perspectiva apresentada por Fanon tendem a desaparecer e transforma-se em racismo cultural. A origem do racismo dos europeus com os negros desenvolveu-se na colonização da América com a escravidão dos diferentes povos negros oriundos do tráfico negreiro na África nos séculos anteriores. Além disso, esse racismo contra os negros também se desenvolveu pelos europeus na África no colonialismo e através do século XX, com às novas teorias racistas nazistas de superioridade racial dos arianos germânicos supostamente “puros” na Segunda Guerra Mundial. Os exemplos históricos citados aqui são teorias errôneas sobre a abordagem racial que geraram a morte e o sofrimento de milhões de negros ao longo da história da humanidade.

Influenciados diretamente pelo pensamento de Fanon (2019), compreendemos que o racismo deve ser explicado sociologicamente e historicamente como racismo cultural, e não no campo das ciências biológicas através do determinismo biológico do século XIX. Atualmente, as mesmas ciências biológicas após os horrores do nazismo e do fascismo, reconheceram a igualdade biológica entre os seres humanos e isto está contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas aprovada em 1948, e também na Convenção 111 de 1958 da Organização Internacional do Trabalho que trata da discriminação na profissão e no emprego, e aprovada através da Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial em 1965.

Por tudo isso, compreendemos que a ideia de raça negra deve ser compreendida como um elemento cultural construído historicamente ao longo dos séculos de escravidão e através das reações políticas, econômicas e culturais dos negros na formação da sua própria história

como povo construído culturalmente devido ao racismo sofrido, que marca as especificidades de olhar do negro na sociedade capitalista branca. O processo histórico de forma lenta e gradual ao longo do século XX, de substituição do racismo científico que causou tanta destruição, morte e dor em momentos históricos como o neocolonialismo, nazismo, e apartheid, é substituído por novas relações de poder que se relacionam com novas estruturas políticas e econômicas capitalistas, mas que mantêm a dominação e o racismo estrutural.

A noção de raça está atrelada às circunstâncias históricas, e precisamos entender suas especificidades e complexidades em determinado contexto. Nesta tese, criticamos a perspectiva teórica do determinismo biológico e geográfico, compreendemos esse processo historicamente construído como “racismo científico” (que erradamente tentou explicar as diferenças psicológicas, intelectuais e morais através da afirmação da existência de diferentes raças humanas, que biologicamente não existem) que julgava o clima tropical e a pele não branca como responsáveis por comportamentos violentos e imorais. O negro Juliano Moreira 1872–1933 foi um dos médicos mais importantes da psiquiatria brasileira, escrevendo mais de cem artigos científicos. Ele contestou médicos renomados daquela época, que defendiam o “racismo científico”, como Nina Rodrigues.

Juliano Moreira contestou e problematizou com métodos científicos, analisando as experiências com seus pacientes, toda essa pseudociência que erroneamente defendia a inferioridade biológica dos negros como chave explicativa de inúmeras doenças como a loucura. Durante a escravidão no Brasil, negar a humanidade da população negra foi um projeto político forjado no discurso de uma falsa incivilidade para justificar a subalternização. Essas teorias raciais defendiam a degeneração negra e os princípios racistas da eugenia, e Juliano Moreira defendeu que o racismo e a desigualdade econômica eram responsáveis por boa parte das doenças mentais que acometiam seus pacientes, tidos como loucos.

O escritor negro estadunidense Cedric J. Robinson (professor no Departamento de Estudos Negros e Departamento de Ciência Política na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara), em seu livro “Marxismo Negro: a Criação da Tradição Radical Negra” faz uma crítica ao marxismo, pois enfatiza a influência do capitalismo racial e do racialismo no desenvolvimento e nas estruturas do sistema capitalista, e afirma a dificuldade dos marxistas ocidentais, inconscientemente limitados por uma perspectiva eurocêntrica, serem suficientemente radicais para expor e erradicar a ordem racialista. Para Robinson (2023), uma tradição radical negra formada em oposição a essa civilização e consciente de si mesma é parte da solução. Robinson, apesar de sua crítica aos marxistas, defende que os Movimentos Negros devem agir conjuntamente com todos que lutam contra o capitalismo. Ele faz uma

análise materialista, porém não marxista, e explica que a evolução do radicalismo negro ocorreu sem que ele estivesse consciente de si mesmo como tradição, e defende essa tradição radical negra como uma nova teoria do conhecimento onde os intelectuais negros devem assumir essa tradição como algo novo.

Entretanto, diferentemente de Robinson, acreditamos que essa histórica tradição de radicalismo negro se associou ao materialismo histórico e dialético através de autores negros como Césaire, Fanon, Gonzalez, James, Rodney, Almeida dentre outros, que em nossa compreensão formou algo novo que misturou a denominada por Robinson “tradição radical negra” com o que ele chamou de “marxismo ocidental”. Compreendemos esse processo ser algo novo ou uma síntese superior de análise que nos ajuda a compreender dinâmicas específicas de países de terceiro mundo com populações negras, ou seja, formou um marxismo negro que analisa a periferia do capitalismo com suas especificidades. Almeida (2019) sistematizou as noções de raça e racismo como uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento gerando privilégios ou desvantagens, que são fundamentais para entendermos a relação entre ambas no racismo estrutural que assola a sociedade brasileira historicamente. A partir da definição de racismo estrutural de Almeida e da compreensão da história do Brasil, marcada por séculos de escravidão negra, concluímos que o conjunto da sociedade brasileira ainda não gerou um reconhecimento e uma reflexão coletiva desta situação de desvantagem dos negros.

Essa desvantagem historicamente construída resultou no racismo estrutural de uma sociedade regida pelos capitalistas brancos no Brasil, que não aceitam perder seus privilégios, porém também dos trabalhadores brancos que mesmo sendo explorados possuem o privilégio branco de ocupar as melhores vagas de empregos devido ao racismo estrutural, mesmo quando o trabalhador negro possui as mesmas ou até mais condições de ocupar a vaga de trabalho por sua qualificação profissional. Para alterar essa realidade, a união da classe trabalhadora com as pautas específicas dos Movimentos Negros é fundamental para a superação desta sociedade capitalista e racista. Por tudo isso, concluímos que está em curso uma nova interpretação negra da realidade social-histórica, que se afasta de análises colonizadoras eurocêntricas. A seguir, refletiremos mais profundamente sobre o conceito de racismo estrutural aplicado a realidade nacional, da escravidão negra à abolição inacabada.

2.2 Racismo Estrutural: da escravidão negra à abolição inacabada

Abordamos a questão do racismo através da compreensão da história da luta de classes e do racismo estrutural diretamente relacionado ao capitalismo brasileiro. Sendo assim, nossa

análise parte do pressuposto de uma crítica ao antirracismo liberal porque este busca restringir a problemática racial a uma problemática de falhas individuais de cidadania (patologia social), que não se relaciona diretamente ao funcionamento do modo de produção capitalista. Para Almeida (2019), a atual sociedade não pode ser compreendida sem os conceitos de racismo e de raça porque o racismo é sempre estrutural e fornece a lógica, o sentido e a tecnologia para a reprodução das formas de violência e desigualdade social que afligem a raça negra no Brasil. Compreendemos o racismo como um problema estrutural da sociedade de classes, relacionado diretamente a luta entre as classes sociais que se desenvolveu nas relações políticas, jurídicas, econômicas e pessoais desde a sociedade colonial brasileira, e que transitou historicamente até a atual sociedade republicana capitalista.

“o racismo é decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.” (Almeida, 2019, p.50).

O conceito racismo estrutural é fruto de um processo histórico determinado e específico no Brasil e o trabalho do escravizado negro foi uma das marcas da colonização portuguesa na América. Para produzir gêneros tropicais em larga escala para exportação, era fundamental que houvesse terras e um fluxo contínuo de mão de obra. A opção pelo trabalho do escravizado negro se apresentou como uma solução racista, pois a escravidão em Portugal era vista como algo natural, mas não foi somente como instrumento produtivo que a escravidão foi apreciada pelos que a sustentaram, foi também pelos resultados políticos e sociais, como meio de manter uma forma de sociedade colonial na qual os senhores de escravizados são depositários de prestígio social e poder político.

Novas pesquisas demonstram que um ciclo de epidemias de doenças como a varíola e o sarampo, ocorrido na segunda metade do século XVI, foi responsável pela morte de milhares de indígenas em diversas regiões litorâneas da colônia. A experiência dos africanos foi diferente dos indígenas, que como estabeleciam seu primeiro contato com os europeus, não haviam desenvolvido imunidades às doenças trazidas para América pelos colonizadores europeus. Em função da falta de escravizados indígenas para a lavoura, os latifundiários coloniais optaram pela utilização em larga escala da mão de obra escrava africana. A falsa ideia, muito repetida ao longo da história brasileira de que os negros eram mais fortes e resistentes para o trabalho de escravizado se relaciona com a experiência das populações africanas, por seu contato anterior com os europeus, os africanos já haviam desenvolvido resistências a essas doenças.

Em que pese às divergências teóricas com o materialismo histórico e dialético por parte dos autores Gallego e Añoveros (2002), estes escreveram uma contribuição que consideramos importante para compreendermos o pensamento da Igreja Católica relacionando à escravidão negra. Esses autores, em seu livro “Iglesia y la esclavitud de los negros” escreveram sobre o debate entre os católicos da licitude da escravidão negra. Gallego e Añoveros situam que a escravidão existia desde a antiguidade na maioria das civilizações do mundo e nas primeiras comunidades cristãs, e era algo usual no Império Romano. Portanto, os cristãos não rechaçaram a escravidão, mas também não a iniciaram. Os Papas desde 1462 autorizavam a escravidão obtida através de guerra justa a todos os que não eram cristãos e eram considerados inimigos da fé cristã.

Segundo Gallego e Añoveros (2002), foram os sacerdotes seculares responsáveis por divulgar as medidas da Igreja e por estabelecer contato direto com os cristãos – também chamados de clero diocesano, como o dominicano Dom Bartolomeu de Las Casas em 1516, por razões de evitar as mortes dos indígenas – que respaldaram a ideia de considerar lícito utilizarem a mão de obra negra como escravizados. Em 1517, o rei Carlos V autorizou a exportação de 15 mil escravizados para São Domingos (atual Haiti). Sendo assim, o rei e o clérigo iniciaram oficialmente a escravidão e o comércio na América de negros escravizados.

Do ponto de vista ideológico, o padre Antônio Vieira foi o principal escritor da Igreja Católica Apostólica Romana sobre a escravidão no Brasil, e argumentava que os negros escravizados africanos deveriam sofrer como os hebreus desterrados da Babilônia, e seriam, à semelhança daqueles, contemplados por Deus no paraíso. Os negros foram considerados pela Igreja Católica Apostólica Romana como descendentes de Cain que matou seu irmão Abel, e por isso foi condenado a ter descendentes com a marca do pecado, a pele negra. Estes poderiam ser catequizados, mas tinham que trabalhar na terra, como escravizados, para conseguir um lugar no paraíso cristão. Essas manipuláveis interpretações bíblicas que a pele negra é cor do pecado como descendentes de Cain que matou seu irmão Abel foram sustentadas pelos católicos no Brasil e o resultado ideológico dessa doutrina foi à combinação do projeto violento etnocêntrico missionário com a sujeição dos negros à escravidão, ou seja, esta igreja servia para apoiar e manter o sistema político e econômico colonial de opressão aos negros.

Cone foi um dos principais teólogos negros do século XX, e no contexto da segregação racial estadunidense sistematizou a teologia negra, propondo uma interpretação da fé cristã a partir da luta negra e contra os sistemas políticos e econômicos de opressão. Cone alerta sobre a teologia de opressores brancos que dão um consentimento religioso para o

genocídio dos ameríndios e para a escravidão dos africanos, tornando a religião serva do Estado e de seus interesses econômicos. Propondo outro caminho para a teologia, Cone propõe: “A teologia negra é a teologia da libertação porque é a teologia que surge a partir da identificação com o povo negro oprimido dos Estados Unidos, tentando interpretar o evangelho de Jesus à luz da condição dessas pessoas.” (Cone, 2020, p.56)

Historicamente a teologia cristã branca nega de forma racista a negritude de Jesus que nasceu na cidade de Belém na Judéia, local considerado através dos conceitos contemporâneos como de população negra não retinta, que junto aos negros retintos formam a negritude para os Movimentos Negros. Jesus teve que fugir quando criança para o Egito para ficar entre a população negra não retinta para não ser encontrado, para evitar ser uma criança assassinada pelo rei Herodes. O pastor da Igreja Batista do Caminho e deputado federal pelo PSOL, Henrique Viera, escreveu um livro intitulado “O Jesus negro: o grito antirracista do Evangelho”, no qual explica a interpretação da Teologia Negra da Libertação sobre a negritude de Jesus.

“A afirmação central deste livro é que esse Jesus que foi, é e será se apresenta para nós como negro. Como vimos, essa afirmação não é apenas fruto do interesse, da subjetividade e da militância do povo negro na sua luta contra o racismo. É esperado que determinados setores rejeitem tão abertamente a ideia de um Cristo negro, como se ela não fosse coerente com o testemunho dos evangelhos.” (Vieira, 2023, p.134)

A teologia negra interpreta o evangelho como a experiência de Jesus ao lado dos oprimidos e contra a exploração e os privilégios dos ricos, contra os sistemas de poder opressor. Cone explica que Jesus é negro porque ele era judeu, e Vieira explica que a circunstância histórica daquele judaísmo da experiência vivenciada por Jesus o liga ao povo negro na contemporaneidade. A manutenção de imagens de Jesus branco ainda hoje demonstra o racismo estrutural, impregnado na sociedade brasileira e na teologia cristã branca. Para a Teologia negra, Jesus é negro, andava com os pobres e condenava a riqueza material afirmando ser mais fácil um camelo passar em um buraco de agulha do que um rico entrar no reino dos céus. Compreender o racismo estrutural atualmente como relação historicamente construída é fundamental para o conjunto dos Movimentos Negros e a compreensão do processo de fim da escravidão no Brasil é fundamental para combatermos o racismo estrutural nos tempos atuais.

A Grã-Bretanha, ao longo do século XVIII, ocupou o posto de maior traficante de escravizados negros do mundo. Porém, no século XIX, oriundo do processo de sua Revolução Industrial, a posição britânica tornou-se contrária à escravidão em 1833, com o decreto de fim da escravidão em todas as suas colônias. Esse processo é um fator importante para o fim da escravidão no Brasil, pois havia interesse dos britânicos em aumentar o mercado consumidor

para consumir os produtos industrializados, ou seja, interessava aos britânicos os negros deixarem de serem escravizados para se transformar em mercado consumidor como trabalhador assalariado no modo de produção capitalista.

Por outro lado, no Brasil o fim da escravidão expressava uma ruptura da hegemonia do bloco histórico escravista, com profundas diferenças entre as frações de classe representadas pelos latifundiários. Interessava aos senhores de engenho do oeste paulista (que eram menos dependentes da mão de obra escravizada negra que produzia café se comparados aos senhores de engenho do Vale do Paraíba) o trabalho assalariado dos imigrantes italianos mais barato do que manter o trabalho do escravizado depois do fim do tráfico negreiro, em 1850, que encareceu o preço do escravizado. O escravizado do ponto de vista capitalista não era econômico, pois poderia adoecer e a sua saúde deveria ser tratada pelo seu senhor de engenho. Alguns latifundiários tinham medo da perda de dinheiro caso sua “mercadoria escravizada negra” viesse a morrer. As ideias capitalistas trazidas pelos liberais ingleses tinham uma proposta para resolver essa situação para o proprietário dos escravizados, pois no capitalismo, com o trabalho livre, se o trabalhador assalariado ficasse doente, teria que comprar sua comida e seus próprios remédios nesse processo de novas relações produtivas capitalistas, tornando a produção mais econômica e por consequência, lucrativa na visão dos burgueses capitalistas. Desta forma, alguns latifundiários do oeste paulista aderiram ao projeto abolicionista.

Moura (2020) faz uma análise sobre a centralidade das terras para a manutenção da desigualdade social no Brasil, associando esse processo com a Lei de Terras de 1850, que passou a impedir o acesso às terras através da obrigatoriedade de compra do Estado. Para Moura, a Lei de Terras deu um cunho liberal à aquisição de terras no Brasil. A movimentação através dessa lei aprovada pelo bloco hegemônico de poder foi baseada nos interesses dos latifundiários de excluir os negros da possibilidade do acesso às terras, porque o processo das diferentes possibilidades para a abolição da escravatura já era debatido no parlamento que aprovou a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz que abolia o tráfico negreiro, ambas no mesmo ano de 1850. Esta Lei de Terras de 1850 ajudou na manutenção da atual estrutura fundiária excluente do Brasil, porque excluiu os negros, indígenas e brancos pobres brasileiros do acesso a terra por ocupação legal. Somente no primeiro centenário da abolição da escravatura brasileira houve uma reparação social feita na legislação, através da demarcação de terras quilombolas e das reservas indígenas como um direito constitucional, que visa garantir a autodeterminação e a proteção dos direitos dos povos originários indígenas e quilombolas, aprovada na Constituição de 1988.

Outras Leis seguiram o caminho lento e gradual para o fim da escravidão no Brasil. A aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 determinava que no caso do nascimento de filhos de escravizados, estes seriam livres e teriam o direito à escolarização. Essas crianças, apesar de nascerem livres, moravam com as mães escravizadas até os oito anos, e por isso, na prática, faziam trabalhos junto às mães para os senhores de engenho como escravizadas desde a infância. Após os oito anos de idade, a lei previa que as crianças deveriam ser entregues ao Estado para instituições educacionais. Contradicoratoriamente, essa mesma lei permitia também que os proprietários de escravizados utilizassem o trabalho dessas crianças até os 21 anos. Isso ocorria na maioria dos casos, pois além dos interesses econômicos dos proprietários de escravizados, o Estado não construiu as escolas para receber as crianças negras após a aprovação desta lei. Essa lei foi seguida pela Lei dos Sexagenários, aprovada em 1885, que afirmava que escravizados acima dos 60 anos seriam libertos. Percebemos que essa lei não foi aprovada por preocupações humanitárias com os negros escravizados, pois muitos deles não alcançavam essa idade naquele período histórico devido ao excesso de esforço físico no período escravocrata. Sendo assim, essa lei foi aprovada em função da invalidez adquirida para o trabalho por parte dos poucos negros que sobreviviam.

Percebemos que existem diversos e complexos fatores muito importantes para o lento processo de fim da escravidão no Brasil: a luta do importante movimento abolicionista através de fugas para os quilombos, a luta abolicionista organizada por intelectuais negros e brancos que lutavam através da imprensa; as lutas dentro da lei promovidas por Irmandades Negras que compravam alforrias e faziam importantes campanhas de conscientização sobre a causa negra; o processo de abolição da escravidão em outros países, principalmente no Haiti e nos EUA, gerando a influência dessa experiência no imaginário social brasileiro, ou seja, todos esses diferentes processos históricos foram importantes para culminar na abolição da escravatura no Brasil em 1888 com a Lei Áurea. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravatura negra.

Esse longo processo histórico de luta pelo fim da escravidão pode ser destacado através das revoltas escravas negras, como a Revolta dos Malês em Salvador na Bahia em 1835, onde os escravizados e ex-escravizados libertos que seguiam a religião muçulmana se organizaram e tentaram tomar o poder para os africanos islâmicos na Bahia. A Revolta dos Malês lideraram cativos de diferentes origens étnicas das cidades e dos engenhos através dos contatos com os Quilombos. O plano era aproveitar a festa da Nossa Senhora da Ajuda, na igreja do Bonfim, para reunir uma coluna rebelde em Vitória para seguir para os engenhos libertando os escravizados. O plano sofreu uma delação e o líder malês Manuel Calafate teve sua casa atacada

e os escravizados acabaram sendo violentamente reprimidos pelo governo regencial. A grande presença de mulheres negras escravizadas ou alforriadas no comércio de rua demonstra as permanências de hábitos culturais trazidos do continente africano. Luísa Mahin, africana livre, quitandeira, fez parte da Revolta dos Malês distribuindo informações do movimento liderado por negros muçulmanos da mesma origem étnica que ela, a nação nagô. Ela era mãe de Luiz Gama, que foi vendido ilegalmente como escravizado pelo pai, um fidalgo português, para cobrir dívidas de jogo. Luiz Gama veria em sua mãe o seu ideal de luta por justiça.

Luiz Gama aos 18 anos de idade sabia escrever e ler, e conseguiu reunir a documentação de que havia nascido livre, provando para a justiça que não era um escravizado. Sendo assim, retomou sua liberdade. Autodidata (advogado sem diploma), fez do Direito o seu ofício e transformou-se na prática em importante advogado da causa abolicionista. Dessa forma, durante o segundo reinado, ele enfrentou os latifundiários defendendo o direito natural de autodefesa do escravizado contra o seu senhor escravocrata. Para Gama todo escravizado que mata o senhor age em legítima defesa. Ele fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Como advogado, libertou mais de 500 escravizados tornando-se herói negro abolicionista. Segundo Luiz Gama: “o crime e a virtude guardam a mesma proporção; assim, o escravo que mata o senhor, que cumpre uma prescrição inevitável de direito natural” (Gama *apud* LIMA, 2024, p.515).

A abolição da escravatura não garantiu a integração dos negros na sociedade de classes capitalista, pois após a abolição das negras e dos negros, não receberam nenhum tipo de indenização pelo trabalho desenvolvido como escravizados. O negro libertado permaneceu à margem do universo cultural estabelecido por uma sociedade regida pelo branco e continuou sujeito ao preconceito e a novos mecanismos de controle social. A abolição da escravidão não garantiu nem casas para os negros morarem após saírem das senzalas e nem empregos na nascente sociedade capitalista republicana. Os negros foram historicamente condenados à marginalidade e negro se tornou sinônimo de exclusão social no Brasil. Por isso, esse processo é entendido pelo conjunto dos Movimentos Negros como uma abolição inacabada.

As pesquisas desenvolvidas por Fernandes sobre a situação do negro no Brasil são de extrema relevância para nossa reflexão sobre a condição do negro no Brasil. A Fundação Ford apoiou financeiramente a permanência de Fernandes por um semestre letivo (de setembro de 1965 a janeiro de 1966) na Universidade de Columbia, através do seu programa interamericano de intercâmbio universitário. Para Fernandes (2008), o racismo persistiu na mentalidade e no comportamento da sociedade após a abolição, mas persistiu principalmente e fundamentalmente na organização das relações sociais. Para o autor, a desagregação do regime escravocrata não

integrou o negro ao trabalho livre, ao regime republicano e ao capitalismo nascente após a abolição da escravatura na sociedade brasileira. Fernandes (2008) desenvolveu o conceito de heteronomia racial associada à heteronomia econômica, social e política, que se relaciona com o capitalismo dependente implantado no Brasil na sociedade republicana, mantendo os privilégios econômicos da burguesia branca brasileira mesmo após o fim da escravidão. A heteronomia racial é fruto da colonização e foi consolidada na sociedade capitalista mantendo o domínio econômico da burguesia brasileira branca que garante a heteronomia econômica, social e política. Para o autor, a desagregação do regime escravocrata ocorreu sem assistência e garantias que protegessem o negro na transição para o sistema de trabalho livre. Fernandes concluiu que a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade do seu futuro, sem nenhuma assistência governamental.

Outro importantíssimo fator para o processo de fim da escravidão no Brasil foi à resistência cultural negra, que tem como origem a história oral desde os tempos de cativeiro. Os Griôs, Babalorixás e Ialarixás mantiveram as religiões de matriz africana e seus rituais, tornando-se historicamente resistência cultural negra aos aparelhos de dominação ideológica do Estado branco “absolutista” católico. O Candomblé é uma religião oriunda da África com seus diversos Orixás de diversas localidades diferentes e que foi unificada no Brasil. O Candomblé com práticas de origem Nagô (povo Iorubá da Nigéria, Benin e Togo) em idioma iorubá; de origem Jeje (povos Jeje-Fons do Benim e Togo) cujo idioma é o fom; e de origem Bantu (povos oriundos do Congo e Ambundos de Angola), cujos idiomas são o quicongo e o quimbundo.

Houve um processo histórico de sincretismo religioso ao longo dos séculos de escravidão no Brasil, que posteriormente seria denominado de Umbanda. Essa é uma religião de matriz africana com forte influência cristã católica brasileira, que une a religiosidade indígena, através do caboclo, e a religiosidade negra, através dos Orixás. Seus rituais religiosos são oriundos do período escravocrata. Esse processo de resistência cultural negra através de estratégias feitas pelos escravizados para manter sua religiosidade, omitindo-a, para evitar a perseguição direta da sua religiosidade e a consequente morte na fogueira, teve como resultado um importante sincretismo religioso, onde os escravizados rezavam para seus Orixás com imagens de santos católicos.

Como exemplo, o Orixá Oxóssi, que na Bahia foi sincretizado com o Santo Católico São Jorge e no Rio de Janeiro com São Sebastião; Oxalá sincretizado com Jesus Cristo; Iemanjá sincretizada com a Virgem Maria (Nossa Senhora dos Navegantes, da Conceição, da Glória e das Candeias); Iansã ou Oyá sincretizada com Santa Bárbara; Xangô sincretizado com São Jerônimo, Santo Antônio, São João Batista, São José, São Francisco de Assis e São Pedro;

Ogum sincretizado com São Jorge, Santo Antônio; Oxum sincretizada com Nossa Senhora da Conceição, das Candeias, Aparecida; Omolú ou Obaluaiê sincretizado com São Lázaro, São Roque; Nanã Buruquê sincretizada com a Nossa Senhora Sant'Ana; Exu sincretizado com Santo Antônio; Ossaim sincretizado com São Roque; Oxumaré sincretizado com São Bartolomeu; Ewá ou Euá sincretizada com Nossa Senhora das Neves, Santa Luzia; Logun-Edé sincretizado com São Miguel Arcanjo e Santo Expedito; Obá sincretizada com Santa Catarina, Santa Marta e Santa Joana D'Arc; Ibeji ou Yori sincretizado com Cosme e Damião; Orumilá ou Ifá sincretizado com o Espírito Santo; Olorum ou Olodumarê sincretizado com o Deus monoteísta. Dessa forma, mantiveram sua cultura religiosa de matriz africana sincretizando com o catolicismo, permanecendo até os dias atuais na Umbanda.

Carneiro foi um importante intelectual negro baiano, membro do PCB, que na década de 1930 escreveu um artigo intitulado “Situação Negra no Brasil”. Ele escreveu um livro que foi proibido durante a Ditadura Militar do Estado Novo de Getúlio Vargas, intitulado “O Quilombo dos Palmares”. Carneiro teve grande importância por sua originalidade e inovação na sua produção acadêmica, pois escreveu também o livro sobre as religiões de matriz africana “Candomblés da Bahia”. Carneiro analisou as origens da questão religiosa negra e também a situação do negro na sociedade brasileira através do materialismo histórico e dialético. O autor enfatiza na sua análise as relações sociais dos negros a partir da perseguição ao Candomblé na Bahia, do qual era adepto, e teve papel destacado na sua divulgação positiva e na sua defesa pública contra os preconceitos religiosos e raciais, que permaneceram presentes no dia-dia: “(...) as autoridades policiais respeitam as disposições constitucionais que se referem à religião, fechando candomblés, detendo pacíficos pais de santo, aprendendo objetos do culto africano e taxando exorbitantemente o funcionamento das roças e dos terreiros onde esse culto se realiza. (Carneiro, 2021, p.73).

Além disso, a análise do autor descreve as péssimas condições sociais impostas aos negros, relacionando-as ao aumento da criminalidade negra. Essa situação é fruto da falta de planejamento do Estado com relação à reparação social dos negros após o fim da escravidão. A manutenção dessa religião de matriz africana, o Candomblé, e do sincretismo religioso que resultou na Umbanda, foi consequência de muitas lutas de resistência cultural nos mais de 350 anos de escravidão negra no Brasil, e como afirmou Carneiro, foi contra a vontade do senhor branco e apesar do senhor branco e de suas perseguições a estas religiões. Gonzalez (2020) também comprehende a questão negra no Brasil através do diálogo com as religiões de matriz africana, afirmando a importância das figuras dos Pretos Velhos na Umbanda, como a Vovó Cambinda, que fala da memória histórica efetiva dos negros oprimidos.

“Que se atente, por exemplo, para as figuras dos pretos velhos na umbanda. Representam exatamente toda uma sabedoria marcada pela astúcia, adquirida no decorrer de suas longas vidas, e que se constitui como uma resposta às diferentes formas de manifestação do racismo em nosso país. Um ponto como o que segue, dedicado a Vovó Cambinda da Guiné, diz muito mais do que canta: ‘Ô cambinda de Guiné/ Teu pai é Ganga/ Ô Cambinda de Guiné/ Teu pai é Ganga’. Vale ressaltar que a umbanda, através de suas cantigas ou pontos, fala da memória histórica efetiva de um povo oprimido que não se vê representado na ‘história’ oficial que, na verdade, enquanto discurso da ideologia dominante, nada mais é do que o que chamamos de consciência (lugar do esquecimento, da sujeição, da lógica da dominação). Que se atente, por exemplo, para o ponto que assim diz; ‘Ogum já jurou bandeira/ nos campos de Humaitá/Ogum já venceu demanda/ vamos todos saravá’. Na verdade, esse ponto canta a presença anônima do negro na guerra do Paraguai.” (Gonzalez, 2020, p.54).

Concordamos com Gonzalez (2020) que a memória histórica efetiva dos negros manteve-se efetivamente não pelos livros de história, mas como a Umbanda demonstra, pela forte tradição negra africana de história oral, que pode ser analisada como fontes históricas como demonstrou Gonzalez. As perseguições das religiões de matriz africana seguem até os dias atuais e a religiosidade negra é um elemento fundamental indissociável da luta por direitos sociais dos negros no Brasil. Compreender a contribuição cultural do negro no Brasil sem compreender a importância de sua religiosidade negra é simplificar a sua história e reforçar as práticas de racismo religioso. As religiões de matriz africana sofrem com um processo cada vez maior de intolerância religiosa, sofrem com o racismo religioso, sofrem o racismo estrutural que existe fortemente contra as religiões que foram cultuadas por escravizados negros.

As lideranças religiosas negras das religiões de matriz africana, os Babalorixás e os Pais de Santo, e as Ialorixás e as Mães de Santo, são historicamente em sua maioria homens negros pobres e mulheres negras pobres. Eles possuem o prestígio do poder religioso no terreiro, mas sofrem com o preconceito racial e com o desrespeito de suas religiões Candomblé e Umbanda. Para os racistas religiosos, essas religiões são folclore, ou são encaradas negativamente como religiões exóticas, sofrem com rótulos pejorativos de seus rituais religiosos que não são respeitados, e sofrem com a desvalorização de sua cultura ancestral. Pior ainda, sofrem com a demonização de sua religião com comparações esdrúxulas que expressam racismo religioso e desconhecimento sobre a cosmovisão dessas religiões de matriz africana. Por exemplo, a associação cristã da figura do Orixá Exu ou do povo de rua (também chamados de Exus na Umbanda) com o Diabo (personagem da cosmovisão religiosa cristã) é exdrúxulo, porque Diabo não existe na cosmovisão religiosa africana.

A Escola de Samba Grande Rio, localizada no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense (o nome do município homenageia o militar Luís Alves de Lima e Silva, que foi opressor do povo negro na repressão a Balaiada no Maranhão que ocorreu entre 1838–1841), venceu o carnaval do Rio de Janeiro em 2022 com o enredo intitulado “Fala,

Majeté! Sete Chaves de Exu”. Esse enredo no desfile de escolas de samba demonstra na prática a importância da explicação histórica carnavalesca baseada na história oral, tradição negra africana, para desconstrução do preconceito racial contra as religiões de matriz africanas. Assim como o Candomblé foi perseguido, a capoeira – uma luta negra de defesa às brutais violências praticadas pelos donos de escravizados – também foi historicamente perseguida. A capoeira foi criada como resistência pelos negros que foram escravizados em território brasileiro e foi duramente reprimida pela polícia que usou a prisão como principal meio de punição dos capoeiristas.

Após a abolição da escravatura, o Código Penal Brasileiro de 1890, no artigo 402, dizia que fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem, entendida como andar nas ruas em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, era proibido com pena de prisão de dois a seis meses. A roda de capoeira foi registrada como Bem Cultural pelo IPHAN no ano de 2008 e em novembro de 2014, recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. O samba como prática cultural negra também foi perseguido culturalmente pela burguesia racista que domina o Estado e diversos sambistas foram acusados de desordem social, sendo presos injustamente. Atualmente o samba é considerado pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Brasileiro, desde 2007. O Samba de Roda foi reconhecido como Patrimônio Cultural pelo IPHAN em 2004 e reconhecido como Obra Prima da Humanidade pela UNESCO em 2005.

A historiadora Beatriz Nascimento (2021) afirma a necessidade histórica de se escrever uma história dos negros no Brasil por mãos negras. Para a autora isso é necessário para compreendermos a ideologia nacional que colocou o negro à margem e suas implicações em um todo social. Para a sergipana Nascimento, o modo de resistência historicamente organizada pelos negros contra a superexploração de que eram objeto foram os Quilombos, que existiram em todo país como contrapartida ao longo processo da colonização portuguesa no Brasil. Nascimento, na sua especialização feita na Universidade Federal do Rio de Janeiro, teve uma bolsa de curta duração financiada pela Fundação Ford para estudar a questão do negro. Percebemos na prática que a contribuição intelectual das mulheres negras é essencial para o aprofundamento da análise da questão negra.

Gonzalez intelectual orgânica negra da classe trabalhadora, também ressaltou em sua bibliografia uma crítica à historiografia oficial pela exclusão da perspectiva negra nas análises historiográficas, exclusão até mesmo do que ela chamou da formação do primeiro Estado livre do continente americano: A República Negra de Palmares.

“Também não é ressaltado pela história oficial o fato de que o primeiro Estado livre de todo o continente americano existiu no Brasil colonial, como denúncia viva do sistema implantado pelos europeus no continente. Estamos falando da República Negra de Palmares que, durante um século (1595-1695), floresceu na antiga Capitania de Pernambuco. O que essa história não enfatiza é que o maior esforço bélico despendido pelas autoridades coloniais foi contra Palmares e não contra o invasor holandês (1630-54), como se costuma divulgar.” (Gonzalez, 2020, p.51).

A contribuição de outra intelectual orgânica negra da classe trabalhadora, a estadunidense Davis, é uma emblemática no seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, no qual escreve sobre o que foi ocultado por autores sobre a história das mulheres negras durante o período escravocrata nos EUA. Davis, além de professora universitária, foi uma militante do Partido Comunista dos EUA. Ela foi presa por seu ativismo de combater o racismo e fez sua própria defesa no tribunal, sendo inocentada, e tornando-se ícone mundial das lutadoras negras após o sucesso da campanha dos Movimentos Negros: Libertem Ângela Davis, na década de 1980. Para Davis, apesar dos testemunhos de escravizadas sobre a alta incidência de estupros e coerção sexual por parte dos senhores, o tema não foi ressaltado pela historiografia.

“Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos.” (Davis, 2016, p. 25).

Também no Brasil muitos escritores quando pesquisam sobre o período escravocrata, não ressaltam uma das marcas mais bárbaras e violentas desta sociedade: a alta incidência do estupro que sofriam as mulheres negras. Esse passado está ainda presente em nossa sociedade de diversas formas como através do patriarcado e do racismo estrutural. Por exemplo, percebemos através do genoma que a formação histórica dos brasileiros não foi equilibrada, revelou os resultados do projeto de pesquisa DNA do Brasil. Os dados genômicos das amostras de 1247 brasileiros de diferentes regiões do país apontaram para uma herança genética materna majoritariamente africana e indígena, enquanto a paterna é 75% europeia. Os homens africanos deixaram apenas 14,5% do seu DNA, enquanto os homens indígenas transmitiram apenas 0,5%. Durante o período escravocrata havia muitos estupros sofridos por mulheres africanas e indígenas por seus donos descendentes de europeus. Certamente essa infeliz situação histórica influenciou nos dados obtidos pela pesquisa DNA do Brasil. A

reprodução humana durante séculos não ocorreu de forma harmoniosa através de casamentos, como começou a ocorrer após a abolição da escravatura.

Os autores estadunidenses também não ressaltaram na historiografia a violência sexual daquele período histórico escravocrata. Nas pesquisas realizadas para esta tese encontramos como uma exceção o testemunho “Incidentes na vida de uma escrava”, livro escrito por Harriet Ann Jacobs.

“O dr. Flint fez de tudo para corromper os princípios puros que vovó instalara em mim. Povoou minha mente jovem com imagens impuras, do tipo que só um monstro vil poderia conceber. Eu me afastava com nojo e ódio, mas ele era meu senhor. Fui compelida a viver sob o mesmo teto que ele, onde via um homem quarenta anos mais velho que eu violando diariamente os mandamentos mais sagrados da natureza. O doutor dizia que eu era sua propriedade, que devia me sujeitar à sua vontade em tudo. Minha alma se revoltava contra aquela tirania, mas onde buscar proteção? Não importa se a escrava é negra como ébano ou tão branca quanto sua senhora. Em qualquer um dos casos, não há nem sombra de lei para protegê-la dos insultos, da violência ou mesmo da morte – e tudo infligido por demônios que fingem ser homens. A senhora, que deveria proteger a vítima indefesa, não sente pela coitada nada além de ciúme e raiva. A degradação, as injustiças e os vícios que surgem com a escravidão são mais do que posso descrever. São maiores do que vocês gostariam de acreditar.” (Jacobs, 2021, p.48)

Essa foi a primeira e uma das poucas narrativas autobiográficas de uma escravizada negra que falou de abuso e assédio sexual e da luta por liberdade. O patriarcado e a coerção física dos proprietários de escravizadas eram utilizados para garantir a submissão por parte das mulheres negras, que resistiam ao estupro e por isso eram castigadas com violentos açoites. Como Davis (2016) exemplificou em seu livro, uma mulher com filho recém-nascido foi chicoteada nos seios, provocando poças de sangue e leite, por ela não querer deixar seu filho recém-nascido no chão ao lado da lavoura que estava trabalhando, como o feitor e o senhor de engenho determinaram. Essa perspectiva de análise empreendida de que houve extrema violência durante a escravidão, não deve deixar mais de ser ressaltada.

Douglass, que nasceu escravizado em uma plantação em Maryland, nos EUA em 1808, sete anos depois de fugir da escravidão para o Norte, publicou “Relato da vida de Frederick Douglass, um escravo americano”, tornando-se o principal intelectual negro abolicionista daquele período histórico. Filho da escravizada Harriet Bailey, nunca soube quem foi seu pai, que era branco, e desconfiava ter sido o dono da sua mãe. O autor afirma que os negros não retintos, frutos de estupros, sofriam opressões específicas. O relato de Douglass expressa à complexidade da opressão das relações raciais no período escravocrata.

“Soube de muitos casos assim e posso dizer com propriedade que tais escravos, invariavelmente, sofrem mais adversidades e provações que os outros. Em primeiro lugar, são considerados uma constante afronta à patroa. Ela está sempre disposta a criticá-los e é muito difícil lhe agradar; na verdade, ela só fica feliz ao vê-los açoitados, especialmente quando suspeita de que o mestre concede a seus filhos mulatos os favores que nega a escravos negros. É frequente que o mestre se veja obrigado a se livrar dessa classe de escravos, em respeito aos sentimentos da esposa

branca; e, mesmo que possa parecer cruel vender os próprios filhos a mercadores de homens, o mestre considera essa atitude mais como uma questão de humanidade. Se não fizer isso, serás obrigado a açoitá-los pessoalmente ou ver um filho branco amarrar o irmão, cuja a pele é ligeiramente mais escura que a dele, e estalar a sangrenta chibata em suas costas nuas; e, se porventura murmurar uma única palavra de desaprovação a tal cena, sua parcialidade de pai será provada, o que só torna as coisas piores tanto para si quanto para o escravo a quem deseja proteger e defender.” (Douglass, 2021, p.21).

Atualmente no Brasil realizamos uma pesquisa de campo na visita à Fazenda da Taquara, antiga Fazenda da Nova Prosperidade, que historicamente produz café no Vale do Paraíba. A fazenda tornou-se um museu de visitação, e visitamos o local para explorar como a memória da fazenda é contada aos visitantes. O atual proprietário é João Carlos Tadeu Botelho Pereira Streva, descendente direto da 5^a geração do Comendador João Pereira da Silva, que chegou ao Brasil por volta de 1800, para comandar a fazenda administrada atualmente pelo Marcelo Streva, filho da 6^a geração, que também realiza o guiamento no casarão e afirma aos visitantes que o quarto secreto dentro da casa grande era para receber os tropeiros e prendê-los à noite até sua saída no dia seguinte, por desconfiança dos tropeiros. Porém, historicamente sabemos que esses quartos eram muitas vezes utilizados para estupros de escravizadas sem que a senhora percebesse a violação sexual cometida pelo senhor de engenho. Essa visita de campo nos fez refletir sobre a construção de memória feita por familiares, o que nos desperta um questionamento: Será que seu tataraneto falaria sobre as mulheres negras estupradas na fazenda? Por isso a importância de novas pesquisas sobre a realidade social das mulheres negras, colocando-as em seu devido lugar de protagonistas na luta contra o sistema escravagista. Como Beatriz Nascimento (2021) afirmou, devemos nos preocupar em não perpetuar teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial, ou seja, teorias mitificadoras da ideologia nacional.

Holanda (1936), em seu livro “Raízes do Brasil”, apresenta o conceito de “homem cordial”. Na forma conceitual empregada pelo autor, ele identificava sociologicamente os traços predominantes do caráter do brasileiro, avesso aos ritualismos da polidez, afeito às relações de pessoalidade. Para Holanda, o momento decisivo do desenvolvimento nacional teria sido a data de 1888, ano da abolição e da desarticulação do predomínio agrário, segundo o autor, marco das raízes ibéricas da cultura brasileira. Após a abolição da escravatura, em uma sociedade de classes que não integrou o negro, o meio intelectual brasileiro, principalmente através do livro “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freire, criou o mito da democracia racial, no qual supostamente a sociedade brasileira era desprovida de preconceitos com relação ao negro com a justificativa de sermos uma sociedade miscigenada. A sociedade republicana que garantiu a igualdade jurídica entre brancos e negros serviria com um bom

exemplo para outras nações, exemplo da suposta harmonia entre diferentes grupos raciais. Fernandes em seu livro “A integração do negro na sociedade de classes”, vai desconstruir o mito da democracia racial brasileira.

“Em consequência, ela também concorreu para difundir e generalizar a consciência falsa da realidade racial, suscitando todo um elenco de convicções etnocêntricas: 1- a ideia de que “o negro não tem problemas no Brasil”; 2- a ideia de que, pela própria índole do povo brasileiro, “não existem distinções raciais entre nós”; 3- a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder foram indistintas e igualmente acessíveis a todos, durante a expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo; 4- a ideia de que “o preto está satisfeito” com sua condição social e estilo de vida em São Paulo; 5- a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existira outro problema de justiça social com referência ao “negro”, excetuando-se o que foi resolvido pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania.” (Fernandes, 2008, p.311).

O autor considera em termos de contexto histórico o contraste entre a nova ordem jurídica republicana de igualdade perante a lei, entre negros e brancos, e a realidade econômica precária da maioria da população negra que não recebeu indenização na abolição da escravatura. Fernandes ajuda-nos a desconstruir o mito da democracia racial, e demonstra que esse mito só fortalecia a hegemonia da burguesia branca. Sendo assim, esse mito da democracia racial não possui um caráter progressista de inclusão do negro na sociedade de classes com direitos sociais construindo a democracia racial brasileira, mas pelo contrário promove a perpetuação das diferenças sociais entre negros e brancos, justificando e naturalizando as diferenças sociais já estabelecidas historicamente, mas camuflada com discurso de democracia racial.

Percebemos que parte da mídia hegemônica brasileira controlada pela burguesia branca racista compactua com os ideais que formam o mito da democracia racial, devido a pouca atenção que disponibilizam para a questão da exclusão dos negros na sociedade. E quando a questão negra aparece, contém erros sociológicos e históricos graves. Um exemplo foi à telenovela *Sinhá Moça* (2006), produzida pela Rede Globo de televisão. O conto fala dos momentos finais da escravidão no Brasil, colocando como a filha de um barão de café tinha pena dos escravizados e lutava pelo fim da escravidão. Assistindo à telenovela, recria-se um clima de politização onde as irmandades das causas negras repletas de jovens brancos advogados lutavam pelo fim da escravidão por bondade. A novela *Sinhá Moça* reproduz o mito da bondade branca, tenta apagar a luta dos escravizados pela sua liberdade e coloca todo o protagonismo nos brancos bons das irmandades abolicionistas. Personagens como a *Sinhá Moça* constroem uma narrativa onde o eixo principal é a solidariedade dos brancos com os negros. Porém, a história entendida como ciência é muito diferente dos contos literários e os interesses econômicos capitalistas superam a suposta solidariedade de brancos com negros.

Entender esse processo é fundamental para combatermos o racismo estrutural em tempos atuais. O motivo do protagonismo da luta pela abolição não estar nos negros na telenovela *Sinhá Moça* é para que a classe trabalhadora não se identifique e não perceba que a transformação da sociedade ocorre através da luta entre as classes sociais. Pelo contrário, a intenção da telenovela conservadora é que os pobres assistam às mudanças da sociedade sem participação política, deixando as mudanças da sociedade para seus governantes, excluindo da narrativa da telenovela o protagonismo da luta dos negros para transformação social.

Nos anos imediatamente anteriores à abolição, por exemplo, a população negra livre do Rio de Janeiro já havia se tornado mais numerosa e diversificada, essa parte já havia conquistado a alforria antes de 1888 por meio das estratégias possíveis. Os Movimentos Negros questionam a data de 13 de maio de 1888 e não seu importante significado. Essa data da aprovação da Lei Áurea foi questionada devido à representação da Princesa Isabel como heroína dos negros, sendo que esta não decretou indenização para os negros alforriados. Os Movimentos Negros exigiram historicamente a valorização da luta dos negros por sua libertação e por isso não reconhecem o dia 13 de maio como dia de luta dos negros. Os Movimentos Negros não se identificam com telenovelas como *Sinhá Moça* e compreendem que a identidade negra e sua luta estão presentes em filmes, por exemplo, como *Ganga Zumba* e *Quilombo*, ambos do diretor Cacá Diegues, que contam a história das lutas dos negros pelo fim da escravidão no Brasil através de protagonistas como Dandara e Zumbi dos Palmares.

Esse protagonismo negro esteve presente também no primeiro samba enredo de temática explicitamente afro-brasileira na história dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro, a Revolução Salgueirense. O artista plástico Fernando Pamplona, baseado no livro de Carneiro “O Quilombo dos Palmares” fez o samba enredo da Escola de Samba Salgueiro em 1960, demonstrando que a história do samba se mistura com a identidade racial negra brasileira. Para os Movimentos Negros como as Escolas de Samba, a luta do povo negro se expressa na comemoração do dia 20 de novembro, dia da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares em 1695, o mais importante líder negro. O Quilombo de Palmares, localizado no atual município de União dos Palmares em Alagoas, foi durante a colonização portuguesa por um longo período um território livre formado principalmente por escravizados negros que haviam fugido dos latifúndios, das prisões e das senzalas brasileiras. Este processo foi compreendido por Gonzalez (2020) como República Negra de Palmares, ou como berço da nacionalidade brasileira e primeira tentativa no Brasil no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária. Para a autora foi uma verdadeira harmonia social entre negros, indígenas e brancos

que viviam do trabalho livre, cujos benefícios revertiam para todos os moradores dos Quilombos.

Os Quilombos de Palmares ocupavam uma área próxima ao tamanho de Portugal e estima-se que sua população alcançou o marco de 20 mil pessoas em torno do ano de 1670. Zumbi dos Palmares morreu lutando pela libertação de todos os escravizados, e por isso esse dia foi escolhido pelo conjunto dos Movimentos Negros para se comemorar o dia nacional da Consciência Negra, representando a luta do povo negro por sua libertação. Zumbi foi assassinado no dia 20 de novembro de 1695, teve a cabeça decepada e exposta na cidade de Recife. Toda essa violência ocorreu para servir como símbolo do sistema escravocrata colonial português, como exemplo para gerar medo naqueles escravizados que organizassem a resistência à opressão do sistema colonial com fugas, mas as lutas dos diversos Quilombos prosseguiram em todo o país como tradição de luta dos negros. Depois de décadas de luta dos Movimentos Negros, atualmente o dia 20 de novembro é comemorado pelos brasileiros como feriado nacional. Na véspera deste dia em 2020, João Alberto Silveira Freitas, homem negro de 40 anos, foi espancado e morto no estacionamento de um supermercado Carrefour em Porto Alegre. Esse absurdo caso até 2024 ainda não tinha sido julgado. O Ministério Público, em razão do racismo estrutural, afirmou que crime foi cometido por motivo torpe, mas o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul afastou essa hipótese. Esse caso emblemático demonstra que mesmo com os avanços da luta por direitos sociais feitas pelos Movimentos Negros, a justiça racial inexiste no Brasil.

Refletir sobre racismo estrutural no Brasil é fundamental para todos que desejam construir uma sociedade antirracista. O Brasil é o país mais negro fora da África, e não por acaso, é também um dos mais desiguais. Conhecer a história da formação da sociedade brasileira escravocrata nos leva a compreender os dados atuais que explicitam a exclusão social do negro brasileiro que não recebeu indenização no processo abolicionista. Essa desigualdade social não é meramente conjuntural, é estrutural e tem séculos de história. A sociedade capitalista contemporânea, especialmente após a vitória dos EUA na Guerra Fria, é profundamente marcada pela violência de todos os tipos que atinge principalmente os mais pobres. Também é marcada pelo extremo individualismo burguês, indiferente ao bem-estar da classe trabalhadora. O grande capital controla o Estado por meio da burguesia, que vem aumentando suas taxas de mais-valia através da superexploração, pagando a força de trabalho abaixo de um valor para uma subsistência satisfatória, aumentando a jornada de trabalho e sua intensidade, e quem mais sofre esse processo de superexploração é a mão de obra negra.

Para Gonzalez, o conceito de massa marginal, elaborado por Jose Num, serviu para explicar as relações de trabalho no capitalismo brasileiro como desigual, dependente, racista e sexista. Segundo a autora, o gênero e a etnicidade são manipulados de tal modo que os mais baixos níveis de participação na força de trabalho pertencem exatamente às mulheres e à população negra. De acordo com Num a massa marginal ao contrário da funcionalidade do exército industrial de reserva, baseia-se na afuncionalidade ou na disfuncionalidade com relação ao mercado de trabalho. Para Moura a não incorporação aos processos produtivos de grande parte de homens e mulheres expropriados e explorados desde o escravismo colonial significa a marginalização racializada, que passa a ser um mecanismo fundamental à extração da mais-valia. Lima afirma que no Brasil opera uma segregação dissimulada e util de relação racial que articula heteronomia de raça e heteronomia econômica.

“Na atualidade, a interface entre heteronomia econômica, política e social e heteronomia racial manifesta-se na manutenção de uma superpopulação excedente excluída ou incluída de forma subalternizada no mercado de trabalho; na aparência de uma igualdade jurídica/formal para todos, negros e brancos, omitindo que a heteronomia racial é um traço constitutivo/estruturante do capitalismo dependente e na resposta do Estado para o enfrentamento da histórica conjugação entre heteronomia econômica, política e social e heteronomia racial: a criminalização do trabalhador negro pelo encarceramento e seu extermínio.” (Lima, 2020, p.72)

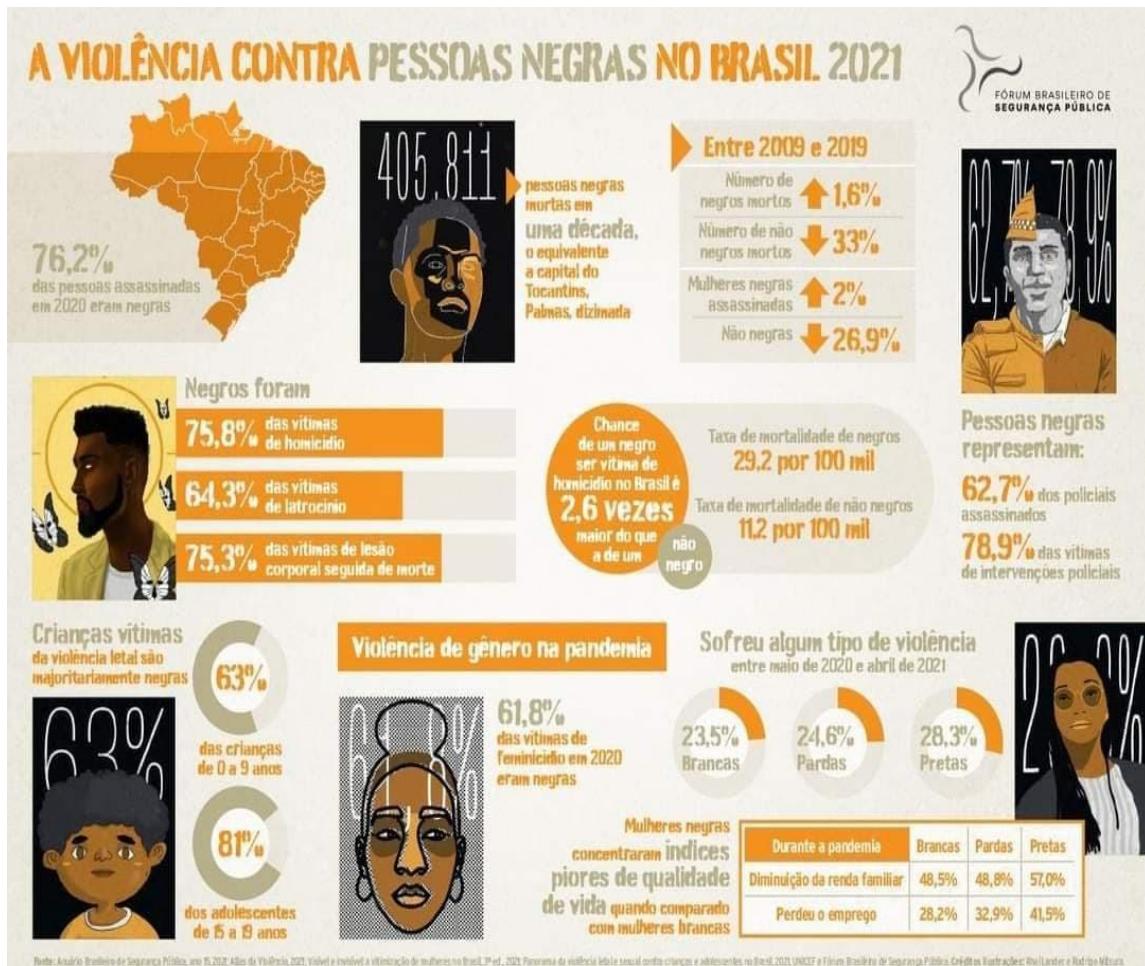
Para a autora, o conceito de heteronomia racial de Fernandes é fruto do processo histórico do antigo sistema colonial, mas também do modelo republicano capitalista instalado no Brasil, que manteve os privilégios da burguesia branca brasileira, escamoteando esse processo de manutenção das desigualdades sociais principalmente para os negros, com o discurso da igualdade jurídica formal do regime republicano.

A classe trabalhadora brasileira vem progressivamente perdendo os seus direitos sociais conquistados em suas lutas ao longo do século XX, e o racismo estrutural, historicamente construído, pode facilmente ser quantificado em números, e por isso a necessidade de uma pequena radiografia desse racismo estrutural no Brasil contemporâneo. A criminalização do trabalhador negro pelo encarceramento e seu extermínio é explícita atualmente nos dados da ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) sobre a violência contra pessoas negras no Brasil em 2021. Esta ONG se dedica a construir cooperação técnica na área da segurança pública reunindo pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais, operadores da justiça e profissionais de entidades da sociedade civil. O FBSP é financiado por diversas instituições, incluindo a Fundação Ford, a Open Society Foundation, a Fundação Tinker e outras. A Fundação Ford é uma das principais fontes de financiamento, apoiando em áreas como análise de dados sobre violência, pesquisa e produção de relatórios

como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública que reúne dados sobre homicídios, violência e outras questões relacionadas à segurança.

Os dados abaixo revelam que 76,2% das pessoas assassinadas no Brasil eram negras; 405.811 pessoas negras foram mortas na última década; Entre 2009 e 2019, o número de mortos negros aumentou 1,6% sendo que o número de não negros mortos caiu 33%; o número de mulheres negras assassinadas aumentou 2% e das mulheres não negras caíram 26,9%; os negros foram 75,8% das vítimas de homicídio; os negros foram 64,3% das vítimas de latrocínio e 75,3% das vítimas de lesão corporal seguida de morte; A chance de um negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,6 vezes maior do que a de um branco; taxa de mortalidade de negros 29,2 por 100 mil habitantes e a taxa de mortalidade de não negros é de 11,2 por 100 mil habitantes; pessoas negras representam 62,7% dos policiais assassinados e 78,9% das vítimas de intervenções policiais; crianças vítimas da violência letal são majoritariamente negras 63% das crianças de zero a nove anos e 81% dos adolescentes de 15 a 19 anos; 61,8% das vítimas de feminicídio em 2020 eram negras; mulheres negras concentram índices piores de qualidade de vida quando comparadas a mulheres brancas; das mulheres negras 28,3% e negras pardas 24,6% sofreram algum tipo de violência entre maio de 2020 e abril de 2021 e as mulheres brancas 23,5%; durante a pandemia, a diminuição da renda familiar atingiu 48,5% das mulheres brancas, 48,8% das pardas e 57% das negras; 28,2% das brancas perderam o emprego na pandemia, 32,95 pardas e 41,5% de pretas.

Figura 1: Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre a violência contra pessoas negras no Brasil em 2021



Fonte: <https://forumseguranca.org.br>

Atualmente, em média estatística, a cada 23 minutos, um negro é assassinado no Brasil. A situação de genocídio vivida pela população negra no Brasil foi emblematicamente denunciada ainda na década de 1970 em plena Ditadura Empresarial-Militar, que silenciava esse processo com o falso argumento de que vivíamos em uma democracia racial, por Abdias Nascimento em seu livro “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado”.

“O silêncio equivaleria ao endosso e aprovação desse criminoso genocídio perpetrado com iniquidade e patológico sadismo contra a população afro-brasileira. E nosso repúdio, nossa repulsa profunda e definitiva, engloba o inteiro complexo da sociedade brasileira estruturada pelos interesses racistas e capitalistas do colonialismo, até hoje vigentes, os quais vêm mantendo a raça negra em séculos de martírio e inexorável destruição.” (Nascimento, 2016, p.170)

Abdias Nascimento, em 1944, fundou no Rio de Janeiro o Teatro Experimental do Negro apenas com atores negros. Posteriormente, o Teatro Experimental do Negro fundou um jornal chamado “Quilombo”, além do Museu do Negro e do Instituto Nacional do Negro. A população negra vive no Brasil um genocídio desde a escravidão, e o Brasil implantou

políticas de branqueamento inspiradas na eugenia, iniciadas no Império de Dom Pedro II. O genocídio negro também está presente no período republicano até chegarmos aos dados de pesquisas atuais que reforçam essa compreensão. Os jovens homens negros são o principal alvo da violência urbana, principalmente dos excessos cometidos pelas polícias. As jovens mulheres negras são as que mais sofreram algum tipo de violência, sofrem com o feminicídio, e são também as que mais morrem por consequência de abortos mal feitos, por utilizarem clínicas clandestinas de baixo custo financeiro, onde faltam recursos para uma operação. As mulheres negras são as mais oprimidas: opressão de raça, de classe social e de gênero com o patriarcado.

Houve muitos episódios de massacres no Brasil que representam o genocídio dos pobres em sua maioria negros no Brasil: Vigário Geral (1993), com 21 mortos; Complexo do Alemão (1994), com 14 mortos; Vila Operária, em Duque de Caxias (1998), com 23 mortos; Senador Camará (2003) com 15 mortos; Vidigal (2006), com 13 mortos; Catumbi (2007), com 13 mortos; Complexo do Alemão (2007), com 19 mortos; Fallet (2019), com 15 mortos; Jacarezinho (2021), com 28 mortos e da Vila Cruzeiro (2022), com 25 mortos. Essas são algumas das várias chacinas na história recente do Rio de Janeiro e todas têm em comum a pobreza da classe trabalhadora e a negritude da maioria das vítimas fatais, confirmando o genocídio da população negra. A seguir analisaremos alguns dados do IBGE sobre as dificuldades da inserção da população negra no mercado de trabalho no Brasil oriundos do racismo estrutural.

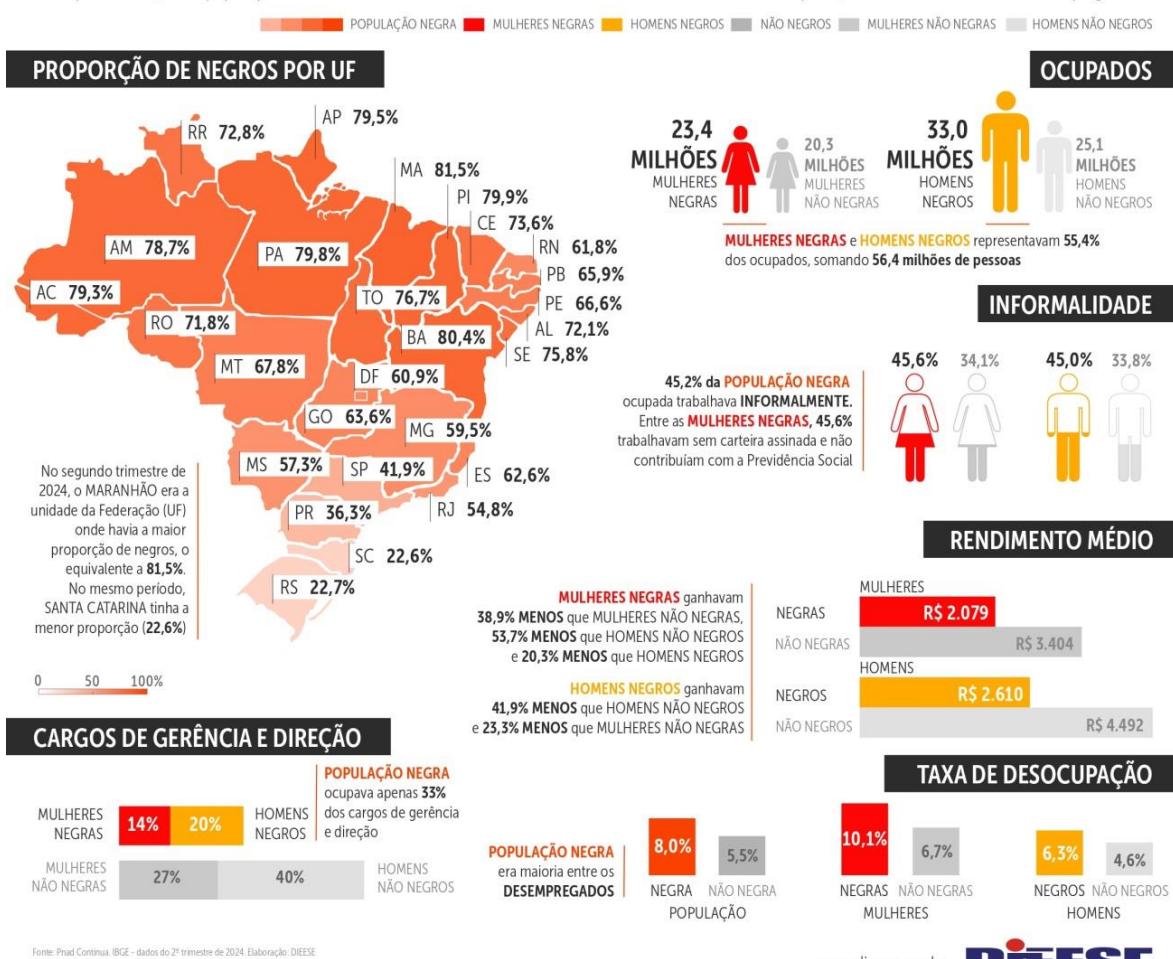
No segundo trimestre de 2024, a população negra representava 56,7% da população brasileira, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE. Essa população, composta por mulheres negras e homens negros, majoritária entre os ocupados, trabalhadores informais e os desempregados. A proporção de negros varia significativamente entre as unidades federativas. O Maranhão apresentou a maior proporção de pessoas negras, com 81,5%, seguido da Bahia, com 80,4%, e do Piauí, com 79,9%. Por outro lado, Santa Catarina registrou a menor proporção, com apenas 22,7%.

Figura 2: A inserção da população negra no mercado de trabalho no Brasil

BRASIL

A INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

Dados do segundo trimestre de 2024, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE, revelam que a **POPULAÇÃO NEGRA** correspondia a **56,7%** da população brasileira. **MULHERES NEGRAS e HOMENS NEGROS** eram maioria entre ocupados, trabalhadores informais e desempregados.



Fonte: www.dieese.org.br

Em termos de ocupação, negros e negras somavam 55,4% dos trabalhadores ocupados, totalizando 56,4 milhões de pessoas. Entre essas, 23,4 milhões eram mulheres negras, e 33,0 milhões eram homens negros. Contudo, grande parte da população negra ocupada estava em condições de informalidade, correspondendo a 45,2%. Entre as mulheres negras, 45,6% trabalhavam sem carteira assinada e não contribuíam para a Previdência Social, enquanto, entre os homens negros, essa taxa era de 45,0%. No que diz respeito à renda, as desigualdades persistem. Mulheres negras recebiam, em média, R\$ 2.079 por mês, enquanto homens negros tinham um rendimento médio de R\$ 2.610. Esses valores são significativamente inferiores aos dos não negros. Mulheres negras ganhavam 38,9% menos que mulheres não negras e 20,3%

menos que homens negros. Por sua vez, homens negros ganhavam 41,9% menos que homens não negros e 23,5% menos que mulheres não negras.

Além disso, a presença da população negra em cargos de gerência e direção era bastante reduzida. Apenas 33% desses cargos eram ocupados por negros, sendo 14% por mulheres negras e 20% por homens negros. Em contraste, mulheres e homens não negros ocupavam, respectivamente, 27% e 40% desses postos. No mercado de trabalho, a taxa de desocupação também era maior para a população negra, com 8,0%, em comparação com 5,5% entre os não negros. As mulheres negras apresentavam a maior taxa de desocupação, 10,1%, seguidas por homens negros, com 6,3%. Para os não negros, essas taxas eram de 6,7% para mulheres e 4,6% para homens. Esses dados evidenciam as desigualdades de inserção e condições de trabalho enfrentadas pela população negra no Brasil. A ampla divulgação desses dados é fundamental para combatermos o pacto narcísico da branquitude (Bento 2022) como um pacto de cumplicidade não verbalizado entre homens brancos, que visa manter seus privilégios nas instituições públicas e privadas, onde a presença de pessoas negras é invisibilizada evidenciando a dominação de raça e de gênero.

A situação de opressão das mulheres negras no Brasil foi explicada na bibliografia escrita por Gonzalez. Para a autora, ser mulher e negra no Brasil significa sofrer com os estereótipos gerados pelo sexismo e pelo racismo, que a colocam no nível mais alto de opressão. Infelizmente mantiveram-se esses terríveis dados desde a escrita de Gonzalez na década de 1980 até os atuais dados do censo do IBGE. Gonzalez foi uma das pioneiras nos estudos sobre a relação entre classe social, gênero e raça. Além de intelectual orgânica da classe trabalhadora, experimentava a práxis da militância como uma das principais dirigentes do Movimento Negro Unificado.

“É importante insistir que, dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica – racial e/ou sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano.” (Gonzalez, 2020, p.145).

Ela explica com perspicácia a condição da maioria das mulheres latino-americanas (ameríndias e amefricanas) com sua tripla opressão (classe, raça e sexual) no atual capitalismo patriarcal-racista dependente. A autora é a principal referência teórica brasileira sobre a questão negra, demonstrando em seus textos o papel fundamental da compreensão da tríplice

discriminação sofrida pela mulher negra: raça, classe e sexo. Essa compreensão foi elaborada pelo feminismo negro liderado por Gonzalez nas lutas e conquistas de direitos sociais feitas pelos Movimentos Negros latino-americanos, na busca de um modelo alternativo de sociedade sem discriminação racial, sexual e de classe social. A análise elaborada por Gonzalez, uma mulher negra latino-americana, sobre a realidade específica das mulheres negras, rompe com análises colonizadoras, utilizando-se do instrumental teórico do materialismo histórico e dialético. A experiência histórica da escravidão produziu mulheres negras com vidas e subjetividades distintas das mulheres brancas, predominantes no movimento feminista até meados da década de 1960, porque mulheres negras tiveram seus corpos marcados essencialmente pela exploração de seu trabalho, e por isso formaram o feminismo negro. Para Gonzalez (2020) a mulher negra por ser mais explorada no sistema capitalista desempenha o papel mais importante. É ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder, pois quando uma mulher negra se levanta e luta por seus direitos e por sua libertação, isso significa que toda a luta das mulheres e da classe trabalhadora se coloca em movimento.

O capitalismo é um sistema econômico, político e social centrado na acumulação de capitais e na obtenção de lucros. As desigualdades sociais brasileiras, historicamente construídas em um país de capitalismo dependente e a sua manutenção através da superexploração da mão de obra negra, demonstram o racismo estrutural em uma sociedade de classes sociais antagônicas. A dinâmica social metabólica do capitalismo se relaciona com o racismo, pois a superexploração da mão de obra negra aumenta a extração das taxas de mais valia. Por isso, os negros atualmente recebem em média os piores salários no Brasil. Isso ocorre porque o preconceito sobre os negros diminui as possibilidades de emprego, o que facilita para a burguesia fazer a superexploração da mão de obra negra que aceita os piores empregos e salários mais baixos para não morrerem de fome. Sendo assim, a lógica do lucro e da exploração da mais-valia do sistema capitalista faz os capitalistas se aproveitarem do racismo para pagar menores salários às negras e aos negros, pois estes estão desempregados em maior número no mercado de trabalho por causa do racismo estrutural.

Atualmente, para a burguesia é uma enorme vantagem comercial contratar mulheres negras e homens negros, pois é mais lucrativo para a empresa contratar negros e pagar menores salários em média, como comprovam historicamente os dados do IBGE sobre a inserção dos negros no mercado de trabalho formal. Assim, contratar mão de obra negra aumenta a competitividade das empresas na concorrência capitalista, gerando um produto

final mais barato oriundo dessa superexploração da mão de obra negra. Essa maior exploração de uma mão de obra específica ocorreu também com as mulheres e as crianças desde a primeira Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII, e no caso das mulheres atualmente, segue ocorrendo sob esta mesma lógica. Dessa forma, nesta tese compreendemos que não é possível imaginar o fim do racismo ou do patriarcado por dentro do sistema capitalista, porque esses preconceitos em última instância de análise são lucrativos para a burguesia na lógica acumulativa do capital.

2.3 Henry Ford, Fundação Ford, Guerra Fria, Redemocratização brasileira

Para Gramsci o “*americanismo e fordismo*” foram uma revolução passiva para responder a primeira Revolução Socialista dos trabalhadores. Na transição do velho individualismo econômico para elementos de grande planejamento econômico na tentativa de manter o capitalismo o americanismo e fordismo se desenvolveram em resposta à economia planificada socialista da URSS que Gramsci chama de economia programática. O rápido desenvolvimento econômico e industrialização da URSS através de uma economia planejada estatal gerou uma resposta estadunidense. Gramsci comprehende que o americanismo deve ser estudado relacionado à queda tendencial da taxa de lucro do capitalismo, pois o ritmo acelerado no progresso dos métodos de trabalho e de produção foram respostas para superar essa lei tendencial, onde o industrial através de inovações na produção passa da queda da taxa de lucros, devido a um período de custos crescentes, para um período de aumento da taxa de lucros devido aos custos decrescentes por causa do monopólio da inovação industrial.

O autor conclui que nos EUA, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo de trabalhador para um novo tipo de processo produtivo. Gramsci comprehende o americanismo e fordismo como construtores de um novo tipo humano através de uma dimensão ético-política ou como uma dimensão ideológica-cultural, ou seja, uma forma específica do modo de produção capitalista relacionada a condições de existência territorial que vão para além das práticas fabris que se relacionam com a concepção americana de vida e sua filosofia pragmática, e que remontam às origens do fordismo.

Os EUA, durante a Primeira Guerra Mundial, tornaram-se os principais fornecedores de armas e alimentos para os europeus. Terminada a guerra, enquanto a Europa estava arrasada pelo violento conflito em seu território, os EUA tinham desenvolvido seu parque industrial e tinham se tornado os principais credores da dívida pública da maioria das grandes nações capitalistas europeias. A influência do *American way of life* e a prosperidade

econômica nos EUA geraram uma euforia popular e um novo padrão de vida e de consumo. O consumismo aumentou estimulando o mercado interno e a expansão industrial. Para Gramsci, o americanismo e fordismo possuem uma racionalidade na produção que se relaciona à inserção imperialista dos EUA nas relações comerciais internacionais, o que promove sua hegemonia através de uma elaboração forçada de um novo tipo humano.

“Não é de surpreender o fato de que os industriais americanos, a começar por Ford, tenham procurado afirmar que se trata de uma nova forma de relações: eles buscam obter, além dos efeitos econômicos dos altos salários, também efeitos sociais de hegemonia espiritual, o que é normal.” (Gramsci, 2020a, p.291).

Segundo Gramsci, o fordismo constitui uma dimensão técnico-produtiva que gerou o aumento do potencial das forças capitalistas em expansão através da disciplina e racionalidade no método de trabalho, mas também no controle do trabalhador, construindo uma nova sociabilidade e uma nova ética. Sendo assim, incorpora a força de trabalho no projeto ideológico capitalista estadunidense fordista para serem manipuladas e rationalizadas de acordo com as novas metas de produção. Para o autor, os trabalhadores socialmente deslocados pela ação dessa nova estrutura em formação resistem como forças subalternas. Gramsci comprehende que a *Ford Motors Company* racionalizou a produção e o trabalho, combinando a força de coerção através da destruição do sindicalismo e a persuasão ideológica através dos altos salários conseguindo estar no centro da vida produtiva estadunidense no início do século XX.

Henry Ford 1863–1947, nascido em uma fazenda de Michigan, tinha 40 anos quando fundou a *Ford Motor Company* em Detroit. Aos 50 anos, criou a primeira linha de montagem para produção do Modelo T. Henry Ford (2021) explica em sua autobiografia “Minha vida, minha obra” (escrita em conjunto com Samuel Crowther) sua posição sobre salários construída ao longo dos anos em sua empresa. Ele não comprehende os altos salários como um processo de caridade aos trabalhadores mais pobres, mas como parte do processo fabril de aumento da produção para aumento dos lucros. Sendo assim, esse aumento de lucros gera a possibilidade para o industrial de redistribuição financeira na sua empresa através da participação nos lucros da empresa. Para Henry Ford, a participação do trabalhador recebendo parte dos lucros da empresa gera aumento da produtividade da empresa, o que segundo ele deve ser perseguido pelos empresários. Ele contratou negros vindos do Sul dos EUA, porém o tratamento não era igual, como explicado por Grandin, os negros recebiam as tarefas mais duras e com menor potencial de progredir dentro da *Ford Motors Company*.

“Além de atrair trabalhadores estrangeiros, o Dia de Cinco dólares da Ford incitou uma marcha de afro-americanos vindos do Sul que tinham ouvido, corretamente, que a Ford pagava salários iguais a todos os funcionários do sexo masculino, independente da cor da pele. A necessidade da indústria automotiva por mão de obra era insaciável na década de 1920 e mitigava o racismo, embora os afro-americanos em geral recebessem as tarefas mais duras e com menor potencial para progredir.” (Grandin, 2010, p.52).

Para Gonçalves e Neto (2020), Ford desenvolvia um discurso contra o papel dos negros na cultura e na sociedade. Repudiava o jazz e atribuía essa mudança aos judeus. Além disso, a americanização dos imigrantes através do seu departamento sociológico condicionava a manutenção dos empregos, demonstrando uma imposição da cultura estadunidense sobre uma mão de obra estrangeira desesperada em busca de um emprego, ou seja, o programa social da *Ford Motors Company* era nitidamente um sistema de vigilância paternalista.

“Os socialistas extremos foram muito longe em seu raciocínio de que a indústria inevitavelmente esmagaria o trabalhador. A indústria moderna está gradualmente erguendo o trabalhador e o mundo. Só precisamos saber mais sobre planejamento e métodos. Os melhores resultados podem e serão alcançados pela iniciativa e pela engenhosidade individuais – pela liderança individual inteligente.” (Ford, 2021, p.184).

Henry Ford faz uma crítica infundada ao que rotula de “socialistas extremos” em sua autobiografia. Isso porque os socialistas não são contra as indústrias que “esmagaria o trabalhador”, eles são contra a exploração capitalista do trabalhador através da mais-valia. Henry Ford critica os governos compreendidos como fardo para comunidade, e faz oposição a sua intervenção na economia, por acreditar no individualismo liberal. A URSS organizou sua produção industrial através de uma economia planificada estatal socialista, sem extração de mais-valia. A concepção de sociedade de Henry Ford defende a propriedade privada dos meios de produção e a extração de mais-valia de seus trabalhadores assalariados. Ele justifica essa exploração com argumentos como sua liderança individual inteligente e sua engenhosidade e crítica os governos compreendidos por ele como fardo para a comunidade. Gramsci comprehende os altos salários da *Ford Motors Company* como forma de escolher uma força de trabalho ideal para o fordismo, através do trabalho e do método taylorista. Ford é citado por Gramsci como industrial que desejava controlar até mesmo as relações sexuais de seus empregados. A preocupação de Henry Ford com a família de seus empregados e com sua reprodução se relaciona diretamente a manutenção da produtividade e dos lucros de suas fábricas, demonstrando que o trabalho se relaciona a uma visão de mundo sobre o funcionamento ideal da sociedade capitalista estadunidense.

O proibicionismo no caso da Lei Seca acerca da venda de bebidas alcoólicas na década de 1920 nos EUA demonstra a postura moralista daquela época. A preocupação de Ford com as

relações sexuais de seus empregados se relaciona à preocupação com o aumento ou diminuição da produtividade de suas fábricas, pois para ele as famílias com filhos eram mais produtivas devido à preocupação dos pais em proporcionar melhores condições econômicas para eles, trabalhando mais para alcançar as bonificações de participação de lucros da empresa. Henry Ford é um personagem histórico que demonstra muitas contradições em suas posições políticas em sua trajetória de vida. Grandin (2010) demonstra como Henry Ford possui inúmeras contradições que o acompanharam ao longo de sua vida, grandes questões, por exemplo: campo onde nasceu versus cidade onde prosperou; sufragista versus salários desiguais para mulheres em suas fábricas; governo mundial através da liga das nações versus sua contrariedade ao internacionalismo judeu; defendia algumas estatizações específicas versus o *New Deal* de Franklin Roosevelt; dizia defender a dignidade do trabalhador versus ele era contrário ao sindicalismo; pacifismo versus guerra.

Henry Ford era obcecado pela ideia de moldar o homem e tentava fazer isso em suas fábricas com sua visão de mundo de homem ideal dentro do sistema capitalista de produção. Em sua autobiografia, explica sua posição sobre a “filantropia” em um capítulo intitulado “Por que a caridade?”.

“A caridade profissional não é apenas fria, mas dói mais do que ajuda. Degrada os beneficiários e entorpece seu respeito próprio. Semelhante a isso é o idealismo sentimental. Não há muitos anos surgiu à ideia de que ‘serviço’ era algo que deveríamos esperar que fosse feito por nós. Um número incontável de pessoas se tornou beneficiária de um ‘serviço social’ bem intencionado. Seções inteiras de nossa população foram paparicadas até atingirem um estado expectante, de desamparo infantil. Cresceu uma profissão regular de fazer coisas para as pessoas, o que dava uma louvável saída para o anseio por serviço, mas que nada contribuía para a autoconfiança das pessoas nem para a correção das condições pelas quais a suposta necessidade por tal serviço cresceu.” (Ford, 2021, p.205).

Henry Ford acredita que a caridade ou o humanismo comercializado, para usar suas palavras, degrada os beneficiários e entorpece seu respeito próprio. Na sua visão liberal e individualista, expressa que o homem deve ganhar seu próprio sustento não dependendo da assistência social do Estado. Essa visão demonstra um forte idealismo, pois basta querer independentemente das relações sociais entre as classes sociais, que a autoconfiança das pessoas retorna financeiramente e seus problemas sociais se resolvem.

As críticas de Henry Ford à caridade profissional e ao serviço social demonstra que não foi à assistência social a sua motivação para criação da Fundação Ford, fundada em 15 de janeiro de 1936. Henry Ford era muito crítico ao governo Franklin Delano Roosevelt e ao seu plano econômico *New Deal*. O secretário do tesouro estadunidense Hans Morgenthau fez a lei de impostos de 1936 com uma nova alíquota dos impostos de renda e herança, elevando para 70% o valor a ser pago por patrimônio ou renda superior a cinquenta milhões de dólares.

Chaves (2015) nos ajuda a explicar os motivos da criação, às isenções fiscais, e a origem dos capitais da Fundação Ford, oriundos de 90% das ações da Ford Motor Company, transferidas para este fundo “filantrópico” familiar para não pagar impostos. Além disso, as pressões governamentais eram para que a Fundação Ford aderisse a um modo particular de realização da “filantropia” através de um intenso relacionamento com o governo dos EUA na modelagem da sociedade civil. Atualmente, a Fundação Ford não possui mais ligações de dependência econômica com a família Ford e com a *Ford Motors Company*. Os recursos da Fundação Ford no século XXI são próprios e oriundos da aplicação e reprodução de ativos financeiros na bolsa de valores.

A história da *Ford Motors Company* apresenta diversas contradições com a história da Fundação Ford, que vai do apoio de Henry Ford e da *Ford Motors Company* a posições políticas antisemitas e nazistas nas décadas de 1920 e 1930, passando pela posição contrária aos sindicatos, disseminando o medo em suas fábricas nos EUA por meio de esquadrões armados na primeira metade do século XX. Por outro lado, a Fundação Ford, na segunda metade do século XX, defendia posições políticas muito divergentes desse histórico anterior de Henry Ford e da *Ford Motors Company* no caminho das mudanças que também passavam o mundo com a derrota de Adolf Hitler na Segunda Guerra Mundial, o que gerou a construção de uma política da Fundação Ford antagônica às posições anteriores de Henry Ford, assumindo uma posição política antirracista em colaboração com o governo estadunidense durante toda a Guerra Fria.

Esse processo histórico das posições políticas de Henry Ford, *Ford Motors Company* e da Fundação Ford é extremamente complexo e contraditório. As posições políticas atuais da Fundação Ford de apoio à posição social-liberal, que não só inclui como uma de suas bases fundamentais o multiculturalismo e o combate ao racismo, mas também o combate às profundas desigualdades sociais capitalistas. Compreender essas mudanças ideológicas da *Ford Motors Company* para os novos ideais da Fundação Ford ao longo do século XX e XXI foi uma parte importante desta pesquisa aqui desenvolvida. Bandeira, autor de diversas obras sobre política internacional, ajuda-nos da desvelar o início deste processo. Após sair da prisão durante a Ditadura Empresarial-Militar, em 1973, recebeu uma bolsa de estudos da Fundação Ford quando retomou sua atividade acadêmica no doutorado em Ciência Política na Universidade de São Paulo.

Bandeira (2022) em um dos seus estudos sobre a política internacional escreveu sobre a relação amistosa historicamente construída entre o estadunidense Henry Ford e o alemão Adolf Hitler nas décadas de 1920 e 1930, mantendo-se amistosa mesmo durante a Segunda

Guerra Mundial na qual os EUA junto à França, à Inglaterra e à URSS enfrentaram a Alemanha nazista aliada da Itália fascista e do Japão autoritário.

“Henry Ford (1863-1947), autor do livro *The International Jew: The World’s Problem* (1920), começara desde os anos 1920, a financiar o partido nazista, o NSDAP (National-Sozialist Deutschland Arbeit Partei), bem como enviar dinheiro pessoal – cerca de 10.000 ou 20.000 mil marcos (Reichmarks) – para Adolf Hitler, e o fez como presente de aniversário, todos os anos, no dia 20 de abril, até 1944, através de bancos da Suíça ou da Suécia. Os dois identificavam-se no ódio aos judeus. E, ao completar 75 anos, em 30 de julho de 1938, Henry Ford foi condecorado, em Cleveland, com a GroBkreuz des Deutschen Adlerordens pelo embaixador da Alemanha nos Estados Unidos, Karl Kapp, assim como haviam sido Benito Mussolini e Francisco Franco, ditador da Espanha.” (Bandeira, 2022, p.45).

A relação amistosa entre Henry Ford e a Alemanha nazista foi fruto da concordância de ideais entre Adolf Hitler e Henry Ford, que escreveu um importante livro que influenciou na formação da ideologia nazista, intitulado “O judeu internacional”, produzido em 1920, que teve grande admiração de Adolf Hitler desenvolvendo uma relação de amizade com o empresário e autor desse livro. Hitler possuía uma foto de Henry Ford em seu escritório, demonstração prática de sua admiração e fruto também do financiamento do partido nazista alemão e dos presentes em dinheiro que recebia em seus aniversários de Henry Ford. Adolf Hitler em contrapartida ofereceu-lhe a Grã-Cruz da Ordem da Águia Alemã, a maior honraria nazista para estrangeiros. Henry Ford, em sua autobiografia, responde às críticas que recebeu ao seu livro sobre judeus, reafirmando as ideias nele escritas.

“O trabalho que descrevemos como ‘Estudos da questão judaica’, e que é descrito de maneira diversa por antagonistas como ‘a campanha judaica’, ‘o ataque aos judeus’, ‘o program antisemita’ e assim por diante, não precisa de explicação para aqueles que o acompanharam. Seus motivos e propósitos devem ser julgados pelo trabalho em si. É oferecido como uma contribuição para uma questão que afeta profundamente o país, uma questão cuja origem é racial e que diz respeito a influências e ideias, e não a pessoas. Nossas declarações devem ser julgadas por leitores sinceros, que são inteligentes o suficiente para colocar nossas palavras ao lado da vida à medida que são capazes de observá-la. Se a nossa palavra e a observação deles estiverem de acordo, o caso está encerrado. É totalmente absurdo começar a nos condenar antes que se mostre que nossas declarações são infundadas ou imprudentes. O primeiro item a considerar é a verdade do que estabelecemos. E esse é precisamente o item que nossos críticos escolhem evitar.” (Ford, 2021, p.244).

Nesse período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial, a crise econômica orgânica do capital de 1929 gerou uma superprodução agrícola e industrial, a queda do preço das mercadorias, a concentração de renda, o desemprego e especulação financeira gerando o crack da bolsa de Nova Iorque. A crise econômica de 1929 resultou de um desequilíbrio entre o baixo poder aquisitivo dos consumidores e a superprodução descontrolada. De 1929 a 1932, houve uma grande queda da produção industrial mundial e o resultado mais imediato dessa crise econômica foi à elevação do número de desempregados no mundo. A expansão dessa crise

econômica tendo os EUA como principal credor internacional gerou a suspensão dos créditos financeiros internacionais a partir desse país, que repatriou o capital dos seus empréstimos e diminuiu de forma drástica as importações internacionais, e isso tornou a crise mundial.

As consequências foram o aumento da inflação, do desemprego, e a falência de centenas de empresas. Nesse contexto, o *New Deal* se tornou o programa dos EUA de recuperação nacional, proposto pelo presidente Franklin Delano Roosevelt para resolver a crise econômica de superprodução de 1929. Suas principais medidas econômicas foram: 1- Intervenção, regulamentação e investimentos do Estado na economia; 2- Realização de grandes obras públicas para reduzir o desemprego e, ao mesmo tempo, estimular o consumo. Franklin Delano Roosevelt ocupou a presidência dos EUA por quatro vezes 1933-1945 pelo Partido Democrata. No início de seu mandato, fez medidas econômicas para superar a crise econômica reativando a vida econômica do país. No período conhecido como os cem dias, o presidente adotou essas medidas de urgência: 1 – Fechou os bancos que estavam em crise; 2 – Proibiu a exportação e o entesouramento de ouro; 3 – Realizou uma profunda reforma no sistema bancário; 4– Em maio de 1930, decretou a reforma agrária, por meio do Ato de Ajustamento Agrícola. A finalidade do ato foi reduzir a produção de excedentes agrícolas visando à manutenção do nível de preços e a partir de então, o Estado passou a comprar os excedentes agrícolas. A construção de obras públicas estimulou a recuperação da economia e um acordo com os empresários fixou preços e estabeleceu limites de produção. Os trabalhadores conquistaram a regulamentação da jornada de trabalho com o salário mínimo.

O significado da crise econômica mundial de 1929 evidenciou o fim do liberalismo econômico como solução dessa crise econômica e orgânica capitalista, e difundiu-se pelo mundo o planejamento estatal para regular a economia. A análise dos ciclos econômicos do capitalismo mostra uma gradativa combinação de fatores livres e fatores planejados em favor desses últimos. À medida que a base produtiva se expandiu sob o livre jogo das forças produtivas do mercado, surgiram as crises econômicas e sociais que levaram o Estado a intervir na economia. Define-se aqui o planejamento econômico como sendo a atividade através do qual a ação do Estado sobre o conjunto da economia consubstancia-se na coordenação do uso de instrumentos de política econômica que orientam os processos produtivos para a consecução de objetivos previamente definidos.

Os EUA transitam do liberalismo econômico para as ideias intervencionistas de Keynes na economia. O eixo teórico de Keynes, em síntese, trata de uma teoria da determinação da produção apoiada em dois conceitos temporais básicos: o do período de produção e o de curto

prazo, referido ao horizonte temporal de expectativas e ao conteúdo do cálculo capitalista ao iniciar-se o período de produção quando se tomam as decisões de quanto produzir, que estoques manter e a que preço vender. O equilíbrio é casual e os desajustes à regra; ajustamentos espontâneos, dentro de períodos de produção, dão-se em geral via estoques, propagando eventualmente tais desajustes. Sendo assim, os EUA ingressam em um conjunto de políticas intervencionistas na economia que ficaram conhecidas como keynesianismo 1950–1980, mas não há Estado de Bem-Estar Social nos EUA como ocorreu na Europa Ocidental. Não há saúde pública, educação superior gratuita e nem direitos sociais universais. Há política de emprego, melhoria de salários e das condições de vida via endividamento familiar, fundamentalmente importante para os brancos nesse período. Essas conquistas sociais ocorreram também para evitar a expansão dos ideais socialistas durante a Guerra Fria.

Voltando um pouco para o contexto da Segunda Guerra Mundial, recorremos a Bandeira (2022), que nos ajuda a contextualizar esse processo histórico. “Hitler não havia confiscado nenhuma das subsidiárias das corporações americanas - Ford e GM – porém colocou, sistematicamente, todas sob a jurisdição do Reich, custodiadas como propriedades do inimigo.” (Bandeira, 2022, p.46). A relação pessoal entre Henry Ford e Adolf Hitler permaneceu mesmo após o início da Segunda Guerra Mundial, quando seus países de origem EUA e Alemanha respectivamente, enfrentaram-se violentamente. Apesar disso, as relações comerciais se mantiveram através da *Ford-Werk* na cidade de Colônia, que produziu milhares de caminhões para Alemanha nazista utilizar durante a Segunda Guerra Mundial. Em contrapartida, Adolf Hitler não confiscou a subsidiária da *Ford Motors Company*, mantendo os lucros de Henry Ford. Percebemos nessa relação amistosa que o grande capital representado pela Ford manteve seus interesses econômicos particulares independentemente da posição política adotada pelo presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt, mesmo que para isso Henry Ford tenha contrariado os interesses e ideais de seu país.

O Nazismo foi um regime político típico do período entre a Primeira Guerra Mundial 1914–1918 e a Segunda Guerra Mundial 1938–1945 na fase imperialista do capitalismo com a implantação do capitalismo monopolista de Estado, fusão do capital industrial com o capital bancário, favorável à crescente concentração de capital financeiro, e representava uma reação social conservadora da direita burguesa nacionalista às frustrações da Primeira Guerra Mundial, ou seja, uma maneira de fortalecer o Estado intervencionista na economia capitalista e afastar a ameaça socialista da URSS. O nazismo foi marcado por uma doutrina: autoritária, racista, antisemitita, antiliberal, antissocialista, antidemocrática, chauvinista, com exacerbação nacionalista, culto à nação, militarismo e violência. O nazismo subordinou a teoria do

conhecimento à decisão da direção nazista e sua vontade, com um pragmatismo radical e com a mitificação da realidade, foi uma expressão dos descontentamentos com a crise econômica mundial de 1929, das frustrações pessoais, dos economicamente inseguros, mas também da burguesia, dos indivíduos incultos e autoritários.

O Nazismo teve como base social a pequena burguesia e as massas populares, mas teve a direção desse processo feita pela burguesia que controla o grande capital financeiro e industrial capitalistas. A posição política antisemita, racista e favorável ao nazismo de Henry Ford na década de 1940 vai contrastar com sua posição inicial de defesa da democracia burguesa liberal, e contrastar com a posição antirracista adotada pela Fundação Ford durante a Guerra Fria. Nesse contexto de fim da Segunda Guerra Mundial, inicia a Guerra Fria, que pode ser caracterizada pelo embate ideológico entre o bloco socialista, liderado pela URSS, e o bloco capitalista, liderado pelos EUA, que disputaram, pelas décadas seguintes, o predomínio técnico, militar, econômico e político do mundo. Na Guerra Fria, os EUA lançam o Plano Marshall de ajuda econômica para reconstrução do Japão e da Alemanha que saíram derrotados na Segunda Guerra Mundial, para evitar a expansão dos ideais socialistas e manter esses países sobre influência estadunidense.

Em reação, a URSS criou o Conselho para Assistência Econômica Mútua para os países da Europa Oriental e de ajuda financeira a outros países socialistas. Ainda nesse contexto da Guerra Fria, foi criada em quatro de abril de 1949 a Organização do Tratado do Atlântico Norte, que é uma aliança entre países capitalistas através de um exército internacional para se defender militarmente da URSS, que em reação seis anos depois, em quatro de maio de 1955, criou o Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua (Pacto de Varsóvia), uma aliança militar entre países socialistas da Europa Central e Europa Oriental através de um exército internacional, mas sem a participação da antiga Iugoslávia e da China que não participaram por ter um socialismo independente da URSS. A Revolução Cubana em 1959 com o governo de Fidel Castro e sua definição pelo modelo socialista em 1961, influenciada pelos ideais de Ernesto Che Guevara e pela URSS, são fatores importantes para a intensificação da preocupação dos EUA com o crescimento de alternativas socialistas na América Latina. A Fundação Ford será parceria dos governos estadunidenses durante a Guerra Fria no combate aos ideais socialistas, e por isso, na década de 1950, define seus ideais em um relatório para o público.

Os ideais da Fundação Ford na década de 1950 foram sistematizados através da análise da carta inicial da Fundação Ford, demonstrando as possibilidades de compreensão das suas diretrizes. Nessa carta, foram encontrados ideais como: paz mundial, construção de uma ordem

mundial do direito e da justiça, liberdade, democracia, bem-estar econômico em todos os países e a necessidade de investimentos da Fundação Ford internacionalmente em educação nas instalações de ensino, no método educacional e nas oportunidades educacionais. Esses ideais da Fundação Ford se chocavam com a realidade das relações raciais vivenciadas, relacionadas com a violência policial, o terror racial através do linchamento contra corpos negros no século XIX, e com o preconceito contra a população negra nos EUA minoritária se relacionada ao conjunto da população branca estadunidense.

Essas políticas raciais expressam as políticas segregacionistas no sul dos EUA, que vão gerar a reação e a luta pelos direitos civis dos negros estadunidenses. Esse processo se iniciou liderado por Rosa Parks, que se recusou a ser retirada de um assento no ônibus para dar lugar aos brancos. Ela lutou por direitos sociais deflagrando os Movimentos Negros por igualdade civil nos EUA. O pastor Martin Luther King Jr defendia o método de luta da não violência inspirado na luta de Mahatma Gandhi, que desenvolveu esse método da não violência na luta pela independência da Índia. Martin Luther King Jr defendeu o fim da segregação racial nos EUA e a igualdade perante a lei entre negros e brancos através do direito de voto dos negros na histórica marcha de Selma a Montgomery no Alabama. Malcolm X discordava do método de luta da não violência e defendeu a luta armada pela autodefesa da comunidade negra, o que inspirou Bobby Seale e Huey Newton a fundarem o partido marxista de inspiração maoísta, Panteras Negras para Autodefesa em 1966.

Os Panteras Negras defendiam 10 pontos programáticos partidários: 1º Nós queremos liberdade. Queremos poder para determinar o destino de nossas comunidades negras; 2º Queremos pleno emprego para nosso povo; 3º Queremos o fim da ladroagem dos capitalistas brancos contra nossas comunidades negras; 4º Queremos casas decentes para abrigar seres humanos; 5º Queremos educação para nosso povo! Uma educação que exponha a verdadeira natureza da decadência da sociedade americana. Queremos que seja ensinada a nossa verdadeira história e nosso papel na sociedade atual; 6º Queremos que todos os homens negros sejam isentos do serviço militar; 7º Queremos um fim imediato da brutalidade policial e dos assassinatos de pessoas negras; 8º Queremos liberdade para todos os negros que estejam em prisões e cadeias federais, estaduais, distritais ou municipais; 9º Queremos que todas as pessoas negras levadas a julgamento sejam julgadas por seus pares ou por pessoas das suas comunidades negras; 10º Queremos terra, pão, moradia, educação, roupas, justiça e paz. Fundamentalmente eles defendiam o fim do racismo e da segregação racial através da luta armada pela autodefesa negra para implantação do socialismo nas comunidades negras estadunidenses.

Todos os ativistas negros independentemente das suas diferenças políticas foram protagonistas na luta que conquistou os direitos civis para os afrodescendentes estadunidenses na década de 1960. Essa situação de conflito no interior dos EUA ganha grande dimensão internacional no contexto da Guerra Fria, através das críticas elaboradas pela URSS ao racismo e à desigualdade econômica pela qual passavam os negros nos EUA. Por exemplo, no filme soviético de 1936, intitulado o Circo, a personagem principal é uma artista circense estadunidense branca que foge dos EUA e vai para a URSS trabalhar em um circo porque é chantageada por um agente alemão nazista por ter um segredo obscuro: ter um filho negro. No final do filme, esse agente alemão nazista denuncia a artista circense e os soviéticos no circo riem da denúncia, ridicularizando o preconceito racial dos brancos dos EUA e da Alemanha nazista com os negros. O filme, no final, tem uma cena de todos soviéticos cantando uma canção de ninar para a criança negra, cada um cantando em seu próprio idioma, já que a URSS possuía várias etnias diferentes convivendo harmoniosamente no filme, um exemplo da propaganda soviética na Guerra Fria contra o racismo nos EUA e na Alemanha.

As críticas feitas pela URSS relacionando a segregação racial negra à exploração capitalista gerou grande repercussão internacional, formando um obstáculo à influência estadunidense. A doutrina Truman na Guerra Fria traria as bases para respostas a essas críticas através da absorção do progressivo debate crítico ao segregacionismo estadunidense que prejudicava enormemente os negros. O fim do segregacionismo seria através da proposta de inserção do negro na sociedade de classes que daria as condições para a propaganda de que os EUA eram uma sociedade democrática, que combateu o seu racismo e proporcionava a possibilidade de ascensão social para os negros. Nesse contexto da Guerra Fria, a Fundação Ford expandiu internacionalmente sua atuação com relação à transformação social através de sua atuação em todos os continentes, financiando diversos projetos sociais. Isso ocorreu para manutenção da ordem capitalista sem grandes contestações e através da divulgação de modelos estadunidenses de compreensão das ciências sociais, fundamentais para o compromisso na formação de elites intelectuais e políticas com ideais liberais.

Brooke, intelectual orgânico da Fundação Ford, afirma a necessidade de solução dos problemas internos dos EUA junto aos problemas do resto do mundo, e que a Fundação Ford dispunha de vontade política e recursos financeiros para isso. Brooke afirma ainda que a fundação privada fortaleceu os ideais democráticos aplicando seus recursos em determinados problemas cumprindo sua missão de construir “os instrumentos sociais do progresso”. Para Rocha, nesse período da década de 1950 a ambição da Fundação Ford era se tornar uma

entidade que disseminaria seus ideais de democracia e liberdade com uma atuação no âmbito nacional e internacional.

“Nesse contexto, o foco principal de atuação englobaria as “minorias” dos Estados Unidos e os países em desenvolvimento, pois esses grupos estariam distantes do modelo de bem estar, particularmente, do estilo de vida da sociedade norte-americana. O fomento ao desenvolvimento de instituições, novas teorias, canais de publicação, programas de formação de pessoal e de elites profissionais em Ciências Sociais seria abordado como um investimento em instrumentos de combate aos males e perigos políticos, ou seja, ao modelo de bem estar estabelecido pela fundação. Fomentar lideranças que pudessem desenvolver aplicações políticas e sociais de acordo com as diretrizes da entidade era a estratégia de atuação da Fundação Ford.” (Rocha, 2015, p.57).

Assim, transformação social com manutenção da ordem capitalista através da divulgação de modelos democráticos está presente no amago da Fundação Ford. A atuação da Fundação Ford se destacou durante a Ditadura Empresarial-Militar 1964–1985 no Brasil através, principalmente, do financiamento de acadêmicos e cientistas. Isso ocorreu através de centros de estudos e pesquisas ligados às universidades públicas e privadas relevantes. A Fundação Ford incluia nos seus financiamentos as novas pesquisas e novas publicações de intelectuais dos Movimentos Negros, condizentes com o modelo de bem-estar social estabelecido como premissa pela própria fundação.

Durante a Guerra Fria a Fundação Ford financia a sua visão ideológica de mundo: burguesa e liberal, financiando importantes pesquisas sobre a realidade social brasileira através da escrita acadêmica com modelos estadunidenses de compreensão das ciências sociais. Sendo assim, fomentava novas lideranças que pudessem expressar as diretrizes políticas, econômicas e educacionais em concordância com seus ideais, sem criticar a Ditadura Empresarial-Militar. Os censos do governo brasileiro realizados na década de 1960 conservaram o “quesito cor”, contudo, os militares no período ditatorial de 1970 excluíram o “quesito cor”, alegando dificuldades técnicas. A ocultação de informações sobre a desigualdade racial brasileira, nos anos 1970, facilitou a manutenção do discurso do mito da democracia racial feito pela Ditadura Empresarial-Militar brasileira. O “quesito cor” só voltaria na década de 1980 para o censo brasileiro. A Fundação Ford não criticou essas medidas de ocultação da questão negra durante a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil. Após os 21 anos houve uma guinada de atuação na política da Fundação Ford, pois diminui sua anterior atuação de mais financiamento aos estudos sociais nas universidades brasileiras para girar o financiamento para o combate prático à injustiça social. A partir daí, priorizando financiar ONGs, Institutos e Fundações que desenvolvem iniciativas mais práticas contra a discriminação racial e a desigualdade social, tentando capacitar as populações mais vulneráveis socialmente para tentar diminuir as grandes mazelas que atigem a maior parte da

população mais pobre brasileira, a população negra. Citaremos a seguir a definição de sua história feita pela Fundação Ford no seu site:

“À medida que o Brasil mudou, mudaram também nossas estratégias e doações. Quando ocorreu a democratização, no final da década de 1980, nossas prioridades mudaram para a governança democrática e a participação política, direitos das mulheres, iniciativas contra a discriminação, questões de segurança pública, saúde reprodutiva e desafios relacionados ao novo ambiente social. A consolidação da democracia tem orientado as prioridades da fundação. Mas a democracia eleitoral não é suficiente para que o Brasil alcance seu potencial pleno. O maior desafio do Brasil é superar as profundas desigualdades perpetuadas pelos principais sistemas e instituições, bem como realizar a plena implementação dos direitos e princípios estabelecidos na Constituição de 1988. Mais recentemente, nosso trabalho no Brasil tem se concentrado em abordar desigualdades nas áreas de direitos humanos, justiça racial, direitos de propriedade de terra, recursos naturais, mídia e liberdade de expressão.” (Fundação Ford, 2022).

A Fundação Ford na Nova República se dedica em financiar a participação política da sociedade civil na luta pelos direitos das mulheres e iniciativas contra a discriminação racial, ou seja, a consolidação da democracia burguesa expressa na Constituição de 1988 reorientaram as prioridades políticas da fundação. A atual caracterização da Fundação Ford depois de décadas de atuação no Brasil é que a questão racial é um elemento central para compreensão das profundas desigualdades sociais que atingem os negros e indígenas. A Fundação Ford formou uma compreensão sobre a dura realidade de exclusão social vivida por parte da população brasileira e comprehende que especificamente os povos tradicionais indígenas do Brasil vivem uma situação de extrema exclusão social e sob a ameaça constante de violação por parte de garimpeiros interessados em grilagem e expansão da fronteira agrícola das terras indígenas garantidas legalmente na Constituição de 1988. A Fundação Ford também se dedica especialmente a combater a discriminação racial profunda e duradoura que sofrem os negros brasileiros, fruto do racismo estrutural. Citaremos a seguir a definição feita pela Fundação Ford no seu site explicando a sua missão geral:

“A discriminação profundamente arraigada está no cerne das desigualdades no Brasil, limitando a plena inclusão de milhões de pessoas na sociedade e nas principais instituições, incluindo o governo. Isto é especialmente verdadeiro para afro-brasileiros e povos indígenas, que compõem a maioria da população do Brasil, mas enfrentam desvantagens esmagadoras em todos os aspectos de suas vidas. Os povos tradicionais do Brasil vivem com extrema exclusão social e sob a ameaça de violência, lutando para proteger seus direitos territoriais, enquanto a propriedade da terra permanece em grande parte nas mãos dos ricos e poderosos. Para ser um país mais equitativo, o Brasil deve reconhecer que a discriminação profunda e duradoura permitiu que a desigualdade prosperasse - e, depois, tomou medidas corajosas para enfrentá-la.” (Fundação Ford, 2022).

Nesta citação a Fundação Ford termina com uma perspectiva positiva sobre o futuro do Brasil, afirmando que o governo brasileiro tomou medidas corajosas após a

redemocratização para enfrentar a histórica e marcante desigualdade social. A Fundação Ford acredita estar contribuindo com esse processo através do financiamento de ONGs, Institutos e Fundações para construção de políticas de combate ao racismo para um Brasil mais equitativo. O racismo, especialmente contra os negros, é um problema histórico e central na sociedade brasileira e estadunidense oriunda do longo período escravocrata, e a Fundação Ford se especializou no debate da questão racial com seus ideais de liberalismo e multiculturalismo. Sodré (2023) explica que o racismo com relação aos negros estadunidenses é um pilar de sustentação do seu sistema sócio-político. O autor entende que os colonizadores brancos que fundaram os EUA acreditam atualmente serem os povos originários desse país. As características militares dessa sociedade são enfatizadas junto à crença em uma interpretação particular de uma religião cristã branca. Essa crença tentou justificar o injustificável sacrifício humano dos negros e indígenas que foram subordinados à violência colonizadora, ajudando a explicar a dominação feita pelo suposto povo escolhido branco.

O processo de exclusão social dos negros escravizados e dos povos indígenas foi historicamente construído através de séculos de opressão, demonstrando na prática uma busca insana pela pureza de uma uniformidade branca paranoica. O genocídio feito pelos colonizadores brancos é ocultado, desprezando os povos originários indígenas que descobriram o continente americano através da pedra de gelo que ligou a Ásia a América, Estreito de Bering, na Era glacial há cerca de 11.500 anos atrás. Além do desprezo aos indígenas houve a estigmatização feita nos corpos negros desde a escravidão até os dias atuais, demonstrando na prática uma sociedade estadunidense ainda racista. A Fundação Ford, na segunda metade do século XX e no início do século XXI, adquiriu protagonismo no debate da temática negra tentando combater o racismo, financiando políticas antirracistas pelo mundo. A prévia compreensão da história dos EUA e da Fundação Ford com a transformação dos seus ideais é importante para análise da nossa pesquisa a partir da década de 1980, porque às origens destas mudanças está contida no processo histórico anterior a nossa pesquisa, ou seja, mais especificamente se relaciona com a atuação da Fundação Ford durante a Guerra Fria.

Chaves (2019) analisou que a Fundação Ford durante a Guerra Fria, defendeu o centrismo democrático e a formação de novas elites intelectuais, defendeu os direitos civis e a tolerância racial como princípios centrais para a gestão dos conflitos grupais na esfera dos comportamentos. A Fundação Ford defende que raça é estruturante para compreensão do caráter da vida social e suas condições econômicas construídas historicamente. Essa

perspectiva social liberal apresentada pela fundação comprehende que a questão racial pode ser resolvida por dentro do sistema capitalista, sem mudanças radicais que alterem o status quo. Eles defendem mudanças através do desenvolvimento econômico no capitalismo e a inclusão social do negro na sociedade de classes.

“A fundação, durante os anos 1970, construiu uma agenda que buscava atualizar, na afirmação do emergente debate sobre multiculturalismo, a reafirmação de seu programa de ‘promoção do bem-estar’ via desenvolvimento, direitos civis e tolerância. Nessa atualização, o esforço voltava-se para o estabelecimento do ‘multiculturalismo’ como fórmula política capaz de, finalmente, realizar a integralidade dos direitos fundamentais do homem. Apesar da renovação, havia uma continuidade, inclusive sobre as causas do racismo e do modo a combatê-las. Nesse sentido, persistiria a identificação da incivilidade e da ignorância como males e origens de problemas como o bloqueio ao pleno usufruto de direitos, dentre eles os sociais. Ai o marcante fluxo de recursos da Fundação Ford ao apoio a investigações sobre a exclusão e o combate aos preconceitos e à discriminação, já que tidos como comportamentos que barravam o pleno respeito aos direitos humanos.” (Chaves, 2019, p.23).

A Fundação Ford possui um papel protagonista no financiamento de pesquisas sobre a temática racial e de direitos humanos no Brasil desde a década de 1960. Devido à sua adesão aos ideais do multiculturalismo, que propõem a promoção do bem-estar via desenvolvimento econômico do país, garantia dos direitos civis a toda população e tolerância à diversidade racial respeitando indígenas e negros na formação da identidade nacional. As propostas de políticas de combate à exclusão racial que a Fundação Ford incentivou convergiam no esforço de conciliar esforços democratizantes, um dos ideais do centrismo democrático liberal estadunidense.

A trajetória ideológica da família Ford é impressionante devido à rápida mudança entre a posição inicial liberal expressa por Henry Ford, passando pelo apoio ao nazismo, para no início da Guerra Fria através da Fundação Ford mudar novamente se adequando à posição internacional dos EUA através da Doutrina Truman de combate aos ideais socialistas. Neste período inicia uma trajetória de financiamento internacional que atua em todos os diferentes continentes com uma perspectiva liberal democrática. A Fundação Ford se especializou justamente no combate ao racismo nesse contexto de Guerra Fria através do multiculturalismo. Após o fim da Ditadura Empresarial-Militar, priorizou o financiamento a organizações da sociedade civil como ONGs, Institutos e Fundações com relação à questão racial e à questão dos direitos humanos. Esse financiamento ocorre até os dias atuais, através de iniciativas antirracistas no Brasil uma Nova Pedagogia da Hegemonia, que será analisado ao longo do próximo capítulo.

3 A FUNDAÇÃO FORD, SEUS INTELECTUAIS ORGÂNICOS E A QUESTÃO NEGRA

Se preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade
(Música: Identidade – Jorge Aragão)

Esta pesquisa visa examinar a relevante contribuição da Fundação Ford no apoio às pesquisas educacionais sobre a questão racial no Brasil a partir da redemocratização da sociedade brasileira na década de 1980. Em razão da persistência das desigualdades raciais em nosso país, a Fundação Ford financiou ONGs, Institutos e Fundações que abordam a temática negra e que ajudam a difundir práticas pedagógicas antirracistas. Nesta pesquisa nos interessa particularmente focar na interpretação da elaboração teórica feita diretamente pela Fundação Ford sobre a questão negra, compreendendo que atualmente, as diversas entidades financiadas pela fundação são signatárias de sua concepção multicultural de combate ao racismo, que de forma transversal estão presentes nas escolhas que a fundação faz para financiar um projeto.

Neste capítulo 3 intitulado “A Fundação Ford, seus intelectuais orgânicos e a questão negra” fizemos uma análise da bibliografia acadêmica disponível sobre a Fundação Ford. O subcapítulo 3.1 – “A Fundação Ford e a produção do seu pensamento na universidade brasileira” – possui uma descrição da relação da Fundação Ford com a temática da educação no Brasil. Nesta pesquisa fizemos a análise dos dois livros de balanço da Fundação Ford de suas atividades de financiamento no Brasil, são eles: “A Fundação Ford no Brasil”, organizado por Miceli e publicado em 1993 para homenagear os 30 anos de atuação no Brasil e “Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: uma Parceria para a Mudança Social”, organizado por Brooke e Witoshynsky e publicado em 2002. No subcapítulo 3.2 – “Os intelectuais orgânicos da Fundação Ford e o antirracismo” – fazemos uma contextualização política da relação da Fundação Ford com a temática negra no Brasil destacando seus principais intelectuais orgânicos: Brooke, Freire, Telles, Roque.

Para finalizar, no subcapítulo 3.3 – “A Pedagogia da Hegemonia da Fundação Ford: investimento, pesquisa e articulação internacional” – privilegiamos a identificação, a caracterização política e a análise dos escritos de líderes internacionais da fundação como: Dassin, Thomas e destacadamente Walker, e a ação desses agentes da Fundação Ford que

fizeram a história desta instituição, ou seja, os diretores da Fundação Ford que são os seus intelectuais orgânicos e que deram destaque a questão racial.

3.1 A Fundação Ford e a produção do seu pensamento na universidade brasileira

A Fundação Ford se apresenta, em seu site internacional como uma organização que colabora com visionários na linha de frente das transformações sociais ao redor do mundo. De acordo com a instituição, seu objetivo é construir um mundo em que todas as pessoas tenham o poder de moldar suas próprias vidas, pois muitas pessoas permanecem excluídas das estruturas econômicas, políticas e sociais que influenciam suas vidas. Com uma trajetória de mais de 80 anos, a Fundação Ford afirma que tem buscado reduzir a pobreza e a injustiça por meio da promoção da cooperação internacional e do fortalecimento dos valores democráticos. Eles afirmam apoiar os esforços para trazer mudanças positivas nas instituições públicas que perpetuam a desigualdade, a discriminação e a exclusão.

A Fundação Ford afirma que seu objetivo é ajudar a mudar estruturas e políticas que aprofundam as desigualdades enfrentadas pelos grupos marginalizados, e apoiam financeiramente a gestão de organizações da sociedade civil, nas áreas de comunicação, cultura, artes, defesa de direitos humanos, no desenvolvimento comunitário de base, no meio ambiente, na educação, na formação de jovens para o trabalho, na cidadania e na geração de trabalho e renda no caminho da justiça social. Ainda segundo o site da Fundação Ford, ela não está ligada à *Ford Motor Company*, pois são duas entidades separadas e legalmente não relacionadas, cujas operações são completamente independentes há mais de 50 anos. Eles afirmam que não existe qualquer autoridade financeira, tomada de decisão ou relação de financiamento entre essas duas organizações.

Em um documento intitulado “Fundação Ford a teoria da mudança”, publicado em seu site em janeiro de 2025, a fundação faz sua análise da conjuntura atual enfatizando a desigualdade e explicando causa e consequência de formas crescentes de estratificação, cita o aumento do autoritarismo, incluindo autocratas eleitos, em todo o mundo e uma tendência mais ampla de redução do espaço da sociedade civil. É também enfatizado o aumento da desigualdade econômica baseada em um modelo econômico que aumenta as disparidades e as tensões dentro e entre países. A ordem mundial sofreu um processo de mudanças e as instituições multilaterais não estão adequadas para abordar problemas globais, pois ainda estão fundamentadas nos interesses do Norte Global. Além disso, nesse documento citam os efeitos nocivos das alterações climáticas que afetam a todos, mas impactam desproporcionalmente o Sul Global e marginalizam comunidades do Norte. Para Fundação

Ford, esse processo demonstra uma falha percebida nos governos, incluindo as democracias, em cumprir serviços essenciais para o seu povo. Eles afirmam que houve por parte de atores privados um aumento de sua apropriação do Estado, e muitas vezes esses atores privados exacerbaram a instabilidade e o potencial de violência. Segundo a Fundação Ford houve um aumento da polarização que coloca setores da sociedade uns contra os outros, criando uma dinâmica de ganha e perde que prejudica grandes parcelas da sociedade. Eles apresentam uma preocupação com o aumento do poder tecnológico não regulamentado que fomenta divisões e aumenta a vigilância descontrolada. E concluem afirmando que existe uma agenda global com recursos coordenada contra os direitos sociais, fundamentada na misoginia e em princípios machistas, racistas junto a outras formas de preconceito profundamente arraigadas.

Ainda no documento, a Fundação Ford apresenta os objetivos que pretende apoiar como passos para acabar com a desigualdade; explica seu apoio as ONGs para estas pressionarem por mudanças e listam os critérios para elas receberem seu apoio. Ela também apresenta sua preocupação com a falta de controle estatal das redes sociais, que têm o potencial de aumentar a polarização social que ela quer combater. Porém, a preocupação central da fundação é com a redução dos espaços de participação da sociedade civil, fundamental como concepção de sociedade para seus ideais, que caracterizamos nesta tese como social-liberal e para seus financiamentos que expressam uma Nova Pedagogia da Hegemonia. A fundação demonstra grande preocupação com o aumento da desigualdade e com o avanço da extrema direita autoritária mundial que se apropria do Estado. Após a vitória do presidente Donald John Trump nas eleições de 2024, James David Vance, atual vice-presidente dos EUA, criticou a Fundação Ford e outras instituições por serem “fundamentalmente um câncer na sociedade americana”. A Fundação Ford defende uma democracia capitalista com participação da sociedade civil e prestação de contas por parte do poder público. A defesa dos direitos dos negros, mulheres, LGBTQIA+ e das pessoas com deficiência é fundamental para a fundação, que defende uma sociedade que não tenha perseguição política. A Fundação Ford defende que o Estado deve combater formas profundas de patriarcado, racismo, capacitismo e outras formas de preconceito e discriminação.

A Fundação Ford publicou dois livros de balanço de suas atividades de financiamento no Brasil, são eles: “A Fundação Ford no Brasil”, organizado por Miceli e publicado em 1993 para homenagear os 30 anos de atuação no Brasil; “Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: uma Parceria para a Mudança Social”, organizado por Brooke e Witoshynsky, publicado em 2002. Os autores desses livros apresentam as diferentes linhas de trabalho programático que compõem a história das doações feitas pela Fundação Ford no Brasil. Os autores foram

escolhidos por sua familiaridade com a fundação, seja como donatário, seja como consultor, seja ainda como assessor de programa. Analisamos os dois capítulos, respectivamente, sobre a Fundação Ford e a questão educacional no Brasil. O primeiro foi escrito e publicado em inglês por Schwartzman e o segundo escrito em inglês e português por Campos. Schwartzman escreveu o artigo intitulado *Educating the Ford Foundation* no livro organizado por Miceli, que reuniu os artigos discutidos no seminário comemorativo dos trinta anos de atuação da Fundação Ford no Brasil, realizado em julho de 1992 no Rio de Janeiro.

Schwartzman (1993) exalta a importância da Fundação Ford no apoio às pesquisas, na formação avançada em ciências sociais através de prêmios, bolsas de estudo e apoio institucional a programas de pós-graduação das universidades brasileiras e no apoio a projetos sociais. Para o autor, a Fundação Ford está empenhada na eficácia social de seus projetos, mas parece ter desistido de trabalhar diretamente com instituições de educação formal básica. Apoios financeiros às secretarias de educação, centros de pesquisa educacional para formação de professores e elaboração de material didático foram feitos em poucas quantidades pela Fundação Ford se compararmos aos outros gastos do orçamento de investimentos. “Um exame superficial da lista de projetos apoiados pela Fundação nesses anos mostra que apenas cerca de 30 projetos, no valor de cerca de sete milhões de dólares (um décimo do total), tratavam diretamente da educação.” (Schwartzman, 1993, p.181 tradução nossa).

A Fundação Ford planejou influenciar politicamente a intelectualidade brasileira principalmente pelo ensino superior através da escolha de projetos de pesquisa para financiamento. A análise crítica (desorganizada e geralmente de baixa qualidade) da realidade das universidades públicas brasileiras foi feita pela fundação na década de 1960. Dessa forma, pode-se compreender o motivo para a priorização de investimentos nas universidades nas primeiras décadas de atuação da fundação no Brasil. A Fundação Ford fez também uma Conferência sobre a experiência educacional na América Latina em maio de 1970, em Buenos Aires, e em 1971 uma reunião acadêmica do corpo docente com seus representantes no Rio de Janeiro. Schwartzman analisou os documentos produzidos por esses eventos, o relatório dessa conferência de Buenos Aires e um rascunho de uma declaração de política sobre a assistência da Fundação Ford à educação latino-americana. A Fundação Ford admite que as tarefas de combinar métodos e recursos para obter desenvolvimento educacional possuem um caráter técnico, ideológico, ético e moral e como tal não é neutra, podendo desempenhar um papel conservador ou inovador. A recomendação do relatório era que a mudança educacional na América Latina só poderia ocorrer através do trabalho dos latino-americanos, e que a Fundação Ford poderia ajudar apoiando financeiramente para a criação de lideranças

inovadoras, modernas e competentes. Schwartzman (1993) conclui os motivos do baixo investimento diretamente nas secretarias governamentais de educação, argumentando que a Fundação Ford não tem escala de recursos, capaz de efetuar mudanças em todo um setor do governo. Nessas condições, o impacto político que a fundação pode ter depende da qualidade e relevância dos grupos de investigação que apoia, da sua capacidade de formar opinião e, em última análise, das questões e dos atores envolvidos no processo de decisão política.

No livro comemorativo dos 40 anos de atuação da Fundação Ford no Brasil, Maria Malta Campos, professora de educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e membro do departamento de pesquisa educacional da Fundação Carlos Chagas, escreveu um artigo intitulado “Da formação de professores de ciências à reforma da educação”. Campos (2002) explica a forma de atuação da Fundação Ford na educação brasileira, em que a fundação financiava intelectuais orgânicos para pesquisar dados sobre a situação da educação brasileira. A intenção era colher dados para moldar a orientação curricular e para traçar um plano de financiamentos prioritários da Fundação Ford nos seus primeiros anos de atuação no Brasil na década de 1960. A Fundação Ford financiou, por exemplo, o Projeto de Educação da Favela, um dos poucos dirigidos para escolas de educação primária em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Depois, construiu também parceria com a Embaixada dos EUA para atuação na cidade de Belo Horizonte. O apoio à educação de ensino médio foi dado de forma indireta através de financiamento de universidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul, assim como o apoio a faculdade de filosofia que cuidaria da educação.

Percebemos o financiamento da Fundação Ford na educação principalmente através da capacitação técnica por meio das universidades para formação dos futuros professores. O financiamento foi utilizado com bolsas de estudo para estudantes de baixa renda, atraindo para a formação de professores, e através do aumento de salários para contratação de professores em regime de tempo integral. Outra iniciativa de apoio financeiro nesse mesmo sentido foi feita no ensino técnico. Para Campos (2002), entre 1960–1969, considerando os dois campos que compõe a educação nas planilhas de financiamentos da Fundação Ford, o campo ensino superior recebeu cinco vezes mais do que o campo reforma educacional. A Fundação Ford deu prioridade à pesquisa nas universidades em detrimento ao ensino básico. A autora explica que o campo Reforma Educacional finaliza seus projetos, pois entre 1972–1981 não houve qualquer financiamento da Fundação Ford nesta área.

Campos (2002) afirma que houve uma mudança de orientação na Fundação Ford na década de 1990 com relação aos financiamentos principalmente referentes à educação de

ensino superior. Esse processo ocorreu na gestão do diretor regional da Fundação Ford no Brasil, Nigel Brooke. A Fundação Ford muda drasticamente sua política de incentivos e financiamentos, diminuindo os investimentos em ensino superior das universidades públicas brasileiras e aumentando os investimentos na educação de ensino fundamental através de projetos educacionais, por exemplo, que visem o combate às desigualdades raciais na educação brasileira. “(...) o combate às desigualdades raciais na educação, diretriz que já vinha sendo trabalhada desde a década anterior e que ganhara crescente impulso nessa fase.” (Campos, 2002, p.116). Campos conclui seu artigo afirmando que na década de 1990 houve um equilíbrio de investimentos entre os campos de investimentos internos da Fundação Ford denominados Reforma Educacional e Ensino Superior, com predominância para o segundo, mas, em 2000–2001, o campo Reforma Educacional altera essa lógica recebendo um pouco mais de investimentos do que o Ensino Superior.

A Fundação Ford não possui capítulos sobre a questão racial em nenhum dos dois livros que publicou sobre sua atuação no Brasil, como ocorreu sobre educação com os capítulos escritos por Schwartzman e Campos, e nenhuma cartilha antirracista pública para selecionar os projetos financiados por ela. Por isso interpretaremos suas concepções por meio das falas e escritos dos seus intelectuais orgânicos sobre a questão negra. Começaremos nossa análise pelas publicações sobre a temática negra no site da própria fundação que possui uma seção chamada “Justiça de Gênero, Racial e Étnica”, na qual apresenta suas preocupações sociais, destacando a questão racial:

“Apesar do progresso significativo, a desigualdade estrutural baseada em gênero, raça, classe, deficiência e etnia persiste em todo o mundo e é agravada e complicada pelos desafios de hoje. A violência baseada em gênero – enraizada no patriarcado e nas leis, políticas e normas culturais destinadas a restringir direitos – inflige danos físicos, psicológicos e econômicos profundos e duradouros. Pessoas de cor são desproporcionalmente policiadas e encarceradas. Imigrantes e pessoas LGBTQ+ são alvos simplesmente por serem quem são. Mas as realidades de hoje ajudaram a alimentar novos líderes e movimentos vibrantes, envolvidos em advocacia inovadora e forjando alianças poderosas. No Sul Global, há esforços em andamento para reformular narrativas para representar as experiências de mulheres e meninas em todo o mundo. Nos Estados Unidos, os jovens estão liderando novos movimentos pelos direitos dos imigrantes e pela justiça racial que estão desafiando a xenofobia, defendendo vidas negras e questionando a equação de polícia e prisões com segurança pública. Nossa trabalho é apoiar as pessoas e organizações corajosas no centro dessa luta para alcançar mudanças políticas e sociais duradouras. Reconhecemos que raça, gênero, classe, deficiência e identidade étnica estão profundamente conectadas – muitas vezes inextricavelmente – e garantimos que nossos esforços estejam enraizados nesse entendimento. É um entendimento que informa nosso compromisso de mudar a dinâmica do poder repressivo e fortalecer os direitos e a influência daqueles mais afetados pela violência, opressão e injustiça em todo o mundo.” (Fundação Ford, 2022, p.1)

A Fundação Ford comprehende a desigualdade social como estrutural baseada nas distinções de gênero, raça, classe, deficiência e etnia que podem se interseccionar, gerando

diversas violências sofridas pelos oprimidos. Ela utiliza o termo estrutural, mas com a compreensão de que os problemas estruturais podem ser resolvidos por dentro do sistema capitalista. Essa perspectiva social-liberal não comprehende classes sociais com interesses antagônicos e por isso se difere da perspectiva marxista da Teoria da Reprodução Social.

“Vê-se, portanto, que o entendimento de classe social como uma categoria histórica e dialética é essencial para qualificar o debate sobre a articulação entre raça, gênero, e sexualidade e classe – e, logo, entre racismo, (hetero)sexismo e capitalismo. Segundo a TRS a classe não interage ou se “intersecta” com a raça e o gênero ou quaisquer outros elementos. A classe contém raça e gênero, assim como o gênero contém raça e classe, e assim sucessivamente. Essa ampliação do entendimento de classe como um todo contraditório corresponde à realidade sobre como a classe é vivida, como ela se apresenta na realidade e é experimentada pelos sujeitos.” (Machado, 2023, p.72)

A análise da Fundação Ford é muito diferente da análise oriunda do materialismo histórico e dialético, que utilizam o termo estrutural para se referir à impossibilidade de se resolver esses problemas estruturais por dentro do sistema capitalista patriarcal. Saffioti (1987) afirma que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista, é também um sistema de exploração econômica. Os negros sofrem de forma desproporcional em relação aos brancos, com relação às abordagens antidemocráticas policiais baseadas no fenótipo negro associado a roubos. Isso gera enormes violências policiais e grande quantidade de negros encarcerados injustamente nas prisões, colocando a necessidade de justiça racial no centro desse processo de luta de classes por direitos sociais.

Atualmente a Fundação Ford faz apoio financeiro às ONGs, Institutos e Fundações dos ativistas das causas negras por justiça racial e pela valorização da cultura negra africanizada. Isso para garantir que vidas negras importem, para desmantelar as estruturas opressivas do racismo estrutural (termo que significa perspectivas diferentes entre sociais liberais e marxistas) que perpetuam a violência contra negros dentro da sociedade capitalista. A pesquisadora Moutinho (1996), professora associada livre-docente da antropologia da Universidade de São Paulo, em sua dissertação de mestrado intitulada “Negociando discursos: Análise das relações entre a Fundação Ford, os movimentos negros e a academia na década de 1980”, analisou alguns financiamentos feitos pela Fundação Ford aos Movimentos Negros.

Moutinho (1996) destaca a importância do financiamento da narrativa culturalista das experiências negras nos primeiros anos da década de 1980, feito pela Fundação Ford, afirmindo ser um resgate da cultura negra africanizada. Moutinho concluiu que na primeira metade dos anos 1980 a Fundação Ford no Brasil financiou prioritariamente a cultura, em especial o resgate da cultura negra africanizada, entendendo o aumento da autoestima negra como as soluções para os problemas da discriminação racial e desigualdade social. O

financiamento da cultura negra brasileira deve ser valorizado em um contexto de opressão, porém acreditar que somente a valorização da cultura negra seria o suficiente para combater de forma decisiva as históricas desigualdades raciais brasileiras demonstra certa subestimação do tamanho do problema econômico que aflige os negros brasileiros, problemas econômicos estes que não podem ser superados somente com a valorização da narrativa culturalista da história dos negros no Brasil. Moutinho traz em sua pesquisa outro aspecto que nos interessa, que é como pensam os atores sociais do Centro de Estudos Afro-Asiáticos financiados pela Fundação Ford na década de 1980.

“A vivência da relação com a Fundação suscitou muitas questões e, de fato, não foram tão harmônicas como aparece em várias entrevistas. O fato da Fundação Ford ser uma agência norte-americana pesava e muito para essas pessoas, que em sua maioria foram formadas numa cultura política de oposição ao regime militar, sabidamente apoiado pelos Estados Unidos. Embora necessitassem de dinheiro para viabilizarem seus projetos, esses militantes buscaram manter uma coerência ideológica. Seus receios eram o de estarem fornecendo informações aos americanos, que posteriormente pudessem ser usadas contra o próprio movimento e de que seus “quadros” acabassem por ser cooptados.” (Moutinho, 1996, p.109)

Esse relato oriundo das entrevistas realizadas por Moutinho com militantes dos Movimentos Negros do Centro de Estudos Afro-Asiáticos não deixa dúvidas sobre algumas importantes contradições que ocorreram nesse processo. A autora relata o medo dos ativistas dos Movimentos Negros brasileiros de um possível tráfico de informações não oficial dos escritos e ações de suas entidades sociais para o governo dos EUA, assim como também o medo de cooptação econômica dos militantes, ou seja, medo que seus intelectuais orgânicos da classe trabalhadora negra e dirigentes políticos se acostumassem com os financiamentos da Fundação Ford, e que na intenção de manter esse financiamento se adequassem aos ideais da fundação e abandonassem sua autonomia intelectual anterior.

Ao longo de sua dissertação, Moutinho explicita aspectos positivos do financiamento de pesquisas relacionadas aos Movimentos Negros. Porém, aborda também as desconfianças e críticas de parte destes militantes negros sobre as mudanças nos critérios de financiamento da Fundação Ford no Brasil. Moutinho (1996) destaca dois momentos para compreendermos esses financiamentos, em um primeiro momento, negros militantes autointitulados intelectuais com alguma vivência acadêmica para escrever o resgate da verdadeira história dos negros no país e desconstruir o mito da democracia racial. Porém, num segundo momento, mesmo recebendo críticas de militantes negros, a Fundação Ford financiou um grupo de professores universitários, em sua maioria branca, que produziram alguns trabalhos pioneiros, trazendo novas abordagens para a questão negra no Brasil.

Percebemos nessas pesquisas a importância da Fundação Ford no financiamento sobre as relações raciais no Brasil, o que é incontestável. O apoio financeiro da Fundação Ford aos Movimentos Negros foi importante, mas possuí uma intencionalidade organizada internacionalmente pela instituição, ou seja, o investimento social privado é para apoiar e formar novas lideranças negras com os ideais do multiculturalismo e do liberalismo estadunidense. A pesquisadora Rocha, em sua tese de doutorado intitulada “A Fundação Ford e o fomento para instituições estratégicas e lideranças acadêmicas no Brasil: análise sobre a parceria com a Fundação Getúlio Vargas” também apresenta a importância da Fundação Ford no financiamento institucional aos movimentos de mulheres, indígenas e negros no Brasil analisando a década de 1990. A Fundação Ford buscou se associar a instituições de excelência almejando construir fortes lideranças e fomentando instituições estratégicas e lideranças acadêmicas para fazer pesquisas, com destaque para o amplo financiamento de projetos dos Movimentos Negros.

“De acordo com Telles (2002), a Fundação Ford é o maior suporte financeiro das organizações do movimento negro no Brasil e o maior apoio filantrópico das pesquisas sobre relações raciais, principalmente através de seus programas de Direitos Humanos. (...) Canedo (2009) ressalta que as ações da Fundação Ford produziram resultados de acordo com o investimento de ambos os lados: os bolsistas estão imbuídos de cultura liberal e legalista de universidades norte-americanas e com fortes laços que se estabeleceram lá. Criaram redes de ex-colegas e alunos, impondo uma nova maneira de pensar sobre a ciência política brasileira.” (Rocha, 2015, p.82 e p.118)

Rocha (2015) confirma a importância dos financiamentos da Fundação Ford no Brasil, fomentando instituições estratégicas e lideranças acadêmicas, destacando benefícios para os financiadores e para os financiados. Essa aguda intervenção nos meios intelectuais brasileiros teve como estratégia política estabelecer fidelidades e predominância dos ideais liberais estadunidenses. A influência da Fundação Ford na ciência política brasileira, com métodos empíricos estadunidenses de estudos políticos, também foi destacada pela autora. Percebemos que houve uma mudança no financiamento feito pela Fundação Ford, entre a década de 1980 (analisada por Moutinho) e a década de 1990 (analisada por Rocha), onde na década de 1980 se financiava mais pesquisas universitárias sobre a condição do negro e projetos culturais de resgate da cultura negra africanizada, e na década de 1990, a fundação passa a priorizar entidades da sociedade civil que priorizam a intervenção concreta na sociedade através de projetos que estimulam o ativismo social.

O professor Adorno, titular de sociologia da Universidade de São Paulo, e a psicóloga Cardia organizadora da série de onze livros “Polícia e Sociedade”, editados pela Editora da Universidade de São Paulo com recursos da Fundação Ford, ajudaram a organizar o livro

comemorativo dos 40 anos da Fundação Ford no Brasil publicado em 2002. No livro, eles, como intelectuais orgânicos, explicitam a missão, o funcionamento e os objetivos da Fundação Ford, a defesa dos direitos humanos e a necessidade de organização da sociedade civil, sendo esses os principais textos exaltados no livro. Adorno e Cardia explicam o que compreendem como a missão da Fundação Ford considerando seus objetivos gerais que marcaram a agenda do escritório no Brasil. Os autores enfatizam seus valores democráticos de defesa dos direitos humanos e a defesa da necessidade da redução da pobreza por parte da Fundação Ford, que está de acordo com a agenda de orientações macro institucionais emanadas do escritório central da Fundação Ford em Nova Iorque.

Segundo os autores, a partir da primeira metade dos anos de 1980 o programa direitos humanos da Fundação Ford avançou na reflexão e na complexidade das questões analisadas, pois se a Fundação Ford anteriormente, ao final da Ditadura Empresarial-Militar brasileira, postulava que o retorno à democracia por si só era um grande avanço e garantiria a redução da desigualdade social. Porém, na segunda metade dos anos de 1980, perceberam que a redução da desigualdade social era mais complexa e precisava de mais financiamento da Fundação Ford para organização das entidades da sociedade civil. “Em especial, destaque-se o apoio concedido aos centros de estudos afro-brasileiros, aos cursos de pós-graduação em cultura, história e outras contribuições dos negros para a sociedade.” (Adorno; Cardia, 2002, p.213). Adorno e Cardia destacam o programa de direitos humanos, que incentivou a democracia fortalecendo os direitos dos cidadãos excluídos historicamente (mulheres, negros, indígenas e pobres) através do apoio financeiro da Fundação Ford às ONGs, destacando a questão negra.

“As questões raciais sempre ocuparam espaço privilegiado no programa Direitos Humanos. Em geral, os relatórios anuais buscavam estabelecer relações entre a desigualdade social e a racial. Assim, identificaram-se profundas lacunas e déficits sociais no que concerne ao local de trabalho, ao acesso à escola e às instituições promotoras do bem-estar, ao acesso à justiça e aos direitos de modo geral. Houve ainda uma ênfase acentuada nos problemas relacionados com a violência institucional. De modo geral, os negros parecem mais vulneráveis à violência, particularmente à praticada pelas instituições. A polícia e o sistema judiciário tendem a dispensar tratamento punitivo preferencial a suspeitos e réus negros, como demonstrou estudo realizado, em meados da década, pelo Núcleo de Estudos do Negro, que alimentou, em grande parte, o debate sobre as motivações raciais no controle social (Adorno, 1999). Do mesmo modo, foram feitos pesados investimentos nas imagens do negro na sociedade brasileira. A persistência de preconceitos, escondidos sob a cordialidade que parece caracterizar a cultura política brasileira, apontava a necessidade de intervir em processos de mudança de comportamento. Daí, por exemplo, o apoio aos estudos sobre a imagem e a representação social dos negros em diferentes esferas da vida social, mais propriamente na mídia e nas artes. No final dos anos de 1990, o Escritório apoiou estudos sobre a presença, a participação e a imagem dos negros na telenovela brasileira. Investindo no Centro de Criação de Imagens Populares (Cecip), os estudos afro-brasileiros continuaram a ser apoiados como prioridade, com o objetivo não só de documentar as condições de vida desses grupos, mas principalmente de formar pesquisadores nessa área. A identificação dos obstáculos à

educação da criança negra é outro tema que ganhou prioridade: trata-se de responder a questões sobre como mudar o currículo escolar, como preparar melhor os professores para reduzir a discriminação contra a criança negra dentro da sala de aulas e como difundir os resultados. Mais recentemente, ganharam espaço os temas relacionados com o acesso do jovem negro ao ensino superior.” (Adorno; Cardia, 2002, p.219)

A temática das questões raciais destacou-se no programa de direitos humanos da Fundação Ford, que se apropriou de parte das reivindicações dos Movimentos Negros brasileiros em busca de seus direitos sociais. As posições políticas de intelectuais orgânicos como Adorno e Cardia se relacionam diretamente com a Fundação Ford, e demonstram a relação orgânica de seus ideais, que se relacionam aos financiamentos recebidos para pesquisas e publicações de livros. Gramsci comprehende o papel fundamental que os intelectuais orgânicos vinculados à classe dominante exercem no processo de dominação ideológica através de suas visões de mundo em defesa do sistema capitalista que influenciam a consciência social. Para Gramsci (2001b), “prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do grupo político”. Através das lentes teóricas de Gramsci para compreender o Estado, e de Castelo para compreender o neoliberalismo, entendemos em nossa pesquisa que a Fundação Ford atualmente possui uma concepção teórica e política social liberal que aplica em suas ações de financiamento de terceiros.

Por isso, esta pesquisa deseja desvendar qual o projeto de educação antirracista está na agenda da Fundação Ford, que decidiu concentrar-se na questão da justiça racial de forma transversal em seus projetos mais gerais; quais intelectuais orgânicos participam da Fundação Ford; qual o papel desempenhado por eles (elaboradores, difusores, sistematizadores); como operam as suas matrizes ideológicas (ideais do social liberalismo estadunidense) inseridas nas ações desse Aparelho Privado de Hegemonia. Nossa recorte temporal para essa análise foi fruto da mudança de ênfase que percebemos iniciada nas décadas de 1980–1990, e desenvolvida nas décadas de 2000–2010, quando as ONGs, Fundações e Institutos vão progressivamente se tornando prioritárias em investimentos financeiros da Fundação Ford.

Brooke é um pesquisador inglês e um intelectual orgânico da Fundação Ford, foi assessor e depois representante dessa entidade no Brasil entre 1994–2003. Além disso, foi professor convidado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais até 2017, destacando-se principalmente nos temas certificação, avaliação educacional, financiamento da educação e qualidade da educação. Brooke confirma uma modificação na Fundação Ford sobre financiamentos e a prioridade dada as ONGs. Como membro da Fundação Ford, ele explica as relações de financiamento da entidade entre as décadas de 1970–1990, em que tanto as ONGs como o Grupo Cultural Olodum quanto os Institutos como

Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser) que possuem os direitos humanos como centralidades de atuação na sociedade civil brasileira receberam destacado apoio financeiro da fundação.

A luta contra a opressão racial possui destaque explícito na lista de financiados da Fundação Ford, que cumpre um papel fundamental de apoio a pesquisas no Brasil e está exercendo uma forte influência intelectual, pois através de seu ideal político multiculturalista, está modificando a trajetória de programas educacionais no Brasil. Campos (2002) escreveu sobre as complexas mudanças ocorridas na Fundação Ford na década de 1990 na gestão de Brooke, citando um documento dele, como o apoio a Institutos e ONGs ligadas aos Movimentos Negros. A autora é presidente da diretoria colegiada da ONG Ação Educativa, e foi também presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. O pioneirismo da Fundação Ford na questão de financiamento de pesquisas com as questões das relações raciais no Brasil como foco central é inquestionável, pois nas primeiras décadas de atuação a fundação financiou pesquisas históricas e sociais e, posteriormente, financiou pesquisas sobre desigualdades educacionais e sua relação com os problemas históricos que envolvem as questões raciais no Brasil. Apesar disso, percebemos contradições entre o discurso e a prática, pois Brooke, representante da Fundação Ford no Brasil entre 1994–2003 e incentivador do antirracismo, parece não ter compreendido junto aos Movimentos Negros a importância da desconstrução de termos racistas nos seus textos.

“Trabalhar no contexto atual e poder usar a lei para combater a discriminação ou reformar as instituições de segurança pública está tão distante daqueles dias negros que é difícil olhar para trás sem sentir admiração por todos aqueles que trabalharam na ou com a Fundação, que não só sobreviveu, mas também gerou projetos e programas que são lembrados até hoje.” (Brooke, 2002, p.17)

Na citação acima, Brooke comparava a atuação da Fundação Ford no período da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil 1964–1985 e a atuação depois da Redemocratização de 1985 do país, porém, utiliza as palavras “dias negros” para se referir ao período em que os militares brasileiros praticavam todo tipo de tortura macabra, como arrancar a roupa de homens e mulheres para pendurá-los no pau de arara, estupros, choque elétrico na cadeira do dragão, choque no ânus, vagina, umbigo, seio, boca e no ouvido, além de muitas outras torturas. Brooke (2002), talvez por ser branco e inglês, desconheça que a expressão “dias negros” se refere a condições ruins e que está relacionada ao período escravocrata, quando as negras e os negros sofriam todo tipo de torturas. Aqui não estamos falando de um problema de tradução para o português, pois o livro “Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social” foi publicado pela editora da Universidade de São Paulo

junto à Fundação Ford. A compreensão do termo “dias negros” é socialmente considerada como algo negativo e por isso os Movimentos Negros consideram essa expressão racista. Os Movimentos Negros buscam ressignificar essa expressão, pois compreendem que “dias negros” poderiam ser dias belos, felizes, de paz, ou seja, contestam o porquê do negro continuar sendo associado à negatividade. Os Movimentos Negros há décadas questionam a utilização de palavras que se referem à negritude como forma negativa. Acabar com a utilização da expressão “dias negros” é uma luta constante dos Movimentos Negros atualmente, que tentam descontruir diversos vocabulários racistas. Apesar desta contradição na escrita de Brooke, não podemos negar que o autor foi um incentivador da luta antirracista no Brasil através da Fundação Ford.

“(...) Brooke (2000) ressalta duas metas: 1) “Pesquisas sobre a educação dos negros e a disseminação de currículos relacionados com a raça”; e 2) “Experimentação de novos métodos para melhorar o acesso ao ensino superior e os índices de graduação dos alunos negros”. No âmbito da primeira, são financiados projetos, como o concurso de bolsas de pesquisa “Negro e Educação” organizado pela Anped e pela Ação Educativa, uma ONG de São Paulo; o programa Cor da Bahia, na universidade federal desse Estado; e projetos na área de desenvolvimento de currículo e material didático, entre outros. Na segunda, programas de pesquisas e de ação afirmativa voltados para o acesso ao ensino superior são financiados em universidades públicas e privadas.” (Campos, 2002, p.117)

Campos, explica os diferentes financiamentos da Fundação Ford e é através desses que a fundação exerce o poder da sugestão, influenciando as mudanças através da disponibilização de capital para o desenvolvimento de pesquisas que a interessam ideologicamente. A Fundação Ford, através da escolha de pesquisas para financiamento, pode influenciar os seus donatários com padrões preestabelecidos de temas escolhidos pela Fundação Ford de acordo com seus ideais do social liberalismo estadunidense de modernização social, cultural e econômica. As prioridades iniciais da fundação foram à formação de pesquisadores, e atualmente é a identificação e atuação nos problemas das desigualdades sociais entre os brasileiros, como as questões raciais. É através do financiamento das ONGs, Fundações e de Institutos com essa temática que ela desenvolve seu trabalho no Brasil.

3.2 Os intelectuais orgânicos da Fundação Ford e o antirracismo

Esta tese pretende analisar a produção intelectual e bibliográfica dos principais intelectuais orgânicos da Fundação Ford que escrevem sobre a questão negra. Para isso, compreendemos que seus membros representam o pensamento desta fundação. Segundo o site da Fundação Ford, a atual equipe de associados e diretores de programa da fundação no Brasil

é composta por Átila Roque, Maíra Junqueira, Fátima Mello, Gleice Sanches, Paulo Vicente Cruz e Erika Yamada. Átila Roque é o diretor regional da Fundação Ford no Brasil e chefia o escritório da instituição no Rio de Janeiro, supervisionando toda a concessão de subsídios no Brasil. Por ser uma figura central em nossa análise, aprofundaremos sua contribuição como intelectual orgânico da Fundação Ford mais detalhadamente.

Maíra Junqueira é formada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestre em relações internacionais pelo programa Santiago Dantas. Trabalhou no Fundo Brasil de direitos humanos 2006–2019, onde desde 2015 exerceu a função de diretora executiva. Fátima Mello é historiadora, mestra em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde foi professora de cooperação internacional. Ela trabalhou por nove anos, como pesquisadora com foco em desigualdades no IBASE e também trabalhou como pesquisadora sobre defensores de direitos humanos na Anistia Internacional no Brasil. Além disso, trabalhou por 22 anos na FASE como diretora executiva nacional. Gleice Sanches é formada em contabilidade e em direito, ambas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, possui MBA em gestão empresarial e diploma de Compliance pela Fundação Getúlio Vargas. Ela é gerente de bolsas do escritório da fundação no Brasil e gerencia o fluxo de transações relacionadas a subsídios para a equipe do programa, bem como supervisiona o apoio aos beneficiários, propostas de subsídios e análises de relatórios, gestão do orçamento do programa do escritório, avaliação financeira dos beneficiários e gestão e análise do sistema de subsídios.

Paulo Vicente Cruz é bacharel em jornalismo pela Universidade Federal Fluminense e trabalhou em diversos canais de televisão: Canal Futura, Rede Globo e Canal Saúde da Fiocruz. O carioca trabalhou também na construção de movimentos na Anistia Internacional Brasil, coordenando iniciativas de educação em direitos humanos. Paulo Vicente Cruz é um escritor negro autor do livro “Enquanto os Gigantes Dançam” (2021), livro de contos que enfatiza a temática racial relacionando com a violência e a hipocrisia. Erika Yamada é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, mestrado em Direito Internacional dos direitos humanos e direito humanitário pela Universidade de Lund e doutorado em Direito e Política Indígena pela Universidade do Arizona. Tem mais de 15 anos de experiência trabalhando com Direito Internacional dos direitos humanos e políticas públicas, foi assessora e coordenadora geral na Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Os intelectuais orgânicos que dirigem a Fundação Ford tiveram protagonismo em sua atuação prévia na sociedade civil. Analisar a trajetória e principalmente sua produção acadêmica entre as décadas de 1990-2020 foi um dos objetivos desta pesquisa.

Compreendemos que através da análise dessas produções bibliográficas, desvendaremos a atual concepção teórica da fundação, e especificamente sua compreensão sobre a questão negra e sua relação com a educação. Na tabela a seguir, destacamos os que consideramos serem os principais intelectuais orgânicos da Fundação Ford que escreveram sobre a questão racial e educacional para melhor sistematização e visualização, como fruto desta pesquisa bibliográfica onde analisamos a Fundação Ford.

Tabela 2: os principais intelectuais orgânicos da Fundação Ford sobre a questão racial

NOME	PROFISSÃO	CARGO NA FF	ANO
Thomas, Franklin	Advogado da Agência Federal de Habilitação e Financiamento Doméstico em 1963, empresário negro, filantropo estadunidense	Presidente internacional	1979 a 1996
Dassin, Joan	Professora e diretora do programa <i>Heller School for Social Policy and Management</i> , Brandeis University, Boston	Representante no Brasil Diretora Executiva do Programa Internacional de Bolsas	1989 a 1992 2000 a 2013
Brooke, Nigel	Professor convidado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais até 2017	Diretor Regional da Fundação no Brasil	1994 a 2003
Telles, Edward	Professor de Sociologia da Universidade das Califórnia	Diretor de Programas em Direitos Humanos no escritório do Rio de Janeiro	1995
Freire, Nilcéa	Médica que em 1999 foi a primeira mulher eleita reitora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Diretora Regional da Fundação no Brasil	2011 a 2016

Walker, Darren	Professor de Direito, Habilitação e Desenvolvimento Urbano na Universidade de Nova Iorque. Foi vice-presidente da Fundação Rockefeller	Presidente Internacional	2010 a 2025
Roque, Átila	Mestre em História pela UFRJ. Foi Diretor-executivo da Ação Ajuda Internacional nos EUA, do Instituto de Estudos Socioeconômicos. Diretor-executivo da Anistia Internacional no Brasil	Atualmente, Diretor Regional da Fundação no Brasil	2017 a 2025

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Destaca-se primeiramente nesta relação de intelectual orgânico da Fundação Ford o estadunidense Telles – branco, professor de sociologia da Universidade da Califórnia, e que foi diretor de programas em direitos humanos no escritório do Rio de Janeiro, em 1995. Ele também foi professor visitante nas Universidades de Campinas e da Bahia. A Fundação Ford desenvolveu um programa sobre raça no Brasil e Telles foi seu consultor. Este intelectual orgânico explica como a instituição elaborou seu programa sobre raça no Brasil e como era feito a seleção de projetos para financiamento.

“Nos últimos 20 anos, a Fundação Ford elaborou seu programa sobre o tema da raça no Brasil interativamente com o movimento negro e seus aliados brasileiros acadêmicos e ativistas. (...) Assumidamente, a Fundação Ford defende princípios institucionais que, muitas vezes, percorrem seu trabalho internacional, embora provavelmente não o suficiente. Durante meu período como consultor, em 1995, Sueli Carneiro, uma liderança brasileira do movimento negro, articulou bem esta posição, comentando que seria hipócrita por parte da Fundação Ford no Brasil simplesmente ignorar os princípios que endossa nos Estados Unidos.” (Telles, 2002, p.146)

Telles destaca a importância da Fundação Ford no debate racial no Brasil nas últimas décadas e como a elaboração do programa sobre raça da Fundação Ford teve diálogo com os Movimentos Negros que foram muitas vezes financiados pela Fundação Ford. Segundo Telles, isso ocorreu sem nenhum projeto modificado pela direção da Fundação Ford. Em contrapartida o autor não esconde o óbvio: que a Fundação Ford defende princípios institucionais, e são os projetos com esses princípios institucionais que recebem financiamentos da fundação, princípios não rotulados teoricamente por Telles nos seus textos, mas analisados e posteriormente caracterizados na produção desta tese como social

liberalismo e sobre a questão negra sistematizados como multiculturalismo, que desvendamos nas pesquisas realizadas. Este intelectual orgânico afirma que o alto escalão da Fundação Ford internacional tem maior impacto no processo de seleção dos responsáveis pelos escritórios: “(...) apesar de eles não serem nada homogêneos em termos nacionais, étnicos ou ideológicos (apesar disso, a grande maioria tende a ser de esquerda, para os padrões americanos).” (Telles, 2002, p.147) Compreendemos nesta tese que a escolha rigorosa dos princípios sociais liberais de seus intelectuais orgânicos garante financiamentos a projetos com os mesmos padrões ideológicos.

O autor escreveu um livro “Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica”, e nesse sentido compreendemos que seu livro expressa os princípios institucionais da Fundação Ford sobre a questão negra, multiculturalismo, onde o autor condensa a ideologia da Fundação Ford da qual fez parte. Ele escreve nesse livro sua interpretação das relações raciais no Brasil contemporâneo, concluindo as desvantagens para a população negra se comparada à população branca, mesmo dentro da mesma classe social de trabalhadores pobres, o que impede a ascensão social dos negros à classe média. Telles (2003) comprehende que a situação do negro se deve à questão de classe social e de raça. O autor comprehende as relações raciais como uma sociabilidade inter-racial, especialmente entre pessoas da mesma classe social, enfatizando a importância das relações inter-raciais expressas nas características históricas da miscigenação racial da sociedade brasileira, na sua conclusão escreve que a desigualdade racial persiste na exclusão dos negros e que a grande mistura racial não alterou isso.

A ideologia da miscigenação racial é uma teoria importante por ser oriunda de fundamentos elaborados pela burguesia brasileira e que se tornou presente nos seus aspectos ideológicos hegemônicos na sociedade brasileira. Essa sociedade cotidianamente reproduz o racismo estrutural que domina as relações raciais no Brasil. Isso é central para nossa análise, impõe-nos a compreensão das especificidades históricas brasileiras oriundas do período escravocrata e que se relacionam com a atual sociabilidade racista brasileira com relação à questão negra. Moura, um intelectual orgânico negro, militante do PCB, escreveu diversos livros sobre a questão negra, porém, não foi adequadamente debatido nas universidades brasileiras por causa do racismo estrutural que muito colabora para tornar invisível a produção intelectual dos militantes negros, especialmente se forem marxistas. Moura se aproxima do debate iniciado por Fanon ao tratar da alienação e da interiorização dos valores brancos imanente à miscigenação como uma fuga da negritude:

“O que significa isto em um país que se diz uma democracia racial e o laboratório modelo para todos os países com populações interétnicas? Significa que os segmentos não brancos através de um processo alienador interiorizaram os valores brancos das classes dominantes que os colocaram como sendo inferiores, num trabalho subliminar cujo resultado foi conseguir que essas populações queiram fugir do seu ser, da sua concretude étnica, refugiando-se numa identidade simbólica e deformada.” (Moura, 2020, p.212)

A análise de Moura sobre a miscigenação no Brasil é que a miscigenação não aceitou os padrões étnicos dos negros e indígenas como iguais, criando historicamente uma escala de valores discriminatórios com os quais a desigualdade racial persiste, considerando que o racismo perpetrado na sociedade reproduz os valores subjetivos de quanto mais próximo da pele branca, melhor. As políticas oriundas da ideologia de branqueamento do negro, influenciadas pela burguesia brasileira que defendia a ideia de eugenia junto às tentativas de branqueamento da sociedade brasileira, por parte de políticas estatais, influenciaram no desenvolvimento da ideia de “pretos de alma branca”, expressão utilizada de forma racista para dizer que, apesar de ser negro, o indivíduo carrega características positivas, as quais seriam associadas às pessoas brancas. O uso corrente dessa expressão tem um significado bem amplo na sociedade brasileira, e ficou popular oriundo de uma música intitulada “Identidade”, escrita pelo cantor e compositor negro Jorge Aragão. O cantor afirma em sua letra de samba que “preto de alma branca” não resgata a identidade dos negros, ou seja, essa atitude dos “pretos de alma branca” de agirem como se não houvesse racismo, de não se engajarem na luta antirracista, ajuda a mascarar e manter a discriminação racial, fortalecendo a neurose da população negra. Essa neurose foi explicada pelo psiquiatra Fanon em seu livro “Pele Negra, máscaras brancas”.

A compreensão da questão negra no Brasil é muito complexa e também distinta da compreensão da questão negra nos EUA. No Brasil, nem mesmo a tão propagada miscigenação racial da sociedade brasileira significou a aceitação dos padrões étnicos dos negros e indígenas como iguais. Na prática, construiu-se historicamente uma escala de valores relacionados à questão racial, que está fortemente presente no cotidiano brasileiro, mesmo que de forma não institucionalizada em lei, como ocorreu nos EUA ou nas relações raciais oriundas da Lei Apartheid na África do Sul. No Brasil, o indígena também é discriminado racialmente pelo branco, porém é menos discriminado do que o negro de pele não retinta, que em sequência é menos discriminado do que o negro de pele retinta. O negro de pele não retinta é denominado oficialmente pelo IBGE como pardo, entretanto, nesta tese não usamos essa categoria porque entendemos como os conjuntos dos Movimentos Negros compreendem que tanto negro de pele não retinta quanto o de pele retinta são parte dos mesmos Movimentos Negros, ou seja,

consideramos aqui negros sem distinções. Apesar disso, compreendemos que o negro de pele retinta sofre um pouco mais preconceito racial em seu dia a dia e sociologicamente possui um pouco menos oportunidades sociais de ascensão econômica.

Essa percepção foi vivenciada pelo autor desta tese ministrando aulas para alunos negros periféricos retintos que são chamados de apelidos depreciativos como “macaco”, “crioulo”, “azulão”, “tição”, “fumo de rolo”, “picolé de asfalto”, e sofrem com expressões como “serviço de preto”, “coisa de preto”, “que nega é essa”, “cabelo pixaim”, etc. O negro de pele não retinta também é xingado de “macaco”, “mestiço”, “moreno” e principalmente de “mulato”. Esse é o termo que se refere ao filhote do cruzamento do jumento com a égua ou de cavalo com jumenta, mas a proporção desses xingamentos possui uma frequência menor proporcionalmente do que os xingamentos para os negros retintos. Sendo assim, os negros de pele não retinta e os negros de pele retinta não vivem exatamente o mesmo drama racial no seu dia a dia, porque nem todos os problemas são iguais. Porém, sofrer racismo cabe aos dois porque ambos sofrem, mas com intensidades e formas diferentes, pois ambos são marginalizados pela sociedade brasileira. A união dos negros de pele não retinta e dos negros retintos é fundamental e estratégica, para a vitória das pautas de reivindicações antirracistas, e as disputas para classificar quem é negro ou não é um erro que pode levar ao divisionismo nos Movimentos Negros enfraquecendo-os.

A compreensão dos Movimentos Negros brasileiros sobre o colorismo é historicamente diferente da compreensão dos Movimentos Negros estadunidenses, pois uma gota de sangue oriundo de negro na família estadunidense é compreendida pela maioria da sociedade como negro. No Brasil, fruto do mito da democracia racial, o debate sobre miscigenação é muito mais complexo do que a experiência estadunidense. Concluímos que na análise empreendida por Moura (2020) sobre essa necessidade neurótica de o brasileiro fugir de si mesmo, de sua cor real que o estigmatiza étnica e socialmente, dialoga com a percepção de neurose coletiva que os negros sofrem descrita pelo psiquiatra negro Fanon (2008). Moura reafirma a identidade étnica ambígua do brasileiro e a sua crítica ao mito da democracia racial, enfatizando a existência de um sistema racista classificatório não institucionalizado.

Gonzalez (2020) fez também críticas ao mito da democracia racial escrito por Gilberto Freire, que acreditava que os portugueses foram superiores aos demais europeus em suas relações com os povos colonizados porque não eram racistas. Gonzalez afirmou criticamente: “A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os ‘os casamentos inter-raciais’ nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.) (Gonzalez,

2020, p.50). Ela criticou essa crença de que inexiste racismo no Brasil graças ao processo de miscigenação. O Brasil é um país miscigenado desde o início da colonização portuguesa. Historicamente, as mulheres negras escravizadas foram violentadas por senhores de engenho brancos e traficantes de escravizados.

A afirmação de Gonzalez, não significa que não tenham existido casos de amor entre homens brancos ricos e mulheres negras, na história do Brasil, mas nesse período escravocrata, raras são as exceções, como no caso da união estável do rico contratador português João Fernandes de Oliveira com a negra que foi escravizada e alforriada Chica da Silva, na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais. O problema aqui analisado é pegar um caso verídico (que até se tornou novela e filme de sucesso) de amor entre uma mulher negra e um homem branco que resultou em mais de 15 anos de relacionamento e gerou 13 filhos do casal, e transformá-lo em regra geral das relações inter-raciais no Brasil, quando a regra geral seria exatamente o inverso no período escravocrata, ou seja, pouquíssimas relações desse tipo e a situação de violência sexual generalizada sofrida pelas mulheres negras escravizadas.

O diagnóstico da situação histórica estrutural de opressão vivida pelos negros no Brasil feita por Telles, Moura e Gonzalez, levou-os as conclusões diferentes do que fazer com essa questão racial. Por um lado, o social liberalismo defendido por Telles, a concepção de que é possível acabar com o racismo dentro do sistema capitalista através de avanços democráticos atendendo as reivindicações dos negros. Por outro lado, o materialismo histórico e dialético defendido por Moura e Gonzalez, atesta a concepção de que não é possível acabar com o racismo estrutural dentro do capitalismo. Por isso, a necessidade de um novo modo de produção, o socialismo, mesmo que esses também defendem de forma tática avanços pontuais democráticos para as reivindicações dos negros no capitalismo. A diferença é que esse acúmulo de forças das políticas afirmativas raciais no capitalismo é para os marxistas acumulo para ruptura sistêmica, e não para a manutenção da ordem e do *status quo* como é defendido por Telles.

Telles (2003) analisa as relações raciais entre diferentes classes sociais que implicam relações de poder socioeconômico. O autor relaciona dados estatísticos que comprovam a histórica exclusão social do negro e sua não integração na sociedade de classes no Brasil. Sendo assim, para ele, os negros não adquiriam na sociedade brasileira seus plenos direitos de cidadania e a educação é um elemento importantíssimo sobre a manutenção da desigualdade racial no Brasil. Ele apresenta uma solução para diminuição das desigualdades raciais no Brasil através da educação, solução que a Fundação Ford também defende enquanto programa

institucional. Para o autor, a educação está correlacionada com a renda no Brasil, a diminuição da distância na educação de nível superior permitirá que negros consigam ascender à classe média.

"De forma semelhante, as elites brasileiras geralmente negligenciam a educação básica, canalizando, ao contrário, maiores recursos para a educação superior das classes médias. Elas pouco se preocupam com um grande segmento da população que mal recebe educação, porque o que lhes importa é a qualidade da educação dada a um pequeno segmento da população, que, frequentemente, é aceito como necessário para o desenvolvimento da economia. Como resultado, a desigualdade racial é ampliada ainda mais. Para a maioria, que frequenta escolas públicas, professores e funcionários concentram ainda mais os poucos recursos das escolas de áreas carentes, dedicando mais atenção aos alunos brancos, que eles acreditam ter mais condições de alcançar o sucesso. Como consequência, isso gera, entre os negros, desenvolvimento com baixo capital humano e baixa autoestima. Assim, na medida em que os mercados de trabalho e de educação continuam precariamente desenvolvidos, em um contexto de comportamento social racista, o ciclo vicioso se torna um mecanismo que perpetua a desigualdade racial." (Telles, 2003, p.316)

A compreensão das desigualdades raciais por parte de Telles, através do diagnóstico de que os alunos negros recebem menos atenção do que os alunos brancos faz parte da análise de que a educação brasileira ainda é muito racista e de que devemos construir meios para implantação de uma educação antirracista que valorize a representatividade negra na construção histórica do Brasil, proposta defendida pela Fundação Ford e pelo conjunto dos Movimentos Negros de forma consensual. O que não é consensual com a análise de Telles são as reivindicações dos educadores sindicais negros sobre as relações trabalhistas no mercado de trabalho e sua precarização. Os educadores sindicais negros defendem que haja mais concursos públicos com cotas raciais para educadores negros com plenos direitos trabalhistas. Porém, sobre isso Telles não escreve uma linha sequer, pois sua compreensão de escola pública de qualidade não defende funcionários públicos concursados, porque não vê problemas na terceirização da mão de obra em parcerias com as ONGs, muitas financiadas pela Fundação Ford, e isso se coaduna com os princípios do social liberalismo.

Atualmente um dos principais intelectuais orgânicos antirracistas da Fundação Ford é o social liberal Átila Roque. Ele é o diretor regional responsável pelo Brasil desde nove de janeiro de 2017. Roque é negro e nasceu no subúrbio do Rio de Janeiro, formou-se historiador pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em ciências políticas pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Aos 23 anos, enfrentou uma grande tristeza com a morte de seu pai, que aos 51 anos, foi assassinado com um tiro no coração durante uma tentativa de assalto. Na delegacia, ele ouviu do policial encarregado pela investigação que se ele quisesse, os policiais matariam o bandido que fez isso. Roque respondeu que não e que se identificassem o assassino, que o prendessem, reafirmando seu compromisso com os ideais de

direitos humanos, mesmo diante de uma situação tão dolorosa. Roque era amigo do sociólogo Herbert de Souza (Betinho, símbolo da luta contra a fome no Brasil) trabalhou ao seu lado ao longo de 17 anos ocupando diferentes cargos no IBASE, uma das ONGs mais importantes do Brasil. Essa amizade foi retratada na série “Betinho no fio da navalha” do Globoplay.

Roque foi diretor-executivo da *ActionAid International*, em Washington, e foi diretor da Associação Brasileira de ONGs e coordenador da filial brasileira da rede Social Watch. Além disso, durante três anos foi pesquisador visitante no Centro de Pesquisa Ásia-Pacífico, em Tóquio, onde estudou o impacto socioambiental de investimentos japoneses em infraestrutura no Brasil. Ele foi professor convidado do Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores), onde ministrou um curso sobre política estrangeira e sociedade civil e faz parte do conselho administrativo da *International Budget Partnership*, do *Just Associates*, do *Greenpeace* Brasil, do GIFE, além de ter atuado também como conselheiro do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Roque chefia o escritório da Fundação Ford no Rio de Janeiro, supervisionando toda a concessão de subsídios no Brasil. Foi diretor executivo da Anistia Internacional Brasil, responsável pela implantação de uma estratégia de direitos humanos em nível nacional. Atuou como diretor executivo do Instituto de Economias e Estudos Sociais, que realiza análise e advocacia de políticas nas áreas de orçamento público e direitos humanos, além de pesquisas em temas como desigualdade, discriminação de gênero e justiça racial.

Roque publicou no dia 27/12/2018, em artigo na revista Carta Capital intitulado “O ano em que a democracia tropeçou: Entre o espanto e o choque, precisamos recuperar a inspiração para imaginar o mundo a partir da chave da esperança e não da frustração”. O artigo se refere ao contexto brasileiro de prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, que ocorreu no dia 7 de abril de 2018 e a vitória na eleição presidencial de Jair Messias Bolsonaro. Nesse texto, Roque afirmou que uma parte significativa das esquerdas, dentro e fora do governo, não foi capaz de escutar e muito menos renovar suas visões de mundo. Para o autor, encantada com o reflexo da própria imagem no poder, a esquerda naufragou junto com o velho sistema político oligárquico. Roque apresenta sua visão de mundo renovada apostando nas ONGs e na importância da “filantropia” como protagonista da sociedade, defendendo parcerias entre a sociedade civil e o setor privado empresarial. A Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida, liderada por seu amigo Betinho, é um exemplo que o inspirou. Para ele, violência e racismo precisam ser reconhecidos como temas centrais na sociedade brasileira, para se alcançar soluções de igualdade de oportunidades e democracia.

No dia 21/12/2020, Roque publicou um artigo intitulado “Setor privado tem a oportunidade histórica para romper pacto racista”, publicado no jornal Folha de São Paulo, e o escolheu para publicar de forma fixa e pública na plataforma on-line *linkedin* em seu perfil. Sendo assim, entendemos que seja o mais emblemático selecionado por ele.

“A agenda de justiça racial, no entanto, ainda representa uma parte ínfima desses investimentos, conforme dados coletados pelo Censo Gife, somente 2% têm foco prioritário na população negra. O lançamento recente de um Guia dos Investidores Sociais Privados (ISP) para o apoio à equidade racial, mostra o quanto o setor se viu desafiado a assumir o papel que se espera, de quem ocupa um lugar de tanto privilégio. Empresas, fundações e investidores privados estão desafiados a criar áreas de investimento voltadas para a equidade racial, com garantia de acesso a recursos para organizações negras e soluções voltadas ao combate ao racismo estrutural. O setor privado e a sociedade têm hoje uma oportunidade histórica para romper com o pacto racista que persiste por tanto tempo no Brasil.” (www.linkedin.com/pulse/setor-privado-tem-oportunidade-hist%C3%B3rica-para-romper-pacto-roque?trk=public_profile_article_view. Acesso em 09/07/2022)

Roque explica através dos dados do Censo do GIFE, da qual a Fundação Ford faz parte, o baixo investimento de 2% das empresas privadas na justiça racial e a iniciativa desse setor através da Guia dos Investidores Sociais Privados para tentar reverter esse quadro. Empresas, fundações e investidores privados, segundo Roque, deveriam apoiar a equidade racial. Ele defende que a agenda da igualdade racial entre na equação das grandes empresas capitalistas, e o aumento do investimento nas ONGs, e não soluções estruturais para combater o racismo estrutural no Brasil. Para ele, um dos recursos para acabar com o racismo está na atuação inclusiva da empresa capitalista. O controle privado dos meios de produção feito historicamente pela burguesia branca constituída no Brasil é um problema diretamente relacionado ao racismo estrutural e ao Estado, porém não para o autor, pois nesse artigo, a centralidade da solução da questão racial está na atuação das empresas capitalistas.

Roque acredita que as organizações privadas devem ser responsáveis com relação ao debate sobre racismo para fortalecer a democracia burguesa e defende o protagonismo de novos atores sociais na sociedade civil como as juventudes negras das periferias, as mulheres negras, as populações indígenas e as populações quilombolas. Também comprehende que o racismo estrutural é fator determinante das desigualdades sociais no Brasil e defende um Estado de Direito sem racismo. O autor defende uma democracia capitalista que consiga uma ruptura gradual com o patrimonialismo escravista ainda presente na sociedade brasileira, que é profundamente racista e violento.

Percebemos que Roque fala de racismo estrutural, mas existe uma profunda divergência conceitual nesse conceito aqui exposto em nossa tese. Quando falamos de racismo estrutural estamos nos referenciando em um conceito marxista desenvolvido por

Almeida na perspectiva de que o racismo estrutural só se encerrara com a ruptura sistêmica com capitalismo e com a implantação do socialismo. Roque escreve racismo estrutural, mas acredita que é possível acabar com o racismo dentro do capitalismo, ou seja, em uma compreensão conceitual marxista, utiliza as palavras “racismo estrutural”, mas está falando de racismo institucional. Os sociais liberais negros utilizam as palavras “racismo estrutural”, mas não no sentido conceitual marxista de Almeida. “Racismo estrutural” se tornou palavras de ordem para os Movimentos Negros brasileiros, porém os defensores do multiculturalismo, por acreditarem no fim do racismo por dentro do sistema capitalista, em uma compreensão do marxismo negro, estão falando de racismo institucional e não racismo estrutural como Almeida desenvolveu este conceito. Dennis de Oliveira faz crítica à explicação do racismo a partir da questão comportamental se travestindo de estrutural.

“A perda desta perspectiva estrutural tem levado a alguns equívocos na leitura das relações raciais. Vai desde uma tentativa de restringir a luta contra o racismo como uma luta pelos direitos civis – criticando a seletividade no acesso aos mecanismos do contrato social e o estatuto da cidadania, por influência da experiência de correntes dos Estados Unidos – e, decorrente disto, restringir a visão identitária que tem levado inclusive a conflitos internos dentro da população negra sobre quem é negro ou não. É fato que tais discussões são resultados justamente desse processo de construção das políticas públicas de ação afirmativa ainda nos marcos de uma ordem capitalista neoliberal. O Estado – em todas as suas dimensões, tanto da Sociedade Política como da Sociedade Civil – continuou branco mesmo com a presença de negros e negras.” (Oliveira, 2021, p.15)

Oliveira defende uma perspectiva de ruptura e superação do sistema capitalista, e acredita que houve um deslocamento dos conflitos para comportamentos e atitudes dos projetos de combate ao racismo de uma perspectiva política para uma dimensão competitiva e individual. Houve apropriação das pautas dos Movimentos Negros por parte da ideologia dominante que defende manter o sistema capitalista através do acolhimento das demandas sociais dos segmentos oprimidos e da participação institucional na construção de políticas públicas de ação afirmativa.

Roque é atualmente o principal intelectual orgânico brasileiro da Fundação Ford e tentamos uma entrevista com ele para compreender suas posições teóricas sobre a questão negra, porém essa entrevista foi negada por sua assessoria da Fundação Ford na sede da instituição no Rio de Janeiro. Por isso, decidimos analisar seus posicionamentos políticos através principalmente de sua coluna no Jornal Nexo. Em nossa pesquisa, encontramos outros artigos de Roque no Jornal O Globo e em revistas como Carta Capital, porém muitos desses artigos foram escritos antes de sua posse como diretor regional da Fundação Ford no Brasil. Sendo assim, privilegiamos analisar os artigos escritos durante a sua atuação como diretor regional da Fundação Ford, independentemente de qual o jornal ou revista ele utilizou para

publicar suas ideias. Analisamos o conjunto desses textos para compreender a visão de mundo do autor e da Fundação Ford, especialmente sobre a questão negra e sua relação com educação no Brasil. A seguir apresentamos uma tabela com os artigos selecionados:

Tabela 3: Átila Roque colunista Jornal Nexo

Átila Roque colunista Jornal Nexo	
Título do Artigo	Data
Tempo de mudanças e reencontro com a esperança	06/10/2022
A violência que corrói o pacto social brasileiro	12/07/2022
A esperança no Brasil renasce das cinzas do carnaval	03/05/2022
Com quantas pauladas se mata a esperança de um país?	08/02/2022
Reflexões sobre um Brasil que resiste ao esquecimento	25/01/2022
Em busca de pensamentos felizes em tempos de guerra	30/11/2021
Vivemos tempos de lutos reprimidos e silenciados	02/11/2021
Precisamos falar sobre o genocídio do negro brasileiro	21/09/2021
Durban quebrou o silêncio global sobre o racismo	07/09/2021
Segurança pública, racismo e a construção dos sujeitos “matáveis” no Brasil	02/08/2021

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Em artigo intitulado “Durban quebrou o silêncio global sobre o racismo”, publicado em sua coluna no jornal Nexo no dia 07/09/2021, percebemos como Roque apresenta sua leitura histórica sobre o racismo no Brasil, onde o racismo e a violência são elementos centrais assim como sua crítica à ideologia de branqueamento em um processo permanente de desumanização dos negros e indígenas. Ele critica as políticas feitas pelo Estado brasileiro:

“No Brasil, nunca esteve tão claro o quanto o desprezo e o ódio aos pobres, negros e indígenas se sustentam na persistência do racismo e dos valores de uma suposta supremacia branca europeia. O racismo estrutura as nossas desigualdades e constitui a base do nosso autoritarismo; é o alimento ideológico que sustenta a violência seletiva que marca tão profundamente a nossa formação histórica. Não se trata de um racismo qualquer, mas um racismo que herdamos da desumanização das pessoas negras decorrente de três séculos e meio de escravismo, e de uma ideologia de branqueamento que se alinha com o pensamento colonial moderno. O colonialismo requer a desumanização do negro e a supremacia do branco-europeu. O moderno regime de castas é o reflexo dessa complexa graduação de humanidades, onde na ponta da negação completa se encontra o negro-africano e, na outra ponta, o branco-europeu, “naturalmente” superior. A branquitude é o sistema de poder que gerencia as nuances de pertencimento entre esses dois extremos (e as diferentes estratégias de “branqueamento”) que vai colocar cada um no seu devido lugar, como bem elabora Isabel Wilkerson em um instigante livro publicado recentemente.” (Roque, Átila. Durban quebrou o silêncio global sobre o racismo. Nexo Jornal. 7 set. 2021).

Influenciadas pela ideologia de eugenia, a burguesia brasileira desejava clarear a pele da população nacional acabando com a população negra, com objetivo de criar uma civilização branca no Brasil. Historicamente, houve políticas públicas nesse sentido; por exemplo, por cerca da metade do século XIX, o imperador Dom Pedro II aprovou políticas migratórias da Europa para o Brasil para tornar a população brasileira mais branca e menos negra, vista como sinal de atraso. Ele fez políticas de branqueamento da população brasileira para “civilizar” a nação, incentivando a imigração europeia com ideias de superioridade racial dos brancos para construção de uma civilização branca e europeia nos trópicos. Roque cita o livro “Casta, as origens de nosso mal-estar”, escrito pela jornalista estadunidense Wilkerson (2021), que compara os EUA à Índia e à Alemanha nazista, compreendendo o mundo através do conceito de casta. Wilkerson entende a casta como as fronteiras que reforçam a separação social estabelecida na aparência das pessoas, com consequências na hierarquia ocupacional com casta subordinada e superior, que divide o trabalho de acordo com a posição das pessoas na casta, atribuindo aos de casta subordinada os piores trabalhos e aos de casta superior privilégios.

“Foi na formação do Novo Mundo que os europeus se tornaram brancos, os africanos negros e todos os outros amarelos, vermelhos ou pardos. Foi na formação do Novo Mundo que os seres humanos foram separados pela aparência, identificados exclusivamente pelo contraste entre si e classificados para formar um sistema de castas baseados num novo conceito, chamado raça.” (Wilkerson, 2021 p.65).

Para Wilkerson, os europeus não se tratavam como brancos antes da colonização do Novo Mundo, na Europa existiam opressões de britânicos sobre os irlandeses devido às diferenças culturais, religiosas e às disputas econômicas. Os africanos não se tratavam como negros, mas como iorubás e jejes com suas diferenças culturais. Para a autora, foi no Novo Mundo que a aparência formou um sistema de casta baseado na raça. Segundo Wilkerson, o sistema de castas funciona nos EUA por séculos, iniciado no período escravocrata onde os negros se tornaram a casta subordinada, passando pelo regime segregacionista autoritário do Sul até chegar aos dias atuais. A autora define em seu livro os oito pilares da casta: 1-A vontade divina e as leis da natureza; 2-Hereditariedade; 3-Endogamia e controle do casamento e do intercurso; 4-Pureza versus conspurcação; 5-Hierarquia ocupacional: Os jatis e a base de sustentação; 6-Desumanização e estigma; 7-O terror como imposição, a crueldade como forma de controle; 8-Superioridade intrínseca versus inferioridade intrínseca. A menção da autora Wilkerson feita por Roque, como referência positiva sobre a importância do conceito de castas, é coerente com a sociologia estadunidense e seus métodos de análise social. A

Fundação Ford apoiou muitas pesquisas feitas através desse método teórico, eles rejeitam a compreensão do mundo através do conceito marxista da luta de classes sociais antagônicas.

“Não gostamos do que vemos no espelho e preferimos negar e calar, valorizando as narrativas – constantemente renovadas desde antes da República e, sobretudo, após o fim da escravidão – que destacam o país pacífico e não racista. De maneira recorrente em nossa história a violência foi explicada e justificada como episódios isolados controlados (leia-se brutalmente reprimidos) pelas forças da ordem (Revolta dos Males, Palmares, Canudos). A “democracia racial” foi ativamente procurada através de políticas públicas que variavam da promoção do “embranquecimento” através do incentivo a imigração europeia, à valorização da mestiçagem, juntamente com a permanente desqualificação simbólica de tudo que remetesse a ascendência africana, amplamente majoritária, de nossa população. Sem esquecer da perseguição e repressão ativa ao longo de todo o século 19 e boa parte do século 20 de diversas manifestações da cultura e das religiões de matriz africanas. Esse é, em linhas muito gerais, o contexto histórico que se encontra na raiz do racismo e da violência cotidiana que corrói cada vez mais profundamente o Estado de Direito e a democracia no Brasil e que raramente mobiliza, a não ser excepcionalmente, as chamadas classes média e alta em nossa sociedade.” (https://pt.linkedin.com/pulse/seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-racismo-e-constru%C3%A7%C3%A3o-dos-sujeitos-mat%C3%A1veis-roque?trk=pulse-article_more-articles_related-content-card). Acesso em: 15 jul 2022).

Roque apresenta sua interpretação histórica criticando a negação do racismo e o mito da democracia racial, enfatizando a violência historicamente empreendida contra as revoltas negras. O autor, no dia 02/08/2021, em artigo intitulado “Segurança pública, racismo e a construção dos sujeitos ‘matáveis’ no Brasil”, publicado no jornal Nexo, explicita sua posição sobre o racismo no Brasil em consonância com a posição da Fundação Ford que ele dirige no país, descrevendo esse processo através de sua compreensão de racismo estrutural (interpretação social liberal), que se distingue da interpretação marxista, feita por Almeida. Roque afirma que o racismo é estrutural porque ele é a “característica estruturante” da desigualdade, a causa. Para ele, existe perspectiva de mudança presente na ideia de investimento social privado e este pode possuir um impacto mais duradouro no fortalecimento institucional republicano. Roque acredita que através de apoios de longo prazo para organizações da sociedade civil, a fundação Ford está contribuindo para a redução de desigualdades estruturais, como aquelas decorrentes de discriminações raciais. Sendo assim, Roque reafirma que é possível acabar com o racismo por dentro do sistema capitalista.

Percebemos que o capitalismo e as relações de trabalho não aparecem nesse texto de Roque, o que demonstra uma forma particular de compreensão do racismo estrutural que se diferencia da compreensão conceitual do racismo estrutural de Almeida. Nesse mesmo artigo, Roque também denuncia o silêncio e a negação do conflito racial no Brasil, e ironiza a valorização feita pelos grandes meios de comunicação desses mesmos conflitos nos EUA. Critica a propalada democracia racial, as políticas públicas de embranquecimento através do

incentivo à imigração europeia e à valorização da mestiçagem. Percebemos que não é somente na caracterização histórica do passado de escravizados dos negros que se apresentam as diferenças entre a análise do materialismo histórico e dialético e do social liberalismo, mas destacadamente nos projetos de como acabar definitivamente com o racismo estrutural brasileiro. Para Átila Roque, as grandes empresas devem ter práticas antirracistas e manter os lucros dos empresários, e para os marxistas, as grandes empresas devem ter práticas antirracistas e serem estatizadas, acabando com a exploração do homem pelo homem e com a extração de mais-valia, independentemente da cor da pele do capitalista dono da empresa.

Em outro artigo intitulado “A violência que corrói o pacto social brasileiro”, publicado no jornal Nexo no dia 12/07/2022, Roque explica sua compreensão sobre os motivos das desigualdades persistentes no Brasil através da sua compreensão do “racismo estrutural” e da violência estatal. Roque e a Fundação Ford compreendem a formação social brasileira como violenta e racista. Para eles, violência institucional mais cultura racista formam a estrutura desigual. Segundo Roque, o racismo e a discriminação de gênero são fatores estruturais de nossas desigualdades e marcadores de violência. Porém, assim como a Fundação Ford, Roque utiliza o termo estrutural diferente dos marxistas que querem acabar com o capitalismo porque acreditam ser impossível reformar o sistema do capital. Roque acredita que é possível humanizar o capitalismo com propostas sociais liberais. Para ele, o compromisso com a redução das desigualdades sociais passa necessariamente pelo enfrentamento do que ele denomina de “racismo estrutural” (diferente dos marxistas) e da discriminação de gênero por dentro do sistema do capital. Porém, Roque não escreve uma linha sequer criticando o neoliberalismo e sua redução de direitos sociais; sua preocupação central é reparar os danos dessa política econômica e não, superá-la.

Para Barros (2019), no neoliberalismo a política se reduziu a reparar os danos causados pela retirada de direitos da população para manutenção do lucro dos empresários e “grande parte do Movimento Negro está dominado por dinheiro de fundações tornando-se participe dessas prerrogativas”. Roque dirige a Fundação Ford, a maior financiadora no Brasil dos Movimentos Negros, e essa sua concepção social liberal defende a manutenção do lucro e torna parte dos Movimentos Negros participe dessas prerrogativas.

Roque reforça sua compreensão histórica da realidade do negro no Brasil no artigo intitulado “Em busca de pensamentos felizes em tempos de guerra”, publicado no jornal Nexo no dia 30/11/2021. O texto perpassa o processo de escravidão e toda sua violência; perpassa também os duradouros mitos da democracia racial brasileira e do país mestiço cordial que

serviu para esconder o racismo estrutural ainda fortemente presente na sociedade brasileira. O autor denuncia as políticas públicas de controle social e de embranquecimento da população brasileira. Roque afirma ainda neste artigo que o racismo nunca foi verdadeiramente contestado, com raras exceções, nem pela direita e nem pela esquerda. Discordamos do autor, esta tese usa como referencial teórico autores do marxismo negro que ao longo dos séculos XX e XXI, contestaram o racismo estrutural; como Carneiro, Moura, Gonzalez, Almeida, dentre outros marxistas, que valorizaram a contribuição histórica dos Movimentos Negros e que contestaram o racismo presente no amago da sociedade capitalista burguesa brasileira. Em outro artigo intitulado “Tempo de mudanças e reencontro com a esperança”, publicado no jornal Nexo no dia 06/10/2022, Roque apresenta sua visão sobre a relação orgânica entre o racismo e as elites brancas brasileiras.

Roque comprehende que o racismo e as elites brancas autoritárias brasileiras possuem um pacto não escrito que objetiva manter os interesses individuais de senhores de terras, bois e homens em detrimento do bem comum. Para o autor, isso se relaciona ao autoritarismo dessa elite branca que possui medo de uma possível revolta negra contra essa desigualdade social ancestral. Essa elite branca autoritária aplica a violência policial de Estado sobre os negros periféricos como uma forma de defesa de sua supremacia. Sendo assim, aqui no Brasil o autoritarismo é usado para garantir o poder branco, como uma espécie de casta, como no livro da Wilkerson (2021). Mas, a explicação de Roque de que são poucos verdadeiramente ricos, ao ignorar a questão de classes sociais antagônicas e isolar a questão racial da questão de classe, autonomiza o racismo em relação ao capitalismo. Não à toa ele chama de elites e não chama de classe dominante ou burguesia, nem mesmo empresários, porque para o autor o problema não é o modo de produção capitalista, mas a prática de poucos verdadeiramente ricos, classes médias educadas e remediados econômicos que deve ser mudada. Roque acredita que o racismo pode ser superado através da mudança de comportamento desses setores e nesse sentido se choca com o conceito de racismo estrutural de Almeida.

Nesse mesmo artigo “Tempo de mudanças e reencontro com a esperança”, Roque faz uma análise sobre o autoritarismo do governo federal brasileiro presidido por Jair Messias Bolsonaro, que com ampla cumplicidade de sócios no chamado mercado financeiro, teve conivência com o espetáculo da morte e da violência. Para o autor, um país marcado pelo patriarcalismo escravista expressou um governo de extrema direita marcado pelo racismo e extermínio de povos indígenas, que deixou o Brasil à beira do abismo autoritário. Roque defende a volta da esperança no título (a esperança vai vencer o medo foi *slogan* de campanhas utilizado pelo PT e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, e reeditado

em 2022), demonstrando o seu provável apoio de forma enigmática à candidatura social liberal de Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, de forma indireta e sem citar o nome deste candidato presidencial. Esse artigo de Roque possui uma narrativa de nós da esperança, que fomos perseguidos nos últimos quatro anos, contra eles, autoritários, sem citar o nome Jair Messias Bolsonaro nenhuma vez no texto, assim como sem citar o nome Luiz Inácio Lula da Silva nenhuma vez também.

Nesta tese compreendemos o governo federal brasileiro na presidência de Jair Messias Bolsonaro 2018–2022 como uma experiência de governo neofascista no século XXI (Mattos 2020), felizmente interrompida por sua derrota eleitoral em 2022. O Estado brasileiro não se tornou neofascista mantendo o funcionamento da democracia burguesa, mas os representantes do governo flertavam com os ideais neofascistas abertamente e planejaram um golpe de Estado para oito de janeiro de 2023 ao serem derrotados na eleição presidencial seguinte por Luiz Inácio Lula da Silva. O conceito de neofascismo do século XXI mantém algumas características do conceito de fascismo do século XX como o chauvinismo através da exacerbação nacionalista; culto à nação; o militarismo; e a violência típica do fascismo. Porém, o fascismo foi oriundo de um período histórico compreendido como capitalismo monopolista (capitalismo financeiro e imperialista) no período entre a primeira e a segunda Guerra Mundial. O neofascismo é oriundo do atual período histórico compreendido como capitalismo neoliberal, após a Guerra Fria. Apesar de serem períodos históricos com características muito diferentes, tanto os neofascismos quanto os fascismos tiveram na sua composição principalmente a pequena burguesia, mas tiveram seu auge dirigido pela burguesia como a oriunda do capital financeiro.

Mattos (2020), com base nas dimensões de hibridismo, adaptabilidade e mutabilidade, defende a utilização do conceito de neofascismo para enfatizar a relevância das transformações históricas sem deixar de considerar elementos de descontinuidade e continuidade do fascismo no neofascismo. Como descontinuidade desse processo, percebemos que o neofascismo possui como especificidade a manutenção da orientação das políticas neoliberais de não intervenção do Estado na economia e a manutenção do ideário de privatizações das empresas estatais. Por outro lado, o fascismo historicamente intervai na política econômica do Estado, como ocorreu nos exemplos históricos na Itália com Mussolini, na Espanha com Franco, Portugal com Salazar e na Alemanha de Hitler com o Nazismo. Sendo assim, o neofascismo possui concepções econômicas diferentes do fascismo na economia.

Como continuidade desse processo, percebemos que tanto no fascismo quanto no neofascismo da sociedade contemporânea à direita se tornou de massas com o discurso retórico mitológico da nação, discurso vazio de conteúdo, mas exaltado em discursos enérgicos na propaganda, o que ajudou o fascismo e o atual neofascismo a organizar a pequena burguesia conservadora e moralista liderada pela burguesia. O fascismo e o neofascismo são doutrinas nacionalistas autoritárias que manipulam a população de cima para baixo, e visam transformar a democracia burguesa em ditadura. Roque e a Fundação Ford são contrários às atuais políticas que caracterizam como extrema direita, e defendem o social liberalismo na sociedade capitalista. Por isso eles criticaram os ideais dos governos Donald John Trump nos EUA e de Jair Messias Bolsonaro no Brasil.

Roque participou do Festival LED Luz na Educação 2023, que ocorreu no Rio de Janeiro, realizado pela empresa de comunicação Globo e pela Fundação Roberto Marinho em parceria com a plataforma Educação 360. Ele fez uma palestra na mesa Cotas e a luta pela reparação histórica: passado, presente e futuro, no dia 16/06/2023 e afirmou que pensa na política de cotas como a mais importante política de inclusão dos negros e das negras colocada em prática no Brasil desde a abolição da escravatura. Ela expressa não apenas uma inclusão objetiva e os números de estudos mostram isso. Olhando os dados de quem estava na universidade em 2001 e os dados de quem está na universidade hoje, houve uma enorme explosão de quebra de paradigmas, quebra de predeterminações de lugares, de entrada de uma diversidade enorme de pessoas. Para Roque, isso objetivamente é muito importante, e por si, de certa maneira, já justificaria, mas é mais do que isso porque a cota e todo o processo da história dessa luta para quem viveu aquele debate há 20 anos, representou uma enorme ruptura simbólica da entrada de um tema, que é o tema da igualdade racial, e o tema do racismo no léxico da conversa pública no Brasil. Segundo ele, talvez nenhum outro momento, talvez só os grandes debates em torno da própria abolição, teve uma discussão na esfera pública de maneira que tenha sido tão radical, lembrando que ela aconteceu no final dos anos 1980, década 1990 e anos 2000. Ela veio acontecendo em diferentes momentos, atravessando diferentes governos em paralelo à discussão sobre a democracia brasileira.

Segundo Roque, nenhuma outra política teve o papel tão transformador, por isso não tem outra maneira de continuar que não seja através da luta, se não for através da mobilização permanente, não apenas de argumentos, porque os argumentos contrários são de 20 anos atrás, os estudos eram absurdos, apenas reiteravam o racismo e a ideologia supremacista branca, a ideia de desumanização da população negra. Roque afirma que hoje, os dados das pesquisas

do que aconteceu já provam que não baixou o nível das universidades, não promoveu o ódio racial, não gerou guerra, não gerou facções negras como se dizia nos editoriais naquela altura. Nada disso aconteceu, embora seja uma luta por informação e por clareza em torno dos argumentos. Trata-se de uma luta contínua em torno da humanidade negra, é isso que o tempo todo está sendo colocado em questão, então, a razão pela qual ainda hoje existe uma resistência imensa vira e mexe se volta novamente ao debate simplesmente porque o racismo permanece profundamente arraigado na nossa sociedade. Sendo assim, é uma luta antirracista, que talvez hoje esteja mais clara, e é a oportunidade que a história nos oferece e que hoje está mais evidente, embora para muitos sempre tenha estado, o debate por igualdade racial, o debate sobre políticas de ação afirmativa por acesso à universidade, mas não só: acesso ao emprego, acesso ao poder, acesso a outros espaços.

Roque defendeu que esse é um debate por igualdade que diz respeito a todas e todos para dar um passo à frente, e que não apenas negros devem estar nessa luta, que implica que todas as pessoas que acreditam em valores de igualdade, em valores de democracia e de participação, todas e todos só avançaremos, só faremos justiça a quem veio antes, a quem morreu e ainda morre por conta desta luta, se todos e todas nos implicarmos profundamente nessa luta que passa evidentemente por muitas esferas, mas que implica todas e todos nós. As cotas não romperam com o racismo estrutural, mas fazem parte da reação, da luta que mantém os negros vivos há tantos séculos. Roque, no artigo “Sobre privilégio: Por que o desconforto é um sinal de progresso”, publicado no site da Fundação Ford no dia 16/08/2016, explicou sua defesa da política de cotas raciais e das políticas sociais afirmativas. A Fundação Ford e Roque defendem a política de cotas raciais e outras políticas de ações afirmativas como forma de inclusão social dos negros e pobres, e fazem um balanço positivo do desempenho dos alunos cotistas na última década, que provaram que se adequaram ao nível educacional das universidades públicas no Brasil. Os racistas responderam as cotas raciais com a acusação aos Movimentos Negros de racismo reverso.

É importante destacar que o conjunto dos Movimentos Negros, com suas correntes ideológicas internas – social-liberal e marxista –, afirmam não existir a possibilidade de racismo reverso porque o negro vive no mundo dos brancos e não o contrário. Por isso na sociedade capitalista ocidental atual não é possível levar a sério a acusação de racismo reverso. A contrariedade dos Movimentos Negros ao termo racismo reverso é compartilhada porque esse termo demonstra a falta de contato dos brancos com as experiências vivenciadas pelos negros e sua opressão no sistema capitalista, regido por homens burgueses brancos que

são o topo da pirâmide social. A Fundação Ford tem relações muito próximas aos Movimentos Negros e por isso não defende essa concepção errônea de racismo reverso.

Outra importante intelectual orgânica da Fundação Ford foi Nilcéa Freire aprovada em seleção internacional entre 260 candidatos para assumir a direção regional da Fundação Ford no Brasil, no escritório no Rio de Janeiro, no período de 2011–2016. Anteriormente, Susan Berresford havia sido eleita à primeira mulher presidente da Fundação Ford internacional, em 03/04/1996. Ela ingressou na Fundação Ford em 1970 e em 1980 foi nomeada responsável pelos programas para mulheres. Nilcéa Freire foi à primeira mulher diretora regional da Fundação Ford no Brasil. Ela também defendia as políticas de cotas raciais e as políticas sociais afirmativas. Freire era médica e em 1999 foi à primeira mulher eleita reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 2000, foi aprovada a Lei de Cotas para estudantes de escolas públicas e em 2001, a Lei de Cotas para negros na ALERJ. Freire implantou a partir de 2003 a primeira experiência de cotas para negros na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, ela foi também por sete anos ministra responsável pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres durante os primeiros governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em entrevista de Freire concedida ao GIFE sobre a construção de uma estratégia global da Fundação Ford, ela afirmou:

“A Fundação Ford tem como marca trabalhar nos campos que ninguém quer trabalhar. Trabalhar nas áreas difíceis, nos temas difíceis. No Brasil, por exemplo, o tema da ação afirmativa era praticamente uma questão que não se discutia. A Fundação Ford teve a ousadia, teve a coragem de abraçar o tema da ação afirmativa e construir um processo de que até hoje nós continuamos participando, mas que foram dez anos de investimento permanente para que a ação afirmativa pudesse tornar uma realidade no nosso país. Então, essa visão estratégica, essa visão de longo prazo e essa visão de que há outros investidores trabalhando com os temas mais correntes, nós não precisamos investir aí. Nós precisamos investir justamente nas áreas de fronteira. Então, é isso que, eu diria, é o DNA da Fundação Ford.” (Freire *apud* Lázaro, 2021 p.181)

Freire explica a centralidade das ações afirmativas para a Fundação Ford que as encaram como estratégica e por isso seus investimentos ao longo de mais de uma década. A Fundação Ford se notabilizou pelos altos investimentos em bolsas para estudantes negros e indígenas e na promoção do debate de políticas afirmativas na sociedade brasileira, que não possuía essa tradição importada dos EUA. Em entrevista à Viva Maria (EBC) em agosto de 2015, intitulada “Ex-ministra comemora resultados do sistema de cotas raciais”, Freire comprehende a implantação do sistema de cotas nas universidades (que ela iniciou quando foi reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) como uma indenização aos negros devido à escravidão.

"NF – Eu diria que estamos pagando, de certa forma, a dívida com os nossos ancestrais que padeceram na escravidão, e até hoje nós podemos ver resquícios desse processo, basta olhar primeiramente nas universidades o conflito que houve para que se pudesse implantar o sistema de cotas, e se você olha para determinadas categorias, como as trabalhadoras domésticas, só agora, depois de tantos anos, é que elas começam a conquistar o seu status de trabalhadoras como as demais. (...) Eu tenho muito orgulho de ter podido participar desse processo no nascedouro, e, quando eu vejo, na minha universidade de origem, a foto de formatura da primeira turma de médicos que prestou vestibular já no regime de cotas, eu fico muito feliz, é uma turma colorida, uma turma que tem a diversidade do povo brasileiro. (...) A disputa é muito acirrada e nós ainda temos que trilhar um longo caminho até que a igualdade entre negros e brancos, entre homens e mulheres, se torne efetiva no nosso país. (...) Nossa herança ainda é grande do ponto de vista desse resquício da escravidão e da desigualdade de gênero." (Freire *apud* Lázaro, 2021 p.166)

Como representante da Fundação Ford no Brasil, Freire apoiou iniciativas para o avanço dos direitos das mulheres e da população negra. Percebemos a concepção de multiculturalismo nas palavras de Freire quando reivindicava a diversidade do povo brasileiro, valorizando os negros da primeira turma de medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com cotas raciais que segundo ela, tornaram a turma colorida. O impacto positivo dessa legislação nova é sublinhado por Freire como democratização da universidade brasileira. Freire afirmava a importância das cotas para diminuir o tempo para inclusão social, já que a herança da escravidão e da desigualdade de gênero ainda está muito presente. Ela afirmava que é necessário um longo caminho e que ainda falta muito para alcançar a igualdade entre homens e mulheres e entre negros e brancos, ela expressava as posições políticas da Fundação Ford, que defende que a superação das desigualdades entre mulheres e homens e entre negros e brancos é um longo caminho a ser percorrido na luta por reformas dentro do Estado de direito. Sendo assim, a luta gradativa por dentro do Estado capitalista, fica explicitada por Freire como método mais adequado, reafirmando indiretamente esta concepção de Estado social liberal.

Telles foi diretor regional da Fundação Ford no Brasil entre 1996–2002, e também defendeu a política de cotas raciais. Telles critica as políticas universalistas sem inclusão racial, e acredita que cota racial é equidade. A Fundação Ford defende essa posição política construída e defendida nas últimas décadas pela maioria dos Movimentos Negros brasileiros. Justifica-se essa política pública devido à ansiedade e à baixa autoestima nos negros, oriundas de uma sociedade que discrimina racialmente no dia a dia e vê o negro como inferior devido à mentalidade racista construída por séculos de escravidão no Brasil. Por isso, a necessidade das cotas raciais específicas. Essa política identitária das cotas raciais dos Movimentos Negros brasileiros é muito importante, porém devemos também desenvolver um olhar mais aprofundado percebendo alguns dos seus limites, sendo uma política paliativa que melhora

imediatamente a situação do negro, mas que não resolve de forma definitiva o problema do negro no Brasil. Isso porque a situação do negro vivida é de racismo estrutural, como foi teorizado por Almeida. Haider, no seu livro intitulado “Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje”; reflete sobre esses limites das políticas identitárias.

“Na sua forma ideológica contemporânea, diferentemente de sua forma inicial como teorização da prática política revolucionária, a política identitária é um método individualista. Ela é baseada na demanda individual por reconhecimento e toma essa identidade individual como ponto de partida. Ela assume essa identidade como dada e esconde o fato de que todas as identidades são construídas socialmente. E porque todos nós temos necessariamente uma identidade que é diferente da de todos os outros, ela enfraquece a possibilidade de auto-organização coletiva. O paradigma da identidade reduz a política a quem você é como indivíduo e a ganhar reconhecimento como indivíduo, em vez de ser baseada no seu pertencimento a uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as próprias normas que se propõe a criticar.” (Haider, 2019, p.49).

Para Haider, a política identitária reforça normas que propõe criticar. O autor comprehende que todas as identidades são construídas socialmente e que a luta dos Movimentos Negros deve ser contra a estrutura social opressora. As cotas raciais nos EUA têm como compreensão que bastar ter uma gota de sangue oriunda da descendência de negros para serem considerados negros. Isso devido às especificidades históricas de segregação racial do país, o que é muito diferente do critério defendido pelos Movimentos Negros brasileiros de autodeclaração racial, um processo em que uma pessoa se identifica como pertencente à raça negra. No Brasil, os vestibulares e concursos públicos com cotas raciais possuem comissões de heteroidentificação racial para validação da autodeclaração racial, e essas comissões contam com o apoio dos Movimentos Negros para evitar fraudes. A heteroidentificação fenotípica tem como objetivo a efetiva inclusão de pessoas negras, visando promover a integração racial. Os racistas defensores do mito da democracia racial brasileira argumentam as dificuldades na identificação racial na formação social brasileira devido à existência de grande miscigenação racial. Os Movimentos Negros respondem esses questionamentos afirmando que socialmente, percebe-se a distinção de negros e não negros no Brasil devido ao olhar desenvolvido pelos brancos através do racismo estrutural. Telles (2003) comprehende a agenda política do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do PT, como distinta do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

“Além disso, recentemente, uma nova administração, com uma agenda distinta, assumiu o poder no país. A implementação mais profunda da ação afirmativa pela nova administração dependerá muito da habilidade do movimento negro em pressionar. Sem ele, os brasileiros provavelmente continuariam a defender a falsa realidade da harmonia social e a ideologia da democracia racial. Sem os ativistas e as exigências de um movimento negro relativamente pequeno, o governo brasileiro não teria feito o menor esforço para combater o racismo, pois não haveria ninguém para defender com entusiasmo os interesses dos negros. A escolha do Brasil, de

seguir ou não o caminho das políticas raciais, é sobretudo uma escolha de valores, basicamente de valores da elite. Será que a elite verá que a questão racial é tão grande e se convencerá de que os problemas sociais são de ordem racial e não apenas de ordem de classe social? A desigualdade e a pobreza no Brasil são tão grandes que pode parecer que as políticas de redistribuição de renda deveriam ser a prioridade. Mas será que estas reconhecerão a base racial desta desigualdade? Será que verão que a desigualdade é basicamente resultado das práticas racistas e que não será revertida apenas pelas iniciativas universalistas de redistribuição de renda?” (Telles, 2003, p.296)

Nesta tese, compreendemos que as políticas sociais liberais estiveram presentes de forma mais frágil e transitória no mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, com a distribuição de bolsas sociais específicas, como Bolsa Escola, ou seja, com programas de transferência de renda que engendravam essas políticas sociais liberais na transição para o primeiro governo presidencial Luís Inácio Lula da Silva, onde essas políticas se consolidaram através de programas sociais de maior escala como a Bolsa Família. Telles defende a importância do protagonismo da sociedade civil, mais especificamente dos Movimentos Negros, e a necessidade de pressão do mesmo para implantação mais profunda de ações afirmativas. O autor reconhece a importância da luta histórica dos Movimentos Negros para desconstrução do mito da democracia racial e da falsa realidade da harmonia social no Brasil. Telles (2003) finaliza seu livro questionando os valores sociais da elite brasileira e sua real vontade de resolver os problemas de desigualdade racial no Brasil porque para ele, essa desigualdade não será revertida apenas pelas iniciativas universalistas de redistribuição de renda. Compreendemos que seus argumentos são os mesmos argumentos da Fundação Ford.

“Políticas universalistas também recebem um forte apoio da esquerda. A visão marxista tradicional afirma ser a classe o problema central na exploração do indivíduo, e que o enfoque na raça distrai e divide a luta da classe trabalhadora. Marxistas ortodoxos acreditam que a emancipação dos trabalhadores – ou, numa versão mais moderada, a redução da pobreza e a desigualdade – leva naturalmente ao fim ou à redução do racismo e da desigualdade racial. Para muitos a conscientização racial seria um tipo falso de conscientização. No máximo, acadêmicos, como Florestan Fernandes e Octavio Ianni, admitiam que o racismo era um produto da alienação capitalista, negando, desta forma, que ele pudesse existir fora do universo capitalista. Para eles, as divisões na sociedade tinham causas materiais e a ideologia era importante, na medida em que legitimava e servia a interesses nacionais. Seu argumento é que as ideias de raça e racismo e seus efeitos nunca existem independentemente do capitalismo.” (Telles, 2003, p.286)

Ele também escreve que o marxismo que chamou de “tradicional” afirma que o enfoque na raça distrai e divide a luta da classe trabalhadora. Parece que Telles não leu os principais autores negros marxistas porque ao contrário desta afirmação, a maioria dos marxistas negros brasileiros não afirma isso – Negros marxistas como Carneiro, que escreveu entre as décadas de 1930–1960; Moura, que escreveu entre as décadas de 1950–2000; Gonzalez, que escreveu entre as décadas de 1970–1980; Almeida, que escreve a partir da

década de 2000, dentre outros que utilizamos como referência teórica nesta tese. Estes autores, que utilizam do instrumental teórico do materialismo histórico e dialético, não fazem essa separação artificial entre raça e classe, até mesmo porque historicamente a maioria da classe trabalhadora no Brasil é negra, ou seja, as reivindicações da classe trabalhadora estão conectadas as reivindicações dos Movimentos Negros.

Telles afirma ainda que os “marxistas ortodoxos” acreditam que a emancipação dos trabalhadores leva naturalmente ao fim ou à redução do racismo e da desigualdade racial. Essa afirmação do autor é uma crítica frágil ao marxismo porque o fim do racismo ou a redução da desigualdade racial são elementos diferentes em uma análise marxista. Os marxistas acreditam que o fim do capitalismo é um passo essencial para o fim do racismo e que não existe capitalismo sem racismo, entretanto, diversos autores marxistas negros já citados nesta tese não acreditam que o fim do capitalismo leva ao fim imediato do racismo de forma automática.

No socialismo, os meios de produção são estatais e o Estado promove a igualdade econômica. Sendo assim, o fim do capitalismo anularia a superexploração da classe trabalhadora negra, acabando com a desigualdade econômica entre as raças no socialismo. Porém, isso não significa que automaticamente acabará o racismo porque o racismo é um processo social e cultural arraigado nas estruturas e mentalidades da sociedade. Para acabar com o racismo, demandará tempo e iniciativas do Estado socialista. Isso porque o racismo foi historicamente construído de forma estrutural no sistema capitalista anterior ao modo de produção socialista e será necessário um processo para sua total erradicação. Os marxistas acreditam que no capitalismo é impossível acabar com o racismo, mas é possível diminuir a desigualdade racial com políticas públicas afirmativas como as cotas raciais, entre outras. Para os marxistas, não é possível acabar com o racismo no capitalismo porque o racismo é lucrativo para os capitalistas, como explicamos nesta tese no subcapítulo 1.3 – “Racismo Estrutural: da escravidão à abolição inacabada”.

Telles afirma ainda que o “marxismo ortodoxo” defende que a opressão racial é mera manifestação da opressão de classe. Shawki, em seu livro “Libertação negra e socialismo”, no capítulo 7 “Os partidos socialistas, comunista e trotskista” afirma que essa posição existiu entre marxistas estadunidenses no final do século XIX até o final da década de 1910. Isso ocorreu entre membros do Partido Socialista dos Trabalhadores, com destaque para o líder De Leon, mas também entre membros do Partido Socialista com destaque para o líder Debs, e entre os membros do Partido Comunista dos EUA, com destaque para John Reed (autor do

livro sobre revolução russa: Os dez dias que abalaram o mundo). Porém, em 1922, o IV Congresso da III Internacional Comunista, aprovou as “Teses sobre a Questão Negra” reconhecendo a necessidade de apoiar qualquer forma dos Movimentos Negros que enfraqueça o capitalismo.

Lênin defendia que a autodeterminação dos povos era um meio de alcançar a unidade internacional da classe trabalhadora. A pressão exercida pela III Internacional Comunista influenciou o Partido Comunista dos EUA em seu congresso, em 1922, que mudou seu programa político. O congresso afirmou que o proletariado negro daquele país era explorado e oprimido, de forma mais cruel do que qualquer outro grupo, e que se esforçaria para destruir todas as barreiras de preconceito racial que têm sido usadas para manter separados os trabalhadores negros e brancos e uni-los em um sólido movimento de massas para a luta contra os capitalistas que os exploram. A contribuição teórica de James, trotskista negro nascido em Trinidad e Tobago, foi fundamental sobre a luta negra e influenciou nossa análise nesta tese. James defendeu que o combate à opressão racial deve tomar centralidade na análise em países com história de escravidão e colonialismo. Foi fundador da IV Internacional e liderança do Partido Socialista dos Trabalhadores nos EUA.

“Considerando que, por um lado, o Partido Comunista, em seus dias revolucionários, tenha encarado os negros essencialmente como um apêndice, ainda que valioso, do movimento revolucionário, nós, por outro lado, vemos os negros como os primeiros entre os que lutarão contra os crimes e barbáries do sistema capitalista. A razão para isso reside na própria natureza da posição dos negros na sociedade capitalista. Por serem os mais explorados, os mais oprimidos, os que mais sofrem discriminação, os negros são os que experimentam com mais agudeza e mais inevitabilidade o fardo esmagador que o capitalismo lança sobre as massas em cada país. Os negros não leram nos livros sobre a fraude da democracia capitalista. Karl Marx e Lênin têm pouco a ensiná-los sobre esse fato.” (James, 2019, p.38)

James explica como a experiência de opressão racial vivida pela população negra em diferentes países proporciona-lhes uma experiência de classe que pode ser o combustível para luta contra o sistema capitalista. O racismo existiu no sistema escravagista colonial no continente americano e manteve-se na atual sociedade capitalista. Para o autor, o fim do capitalismo não gera o imediato fim do racismo porque o racismo é estrutural e por isso demanda um processo de mudanças da mentalidade da população junto às mudanças estruturais. Para os trotskistas, a revolução para uma sociedade socialista só ocorrerá com a participação dos trabalhadores e através da insurreição popular pela ruptura revolucionária com a sociedade capitalista para a emancipação dos trabalhadores.

Os marxistas negros acreditam que no socialismo haverá melhores condições sociais para acabar com o racismo, mas certamente esse processo não será de imediato, em um único

dia através de um decreto socialista após o dia da revolução. Acreditar nisso seria risonho, porque essa perspectiva nega a compreensão marxista de funcionamento dos processos sociais históricos de transformação. Telles afirmar que os marxistas atualmente defendem isso demonstrando seu desconhecimento das posições marxistas negras sobre o racismo. As posições dos marxistas foram construídas historicamente e essas posições mudaram ao longo do tempo, como no caso citado dos comunistas nos EUA na década de 1920, ou seja, há mais de cem anos. A defesa de uma sociedade socialista e sem racismo é um princípio para os marxistas, porém a construção desse processo se dará na luta do proletariado negro em conjunto com os trabalhadores de diversas etnias, pelas transformações econômicas e culturais a partir da destruição do Estado capitalista burguês e da construção do Estado socialista dos trabalhadores.

3.3 A Pedagogia da Hegemonia da Fundação Ford: investimento, pesquisa e articulação internacional

A metodologia utilizada para pesquisar e encontrar os dados públicos sobre investimento e pesquisa da Fundação Ford foi analisar artigos no site da fundação, porque seus relatórios anuais atualmente não estão disponíveis no seu site. Ela financiou ações afirmativas com 4.305 bolsistas em cerca de 600 universidades de 22 países entre os anos de 2000-2013, sendo considerada a primeira iniciativa de ação afirmativa em programas de pós-graduação na história do Brasil. O Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford contribuiu decisivamente para a formação de pesquisadores negros e indígenas. Esse programa de bolsas foi financiado pela Fundação Ford no valor de US\$340 milhões para universidades em todo o mundo, sendo 85% para mestrado e 15% para doutorado, com uma implantação descentralizada. A seguir alguns dados dos bolsistas: 91% nascidos fora de áreas metropolitanas; 82% estudantes universitários de primeira geração; 73% vivendo em condições de pobreza; 50% mulheres; 37% acima de 35 anos; 3.4% com necessidades especiais.

A Fundação Ford explica como principais objetivos e resultados dessas bolsas: recrutar bolsistas de comunidades de baixa renda e marginalizadas; ser 50% mulher; ter 97% de bolsas implantadas e concluídas com 90% de taxa de titulação; com 82% de taxa de retorno ao país de origem. Ainda alguns dados do impacto social e sobre o desenvolvimento: acesso e equidade na educação superior; capacidade local na gestão de bolsas; bolsistas como agentes de mudança. Esse programa de bolsas tinha como metas: ampliar o acesso à educação superior; criar condições para o sucesso acadêmico e formar líderes para o desenvolvimento.

As políticas afirmativas financiadas pela Fundação Ford demonstraram de forma conclusiva que políticas sociais para o ensino superior podem ajudar a enfrentar as desigualdades sociais e combater a marginalização dos pobres em todo o mundo. O sucesso desse programa de bolsas no Brasil pode ser percebido através dos resultados obtidos na inserção acadêmica satisfatória dos ex-bolsistas em universidades públicas brasileiras.

“O IFP-Brasil, que selecionou 343 bolsistas no período 2002-2009, tem papel de destaque neste Programa mundial. O IFP-Brasil atuou com êxito no contexto dos debates nacionais sobre ação afirmativa que levantaram questões profundas sobre a discriminação endêmica no ensino superior brasileiro, particularmente na Pós-Graduação. O Programa IFP no Brasil vem recebendo apoio inestimável da Fundação Carlos Chagas, sendo administrado com competência e dedicação por uma equipe de seus/suas pesquisadores/as. Contou, ainda, com assessoria de alguns/algumas dos/das principais pesquisadores/as acadêmicos/as e ativistas sociais brasileiros/as. O IFP-Brasil adotou um processo de seleção transparente, que focalizou membros das comunidades carentes, mas sem jamais sacrificar o rigor intelectual ou os padrões acadêmicos. Ao longo dos anos, o IFP-Brasil, com sua metodologia reconhecida e pelo seu rigor sociológico e ético, vem criando uma merecida reputação como um Programa pioneiro e inovador, o primeiro de ação afirmativa na Pós-Graduação brasileira.” (Dassin *apud* Silvério; Pinto; Rosemberg, 2011, p.14)

A intelectual orgânica da Fundação Ford, Joan Dassin, foi representante no Brasil entre 1989–1992 e diretora-executiva do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford em Nova Iorque entre 2000–2013. Atualmente, ela é professora e diretora do programa Escola Heller de Política e Gestão Social na Brandeis University, em Boston. Para Dassin, houve uma seleção transparente durante o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford. No Brasil esse Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação focou na população mais pobre, porém mantendo os padrões acadêmicos. A Fundação Ford iniciou, a partir de 2000, o oferecimento de bolsas para o Programa Internacional de Formação Superior de Povos Indígenas e Negros do Ministério de Educação e Cultura.

A Fundação Ford apoiou o acesso de estudantes à pós-graduação brasileira através de cursos de formação preparatórios para universidades públicas e particulares. Isso ocorreu através da política de ações afirmativas na graduação, selecionadas pelo edital do programa equidade da Fundação Carlos Chagas, em 2011. Em 2012, a Fundação Ford financiou o curso de extensão e formação pré-acadêmica: afirmação na pós, oriundo do consórcio Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Minas Gerais, que preparava candidatos que necessitam das ações afirmativas para a seleção em programas de pós-graduação para o mestrado. Também apoiou com parceria com a Fundação Carlos Chagas a Série Justiça e Desenvolvimento, que constituiu iniciativa inédita no meio acadêmico brasileiro, pois seus

autores são mestres e doutores que participaram da primeira experiência de ação afirmativa na pós-graduação.

Eles foram bolsistas egressos do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford. Por exemplo: Valter Roberto Silvério, Regina Pahim Pinto e Fúlvia Rosemberg são os organizadores do livro intitulado “Relações Raciais no Brasil: pesquisas contemporâneas da série justiça e desenvolvimento”. No sumário financiado pela Fundação Ford, encontramos os seguintes artigos: “Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford”, Dassin; “O Programa IFP no Brasil sob coordenação da Fundação Carlos Chagas”, Rosemberg; Prefácio, Rosemberg e Silvério; “Alegrias e tristezas de uma editora de coletâneas”, Pinto; “Como [de] ventre livre nascera: uma análise de cartas de alforria na Paraíba oitocentista”, Rocha; “A terra da macumba: política, imprensa e perseguição religiosa no Recôncavo Baiano”, Santos; “Cultura negra em Alagoas: uma construção de negritude”, Silva; “O Rap para a ação da juventude negra”, Alves; “Personagens femininas negras nas obras de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo Brito e Paulina Chiziane”, Costa; “Ecos da hipertensão: vivências de mulheres negras”, Sampaio; “Discursos de juízes sobre cotas raciais na Bahia”, Oliveira; “As argumentações para se formalizar uma denúncia de discriminação racial”, Santos; “Mídia e quilombos na Amazônia: um olhar cultural a partir do campo da Comunicação”, Amaral Filho; “Formação de professores e diversidade racial”, Santos. A produção desse livro demonstra como a Fundação Ford faz investimentos em pesquisas sobre a questão racial no Brasil. Ela também apoiou desde o início ao Geledés – Instituto da Mulher Negra, criado em 1988, através do projeto SOS Racismo. Sueli Carneiro (uma importante liderança do Movimento de Mulheres Negras. Em 2005, defendeu a tese de doutorado: A construção do outro como não-ser como fundamento do ser) e Edna Roland foram as principais fundadoras e consolidaram o funcionamento desse importante instituto através do financiamento da Fundação Ford que apoia a iniciativa logo no inicio na década de 1990, financiando o Programa de Direitos Humanos do Geledés. Segundo Rocha:

“Na área prioritária de ‘Direitos humanos’ as instituições que mais receberam apoio em projetos foram o Geledés - Instituto da Mulher Negra que recebeu cerca de US\$ 1.979.901 milhão de dólares destinados a sete projetos financiados no período: os recursos foram destinados para: participação na Conferência UNWorld contra o Racismo; disseminar informações e para permitir que as mulheres negras participassem da Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo; reestruturar e fortalecer o programa de direitos humanos do Geledés por meio de publicações, formação e sensibilização do público sobre questões de gênero e de raça; reestruturar e fortalecer a Centro de Estudos Leila Gonzalez que trabalha com questões de raça e direitos humanos e também avaliar seu programa de racismo; desenvolvimento de pesquisa e assistência jurídica em matéria de direitos afrobrasileiros e preparação para a Conferência Cinco Plus de Pequim e a Conferência das Nações Unidas contra o racismo 2001; articulação da Organização

Brasileira de Mulheres Negras e preparar um relatório sobre a situação dos direitos humanos dos afro-brasileiros, com foco em mulheres negras; reestruturar e fortalecer seu programa de direitos humanos por meio de publicações, formação e sensibilização do público sobre questões de gênero e de raça. Entre 1990-2001 o instituto havia recebido US\$ 2.175.271 milhões de dólares destinados a projetos de luta contra a discriminação de gênero e de raça. De acordo com Adorno e Cardia (2003), os contínuos apoios da Fundação Ford ao Geledés foram importantes para o desenvolvimento, a divulgação e promoção de legislação antirracista no Brasil.” (Rocha, 2015, p.94)

A Fundação Ford financiou ao Geledés com muitos recursos econômicos e esta promove atividades em parceria com universidades, secretarias de educação e com os Movimentos Negros, como seu curso “Multiculturalismo, Educação e Relações Raciais”. O título do curso “multiculturalismo” demonstra a aproximação política e teórica com o social liberalismo defendido pela Fundação Ford. A experiência e os conteúdos desse curso foram sistematizados por Maria Aparecida da Silva (presidenta do Geledés) em artigo intitulado “Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial”:

“A experiência de Geledés ao longo desses anos tem ratificado o princípio de que o/a educador/a bem preparado/a é um/a multiplicador/a de informações corretas e um fator de alteração contumaz e poderoso das situações de discriminação racial, especialmente no processo pedagógico de ensinar e aprender. (...) Discutem-se os seguintes conteúdos: distinção de conceitos: racismo, discriminação racial, preconceito/preconceito racial, segregação racial e desigualdades raciais; cultura brasileira e mitos civilizatórios: a ideologia da democracia racial e do branqueamento e sua influência na cultura escolar; estratégias de enfrentamento do racismo no Brasil: a via legal e as ações afirmativas (Projeto Geração XXI); estrutura dos currículos escolares: saberes privilegiados versus saberes silenciados, negados ou excluídos (saberes produzidos pelos setores organizados da sociedade civil; pelos negros (as) no Brasil, na Diáspora africana e na África; pelas mulheres como transformadoras do mundo, entre outros); breve abordagem dos saberes produzidos pelas culturas juvenis: futebol, quadrinhos, pagode, rock, basquete, bailes, videoclipes, novelas etc., como veículos de comunicação de determinada visão de realidade, tradutores de interesses, preocupações, valorações e expectativas da juventude, mostrando aos adultos o que é verdadeiramente relevante na vida deles; definição do Movimento Hip Hop, seus elementos constitutivos, suas várias linguagens: o break (dança), o grafite (arte visual) e o rap (música); discussão sobre cidadania proposta pelo Movimento Hip Hop no sistema formal de ensino da cidade de São Paulo na década de 1990.” (SILVA, 2001, p.70, 72,73)

A Fundação Ford defende ações afirmativas para formação de pesquisadores em educação e relações étnico-raciais e por isso, provocou a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a ONG Ação Educativa (nasceu do Centro Ecumênico de Documentação e Informação que em 1994 encerrou suas atividades, e a equipe de educação fundou) para formação do Concurso Negro e Educação 1999–2007. No documento “Avaliação Concurso Negro e Educação” (elaborado por Rocha; Couto, 2007), é descrito o protagonismo da Fundação Ford especialmente na defesa da questão racial no processo de construção do concurso. Percebemos que o sucesso das quatro edições do Concurso Negro e Educação podem ser justificados pela posterior atuação profissional

satisfatória dos beneficiários das edições do concurso. A destacada atuação posterior dos seus egressos em diversas secretarias de educação municipais e estaduais são registros do acerto da iniciativa da Fundação Ford.

“Ele foi criado através de uma interação entre a ANPEd, a Fundação Ford e a Ação Educativa. Eram esses três protagonistas. Participaram das conversas iniciais para a criação do Concurso o Nigel Brooke, (...) da Fundação Ford (...) o Sérgio Haddad que também fazia parte da diretoria da ANPEd, mas que estava como diretor da Ação Educativa, e eu que na época era presidente da ANPEd. (...) o Nigel já tinha um diagnóstico dele, (...) ele achava que seria nessa questão das relações raciais. Na ANPEd, por outro lado, havia um diagnóstico um pouco diferente, (...) achava que era mais na área de Diversidade Cultural, Direitos Humanos, englobava a questão do negro, mas não só.” (Malta apud Rocha; Couto, 2007)

A posição favorável à política de ações afirmativas relacionadas a questões raciais dos intelectuais orgânicos da Fundação Ford: Brooke, Dassin, Telles, Freire, Roque, Thomas e Walker, justifica o grande número de ONGs, Fundações e Institutos financiados por ela, que defendem essa política pública. Estes concordam e defendem essas políticas públicas importantíssimas para construção da redução da desigualdade racial no Brasil. Franklin Augustine Thomas, um empresário negro estadunidense, foi presidente da Fundação Ford entre 1979–1996. Antes, Thomas trabalhou como advogado para a Agência Federal de Habitação e Financiamento Doméstico estadunidense em 1963. Ele foi nomeado procurador-assistente dos EUA para o Distrito Sul de Nova Iorque em 1964 e foi o primeiro negro vice-comissário de polícia encarregado de assuntos legais para o Departamento de Polícia da cidade de Nova Iorque entre os anos de 1965–1966. Thomas foi o primeiro presidente diretor executivo da Corporação de Restauração *Bedford Stuyvesant*, uma corporação de desenvolvimento comunitário entre os anos de 1967–1977. Ele liderou essa organização renovando o exterior de 3.682 prédios e 123 empresas, ajudando a criar 3.300 novos empregos em uma área de 96 quarteirões. O sucesso nessa área tornou Thomas conhecido nacionalmente.

Thomas, com esse histórico, foi escolhido entre 300 candidatos para ser presidente da Fundação Ford. Ele era membro do conselho de curadores desde 1977. Assumiu a presidência da Fundação Ford quando os ativos e recursos eram limitados devido à queda do valor das suas ações na década de 1970. Como presidente, examinou a estrutura, o financiamento e as práticas de concessão de doações da Fundação Ford, e concluiu que era necessário diminuir uma administração considerada por ele como cara, grande e pesada. Por isso, iniciou uma agenda destinada a recuperar o controle gerencial e financeiro que levou a demissões em massa na fundação em 1982, provocando críticas dos curadores da Fundação Ford. Durante seu mandato de presidente da Fundação Ford, aumentou os ativos para mais de US\$ 6,5

bilhões e estabeleceu novos programas, incluindo a Corporação de Apoio de Iniciativas Locais, a maior organização de apoio ao desenvolvimento comunitário dos EUA. Thomas explica, exalta e relata a importância da Fundação Ford na mediação de conflitos raciais nos EUA, demonstrando as estratégias da fundação em relação as suas boas relações construídas historicamente com os Movimentos Negros:

“Um exemplo corrente dessa riqueza e de seu impacto em nossa programação foi a habilidade da Fundação mobilizar seu staff nos recentes tumultos de rua em Los Angeles. Juntamos profissionais de cada disciplina e pedimos a esse staff que avaliasse entre seus contatos locais quem integrava essa área específica do programa, de modo a saber como poderíamos juntar esses grupos ou indivíduos e pensarmos coletivamente os problemas que afligiam a comunidade. Nessa pesquisa, acabamos por reunir membros do mundo acadêmico, as Universidades, os centros de pesquisa, organizações comunitárias, os negros, os hispânicos, os asiáticos, todos os escalões do governo e, inclusive uma enorme pesquisa em setores privados de finalidade lucrativa. O resultado foi uma fantástica radiografia da população de Los Angeles, somada à capacidade de mobilizar essa população e fazê-la mais apta a dialogar construtivamente, entre seus diferentes estratos.” (Thomas apud Miceli, 1993, p.22)

Ele explicou a metodologia de como a Fundação Ford atuou em uma revolta popular devido a questões raciais em Los Angeles em abril de 1992. A Fundação Ford atuou como mediadora de conflitos, propondo dialogar construtivamente entre as diferentes classes sociais. A posição do presidente da fundação de mediar conflitos raciais dentro do sistema capitalista demonstra como a inserção social da Fundação Ford, através dos seus programas de financiamento, coloca-os em uma posição privilegiada para mediação entre a estrutura estatal, as ONGs e a comunidade negra. O motivo desses conflitos foi porque na noite do dia 3 de março de 1991, um jovem negro de 25 anos, Rodney King, conduzia seu carro por Los Angeles em alta velocidade com dois amigos após ingerir bebidas alcoólicas. A polícia iniciou uma perseguição para deter o carro de Rodney King, que estava em liberdade condicional por roubo. Quando a polícia parou o carro, Rodney King saiu e foi espancado no chão quando estava indefeso e sofreu com ferimentos na cabeça, lesões no corpo e fratura no tornozelo nessa violenta prisão.

Essa situação de extrema violência foi filmada e a luta contra a violência policial e pelos direitos humanos se tornou o símbolo da luta contra o racismo sofrido pelos negros, e motivou a maior revolta popular em Los Angeles na década de 1990. Isso ocorreu porque em abril de 1992, um júri que não contava com nenhum integrante negro absolveu os policiais (três brancos e um hispânico) da maioria das acusações. Em consequência disso, houve saques, incêndios e muitos conflitos nas ruas de Los Angeles, com 12 pessoas mortas no primeiro dia da revolta. O governo declarou o Estado de emergência e as forças militares

tomaram a cidade para tentar controlar a situação caótica nas ruas. Após seis dias, a revolta popular terminou com um balanço de 55 mortos, e o governo contabilizou mais de US\$ 1 bilhão em prejuízos econômicos. Em 1993, foi realizado um novo julgamento e dois (Stacey Koon e Lawrence Powell) dos quatro policiais envolvidos na agressão a Rodney King foram condenados. Percebemos nesse enorme conflito em Los Angeles, como a Fundação Ford atua na tentativa de resolução de conflitos raciais no capitalismo. A Fundação Ford teve também outro negro estadunidense como presidente, Darren Walker, escolhido como seu décimo presidente.

Walker colocou como foco principal da Fundação Ford o combate às desigualdades: desigualdade econômica, desigualdade de gênero, desigualdade de raça, desigualdade de religião, desigualdade de oportunidades, desigualdade de educação, desigualdade política, desigualdade social e desigualdade cultural. Walker e a Fundação Ford defendem um capitalismo inclusivo com equidade e justiça social. Em 2015, Walker comandou um orçamento de doações da Fundação Ford que chegou a US\$ 580 milhões de dólares e atualmente administra essa fundação avaliada em US\$ 16 bilhões dólares. Ele tornou a Fundação Ford à primeira organização “sem fins lucrativos” a doar US\$ 1 bilhão na história dos EUA para ajudar financeiramente ONGs após a pandemia de Covid-19. Ele recebeu 16 títulos honorários e prêmios universitários como a medalha W.E.B. Du Bois, da Universidade de Harvard, e foi listado entre as “100 Pessoas Mais Influentes” da revista Time em 2016 e as “25 Pessoas Moldando o Futuro” da revista Rolling Stone em 2017.

Walker recebeu o prêmio “Inovador de filantropia de 2020” do *The Wall Street Journal* e “Líder Filantrópico do Ano” da *Inside Philanthropy* em 2023. Em 2022, ele recebeu a maior honraria cultural da França por sua liderança nas artes, de comandante da *Ordre des Arts et des Lettres*. Em 2023, Walker também foi nomeado pela Rainha Elizabeth II para a Ordem do Império Britânico por serviços às relações entre Reino Unido e os EUA. Em 2014, Walker liderou o comitê de “filantropia” que ajudou a resolver a falência histórica de Detroit por meio da chamada Grande Negociação de Detroit, um acordo histórico que salvou o Instituto de Artes de Detroit e garantiu que funcionários municipais aposentados recebessem suas pensões. Ele também foi fundamental para trazer a família Ford de volta à Fundação Ford com a eleição de Henry Ford III para o conselho de curadores, o primeiro membro da família a servir a fundação desde 1976, quando houve a ruptura entre a família Ford e a Fundação Ford devido aos rumos e comando da fundação. Ambas as partes não explicaram profundamente os motivos da ruptura nos jornais estadunidenses, divulgando para imprensa somente que foram conflitos sobre o planejamento econômico da fundação.

Walker foi professor de Direito, Habitação e Desenvolvimento urbano na Escola de Direito da Universidade de Nova Iorque. Ele é membro do conselho de administração da *Pepsi Company* e foi vice-presidente da *Fundação Rockefeller*, supervisionando programas globais e nacionais, incluindo a iniciativa “Reconstruir Nova Orleans” após a destruição causada pelo furacão Katrina, em 2005. Na década de 1990, foi diretor de operações da maior organização de desenvolvimento comunitário do Harlem em Nova Iorque, a Corporação de Desenvolvimento Abissínia. Ele liderou uma estratégia abrangente de revitalização, incluindo a construção de mais de mil unidades habitacionais acessíveis, gerando um grande desenvolvimento comercial no Harlem. Visitou o Brasil para comemorar os 60 anos do escritório da Fundação Ford no Rio de Janeiro, e encontrou lideranças de diferentes Movimentos Indígenas e Movimentos Negros. Também esteve com a ministra da igualdade racial, Anielle Franco (PT), irmã da ex-vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL), brutalmente assassinada e símbolo maior dos Movimentos Negros brasileiros contemporâneos, e com a ministra dos povos indígenas, Sônia Guajajara (PSOL), indígena do povo Guajajara/Tenetehara da Terra Indígena Araribóia, no Maranhão. Walker escreve em uma coluna do jornal *The New York Time*. A seguir, elaboramos uma tabela com títulos dos seus artigos selecionados em nossa pesquisa que analisamos.

Tabela 4: Darren Walker colunista The New York Times

Darren Walker colunista The New York Times	
Título do Artigo	Data
Não Existe Liderança Sem Risco	20/10/2022
O Fim da Ação Afirmativa É Apenas o Começo	30/06/2023
Nossos Antecessores Construíram um Mundo de Vencedores e Perdedores. É Hora de Algo Diferente	19/09/2022
Os Fundadores nos Deixaram Algo Radical	04/07/2022
Você Está Disposto a Abrir Mão de Seus Privilégios?	25/06/2020
Os Museus Precisam Acompanhar o Futuro	26/07/2019
Estágios não são um Privilégio	05/07/2016
Por Que Apenas Retribuir Não É Suficiente	17/12/2015

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Elaboramos uma pequena síntese das ideias de Walker através da análise desses artigos. O autor acredita que não existe liderança sem risco e aqueles em posições de liderança temem expressar o que acreditam ser certo da maneira errada. As lideranças devem se posicionar defendendo inovações que ajudem a melhorar a empresa e sua atuação na sociedade. Para Walker o fim da ação afirmativa é apenas o começo dos ataques aos direitos sociais conquistados pelos oprimidos, ele explica que os opositores da diversidade são também opositores de qualquer consciência racial, e que será necessário lutar para manutenção desses direitos sociais conquistados. Walker afirma que os opositores da ação afirmativa querem nos impedir de entender como o passado escravocrata influencia o presente de desigualdade social.

O autor acredita que nossos antecessores construíram um mundo de vencedores e perdedores e é hora de algo diferente, pois as desigualdades sociais estão apenas se ampliando, tanto entre os países quanto dentro deles. Por isso é a hora de inovações sociais, porque os fundadores da nação nos deixaram algo radical, uma cultura que gerou cinismo e deu prioridade à performance da virtude, e que é preciso novas ideias para construir um EUA melhor, com relações sociais melhores entre as pessoas. Para isso todos devem refletir e estarem dispostos a abrir mão de seus privilégios, pois a “filantropia” sozinha não salvará o sonho americano de bem-estar social sem o auxílio de políticas públicas de inclusão social. Por exemplo, os museus refletem a crescente desigualdade social dos EUA e que seus conselheiros precisam ajudar a resolver esta situação.

Finalizando nossa análise sobre os artigos de Walker no jornal *The New York Times*, ele explica que o sistema de estágios não remunerados favorece aqueles com redes de contatos e recursos financeiros se tornando um privilégio, enquanto outros aguardam na porta da oportunidade, sendo necessárias propostas que possam mudar essa situação para estágios remunerados. Por fim, destaca-se o artigo intitulado “Por que apenas retribuir não é suficiente”; onde Walker explica sua visão de mundo social liberal, afirmado que a “filantropia” não pode apenas compensar as falhas do mercado e que é preciso atacar as raízes da desigualdade social e da injustiça organizando a sociedade civil na luta por direitos sociais.

“Algumas pessoas são contra uma sociedade mais inclusiva e usam a onda anti-woke como uma forma de mascarar seu racismo, sua misoginia e sua homofobia. Em relação à comunidade LGBTQIA+, não há dúvida de que houve progresso em ambos os países, mas, neste momento, há esforços aqui e lá para minar a inclusão de pessoas LGBT. Precisamos ficar vigilantes, porque não podemos ter uma democracia plena e simultaneamente excluir milhões de pessoas de viver com dignidade. E, com isso, eu me refiro a questões do casamento LGBT, família LGBT, ter filhos LGBT, etc. Pessoas LGBT sendo capazes de ensinar nas escolas e de serem participantes plenos na sociedade, sem vivermos à margem como fizemos no passado.” (Walker *apud* Mena, 2023)

Walker é um ativista da causa negra e gay que nasceu pobre em 1959, em um “hospital para negros” no estado da Luisiana. Sofreu com o racismo no sul dos EUA e em diversas e diferentes entrevistas, ele conta a importância da sua avó, que era doméstica e trazia brinquedos, roupas, revistas e livros da casa dos patrões, quando ele estudava em escolas públicas, o que ampliou seu desejo de ascensão social até seu sucesso em Wall Street. Ele foi entrevistado por Fernanda Mena, da Folha de São Paulo, e essa entrevista foi publicada no dia 08/10/2023 em artigo intitulado “O anti-woke é nova máscara para o racismo, diz presidente da Fundação Ford”. “Woke” significa acordar/despertar para a consciência negra e é uma gíria oriunda do movimento *Black Lives Matter*. Walker explicou sua interpretação social sobre a história do racismo no Brasil e nos EUA:

“Brasil e Estados Unidos negaram sua história racial porque ela incomoda algumas pessoas e não se encaixa nas narrativas sobre quem somos como povo, seja povo brasileiro ou o americano. Os brancos brasileiros e os brancos norte-americanos têm uma visão mítica de nossas histórias. Elas são complexas, ricas e complicadas. Há coisas para se orgulhar na história brasileira e na história americana, e há coisas vergonhosas que aconteceram também. Acho que o Brasil tem sido desafiado por essa noção de uma democracia racial, que é única, e que, de certa forma, tornou mais difícil para o país reconciliar história e realidade.” (Walker apud Mena, 2023)

Ele explicita a negação da história de conflitos raciais nos dois países e coaduna com a posição histórica da Fundação Ford de crítica ao mito da democracia racial brasileira, mito que não foi uma realidade histórica e que ainda hoje dificulta o combate ao racismo no Brasil. Walker foi um beneficiário de políticas de cotas nos EUA e criticou a decisão da Suprema Corte dos EUA que rejeitou a ideia de que o Estado tem a obrigação de reparar a discriminação racial histórica e o racismo. Walker comprehende que a luta dos negros após a abolição da escravatura é por reparação para construir uma justiça racial, e demonstrou toda sua decepção com a Suprema Corte dos EUA, que dificulta as suas aspirações de inclusão racial plena no capitalismo. Perguntado por Fernanda Mena ainda na entrevista sobre qual é o papel que os programas de ação afirmativa, como cotas raciais, podem desempenhar no Brasil, Walker responde como um burguês negro antirracista.

“Eles fortalecem a democracia e ajudam organizações, empresas e governo a serem melhores, porque são mais propensos a serem responsivos a todas as facetas da vida brasileira. Se você é uma empresa e tem executivos mais diversos, é mais provável que seja uma empresa eficaz em um mercado consumidor multirracial, por exemplo.” (Walker apud Mena, 2023)

Ele enxerga as possibilidades de unir a luta antirracista com o lucro de um mercado consumidor multirracial, como iniciativas do movimento *Black Money* (é um movimento que visa promover a circulação de dinheiro com o objetivo de fortalecer a comunidade negra e valorizar o empreendedorismo negro). Ele defende a diversidade racial no comando das empresas como possibilidade de maior eficácia na busca do lucro neste nicho de mercado

negro. Perguntado sobre os EUA estarem passando por uma onda anti-woke e se vê sinais do mesmo processo no Brasil? Respondeu:

“Aqueles nos EUA que estão promovendo essa ideia de anti-woke, de certa forma, encontraram uma maneira de legitimamente expressar ideias racistas. Porque o anti-woke é uma máscara para o racismo e para os esforços de neutralizar narrativas que deixam algumas pessoas desconfortáveis com nossa história e com a própria ideia de igualdade. Para alguns, promover, proteger e preservar as hierarquias históricas de patriarcado e branquitude são uma prioridade. E acho que, é claro, no Brasil, há alguns que buscam promover o status quo da mesma forma, o que é profundamente lamentável.” (Walker apud Mena, 2023)

Darren Walker defende ideais ainda não consolidados nas sociedades racistas, estadunidense e brasileira, como o multiculturalismo para uma democracia multirracial, multiétnica e pluralista dentro do sistema sociometabolico do capital, em contraposição aos anti-woke que são racistas e desejam “preservar as hierarquias históricas de patriarcado e branquitude”. Ele defende políticas públicas antirracistas de inclusão dos negros nos postos mais altos da sociedade capitalista para mobilidade econômica e social. Enfatiza que no passado os negros não tiveram acesso ao letramento nos EUA e ressalta uma crítica de que ainda hoje no Brasil, o sistema educacional não garante para os negros uma educação bilíngue. Em sua opinião, essa educação bilíngue é essencial para os negros alcançarem oportunidades de empregos mais altos no mercado de trabalho. Acreditamos que suas ideias expressas em diferentes entrevistas apresentam a Fundação Ford com seus ideais de multiculturalismo e social-liberalismo. Fernanda Mena perguntou se era muito evidente em sua visita ao Brasil como essas hierarquias estão presentes na sociedade brasileira, respondeu:

“No Brasil e nos EUA, os negros foram historicamente marginalizados. Nos Estados Unidos, houve um tempo em que era ilegal para uma pessoa negra ser alfabetizada. Era ilegal para uma pessoa branca ensinar uma pessoa negra a ler. O legado disso continua, e há sobrerrepresentação de negros em empregos de baixa remuneração. O Brasil, a última nação do hemisfério a abolir a escravidão, tem em si o resíduo dessa realidade. Eu estava em um restaurante em São Paulo e não havia pessoas negras, além daquelas que trabalhavam ali. Então, precisamos pensar em como gerar uma nova geração de negros brasileiros economicamente empoderados e socialmente móveis. Parte disso tem a ver com a linguagem. Sabemos que, no Brasil, se você é bilíngue, se fala inglês, é mais provável que tenha mobilidade social e econômica. E, no entanto, o sistema educacional historicamente não possibilitou a educação bilíngue para os negros brasileiros.” (Walker apud Mena, 2023)

Walker afirmou ainda na entrevista feita por Fernanda Mena que os privilegiados devem abrir mão de seus privilégios para evitar ressentimentos e raiva nas massas trabalhadoras, pois essa situação se concretizando prejudicaria toda a sociedade. Ele defende o sistema capitalista e suas estruturas para produzir o lucro, defende o discurso de meritocracia dos burgueses neoliberais, afirmando que estes trabalharam duro para enriquecer. A extração de mais-valia dos trabalhadores e a especulação financeira na bolsa de valores são naturalizadas e legitimadas pelo capitalista negro Walker. A exploração de classe social feita

pela burguesia sobre os trabalhadores, obviamente não aparece como explicação feita pela burguesia sobre sua riqueza, que para ele fizeram um trabalho duro para enriquecer. Sua preocupação com a desigualdade social e com possíveis revoltas da classe trabalhadora, é que essas prejudicariam a riqueza da burguesia nessa sociedade do capital. A defesa do sistema capitalista é imperiosa em seu pensamento e a solução para os problemas sociais para Walker seria a “filantropia”. Defende uma sociedade capitalista com protagonismo de ONGs, que protegem os direitos humanos e a justiça social, e que fazem investimento social privado para resolver os problemas sociais gerados pelo capitalismo que criou sua riqueza e privilégio.

Walker acredita que a Fundação Ford deve permanecer investindo na expansão da participação popular na sociedade civil, fortalecendo a democracia capitalista em todo o mundo. Também acredita que as pessoas comuns têm o potencial de responsabilizar os líderes e as instituições, defendendo ideias e movimentos. Na sua visão de mundo, a sociedade civil é essencial para que as vozes do povo sejam ouvidas na busca de um futuro justo e equitativo para todos em uma sociedade civil próspera e aberta. Ele defende um espaço democrático para defender ideias e responsabilizar líderes, instituições e o setor privado. Para ele, ao longo da história, a única forma de expandir os direitos é através da ação coletiva, por isso em sua visão de mundo é fundamental o protagonismo das ONGs atuando na sociedade civil. Entende que os movimentos sociais em todo o mundo colocam questões difíceis sobre a sustentabilidade, a desigualdade, a violência e a opressão que ainda existem. A Fundação Ford, como parte do seu compromisso de longo prazo para proteger e expandir a sociedade civil e a democracia está sempre a ouvir as demandas sociais. Walker acredita que todos juntos podem manter a sociedade civil vibrante para garantir um futuro equitativo, democrático e próspero para todos.

Com esta concepção multicultural e social liberal de sociedade, Walker tem um histórico de doações de campanha para o Partido Democrata. Doou para as campanhas presidenciais de 2008 e 2012 de Barack Hussein Obama II e também para a campanha presidencial da Hillary Diane Rodham Clinton em 2016, que disputou e perdeu para o republicano de extrema direita Donald John Trump. Walker criticou a presidência de Donald John Trump nos EUA e fez parcerias com o Estado através da Fundação Ford durante a gestão Joseph Robinette Biden (Joe Biden Jr.) na presidência de seu país. Como presidente da Fundação Ford, discursou na abertura do conselho da OCDE em 22 de novembro de 2016, com o tema “Para promover a justiça, devemos nos comprometer com economias inclusivas”. Desde essa participação, a Fundação Ford tem sido defensora do trabalho da OCDE sobre o

crescimento inclusivo. A OCDE elaborou diversos documentos de políticas públicas educacionais de viés social liberal, o que demonstra a conexão ideológica de atuação conjunta da OCDE com a Fundação Ford.

Em artigo intitulado *This Juneteenth: honoring liberation's unfinished work*, publicado no site da Fundação Ford no dia 16/06/2023, Walker defendeu que os negros estão a ver grandes instituições começarem finalmente a reconhecer o Juneteenth. Este comemora o dia 19 de junho de 1865, dia em que os negros escravizados em Galveston, no Texas, finalmente souberam de sua liberdade, mais de dois anos e meio depois do fim da escravidão ocorrer. Darren Walker é um ativista antirracista e em seu livro *From Generosity to Justice: A New Gospel of Wealth* descreve seu privilégio como homem negro de nascer depois das realizações do movimento dos direitos civis estadunidense. Ele foi integrante da turma inaugural do *Head Start* em 1965, um programa do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, que oferece serviços de educação, saúde e nutrição para crianças de famílias de baixa renda. Esse programa é financiado pelo governo com investimentos da Fundação Ford na pesquisa para torná-la realidade. Walker teve bolsas de estudo em uma universidade pública do Texas. Ele tem primos que não tiveram esses privilégios, e que acabaram presos no sistema de justiça criminal.

Para Walker: “E esses privilégios vêm em muitas formas ao longo da vida de alguém. Agora desfruto de privilégios devido ao meu cargo atual e os recursos e reputação da Fundação Ford, uma instituição que já existia muito antes de eu ingressar nela.” (2023, p.27, tradução nossa). Ele descreveu como as políticas públicas oriundas das lutas pelos direitos civis dos negros nos EUA, como elas foram fundamentais, para seu sucesso, destacando a importância do financiamento em pesquisas feito pela Fundação Ford no início de sua trajetória profissional. Walker enfatiza suas experiências narrando sua relação com a desigualdade social no Sul racista dos EUA e a importância de oportunidades para ascensão social. Para ele, as pessoas precisam compreender seus privilégios em relação às outras pessoas para terem uma atitude mais solidária. “estou ciente das maneiras preconceituosas de classe e de como podem se manifestar. Como um homem negro e gay, eu testemunhei muitas formas de ignorância em minha própria vida.” (Walker, 2023, p.55, tradução nossa).

Walker veio ao Brasil representar a Fundação Ford, onde foi palestrante do nono congresso do GIFE, realizado entre 30/03/2016 e 01/04/2016. Em sua conferência especial intitulada: “Como nós usamos o privilégio que temos?”, Walker falou sobre a importância do ativismo da sociedade civil e da “filantropia” para combater as desigualdades sociais

causando transformações em uma democracia. Afirmou que o atual papel da Fundação Ford é dar voz, assistência e poder às instituições de pessoas excluídas, explicando que a fundação se empenha em apoiar iniciativas que possibilitam um progresso significativo em direção a uma forma mais inclusiva de capitalismo. Por exemplo, Walker exalta a histórica insistência da Fundação Ford em financiar por 40 anos a luta contra o regime de *Apartheid*, um regime onde uma minoria sul-africana branca, por décadas no século XX, não concedeu os direitos sociais à maioria populacional negra. Como intelectual orgânico, destacou que a Fundação Ford não usou das avaliações de projetos e da métrica para dar continuidade ao programa “filantrópico”, pois não colocou em medidas quantitativas limites aos incentivos que começaram em 1952, devido aos ideais de justiça social da fundação.

A África do Sul teve grande destaque internacional negativo com relação ao fortíssimo racismo sofrido pelos sul-africanos negros devido às leis segregacionistas oriundas do regime opressor de *Apartheid* imposto pela minoria branca. *Apartheid* foi um regime extremamente violento, segregacionista e racista que vigorou até 1992 e impedia o acesso a terra e ao voto para a maioria da população negra. Nelson Mandela, o maior líder contra *Apartheid*, discursou do banco dos réus depois de ser condenado por causa da luta contra a discriminação racial e pelo socialismo. Mandela foi um advogado militante negro marxista na década de 1960, que ficou no cárcere por vinte e sete anos sofrendo punições terríveis desse sistema de opressão racial chamado *Apartheid*. Por isso, tornou-se um dos negros mais conhecidos do mundo e foi o primeiro presidente negro da África do Sul após o fim do regime de *Apartheid*. O governo Mandela na África do Sul não foi um governo de inspiração socialista, pois na presidência, Mandela e seu partido político Congresso Nacional Africano aplicaram políticas neoliberais através da política chamada de Crescimento, Emprego e Redistribuição, que foi um pacto social entre governo, empresariado e os trabalhadores, segundo Francisco Oliveira anunciando uma hegemonia às avessas.

“A perspectiva para o futuro requer uma reflexão gramsciana. Talvez estejamos assistindo à construção de uma ‘hegemonia às avessas’ típica da era da globalização. A África do Sul provavelmente anunciou essa hegemonia às avessas: enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada. As classes dominadas no país, que se confundem com a população negra, derrotaram o apartheid, um dos regimes mais nefastos do século XX, mesmo levando em conta que o século passado conheceu o nazifascismo e o arquipélago gulag. E, no entanto, o governo sul africano oriundo da queda do apartheid rendeu-se ao neoliberalismo. As favelas de Johanesburgo não deixam lugar às dúvidas. Assim, a liquidação do apartheid mantém o mito da capacidade popular para vencer seu terrível adversário, enquanto legitima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso.” (Oliveira, 2010, p.24)

O combate ideológico promovido por décadas pela Fundação Ford através de financiamentos contra *Apartheid* é fundamental para contextualizarmos internacionalmente a

forma de atuação dessa fundação no combate ao racismo. Porém, após *Apartheid*, o processo de implantação das políticas econômicas neoliberais sul-africanas mantiveram as desigualdades econômicas e sociais históricas entre a população branca e negra neste país. Walker, como presidente internacional da Fundação Ford, abordou a desigualdade racial em artigo intitulado “Se as corporações realmente querem abordar a desigualdade racial, aqui estão 9 coisas que realmente fazem a diferença”, publicado no jornal The New York Time no dia 4 de agosto de 2020. O autor afirma que a Fundação Ford tenta promover a justiça social e a equidade, defende que as lideranças empresariais devem garantir que suas empresas tenham executivos negros e que eles tenham real poder para recomendar mudanças que tornariam uma empresa mais equitativa racialmente.

Walker defende que os líderes de grandes corporações devem ser os grandes agentes de mudança contratando mais negros. Ele acredita que defender a vida dos negros significa investir nos elementos essenciais da igualdade social, desde escolas com financiamento adequado até assistência médica universal e moradia acessível. A atual visão social liberal de Walker comprehende as causas profundas da desigualdade social racial, oriundas do sistema escravocrata, que afetaram a trajetória das negras e dos negros. Ele tenta mudar a atual triste realidade do racismo expressa na massificação dos encarceramentos, propondo melhorar o sistema capitalista através da “filantropia”.

“Assim como procurando causas profundas revelam problemas estruturais mais profundos, podemos encontrar soluções em reimaginar nossos sistemas e estruturas mais fundamentais. Por exemplo, veja o trabalho recente que a Fundação Ford tem feito em relação a investimentos de impacto. Como todas as fundações, a Fundação Ford é uma criatura do capitalismo. Em um ponto de nossa história inicial, a fundação detinha a maioria das ações sem direito a voto da Ford Motor Empresa. Os lucros obtidos com a venda dessas ações em meados do século XX, além de nossos investimentos atuais no mercado, financiam a nossa doação. Como um dos principais beneficiários da economia de mercado livre, nos beneficiamos de um sistema que também cria desigualdades em nossa sociedade. Henry Ford II, ex-presidente da fundação, uma vez escreveu que devemos “examinar a questão de nossas obrigações para com nosso sistema econômico”. Ele nos desafiou a considerar como a Fundação Ford, “como uma das instituições mais proeminentes do sistema [de mercado], pode agir com mais sabedoria para fortalecer e melhorar seu progenitor”. Minha convicção não é um anátema para o capitalismo. O próprio grande economista Adam Smith argumentou que os mercados poderiam não ser cegos para a condição da sociedade, e que “nenhuma sociedade pode certamente ser próspera e feliz, nos quais a maior parte dos membros é pobre e miserável.” Smith era um visionário - não apenas o antepassado do capitalismo, mas também o autor de: A Teoria dos Sentimentos Morais, que ele considerava como mais importante do que seu: A Riqueza das Nações. O papel da filantropia, ele acreditava, é contribuir para o “florescimento” para ajudar a promover uma rede de segurança mais forte.” (Walker, 2023, p.84, tradução nossa)

Walker reivindica as teorias do liberalismo econômico de Adam Smith (que é chamado por ele de grande economista e visionário) junto à “filantropia” para combater as

desigualdades sociais. O investimento social privado da Fundação Ford segue princípios de mercado na aplicação e reprodução dos ativos financeiros que compõem seus recursos na bolsa de valores. Em 1973, a Fundação Ford financiou a criação de um novo tipo de banco, que é hoje o *ShoreBank Corporation*, um dos primeiros bancos de desenvolvimento comunitário estadunidense, que atende empresas, organizações religiosas e organizações “sem fins lucrativos” localizadas em comunidades de baixa renda. A Fundação Ford é diferente de instituições de caridade públicas, mas também é diferente de instituições de caridade privadas porque não aceita contribuições de doadores, ou seja, não tem outros rendimentos além dos retornos dos seus recursos investidos em aplicações financeiras na bolsa de valores. A Fundação Ford tomou medidas sem precedentes para aumentar a doação para organizações “sem fins lucrativos” em US\$ 1 bilhão através das receitas oriundas da venda de títulos sociais na bolsa de valores. Esses títulos sociais foram os primeiros da história estadunidense, feitos por uma organização “sem fins lucrativos” no mercado de títulos corporativos tributáveis.

O código fiscal dos EUA especifica que as fundações devem pagar pelo menos 5% dos seus ativos todos os anos. As receitas líquidas da venda de obrigações permitiram à Fundação Ford pagar mais de 10% do valor da sua dotação total entre 2020 e 2021, o que representa o dobro do nível de doações exigido pela lei estadunidense. A Fundação Ford divulgou na imprensa que essas medidas econômicas foram uma resposta à ameaça global causada pela pandemia da Covid-19 às organizações sem fins lucrativos. A emissão por parte da Fundação Ford de título social permitiu duplicar as suas doações para organizações “sem fins lucrativos” entre 2020–2021. Esses títulos sociais na bolsa de valores receberam classificações de crédito Aaa da *Moody's Investors Service* e AAA da *Standard & Poor's*. A *Sustainalytics* forneceu um parecer sobre o alinhamento da estrutura de obrigações sociais da Fundação Ford, afirmando estar coerente com os princípios de obrigações sociais da Associação Internacional do Mercado de Capitais.

Além das doações as ONGs, a Fundação Ford concede empréstimos e investimentos de capital que, segundo a sua visão de mundo, promovem causas sociais. Utiliza o financiamento de apoio básico *Program-Related Investments* (PRI) para fazer investimentos de curto e longo prazo em comunidades que queiram fazer, por exemplo, moradias populares. Os desenvolvedores desses projetos, ao final, reembolsam o empréstimo inicial da Fundação Ford com baixa taxa de juros. A Fundação Ford faz investimentos e doações que são modalidades diferentes financeiras. Ao contrário de uma doação, que não é reembolsada, faz também investimentos esperando recuperar o investimento utilizando repetidamente desse

método financeiro. Segundo a Fundação Ford em seu site sobre (PRI), afirma que essa iniciativa pode fazer com que um projeto pareça menos arriscado aos olhos dos investidores tradicionais e que frequentemente fornece o “financiamento âncora”, que dá a outros investidores (fundações, bem como bancos, empresas com fins lucrativos e agências governamentais) a confiança para participarem. A Fundação Ford foi pioneira na utilização de (PRI) em 1968, ao solicitar ao congresso dos EUA a aprovação da sua utilização.

A Fundação Ford aumenta seu capital através de investimentos em especulação financeira na bolsa de valores e através da cobrança de juros de seus parceiros empresariais que pegam empréstimos para fazer desenvolvimento em comunidades de baixa renda. A partir da visão de mundo marxista, fazemos uma crítica à Fundação Ford sobre a prática da especulação financeira e da exploração financeira. Essas não são formas adequadas de alcançar mais capitais, mesmo que para investimento social privado. A Fundação Ford financia ONGs com recursos próprios oriundos dessa aplicação e reprodução dos seus ativos financeiros. Martins (2009) explica a origem dos capitais desse tipo de fundação privada.

“Independentemente da fonte de recursos, o mais importante a ser considerado é que quem de fato viabiliza a intervenção da burguesia na difusão da nova sociabilidade por meio do chamado “investimento social privado” é de modo indireto a classe trabalhadora, pois é a partir do lucro, extração de sobretrabalho, que o empresariado destina recursos para manter suas organizações e seus projetos. Mas, especificamente em relação ao resultado dos investimentos financeiros, é importante considerar que, sendo o juro uma cota parte da mais-valia (MARX, 1981), toda vez que o empresariado destina recursos gerados de aplicações financeiras para promover o chamado bem-comum ela intensifica ainda mais a exploração do capital sobre o trabalho, exigindo deste o aumento da produtividade.” (Martins, 2009, p.233)

Como empresário e intelectual orgânico da Fundação Ford, Darren Walker defende políticas sociais liberais como redistribuição de renda para prosperidade individual, e para o sucesso de um capitalismo inclusivo nos EUA. Porém, Walker e a Fundação Ford defendem o lucro empresarial, inclusive o lucro oriundo do sistema de especulação financeira. Walker mantém sua referência teórica liberal ao citar em diversas entrevistas que Adam Smith teria vergonha do capitalismo neoliberal e de sua desigualdade social produzida. Ele enfatiza sua crença inabalável na democracia capitalista, mas afirma que a sociedade corre riscos de ser condenada se o capitalismo continuar a produzir níveis cada vez mais altos de desigualdade social. Ele defende que os empresários financiem as ONGs para encontrar soluções para os problemas sociais, como, por exemplo, revitalização urbana, desenvolvimento rural e combate às alterações climáticas. Para Walker, o progresso depende de uma democracia capitalista saudável, que ataque a desigualdade social e restaure a esperança para o futuro de uma população engajada politicamente na sociedade civil. Para ele, o envolvimento cívico é o

antídoto para a polarização social de ideias muito divergentes e a “filantropia” o seu catalisador.

Walker apresentou sua visão de “filantropia” em 2019 no seu livro *From Generosity to Justice: A New Gospel of Wealth*, publicado pela Fundação Ford. No livro, ele afirma que a “filantropia” é uma ferramenta para alcançar a justiça econômica, social e política, abordando as causas da desigualdade social e ouvindo aqueles que vivem em meio à injustiça. Para ele, a justiça exige que todos os membros da sociedade reconheçam seus privilégios e combatam as desigualdades sociais. No dia 12 de setembro de 2016, Walker escreveu um artigo intitulado “Ignorância, o inimigo interno” sobre o poder do nosso privilégio, e o privilégio do nosso poder, no qual aborda a temática das opressões, dentre estas as opressões do racismo. Walker se posiciona contra o racismo que os negros sofrem, contra a xenofobia que os imigrantes sofrem, contra o machismo que as mulheres sofrem, contra a homofobia que os LGBTQIA+ sofrem e contra o preconceito e a falta de acesso que as pessoas com deficiências físicas sofrem. A busca para encontrar soluções para combater à violência que atinge a atual realidade dos negros que sofrem com a violência policial é destacada pelo autor.

A Fundação Ford nos EUA sob a liderança de Walker possui uma linha de atuação chamada “justiça de gênero, racial e étnica”, que apoia iniciativas como as voltadas à reforma do modelo de encarceramento em massa, visando à redução da população carcerária e das desigualdades raciais no sistema de justiça criminal. Atualmente os EUA contam com a maior população carcerária do mundo e o objetivo das iniciativas da Fundação Ford é o desenvolvimento de modelos alternativos de prisão através de uma justiça restaurativa, bem como iniciativas comunitárias de emprego, tratamento de drogas e prevenção ao crime, buscando o apoio à reforma do sistema prisional nos egressos, com destaque para a população negra. A Fundação Ford apoia um programa inovador que permite que pessoas encarceradas nos EUA, maioria negros, obtenham um diploma universitário enquanto cumprem suas penas.

Atualmente, o sistema penal serve ao Estado como instrumento de controle dos indesejáveis, que são principalmente os negros. O Brasil figura como a terceira maior população carcerária do mundo, sendo 2/3 correspondente aos negros, atrás apenas dos EUA e da China. Vivemos um verdadeiro encarceramento em massa desde a aprovação da Lei de Drogas 11.343/2006 durante o governo federal de Luís Inácio Lula da Silva. Possuímos grandes quantidades de presos na situação de prisões temporárias, ou seja, presos ainda não condenados na primeira instância, e um a cada três presos no Brasil é por motivo de tráfico de drogas. Esses dados demonstram o atual sistema punitivista de uma fracassada política de

guerra às drogas, que gerou o encarceramento em massa no país, e que não melhorou os índices de segurança pública no país.

O atual presidente da Fundação Ford, Walker, anunciou no dia 22 de Julho de 2024 que sairá do cargo até o final de 2025. Durante mais de uma década, Walker supervisionou a evolução da Fundação Ford na sua missão de se concentrar diretamente na desigualdade social e na justiça social. Como analisamos nesta tese, é inegável que Walker ajudou a promover uma mudança na forma como a Fundação Ford, e muitas das fundações que apoia conduzem o financiamento, remodelando as práticas do setor “filantrópico” com seus ideais de multiculturalismo e social liberalismo.

CONCLUSÃO

Conforme a questão central desta pesquisa, analisamos a Fundação Ford no atual contexto em que se verifica uma nova sociabilidade do capital na sociedade brasileira contemporânea, através de novas relações entre o Estado ampliado e a sociedade civil. Analisamos como a Fundação Ford se inseriu na Nova Pedagogia da Hegemonia da classe dominante, compreendida como o complexo movimento concomitante de criação de novos sujeitos políticos coletivos, de reconversão dos antigos sujeitos políticos coletivos e de desorganização da visão crítica estrutural ao capitalismo. Relacionamos o projeto da Fundação Ford e sua formulação ideológica de atuação com a questão educacional, com especial atenção na questão racial entre os anos de 1985 e 2025.

A Fundação Ford é uma organização independente da *Ford Motor Company*, trabalha para lidar com a desigualdade social e segundo ela, construir um futuro baseado na justiça social. Por mais de 85 anos, tem apoiado ativistas de ONGs para a mudança social em todo o mundo, segundo ela guiada por sua missão de fortalecer valores democráticos, reduzir a pobreza e a injustiça social e promover a cooperação internacional. Diante do exposto nos capítulos anteriores, analisamos as atuais concepções teóricas deste Aparelho Privado de Hegemonia, Fundação Ford, sobre Estado e sociedade civil, com ênfase na questão racial. Concluímos se tratar de uma concepção teórica multiculturalista e uma concepção política social liberal de sociedade capitalista. Percebemos que através da ação prática, a Fundação Ford financia sua visão de mundo através de diversos projetos sociais de ONGs e de pesquisas universitárias, construindo uma Nova Pedagogia da Hegemonia de protagonismo da sociedade civil através do fortalecimento de ONGs com compromisso de combate a

desigualdade social, e combate as opressões como racismo, machismo, homofobia e pessoa com deficiência.

Conforme a Fundação Ford expressa em seu site, falando de si, ao longo dos últimos 85 anos, ela investiu em ideias inovadoras, indivíduos visionários e instituições que promovem a dignidade humana em todo o mundo. A sua visão de justiça social guiou transformações na própria fundação, que é governada por um presidente negro gay e um conselho diversificado de 16 curadores com membros de diferentes partes do mundo, onde a concessão de subsídios é feita por representantes regionais com compromisso com o projeto de mudança social multiculturalista e social liberal da Fundação Ford. A Fundação Ford durante a Guerra fria não possuía independência política em relação aos EUA, pelo contrário, possuía relações orgânicas com o governo estadunidense na forma de sua atuação na América Latina e seus investimentos faziam parte da Aliança para o Progresso, política de combate aos ideais comunistas. A Fundação Ford recentemente se aproximou da última gestão presidencial social liberal estadunidense do Partido Democrata de Joseph Robinette Biden (Joe Biden Jr.) e se afastou da atual da gestão presidencial da extrema direita neofascista estadunidense do Partido Republicano de Donald John Trump.

O antirracismo é um elemento central para a Fundação Ford, que deseja acabar com o racismo mantendo o sistema capitalista. Essa concepção conduz os Movimentos Negros para o multiculturalismo e para a luta por direitos sociais por dentro do sistema capitalista. Nessa visão de mundo social liberal, o ideal é evitar que as revoltas antirracistas dos negros assumam a perspectiva revolucionária marxista de ruptura com o modo de produção capitalista, perspectiva defendida pelos negros socialistas que utilizam o Materialismo Histórico e Dialético. Sendo assim, a Fundação Ford cumpre um papel estratégico internacional na divulgação do pensamento social liberal e do multiculturalismo para evitar o acirramento da luta de classes na perspectiva revolucionaria negra. Eles utilizam as palavras “racismo estrutural”, mas não no sentido conceitual marxista de Almeida. O social liberalismo e o multiculturalismo acreditam no fim do racismo por dentro do sistema capitalista e que o racismo é uma patologia social que pode ser resolvida através da educação ainda no sistema capitalista. Sendo assim, na prática eles estão falando de racismo institucional e não de racismo estrutural como Almeida desenvolveu este conceito, onde o racismo só pode ser superado com a destruição do modo de produção capitalista.

Os projetos pedagógicos com perspectivas antirracistas e multiculturalista junto aos investimentos nos direitos humanos são as marcas principais de atuação da Fundação Ford no

mundo. Essas estratégias ideológicas utilizadas pela Fundação Ford no Brasil aproximam intelectuais orgânicos para esse projeto, que conta com seus financiamentos para atuar na perspectiva antirracista social liberal, tanto na produção intelectual desta perspectiva, tanto na produção prática de projetos sociais de combate à desigualdade social. A leitura histórica dos principais intelectuais orgânicos da Fundação Ford com perspectiva antirracista (Brooke, Telles, Freire, Roque e Walker) demonstra a sofisticação teórica deste Aparelho Privado de Hegemonia na interpretação da complexidade sócio histórica da questão negra brasileira e leva em conta em suas análises o sofrimento dos negros no capitalismo, pois a Fundação Ford e seus intelectuais orgânicos são ativistas antirracistas. Para esses autores, esse sofrimento se iniciou no país através da atividade do tráfico de pessoas negras escravizadas oriundas da África entre os séculos XVI e XIX, e permaneceu até a abolição da escravatura, sem a posterior inclusão do negro na sociedade capitalista. Esses intelectuais orgânicos desenvolveram interpretações acadêmicas que se relacionam aos atuais princípios do multiculturalismo e social liberalismo, que caracterizamos nesta tese serem os princípios fundamentais defendidos pela Fundação Ford na sociedade contemporânea.

Os interesses dos EUA durante a Guerra Fria geraram a parceria com a Fundação Ford e a necessidade de sua intervenção em outros países. A experiência anterior com a questão negra nos EUA levou a Fundação Ford a financiar os Movimentos Negros através de ONGs negras e através de pesquisadores negros no Brasil para a luta por seus direitos sociais. A Fundação Ford disputa sua ideologia social liberal no interior dos Movimentos Negros e combatteu o mito da democracia racial brasileira financiando a contraposição ideológica feita por intelectuais orgânicos dos Movimentos Negros. Além disso, a experiência anterior na defesa das cotas raciais nos EUA levou a Fundação Ford a uma posição protagonista no financiamento de intelectuais orgânicos dos Movimentos Negros nesse debate no Brasil. Essa histórica intervenção na sociedade brasileira garantiu seu enraizamento nos Movimentos Negros atualmente e a adesão de intelectuais negros a ideologia multiculturalista e social liberal.

Por um lado, a descolonização da questão negra, antes interpretada por uma visão majoritária eurocêntrica, é defendida pelos intelectuais orgânicos da Fundação Ford, que valorizam uma nova interpretação negra. Por outro lado, a Fundação Ford é acusada pela tradicional e racista direita brasileira de atuar de forma colonizadora no debate do negro brasileiro contra os interesses dessa direita brasileira retrógada, que permanece insistindo na tradição de origem autoritária sobre a existência de uma democracia racial no Brasil, que através dos dados historicamente construídos de violência racista e da exclusão social do

negro no Brasil, concluímos ser falsa. Esses intelectuais orgânicos da direita tradicional brasileira não reconhecem sequer que existe racismo no Brasil e fazem fortes críticas à atuação da Fundação Ford no Brasil, essas críticas obviamente são muito diferentes das críticas feitas pelos marxistas negros no Brasil a Fundação Ford.

Houve um realinhamento ideológico de teóricos e de forças políticas nas relações sociais e de poder com o advento do social liberalismo, que tentou ocupar o espaço político aberto com a crise do marxismo. O bloco histórico burguês formulou uma ideologia social liberal que formou uma Nova Pedagogia da Hegemonia, formulando novas teorias que tentam implantar nos Estados nacionais, o social liberalismo e o multiculturalismo, que fazem parte deste projeto de construir “consensos” entre esquerda social democrata e direita liberal evitando a intensificação da luta de classes entre burguesia e proletariado, para deslegitimar alternativas societárias revolucionárias como o socialismo. Esse processo formou novos intelectuais orgânicos sociais liberais para difusão pedagógica desses novos consensos através de novos sujeitos políticos coletivos como as ONGs que nesta concepção de sociedade devem assumir o protagonismo na sociedade civil. Sendo assim, uma Nova Pedagogia da Hegemonia multiculturalista e social liberal, foi gestada ao longo dos anos pela Fundação Ford junto a outras fundações internacionais, porém ainda não foi implantada satisfatoriamente porque apesar do antirracismo estar nos currículos escolares, na prática, a implantação de uma pedagogia antirracista ainda está longe da realidade vivida nas escolas públicas e privadas brasileiras. Até porque existe um amplo setor na sociedade brasileira que ainda defende o mito da democracia racial brasileira e que são contrários aos avanços sociais conquistados pelas lutas dos Movimentos Negros ao longo do último século.

A desorganização dos antigos sujeitos políticos coletivos, como os partidos políticos marxistas, gerou uma desorganização da visão socialista. Apesar disso, alguns intelectuais orgânicos da classe trabalhadora negra brasileira seguem na luta pelo fim do racismo e do capitalismo, lutando contra os ideais racistas de uma fração da burguesia, mas também fazendo críticas à outra fração burguesa antirracista social liberal sobre a possibilidade de um capitalismo sem racismo, como os intelectuais orgânicos multiculturalistas da Fundação Ford. Para os marxistas, essa concepção é errônea, porque os burgueses extraem mais-valia dos negros utilizando-se do racismo estrutural no capitalismo e por isso essa realidade social não mudaria por dentro deste modo de produção, que lucra com a superexploração das negras e dos negros. Por isso, os militantes do marxismo negro seguem defendendo que através de uma revolução socialista é que podem abrir as possibilidades de construção de uma nova sociedade sem racismo, sem classes sociais antagônicas e sem extração de mais-valia da classe

trabalhadora, elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade humana que não seja dominada pelo sistema do metabolismo do capital. Por fim, compreendemos o motivo da funcionária da Fundação Ford, Luanda Nascimento, assistente especial do diretor regional do escritório brasileiro da Fundação Ford, ter afirmado que não conseguiria marcar uma entrevista com o Átila Roque para essa pesquisa. Existe uma guerra ideológica empreendida pela Fundação Ford contra os ideais socialistas, por isso a entrevista jamais seria marcada, porque para a fundação é importante camuflar o máximo possível essa guerra de ideais, para que apareça para os negros como única instituição ideológica social liberal que financia e influencia os Movimentos Negros. A ideia é ser uma solução “viável” para acabar com o racismo no capitalismo, o que acreditamos ser impossível estruturalmente.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Inny; LAMOSA, Rodrigo. **As competências socioemocionais na formação da juventude: mecanismos de coerção e consenso frente às transformações no mundo do trabalho e os conflitos sociais no Brasil.** *Revista Vértice*, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 23, n. 3, p. 706-733, set./dez. 2021.
- ADORNO, Sergio. CARDIA, Nancy. **Das análises sociais aos direitos humanos.** In: BROOKE, Nigel. WITOSHYNISKY, Mary. (orgs.) *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social.* São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul.** Editora: São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALFONSO, Daniel; MATTOS, Daniel. (org.). **Questão Negra, marxismo e classe operária no Brasil.** São Paulo: Edições Iskra, 2013.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.
- _____. (org.) **Marxismo e questão racial:** dossiê margem esquerda. São Paulo: Boitempo, 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.
- _____; PINTO, Geraldo Antunes. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista.** São Paulo: Cortez, 2017.
- ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do Governo Lula em defesa da revolução brasileira.** São Paulo: Sundermann, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **A Desordem Mundial: O espectro da total dominação: Guerras por procuração, Terror, Caos e Catástrofes Humanitárias.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de negro, lugar de branco? Esboço para uma crítica à metafísica racial.** São Paulo: Editora Hedra, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial.** Lei n. 12.288. 2010.

_____. Secretaria da Presidência da República. Decreto número 1.366, de 12 de janeiro de 1995. Dispões sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jan. 1996d.

BOMFIM, Edson. **Ensaios na perspectiva da emancipação negra no Brasil.** Vitória: Editora Estrela da Manhã. 2015.

BROOKE, Nigel. ***Education, Knowledge and Religion/Brazil.*** Program Officer Memo, 2000 mar., 19p.

_____. ***The Education Programme: First Impressions.*** (s.d.). s. l., 5p.

BROOKE, Nigel. WITOSHYNISKY, Mary. (orgs.) **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social.** São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002.

CALIL, Gilberto. **Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita.** In Revista Argumentum, Vitória, v. 13, n. 2, p. 64-82, maio/ago. 2021.

_____. **Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização.** In Revista Materialismo Storico, pp. 70-122, n° 2/2020, vol. IX.

CAMPOS, Maria Malta. **Da formação de professores de ciências à reforma da educação.** In: BROOKE, Nigel. WITOSHYNISKY, Mary. (orgs.) Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **Conhecimentos de Estado e elites internacionais: A Fundação Ford no Brasil e seus beneficiários.** Caxambu-MG: Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamaron S. (organizador). **Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARNEIRO, Edson. **Candomblés da Bahia.** São Paulo: WMF Martins Fontes – POD, 2008.

_____. **O Quilombo dos Palmares.** São Paulo: WMF Martins Fontes – POD, 2011.

_____. **Situação do Negro no Brasil.** In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico; SILVA, Jair Batista da. (org.). Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista. Chapecó: Ed. dos Autores, 2021.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: **A construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI.** Tese de Doutorado: UFRJ/ESS, 2011.

_____. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CÊA, G.; SILVA, S.; SANTOS, I. **De “Educação para Todos” para “Todos pela Educação”.** *RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 4, n. 6, p. 181-210, 30 jun. 2019.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo: Veneta, 2020.

CHAGAS, Juany. **Meio passo à frente e a revolução para trás: os governos petistas de conciliação de classe no Brasil (2003-2016).** São Paulo: Usina Editorial, 2022.

CHAVES, Wanderson. **A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970).** Curitiba: Editora Appris, 2019a.

_____. **Florestan Fernandes e a integração do negro na sociedade de classes: uma história de agendamento intelectual.** In: Guerra Fria e Brasil: para a agenda de integração do negro na sociedade de classes. CANCELLI, Elizabeth; MESQUITA, Gustavo; CHAVES, Wanderson. São Paulo: Alameda, 2019b.

_____. **A Fundação Ford e o Departamento de Estado Norte-Americano: a montagem de um modelo de operações pós-guerra.** Crítica Histórica, ano VII, n.11, p.225-250, jul. 2015.

_____. **A Doutrina Moynihan: o debate sobre a raça e o negro nas conferências de 1965 da Fundação Ford e da Academia Americana de Artes e Ciências.** USP, ano VI, n.9, p.131-162, 2015.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: Impactos do FMI e do Banco Mundial.** São Paulo: Moderna, 1999.

COATES, Ta-Nehisi. **Entre o mundo e eu.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

COLOMBO, Luiz Rabelo. **A Frente Liberal Ultraconservadora no Brasil – reflexões sobre e para além do Movimento Escola Sem Partido.** 2018. Dissertação (mestrado em

Educação) – UFRRJ/Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

CONE, James H. **Teologia Negra**. São Paulo: Recriar, 2020.

CRUZ, Paulo Vicente. **Enquanto os gigantes dançam**. São Paulo: Quelônio, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

Dilma Rousseff. **Discurso na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas** (ONU). Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilmarousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-de-alto-nivel-da-69a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-onu>. Acesso em: 06/12/2022.

DOUGLASS, Frederick. **Relato da vida de Frederick Douglass: um escravo americano**. Jandira, SP: Principis, 2021.

DREIFUSS, René Armond. **A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

_____. **1964: a conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 2. Ed., 1981.

_____. O jogo da direita. Petrópolis: Vozes, 1989.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**, in: *Tempo* 12 (23), 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt>

DU BOIS, W.E.B. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

DUQUE, Felipe da Silva. **Empreendedorismo na educação: a trajetória de um projeto neoliberal**. Rio de Janeiro: Telha, 2022.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente: a sala-de-aula e a saúde dos professores**. Bauru: EDUSC, 1999.

FALLEIROS, Ialê; PRONKO, Marcela Alejandra; OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de. **Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia**. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). Direita para o social e esquerda para o capital intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

- _____. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- _____. **Escritos políticos.** São Paulo: Boitempo, 2021.
- _____. **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista.** (Org.) MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- FAUSTINO, Deivison. Muito além do discurso: a relação entre colonialismo, capitalismo e racismo no pensamento de Frantz Fanon.** In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico; SILVA, Jair Batista da. (org.). Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista. Chapecó: Ed. dos Autores, 2021.
- FAUSTINO, Deivison. Frantz Fanon e as encruzilhadas: Teoria, política e subjetividade.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. V. I. Ensaio de Interpretação Sociológica.** 5. Ed. São Paulo: Globo, 2008.
- _____. **A integração do negro na sociedade de classes. V. II. Ensaio de Interpretação Sociológica.** 5. Ed. São Paulo: Globo, 2008.
- _____. **O negro no mundo dos brancos.** 2. Ed. São Paulo: Global, 2008.
- _____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de Interpretação Sociológica.** 5. Ed. São Paulo: Globo, 2006.
- _____. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.
- FILHO, Mario Rodrigues. O negro no futebol brasileiro.** Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- FILHO, Antonio Euzébios. Identidade, arte e cultura: contribuições marxistas.** São Paulo: Scortecci, 2015.
- FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). A história da Educação dos Negros no Brasil.** Rio de Janeiro: Eduff, 2016.
- FONTES, Virgínia; MENDONÇA, Sonia Regina de. História e teoria política.** In: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 55-71.
- FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FORD, Henry. Minha vida, minha obra.** São Paulo: Principis, 2021.
- FRANCO, Marielle. UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação Mestrado: UFF/FACCT, 2014.

- FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1961.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- _____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- FREITAS, Carolina. BARROS, Douglas. DEMIER, Felipe. (Org.). **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)**. São Paulo: Usina Editorial, 2023.
- FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FUNDAÇÃO FORD. **História**. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/our-work-around-the-world/brazil/history>. Acesso em 12/05/2022.
- _____. **Nossa Missão**. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/our-work-around-the-world/brazil> Acesso em 12/05/2022.
- _____. **Justiça de Gênero, Racial e Étnica**. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/challenging-inequality/gender-racial-and-ethnic-justice/>. Acesso em: 04 ago 2022.
- _____. **A Reafirmação de uma Política da Fundação**. In: Carta da Fundação Ford, 1987.
- _____. **Fundação Ford: a teoria da mudança**. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/wp-content/uploads/2025/01/ford-foundation-theory-of-change-document.pdf>. Acesso em 22/01/2025.
- GALLEGOS, José Andrés; AÑOVEROS, Jesús María García. **La Iglesia y la esclavitud de los negros**. Navarra: EUNSA, 2002.
- GALTON, Francis. **Hereditary genius**. London, Julyan Friedman, 1979.
- GELLES, David. **How Being a 13-Year-Old Busboy Prepared Darren Walker to Lead the Ford Foundation**. The New York Times: 26 set. 2019 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/26/business/darren-walker-ford-foundation-corner-office.html>. Acesso em: 30/08/2022.
- GENNARI, Emilio. **Em busca da liberdade: Traços das lutas escravas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- GOMES, Gustavo. SCHITTINO, Renata. (Org.). **Estado, Direito e Marxismo**. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

- GONÇALVES, Leandro Pereira. & NETO, Odilon Caldeira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1
- _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. v. 2
- _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3
- _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020a. v. 4
- _____. **O leitor de Gramsci**. (Org. de Carlos Nelson Coutinho) 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020b.
- _____. **Vozes da terra: escritos de 1916 a 1926**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**, São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001b.
- GIFE. **Um guia para investidores sociais privados e organizações filantrópicas iniciarem estratégias de apoio à equidade racial**. São Paulo. 2019. Site do GIFE. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/o-que-o-investimento-social-privado-pode-fazer-por-equidade-racial>. Acesso em: 29/07/2022.
- _____. **Censo GIFE 2018**. São Paulo. 2019. Site do GIFE. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2018>. Acesso em 29/07/2022.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2024.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. (Org.) RIOS, Flávia. LIMA, Márcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Revista Espaço e Debates, São Paulo, n.39, 1996.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: José Olympio, 1936.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>

JACOBS, Harriet Ann. **Incidentes na vida de uma escrava**. Jandira, SP: Principis, 2021.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A revolução e o negro (1939)** In: PABLITO, Marcello; ALFONSO, Daniel; PARKS; Letícia. (orgs.) **A revolução e o negro**. São Paulo: Edições Iskra, 2019.

JESUS, Carolina. Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2020.

KING, Martin Luther. **A autobiografia de Martin Luther King**. CARSON, CLAYBORNE. (Org.). 1.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 7.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAMOSA, Rodrigo. **A Nova Ofensiva do Capital na América Latina: todos pela educação?**- XXIX Simpósio Nacional de História, 7, 2017, Brasília, DF. Anais (on-line). Brasília: Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos, História e Democracia, 2017.

LAMOSA, Rodrigo (Org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.

LÁZARO, André. (Org.). **Nilcea Freire, um nome na história do Brasil**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2021.

- LEHER, Roberto. **25 anos de educação pública: notas para um balanço do período.** In: Guimarães, Cátia (Org.) Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação política no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.
- _____. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LENIN, Vladimir Ilicht. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LEONI, Brigitte Hersant. **Fernando Henrique Cardoso, o Brasil do possível.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- LIMA, Bruno Rodrigues de. **Luiz Gama contra o império: a luta pelo direito no Brasil da escravidão.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.
- LIMA, Kátia Regina de Souza (Org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. MARTINS, André Silva. **Pressupostos, princípios e estratégias.** In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.
- LOWY, Michael. BENSAID, Daniel. **Marxismo, Modernidade e Utopia.** São Paulo: Xamã. 2000.
- Luís Inácio Lula da Silva. **Discurso 20 de novembro Dia da Consciência Negra.** Disponível em: <https://lula.com.br/20-de-novembro-dia-da-consciencia-negra-assista-a-fala-de-lula/>. Acesso em: 06/12/2022.
- MACHADO, Bárbara Araújo. **A formação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil (1978-2000): Uma abordagem a partir da teoria da reprodução social.** Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2020.
- _____. **Repensando o capitalismo brasileiro como totalidade contraditória.** In: MACHADO, Bárbara Araújo; SOUZA, Flavia Fernandes de. (Org.) Gênero, raça e reprodução social: teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora. São Paulo: Usina, 2023.
- MALCOLM X. **Há uma revolução mundial em andamento: Discursos de Malcolm X.** (org.) AL – SHABAZZ, Al Hajj Malik. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.
- _____. **Malcolm X fala.** (org.) BREITMAN, George. São Paulo: Ubu, 2021.
- MANDEL, Ernest. **O lugar do Marxismo na História.** São Paulo: Xamã, 2001.
- MANDELA, Nelson. **Cartas da Prisão de Nelson Mandela.** São Paulo: Todavia, 2021.

_____. LANGA, Mandla. **A cor da liberdade: os anos de presidência.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARABLE, Manning. **Malcolm X uma vida de reinvenções.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Marcha zumbi dos palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia/docset/910>. Acesso em: 19/01/24.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos.** (Org.) LOWY, Michael. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, André Silva. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos.** In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2010.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social:** educação da sociedade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MARTINS, Angela Maria Souza. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Cultura e transformação social: Gramsci, Thompson e Williams.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** Editora Martin Claret. 2004.

_____. **A Guerra Civil dos Estados Unidos.** Seleção dos textos Murilo van der Laan. São Paulo: Boitempo, 2022.

_____. **A Ideologia Alemã.** Editora Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da Economia Política.** In: Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 2ª edição. 1978.

_____. **Manuscritos Econômicos - Filosóficos.** Editora Martin Claret. 2004.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo. Editora Escriba, 1968.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro 3 – o processo global de produção capitalista.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1981.

_____. **General Rules (The international workingmen's Association, out.1864).** Disponível em: <https://www.marxists.org>. Acesso em : mar. 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

- _____. E.P. Sete notas: introduções como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- _____. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. Usina Editorial: São Paulo, 2020.
- _____. Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Usina Editorial: São Paulo, 2024.

MAURICIO, George. **O candomblé bem explicado: Nações Bantu, Iorubá e Fon. Odé Kileuy e Vera de Oxaguiã;** (org.): MATTOS, Marcelo. Rio de Janeiro Pallas, 2009.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico.** São Paulo: Cortez, 1998.

MENA, Fernanda. O anti-woke é nova máscara para o racismo, diz presidente da Fundação Ford. **Jornal Folha de São Paulo.** 08 out. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/10/o-anti-woke-e-nova-mascara-para-o-racismo-diz-presidente-da-fundacao-ford.shtml>. Acesso em 06/11/2023.

MENDONÇA, Jonathan de Oliveira. **Vagaluminosidade.** São Paulo: Ilustre Comunicação Criativa, 2023.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica. Marx e Marxismo,** Niterói, v. 2, n. 2, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MICELI, Sérgio. **A Fundação Ford no Brasil.** São Paulo: Sumaré e FAPESP, 1993.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOUTINHO, Laura. **Negociando discursos: Análise das relações entre a Fundação Ford, os movimentos negros e a academia na década de 1980.** Dissertação Mestrado, Sociologia/UFRJ, 1996.

NAHASS, Daniela. FHC se define novamente como mestiço. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 14 dez. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1412200022.htm>. Acesso em: 19/07/2022.

NASCIMETO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado.** São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMETO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos.** (Org.) RATTS, Alex. São Paulo: Zahar, 2021.

_____. **O negro visto por ele mesmo.** (Org.) RATTS, Alex. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2010.

OBAMA, Barack. **Uma terra prometida.** São Paulo: Companhia das letras, 2020.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (Orgs.) **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica.** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Exclusão étnico-racial: um mapeamento das desigualdades étnico-raciais no município de Macaé.** Macaé: Editora La Salle, 2005.

OLIVEIRA, Iolanda de. (Org.) **Cor e Magistério.** Niterói: Eduff, 2006.

_____. **Negritude e universidade: evidenciando questões relacionadas ao ingresso e aos projetos curriculares.** Niterói: Alternativa, 2015.

OLIVEIRA, Iolanda de. PESSANHA, Márcia Maria de Jesus. (Org.) **Educação e Relações Raciais.** Niterói: CEAD/UFF, 2016.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PABLITO, Marcello; ALFONSO, Daniel; PARKS; Letícia. (Orgs.) **A revolução e o negro.** São Paulo: Edições Iskra, 2019.

PAULINO, Robério. **Socialismo no século XX: o que deu errado?** São Paulo: Letras do Brasil, 2010.

PEREIRA, Alberto Fraga. **Samba Enredo e Identidade Negra: Abordagens docentes no ensino de história escolar.** Dissertação de Mestrado. UERJ São Gonçalo, 2024.

PICO, Daniel Montañez. **Marxismo Negro: pensamento descolonizador do caribe Anglófono.** São Paulo: Editora Dandara, 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

POST, Charles. **Marxismo e a questão racial.** In: MACHADO, Bárbara Araújo; SOUZA, Flavia Fernandes de. (Org.) Gênero, raça e reprodução social: teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora. São Paulo: Usina, 2023.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense. 1977 (15^a ed.).

PRONKO, Marcela. **Modelar o comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo.** RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade, v. 4, n. 6, p. 167-180, 30 jun. 2019.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou: A questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-1973).** BARBOSA, Muryatan S. (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo.** São Paulo: Ediouro, 2002.

RIBEIRO JUNIOR, Amaury. **A privataria tucana.** São Paulo: Geração Editorial, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROBINSON, Cedric J. **Marxismo Negro: A Criação da Tradição Radical Negra.** São Paulo: Perspectiva, 2023.

ROCHA, Ednéia Silva Santos. **A Fundação Ford e o fomento para instituições estratégicas e lideranças acadêmicas no Brasil:** análise sobre a parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Tese de doutorado – Campinas, SP: [s.n.], 2015.

ROCHA, J. G.; COUTO, A. **Avaliação Concurso Negro e Educação: relatório final.** São Paulo: Ação Educativa/Assessoria Pesquisa e Informação, 2007.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África.** São Paulo: Boitempo, 2022.

ROLAND, Edna. **O Movimento de Mulheres Negras Brasileiras: desafios e perspectivas.** In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (orgs.) Tirando a máscara: Ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROQUE, Átila. O ano em que a democracia tropeçou: entre o espanto e o choque precisamos recuperar a inspiração para imaginar o mundo a partir da clave da esperança e não da frustração. **Carta Capital,** São Paulo, 27 dez. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/o-ano-em-que-a-democracia-tropecou/>. Acesso em: 09/07/2022.

_____. Setor privado tem oportunidade histórica de romper pacto racista. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 21 dez. 2020. Disponível em: https://www.linkedin.com/pulse/setor-privado-tem-oportunidade-hist%C3%B3rica-para-romper-pacto-roque?trk=public_profile_article_view. Acesso em: 09/07/2022.

_____. **Sobre privilégio: Por que o desconforto é um sinal de progresso.** Site da Fundação Ford. 16 ago. 2017. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/news-and-stories/stories/posts/sobre-privilégio-por-que-o-desconforto-e-um-sinal-de-progresso/>. Acesso em 14/07/2022.

_____. Segurança pública, racismo e a construção dos sujeitos “matáveis” no Brasil. **Jornal Nexo.** 02 ago. 2021. Disponível em: https://pt.linkedin.com/pulse/seguran%C3%A7a-%C3%A9-constru%C3%A7%C3%A3o-dos-sujeitos-mat%C3%A1veis-roque?trk=pulse-article_more-articles_related-content-card. Acesso em 15/07/2022.

_____. Durban quebrou o silêncio global sobre o racismo. **Jornal Nexo.** 07 set. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2021/Durban-quebrou-o-sil%C3%AAncio-global-sobre-o-racismo>. Acesso em: 28 set 2022.

_____. Em busca de pensamentos felizes em tempos de guerra. **Jornal Nexo.** 30 nov. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2021/Em-busca-de-pensamentos-felizes-em-tempos-de-guerra>. Acesso em: 28 set. 2022.

_____. A violência que corrói o pacto social brasileiro. **Jornal Nexo.** 12 jul. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2022/A-viol%C3%Aancia-que-corr%C3%B3i-o-pacto-social-brasileiro>. Acesso em: 09 ago 2022.

_____. Tempo de mudanças e reencontro com a esperança. **Jornal Nexo.** 06 out. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2022/Tempo-de-mudan%C3%A7as-e-reencontro-com-a-esperan%C3%A7a>. Acesso em: 12 out. 2022

_____. A esperança no Brasil renasce das cinzas do carnaval. **Jornal Nexo.** 03 mai. 2022.

_____. Com quantas pauladas se mata a esperança de um país? **Jornal Nexo.** 08 fev. 2022.

_____. Reflexões sobre um Brasil que resiste ao esquecimento. **Jornal Nexo.** 25 jan. 2022.

_____. Vivemos tempos de lutos reprimidos e silenciados. **Jornal Nexo.** 02 nov. 2021.

_____. Precisamos falar sobre o genocídio do negro brasileiro. **Jornal Nexo.** 21 set. 2021.

_____. **Cotas e a luta pela reparação histórica. Passado, presente e futuro.** Festival LED 2023. 16 jun. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11716300/>. Acesso em 04/11/2023.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SAFFIOTTI, Heleith. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI.** Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SANTOS, Gevanilda. **Três dedos de prosa** in: BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de. (Org.) Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

SANTOS, João Felício dos. **Ganga – Zumba: A saga dos quilombolas de Palmares**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Juliano Moreira: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira**. Niterói: Eduff, 2020.

SHAWKI, Ahmed. **Libertação negra e socialismo**. São Paulo: Sundermann, 2017.

SILVA, Amanda Moreira; GOMES, Thayse Ancila Maria de Melo; MOTTA, Vânia Cardoso. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os influxos do empresariamento na educação**. Cadernos de Educação UFPEL, n63, jan./jun. 2020.

SILVA, Amanda Moreira. **Dimensões da precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2018.

_____. **Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia**. Revista Trabalho, Política e Sociedade. Vol.5, n9, p.587-610, jul.-dez/2020.

SILVA, Maria Aparecida. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial**. In: CAVALHEIRO, Eliane. (Org.) Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVÉRIO, Valter Roberto; PINTO; Regina Pahim; ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Relações raciais no Brasil: pesquisas contemporâneas**. São Paulo: Contexto, 2011.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SOUZA, Renata; DÁRIO, Pai (Org.). **Pedagogia do axé: saberes, lutas e resistência dos povos de terreiro**. Rio de Janeiro: Fundamentos de Axé, 2024.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**. Lisboa, Portugal: Epistemologia e Sociedade, 1994a.

TELLES, Edward. **As fundações norte-americanas e o debate racial no Brasil**. Estudos Afro-Asiático, Rio de Janeiro, ano 24, n. 1, 2002, p.141-165.

_____. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará Fundação Ford, 2003.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

THOMPSON, Edward. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. Tomo Um. São Paulo: Sundermann, 2007.

- _____, Leon. **A Teoria da Revolução Permanente**. São Paulo: Sundermann, 2011.
- _____, Leon. **Programa de Transição**. São Paulo: Sundermann, 2017.
- VARGAS, Luiz Américo Araújo. **A educação como estratégia política do MST: Por uma pedagogia da luta e da resistência**. Curitiba: Appris, 2018.
- VIEIRA, Henrique. **O Jesus negro: o grito antirracista do Evangelho**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.
- VIEIRA, Nivea Silva; LAMOSA, Rodrigo. **Todos pela Educação? Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas**. Curitiba: Appris, 2020.
- WALKER, Darren. **Como nós usamos o privilégio que temos?**. YouTube, 14 jul. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f3UzRgrYam0>. Acesso em: 14/07/2022.
- _____. **Ignorância, o inimigo interno: Sobre o poder do nosso privilégio, e o privilégio do nosso poder**. Site Fundação Ford, 12 set. 2016. Disponível em: www.fordfoundation.org/news-and-stories/stories/posts/ignorancia-o-inimigo-interno-sobre-o-poder-do-nosso-privilegio-e-o-privilegio-do-nosso-poder/. Acesso em: 09 set. 2022.
- _____. Se as corporações realmente querem abordar a desigualdade racial, aqui estão 9 coisas que realmente fazem a diferença. **Time**, 4 ago. 2020. Disponível em: <https://time.com/collection/great-reset/5875304/racial-inequality-corporations/>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- _____. **From Generosity to Justice: A New Gospel of Wealth**. New York: The Ford Foundation/Disruption Books, 2023.
- _____. **This Juneteenth: honoring liberation's unfinished work**. Site Fundação Ford, 16 jun. 2023. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/news-and-stories/stories/this-juneteenth-honoring-liberation-s-unfinished-work/>. Acesso em: 04/11/2023.
- WEST, Cornel. **Questão de raça**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.
- WILKERSON, Isabel. **Casta: as origens de nosso mal-estar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- WOODSON, Carter Godwin. **A deseducação do negro**. São Paulo: Edipro, 2021.
- ZAFALÃO, João. **Do que adoecem os professores e as professoras?** São Paulo: Usina Editorial, 2021.